



2014

Relatório & Contas



Construindo
parcerias
sustentáveis

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S. A.

Rua Alexandre Herculano, 35 | 1250-009 LISBOA | PORTUGAL

Tel. (+351) 21 311 8100 | Fax. (+351) 21 356 1381

Sociedade Aberta | Número único de Pessoa Colectiva e Cons. Reg. Com. de Lisboa: 500 722 900 | Capital Social 672 000 000 Euros

(página intencionalmente deixada em branco)

Índice

Mensagem do Conselho de Administração/Daniel Proença de Carvalho

Mensagem do CEO/ Ricardo Lima

Visão geral

- A Cimpor
- Missão, Visão, Valores
- Ambiente de negócios
- Principais indicadores

Estratégia

- Investimentos e perspectivas
- Financiamento

Ação Cimpor

Governança

- Governo da Sociedade
- Gestão de riscos
- Ética e integridade

Resultados

- Otimizar o capital empregue, maximizando a lucratividade e potencializando as oportunidades de investimentos

Parcerias

- Clientes – Diferenciar-se pelo nível de parceria e de serviços
- Fornecedores – Assegurar o relacionamento de longo prazo
- Comunidades – Fortalecer as relações institucionais com as comunidades locais e científicas

Processos

- Otimizar a matriz térmica e o uso de combustíveis alternativos
- Assegurar a disponibilidade de matérias-primas e otimizar a utilização de adições
- Maximizar a produtividade e as performances industrial e logística
- Assegurar a disponibilidade de fornecimentos críticos
- Aumentar a participação em betão e em agregados
- Obter capacidade adicional através de projetos competitivos

Pessoas e cultura

- Atuar internacionalmente
- Gerir as pessoas com foco nos resultados e na meritocracia
- Desenvolver líderes inspiradores e com visão de longo prazo

Segurança

Inovação e Sustentabilidade

- Foco na apresentação de resultados para o negócio
- Desempenho sócio-ambiental

Perspetivas Futuras

Proposta de Aplicação de Resultados

Declarações de Conformidade

Mensagem do Conselho de Administração

Caros acionistas,

O ano de 2014 ficou marcado, à escala global, por um ambiente económico “incerto”, em que a recuperação económica foi “frágil”, segundo palavras do próprio Banco Mundial no seu ‘Global Economic Prospects’.

Neste contexto, a Cimpor – Uma empresa InterCement, - conduziu a sua atividade, em 2014, beneficiando da sua diversidade geográfica, marcadamente pluricontinental, o que permitiu a compensação da sua exposição a economias mais anémicas pela força revelada por economias mais aquecidas.

A pauta do crescimento mundial continuou a estar diretamente relacionada com a pujança económica que revelam os países em desenvolvimento que, em 2014, cresceram cerca de 4%, bem acima dos 2,6% que terá registado a economia mundial.

O objetivo estratégico da Cimpor, assumido por este Conselho de Administração desde a sua tomada de posse em junho de 2012, assenta na relocalização da sua atividade com maior foco nos continentes Africano e Sul-Americano, que têm revelado taxas de crescimento económico e de consumo de cimento bem superiores às de economias maduras, como é o caso da portuguesa.

Sem menorizar a importância de nenhuma das oito geografias em que a Cimpor opera, gostaria de sublinhar os resultados alcançados no continente Africano. Moçambique, Egito e África do Sul, em conjunto, aumentaram em 18% o seu contributo para as vendas de cimento e clínquer e em 25% o seu contributo para o *EBITDA*, vincando a mais-valia da diversificação de portfólio adotada pelo grupo.

Permitam-me sublinhar alguns dados: a Cimpor apresentou, em linha com o registado no ano de 2013, um volume de negócios de 2.604 milhões de euros (-0,8%) que, excluídas as perdas cambiais, representaria um crescimento de 13,3% face a 2013. A rentabilidade continua a ser a marca de água da Cimpor, a margem de *EBITDA*, de 24,8%, alcançada em 2014, representa, mais uma vez, um valor de referência neste setor a nível mundial.

A perseverança e determinação têm permitido contornar desafios e descobrir oportunidades, seja em Portugal, onde a atividade de trading continua a assumir-se como um contrabalanço à queda do mercado interno, seja no Brasil onde, apesar do arrefecimento da economia, a Cimpor aumentou a sua quota de mercado.

Os resultados de uma companhia espelham também a sua capacidade para definir estratégias tão ambiciosas quanto exequíveis, assim como a perseverança dos seus quadros, independentemente da sua posição na hierarquia, em as executar. Nesse sentido, deixo uma palavra de sentido apreço e reconhecimento aos cerca de 9.000 colaboradores da Cimpor - uma empresa InterCement, - pelo trabalho desenvolvido neste ano que agora termina, com a certeza de que a nossa atividade é feita por pessoas, para pessoas.

Uma palavra final para chamar a Vossa atenção para o extenso e fundamentado Relatório do Governo da Sociedade, elaborado de acordo com as melhores práticas de governo societário, procurando, com a maior transparência, dar a conhecer aos acionistas e ao mercado as regras de governo adotadas.

Daniel Proença de Carvalho

Presidente do Conselho de Administração da Cimpor

Mensagem do CEO

A dispersão da nossa atividade por diferentes países permitiu estarmos mais preparados em 2014 para resistir à volatilidade dos mercados. Isso confere-nos vantagens competitivas, que foram importantes para assegurar o desempenho do ano, quando a receita líquida da Cimpor atingiu € 2,6 mil milhões, uma queda de 0,8% comparativamente ao ano anterior. O *EBITDA*, de € 645,6 milhões, foi 6,7% abaixo do resultado do ano anterior e o lucro líquido atingiu € 29,6 milhões. Estes números acabam por não evidenciar a expansão da nossa atividade, em função do impacto da depreciação de algumas moedas locais em que operamos (real brasileiro, peso argentino e rand sul-africano) em relação ao euro, moeda em que apresentamos os nossos resultados consolidados.

A construção de parcerias sustentáveis esteve no centro das nossas atenções em 2014. A proximidade com o cliente, o fornecedor e a comunidade, a preocupação em conciliar as necessidades dos nossos stakeholders com a nossa performance, é um grande diferencial que já temos conseguido mostrar e foi importante na construção dos resultados deste ano.

No Brasil, que representa hoje ainda cerca de 50% do nosso *EBITDA*, obtivemos muito sucesso com as nossas estratégias comerciais, com ganho de quota de mercado, especialmente no primeiro semestre. Temos um duplo desafio no país: internamente, avançar com a otimização de processos, a procura pela produtividade, pela eficiência e por custos competitivos, amadurecendo o processo de integração e de sinergia na sequência da troca de ativos com a InterCement em 2012 e, externamente, enfrentar um mercado já não tão fulgurante.

Na Argentina, o ano iniciou com uma desvalorização acentuada do peso. Houve uma ligeira queda de vendas em comparação com o ano anterior, já antecipável face ao ciclo de acentuado crescimento da procura a que assistimos nos últimos anos. A Loma Negra, líder de mercado nacional com uma quota de mercado acima de 45%, é uma empresa emblemática, tem uma marca reconhecida por se distinguir na qualidade, atendimento, prestação de serviços e desenvolvimento de novos produtos. A área industrial desempenhou as suas atividades de forma estável garantindo custos controlados e indicadores técnicos dentro das melhores práticas.

A atividade de *trading* e, em especial, as exportações a partir de Portugal, continuam a revelar-se um evidente sucesso. Num momento em que o mercado interno de Portugal ainda experimenta uma queda acentuada, na ordem de 11% em relação ao ano anterior, ainda efeito da adversidade económica local, a atividade exportadora subiu 19%, passando de 2.648.819 de toneladas em 2013 para 3.153.800 de toneladas em 2014 e confirmando a Cimpor como a 5ª maior *trader* de cimento do setor. De facto, a entrada em novos mercados, principalmente em África, permitiu superarmos todos os recordes históricos de exportação. A Argélia foi o destaque como destino de vendas. Vale a pena salientar a grande eficiência operacional de Portugal, com altos padrões de produtividade e competitividade em custos, ultrapassando os seus *benchmarks* de coprocessamento.

O Paraguai teve um excelente ano. Até outubro, operámos apenas a moagem inaugurada em 2013, usando clínquer importado, e naquele mês inauguramos o forno da nova fábrica integrada, que está com um desempenho de acordo com as expectativas da fase inicial. A produção de clínquer próprio faz com que o país se torne um dos grandes potenciais no nosso portfólio e prevemos para 2015 mais do que triplicar os resultados, com a entrada em operação da fábrica integrada – que iniciará as suas atividades com a sua

capacidade plenamente ocupada graças ao trabalho de pré-marketing desenvolvido nos últimos anos com o apoio da área de trading.

No Egito, antecipando as perturbações no abastecimento de combustíveis, procedemos à criação de um *stock* de mazote e de clínquer, o que permitiu que as nossas operações não sofressem interrupções com a crise energética que afetou o país e conseguissem expandir a sua oferta a clientes não habituais. A flexibilidade no abastecimento de combustíveis permanece um tema de especial relevância no Egito, sendo que, além do início do processo de coprocessamento, estão em curso outras medidas neste campo. Cabe também aqui referir o forte envolvimento de toda a equipa do Egito no uso das nossas ferramentas de gestão o que motivou, inclusive, o país a vencer o nosso prémio interno de excelência de gestão. O uso dessas ferramentas permitiu implementar práticas operacionais que são uma referência em todo o mundo.

Moçambique é o país que tem crescido com as taxas mais elevadas de entre as geografias em que operamos, registando um saldo positivo de 17% entre 2013 e 2014. Conscientes do enorme potencial da nossa atividade nesta geografia, lançamos o projeto Mutirão, no qual especialistas internos nas áreas industriais, comerciais e de logística se articularam para desenvolver um plano de ação visando a melhoria do nosso desempenho local. Os primeiros resultados foram sentidos a partir do segundo semestre, com maior estabilidade operacional e redução de custos.

Na África do Sul destacou-se o reforço da inteligência de mercado, com a procura de novos nichos e regiões de atuação. Crescemos 17%, em linha com o mercado, numa fase especialmente competitiva do mesmo, preservando a nossa participação dentro dos níveis históricos. Já em termos operacionais, à semelhança de Egito, deve fazer-se referência ao início da atividade de coprocessamento.

O grande desafio de 2015 é lidar com as adversidades macroeconómicas presentes no mundo inteiro, sendo que faremos uso da vantagem da nossa dispersão geográfica e da forma cada vez mais estruturada como gerimos as nossas operações para assegurar o nível de desempenho a que nos propomos. Temos diversos projetos internos que nos permitirão manter operações de classe mundial. Privilegiaremos a produtividade, com metas desafiadoras alinhadas a *benchmarks* internos e externos, um trabalho estruturado para aperfeiçoamentos de processos e trocas de melhores práticas. Somos adeptos das melhores ferramentas de sistemas de gestão porque nos permitem enfrentar qualquer desafio. Temos o apoio de uma cultura de inovação importante, reforçada em 2014 com o lançamento global do Click Lab, um portal de ideias, em que os colaboradores podem comentar e contribuir com sugestões e projetos. Criámos a Neogera, empresa destinada a acelerar pequenos negócios que podem assumir papel relevante no futuro.

Prosseguiremos com o aperfeiçoamento da nossa estrutura de financiamento, seguindo a política de Redução de Alavancagem e Dívida e o Redesenho do Perfil de Endividamento. Neste campo, entre outros projetos, estaremos especialmente empenhados no programa de aumento da eficiência da gestão do fundo de maneio, cujos resultados são já patentes no 4º trimestre de 2014.

Realço também o tema da Segurança, pois temos pela frente o grande desafio de melhorar nossos indicadores de segurança do trabalho, reforçando cada vez mais a crença de que “faremos de forma segura ou não faremos”. Segurança é um valor, faz parte da Atitude Cimpor, e deve estar no centro das nossas atenções. O tema faz parte do projeto Cultura que está em construção e será uma das nossas prioridades em 2015, fortalecendo uma liderança participativa, o trabalho em equipa, o respeito pelas pessoas, reconhecendo a nossa multiculturalidade, para que continuemos a crescer com a nossa maneira de ser.

Ricardo Lima

CEO Cimpor

A Cimpor

Posicionada entre as dez maiores produtoras de cimento do mundo, a Cimpor mantém operações em oito países da América do Sul, África e Europa, com 40 fábricas de cimento e moagens e uma capacidade instalada de mais de 47 milhões de toneladas/ano. É líder nos mercados de Portugal, da Argentina, de Moçambique e de Cabo Verde, vice-líder no Brasil e no Paraguai e mantém uma posição de destaque na África do Sul e no Egito.

Encerrou o ano de 2014 com vendas de 30 milhões de toneladas de cimento e clínquer, um volume 6% acima do registado no ano anterior, com volume de negócios de 2,6 mil milhões de euros, variação negativa de 0,8% comparativamente a 2013, e com 8.768 colaboradores.

A atuação da Cimpor é orientada por uma visão de longo prazo, ao estabelecer como meta para 2023 manter-se entre as dez maiores cimenteiras internacionais e atingir uma posição entre as cinco mais sólidas e rentáveis.

VISÃO GERAL DA CIMPOR:

- Ampla presença geográfica: 3 continentes, 8 países
- Forte presença de mercado no Brasil, Argentina, Paraguai, Portugal, Egito, Moçambique, África do Sul e Cabo Verde
- 40 unidades de cimento: 23 integradas e 17 moagens
- 8.768 colaboradores
- 29.988 milhares de toneladas vendidas

Missão, Visão, Valores

VISÃO

Diferenciar-se junto dos clientes pelo nível de colaboração e de serviços, estando sempre entre as dez maiores e as cinco mais sólidas e rentáveis empresas internacionais do setor.

MISSÃO

Crescer e desenvolver-se em conjunto com os clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e comunidades, direcionados por inovação, sustentabilidade e excelência operacional.

VALORES

Respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente – Agir sempre de forma correta e justa em relação a acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, governos, às comunidades e à sociedade em geral. Atuar com responsabilidade em relação ao meio ambiente.

Atuação responsável – Respeitar o estabelecido na legislação dos países e regiões onde atua; corresponder aos valores aqui definidos; agir de forma íntegra e de acordo com as normas universais de boa convivência humana, sem discriminação de raça, sexo, credo, religião, cargo, função ou outra.

Transparência – Fornecer informações claras e abrangentes sobre as atividades, realizações, políticas e desempenho, de forma sistemática e acessível.

Foco no resultado – Procurar sempre maximizar o desempenho como forma de garantir a sua perenidade, os seus investimentos, o retorno aos acionistas e as condições adequadas aos colaboradores.

Qualidade e inovação – Garantir aos clientes a melhor qualidade possível na execução de serviços ou no fornecimento de produtos e investir continuamente no aperfeiçoamento das suas atividades e dos seus colaboradores.

Ambiente de negócios

A indústria de cimento está distribuída por quase todos os países do mundo, nos quais podemos ver combinadas a atuação de empresas locais e de grandes grupos internacionais. As estimativas são de que atuem em todo o mundo mais de 5.500 fábricas de cimento e que a produção global tenha ficado em torno de 4,2 mil milhões de toneladas em 2014, um pouco acima dos 4 mil milhões de toneladas de 2013, segundo dados da *Global Cement Report*. É um mercado que movimenta cerca de US\$ 250 mil milhões por ano, sem considerar a China, que responde por mais da metade da produção e do consumo mundial, e onde atuam basicamente apenas empresas nacionais.

O Brasil, principal mercado da Cimpor – uma empresa InterCement, com 69,8 milhões de toneladas estimadas em 2014, é o quinto maior produtor mundial, após a China, Índia, Estados Unidos e o Irão. Bem colocado em relação a outras grandes economias, o Brasil cresceu acima da média mundial de 73%, no período entre 2005 e 2013. O elevado nível de 94%, levou a produção brasileira a passar da 13ª para a 5ª posição no ranking internacional.

Diretamente dependente do desempenho das economias locais, o mercado global apresentou em 2014 variações em conformidade com esses comportamentos: menor crescimento na China, na Índia e no Irão, vendas em alta nos Estados Unidos e praticamente estagnadas na Europa e no Brasil.

A Cimpor posiciona-se entre as dez maiores companhias de cimento com atuação internacional apresentando-se como a segunda maior cimenteira do Brasil. Em Portugal, na Argentina, em Moçambique e em Cabo Verde assume a liderança de mercado, enquanto no Paraguai a vice-liderança. No Egito e na África do Sul, apresenta-se como líder de mercado nas regiões em que opera, respectivamente, em Alexandria e Durban.

MERCADOS DE ATUAÇÃO DA CIMPOR

País	Tamanho do mercado (toneladas)	Crescimento (GAGR 2003-2013)	Posição da Cimpor	Características
Brasil	70,8	7,7%	2º	<ul style="list-style-type: none"> • 5º maior mercado do mundo • Necessidades de infraestrutura e construção residencial • 6 competidores com presença multiregional – 19 no total • Cimpor: presença nas principais regiões do país
Argentina	10,5	7,8%	1º	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado robusto e resistente • 4 competidores • Cimpor: vantagem logística
Paraguai	1,4	8,8%	2º	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado em crescimento. • Ciclo económico de crescimento apoia a maior procura; • 2 competidores • Cimpor: fábrica integrada concluída em 2014.
Egito	54,2	7,4%	1º na região de Alexandria	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado resiliente • Baixa taxa de urbanização (43%) • Cimpor: vantagens competitivas locais
Moçambique	1,7	9,2%	1º	<ul style="list-style-type: none"> • Uma das economias de mais rápido crescimento • Forte potencial, baixo consumo per capita. • Cimpor: único produtor local integrado
África do Sul	11,8	1,5%	1º na região de Durban	<ul style="list-style-type: none"> • Forte crescimento • Sinais de recuperação recentes. • Cimpor: estratégia comercial e operacional
Portugal e Cabo Verde	3	- 10,6%	1º	<ul style="list-style-type: none"> • Exportações compensam contração do mercado interno • 2 competidores • Cimpor: mais alto nível de produtividade
Trading	-			<ul style="list-style-type: none"> • 5ª maior trader do mundo, importantes exportações para África e América Latina • Otimização de recursos • Flexibilidade para timings de investimentos • Prospecção de novos mercados.

Highlights

Principais indicadores

FINANCEIROS	2013	2014	Varição (%)
Volume de Negócios (em milhões)	2.624,5	2.603,7	-0,8%
EBITDA (em milhões)	691,8	645,6	-6,7%
Margem EBITDA (%)	26,4%	24,8%	-5,9%
Resultado líquido (em milhões)	-15,3	29,6	-293,1%
Investimentos (em milhões)	342,3	204,3	-40,3%
Volume de Negócios por colaborador (em milhares)	295,7	297,0	0,4%
EBITDA por colaborador (em milhares)	77,9	73,6	-5,5%

OPERACIONAIS	2013	2014	Varição (%)
Vendas de cimento e clínquer (milhões de toneladas)	28,4	30,0	5,7%
Vendas de betão (milhões de m ³)	4,8	4,5	-6,1%
Volume de agregados (milhões de toneladas)	8,2	8,2	-0,4%
Toneladas transportadas na ferrovia (milhões de toneladas) (1)	5,8	5,3	-8,6%
Colaboradores (no fim do período)	8.875	8.768	-1,2%

Estratégia

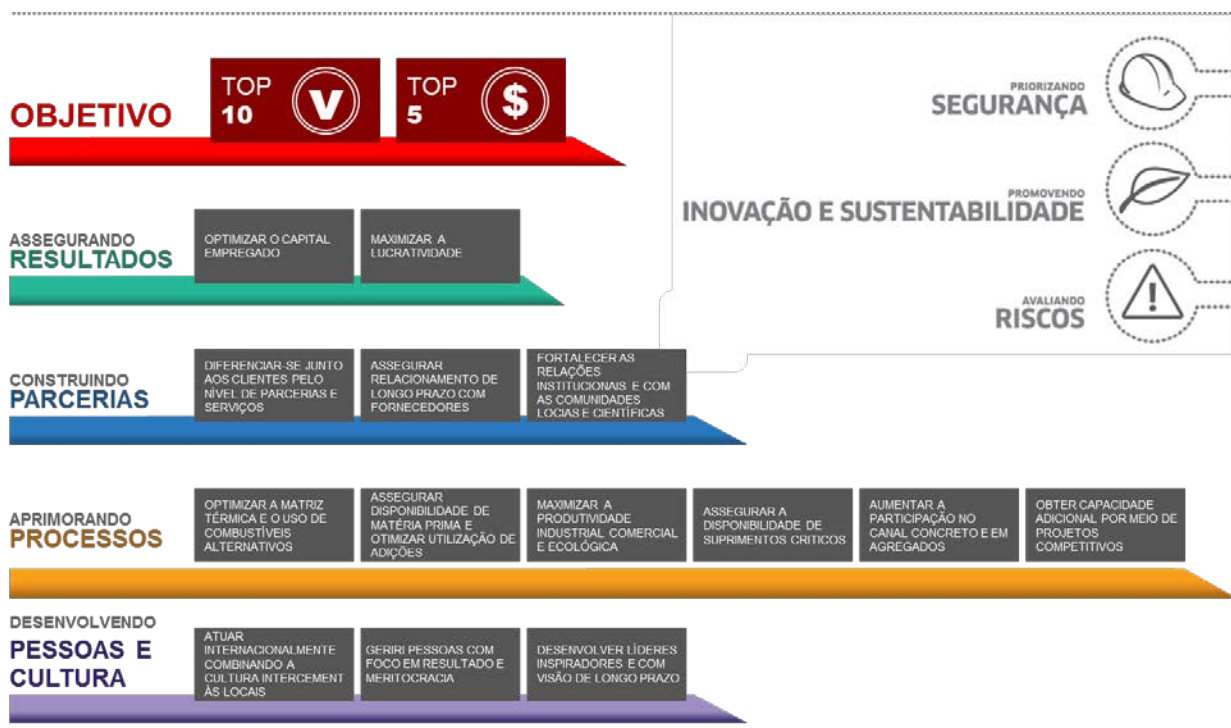
Um mapa estratégico desenhado de forma colaborativa e envolvendo diferentes instâncias da empresa, orienta e define metas que permeiam toda a Cimpor rumo ao objetivo maior definido na Visão 2023: estar sempre entre as dez maiores e as cinco mais rentáveis empresas internacionais do setor.

O mapa estratégico foi dividido em quatro dimensões, que são pilares sobre os quais as metas são estabelecidas: Resultados, Parcerias, Processos, Pessoas e Cultura. De forma transversal, foram estabelecidos três aspetos, que são os valores essenciais da Cimpor. Tudo deve ser feito respeitando sempre esses três itens fundamentais: Riscos, Inovação e Sustentabilidade, e Segurança.

Cada dimensão tem objetivos estratégicos que derivam de um Plano de Ação 2014-2023 e possuem indicadores e metas que permitem acompanhar como a estratégia está sendo efetivamente implementada. Responsáveis, definidos entre membros da gestão de topo, são encarregados de gerir o cumprimento das metas de cada dimensão – assegurando o seu cumprimento no curto prazo e a tomada de ações para o seu cumprimento no médio e longo prazo.

O Plano de Ação é o resultado de um processo participativo que envolveu mais de 200 colaboradores. Durante o processo foram definidos temas estratégicos globais – como energia térmica, *trading*, adições, produtos e serviços, betões e agregados e impacto ambiental –, que possibilitam à Cimpor diferenciar-se dos seus competidores e atingir a Visão 2023. Foram também avaliados potenciais novas geografias e investimentos em torno de 440 milhões de euros no período entre 2015 e 2017, que vão assegurar que as metas sejam alcançadas.

Os objetivos de cada dimensão são detalhados neste relatório.

MAPA ESTRATÉGICO Cimpdor
CIMPOR 2014-2023


Financiamento

Recentemente, deu-se início à implementação de uma nova Política de Financiamento ajustada ao novo perfil da empresa e às suas ambições de desenvolvimento. Esta política assume como linhas mestras de orientação a Redução de Alavancagem e Dívida e o Redesenho do Perfil de Endividamento – compreendendo ainda, como orientações a diminuição da exposição cambial e a procura de um ajuste da captação de *funding* na moeda de geração de receita de cada geografia, quando adequado, como forma de *hedging* da Cimpdor.

Do processo de Redução de Alavancagem e Dívida constam a criteriosa seleção dos investimentos, diversos projetos de aumento de eficiência e um programa específico de aumento de eficiência de gestão do fundo de maneio, iniciativas a que acrescem as alienações de ativos não operacionais da companhia.

Relativamente ao Novo Perfil de Financiamento e numa ótica de ajuste às necessidades de financiamento da atividade operacional e do seu desenvolvimento, são de destacar em 2014, duas operações de especial relevância no alargamento do prazo médio da dívida e na redução da pressão de liquidez:

- (i) um novo Empréstimo Sindicado de 900 milhões dólares;
- (ii) uma emissão de obrigações com maturidade em 2024 (Senior Unsecured Notes Due 2024), em julho de 2014 no valor de 750 milhões de dólares com uma taxa de 5,75%.

A articulação das iniciativas acima veio permitir que se observasse uma dispersão das suas fontes de financiamento – que para além dos bancos, hoje compreendem debêntures e mercado de capitais - e uma extensão da maturidade média da sua dívida de 4,5 em 2013 para 5,9 anos, no final de 2014.

Em termos de hedging procedeu-se ainda, no 3º trimestre de 2014, à cobertura substancial (cerca de 70%) da exposição em dólares o que veio proporcionar uma maior estabilidade no reporte de resultados financeiros pela aderência à moeda de consolidação da companhia, o euro.

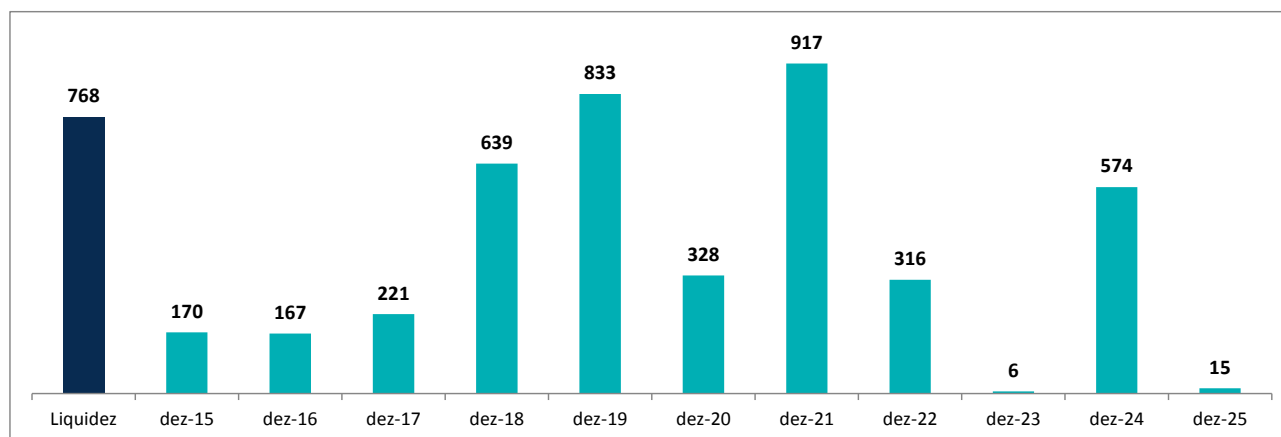
A Dívida Financeira líquida (3.439 milhões de euros) apresentou-se em linha com o termo do ano transacto, registando no último trimestre do ano uma evolução favorável de cerca de 193 milhões de euros, para o que muito contribuiu a forte geração de caixa nesse período (cerca de 126 milhões de euros).

No âmbito das responsabilidades da Cimpor perante os seus credores, cumpre referir que o indicador de endividamento (Dívida Financeira Líquida/EBITDA) sendo medido ao nível da InterCement participações – seu acionista controlador, atendeu aos *covenants* contratualmente estabelecidos.

Encontrando-se os *ratings* da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e da Cimpor Inversiones, S.A., direta e indiretamente controladas pela InterCement Participações, S.A., condicionados pelo *rating* do seu acionista controlador último (critério da Standard & Poor's prevê o condicionamento do *rating* das subsidiárias com a sua casa mãe), foi solicitada à Standard & Poor's (S&P) a remoção das notações de *rating* atribuídas àquelas duas empresas. O facto de nenhuma das companhias acima ter presentemente qualquer emissão de dívida que requeira notificação de *rating*, esteve na base desta solicitação. Contudo, para referência, à data desta solicitação a notação de *rating* de ambas as companhias era de "BB".

Sob a esfera da Cimpor, é contudo mantida a notação de *rating* para a InterCement Brasil, S.A. (presentemente com a atribuição de "BB") que, tal em conjunto com a InterCement Participações, S.A., se apresenta como garantidora da emissão de Senior Unsecured Notes Due 2024 pela Cimpor Financial Operations BV, à qual se encontra atribuída a notação *rating* "BB" pela S&P.

Maturidades vincendas nos próximos anos



Nota: Inclui derivados

Ação Cimpor

Em 2014, a ação da Cimpor foi alvo de uma desvalorização e de alguma volatilidade, com uma cotação máxima de 3,36 euros (a 10 de abril) e uma mínima de 1,055 euros (a 24 de dezembro) acabou por encerrar o ano nos 1,174 euros, posta a transacção de um total de 8,8 milhões de ações, correspondente a 20,7 milhões de euros.

O baixo nível de *free-float* em conjunto com a reduzida liquidez e considerando os desenvolvimentos no mercado acionista português ao longo de 2014, condicionaram a evolução do título.

Os dividendos de 2013, colocados a pagamento no dia 24 de abril de 2014, com um valor de 0,0029 euros por ação.

O Resultado Líquido da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., numa base individual, cifrou-se em 868.646,56 euros. Uma eventual distribuição destes resultados pelos acionistas não teria impacto relevante, mostrando-se até, relativamente a alguns pequenos acionistas, contraproducente em face dos encargos para o respetivo recebimento. Assim o Conselho de Administração propõe a não distribuição de dividendo relativo ao exercício de 2014, proposta sujeita naturalmente a deliberação dos acionistas que atinja a percentagem prevista no artigo 22º, nº 1, alínea b) dos estatutos da Cimpor. A 31 de dezembro de 2014 a Cimpor detinha 5.906.098 ações próprias. Não tendo sido transacionadas ações próprias no decorrer de 2014, o seu número manteve-se inalterado face ao encerramento de 2013.

A Assembleia Geral Anual de 2014 não aprovou nenhum plano de ações, pelo que dada a extinção dos planos em 2012, em 2014 não se encontravam em vigor quaisquer planos de ações ou opções sobre ações.

Governance

Riscos controlados

A avaliação de riscos é uma atitude transversal a todas as ações da Cimpor para que os objetivos estratégicos da companhia sejam alcançados, superando adversidades associadas à complexidade do ambiente empresarial e da diversidade cultural. É um dos três temas transversais definidos no mapa estratégico – os outros dois são a prioridade dada à segurança, à inovação e à sustentabilidade. As Políticas Corporativas de Gestão de Riscos e de Gestão de Crises foram amplamente difundidas nos países de operação.

A visão é de que gerir riscos e manter sistemas de controlo confiáveis permite focar a procura dos objetivos, aproveitar as oportunidades de negócios e assegurar a perenidade da empresa. Para isso, são mantidas ferramentas que auxiliam a identificar, estabelecer parâmetros, avaliar e propor planos de contingência ou de mitigação dos fatores que possam ter impacto adverso sobre os resultados. Com isso, a gestão de riscos procura estabelecer um equilíbrio harmonioso entre riscos e custos/investimentos, maximizando oportunidades e minimizando efeitos adversos.

Em 2014, houve um refinamento da matriz de riscos a partir da reavaliação dos fatores de riscos mais relevantes em todas as operações, classificando-os em dois grandes grupos: de negócios e de operação.

Os riscos de negócios foram identificados, avaliados e priorizados pela Comissão Executiva e por colaboradores das Unidades de Negócio. Envolve fatores que impactam, de alguma forma, cinco aspetos que podem afetar os resultados: redução da EBITDA, participação de mercado, endividamento, reputação e imagem, e continuidade das operações. Já os riscos de operação envolvem controlos para assegurar que as atividades não sejam prejudicadas por falhas de equipamentos ou processos.

Para cada risco foi estabelecido um plano de ação e definidos responsáveis por adotar medidas de acompanhamento e ações mitigatórias, o que inclui a participação de um membro da Comissão Executiva ou gestão de topo e diretores das unidades de negócios. O processo incluiu o desenvolvimento de uma metodologia que define tolerância e limite ao risco, como uma defesa dos negócios. A gestão dos riscos é coordenada pela área de Gestão de Riscos e Auditoria e conta com uma estrutura em cada Unidade de Negócio representada pelos responsáveis do processo de auditoria interna. Outros instrumentos foram refinados e/ou desenvolvidos para monitorizar os fatores de riscos, destacando-se o processo de conformidade (compliance), a adoção da metodologia da auditoria contínua e a implementação de uma linha telefónica denominada Linha Ética.

Ética e integridade

Desde 2013 que a Cimpor conta com uma Comissão de Ética, com duplo reporte à Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade e à Comissão de Auditoria. A Comissão de Ética, assessorada pela área de Gestão de Riscos e Auditoria, assegura a implementação e monitorização da Política de Comunicação de Irregularidades e Código de Conduta, em todas as Unidades de Negócio da Cimpor e junto dos diversos *stakeholders*. Para tal, esta área conta com a “Linha Ética”, que consiste num canal divulgado a todos os colaboradores, fornecedores, clientes e *stakeholders*, de acesso público no site e redes internas da Cimpor

para colocação de dúvidas, sugestões, comentários e denúncias de desvios de comportamentos apresentados no Código de Conduta.

Em 2014, foi dado especial destaque à Lei Anticorrupção que entrou em vigor no Brasil tendo-se procedido à sua ampla divulgação na empresa. Os colaboradores das áreas de gestão de riscos e auditoria e jurídica realizaram palestras e conferências para todos os colaboradores da UN Brasil e para os principais executivos de todas as demais Unidades de Negócio da Cimpor.

Adicionalmente, todos os gestores da UN Brasil foram entrevistados para identificar o relacionamento mantido com agentes públicos, fornecedores e sociedade, assim como os processos de negócios que possam representar risco de corrupção como o objetivo de dar suporte na implantação de um processo de conformidade (compliance) para garantir aderência às disposições da referida lei anticorrupção; o mesmo critério será aplicado às demais Unidades de Negócio durante o ano de 2015. Com isso foram identificados processos e áreas sensíveis, para um acompanhamento mais estruturado.

Governo da Sociedade

Ao longo de 2014 foi dada continuidade ao aperfeiçoamento e simplificação do sistema de Governo da Sociedade da Cimpor, estando os resultados deste processo patentes, tanto em termos do processo de integração como das operações da empresa, como se que poderá constatar ao longo deste relatório.

Desenvolvendo as melhores práticas em termos de Governo da Sociedade, a Cimpor responde em grande medida às recomendações do novo Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013, que adota, e que apresenta em sede própria no Relatório de Governo da Sociedade (anexo a este Relatório).

A Cimpor mantém um modelo de governance robusto e ativo, capaz de amparar o crescimento acelerado nos últimos anos e fazer cumprir a Missão, a Visão e os Valores da empresa. Procura manter as melhores práticas que convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando o seu acesso a capital e contribuindo para a sua longevidade.

A condução global dos negócios é responsabilidade da Comissão Executiva.

Em cada país, o trabalho da Comissão Executiva é apoiado por Comitês de Gestão, responsáveis por assegurar que os processos sigam as políticas corporativas e as diretrizes sejam levadas em consideração no processo de tomada de decisão. Em 2014, as unidades da África passaram a ser dirigidas por uma vice-presidência criada para dar mais agilidade na tomada de decisões operacionais e na identificação e captura de potenciais sinergias de gestão. Já as unidades do Egito e da África do Sul passam a partir de 2015 a contar com diretores gerais de origem local. Em termos de Finanças Corporativas, foi também alocada a responsabilidade pelas operações na Europa e África a um CFO especializado nestas regiões. Conta ainda com áreas corporativas no Brasil e em Portugal responsáveis pelas principais diretrizes globais.

Por entender que uma empresa tem uma responsabilidade social inerente à sua atuação de negócios, a Cimpor conta também com uma estrutura de governança especificamente definida para fazer a gestão da responsabilidade social corporativa. Visando a melhoria do bem-estar social junto das comunidades que lhe são próximas, conta com o apoio metodológico do Instituto Camargo Corrêa (ICC) – uma instituição com um vasto historial nesta área - fazendo convergir os seus projetos de intervenção social numa nova metodologia que desenvolve quatro programas estruturantes: Infância Ideal, Escola Ideal, Futuro Ideal e Ideal Voluntário.

Resultados

A Cimpor acredita que otimizar o capital empregue e extrair o seu melhor rendimento possível, potencializa a capacidade de geração de caixa por meio da excelência operacional e produtividade.

Highlights

2014: Posição de mercado é reforçada, enquanto o potencial de África se destaca no portfólio

Vendas de Cimento e Clínquer crescem 6%, atingindo o volume recorde, no novo *portfolio*, de 30 milhões de toneladas.

Reforço da posição de mercado no Brasil, nova capacidade das operações no Paraguai, crescente contributo das operações em África e flexibilidade otimizada pela atividade de *Trading* reafirmam posição da Cimpor entre players internacionais.

Evoluções cambiais desfavoráveis do Peso Argentino (33%); Rand Sul-Africano (11%) e Real Brasileiro (8%), constroem percepção de evolução de indicadores.

O Volume de Negócios atinge 2.604 milhões de euros, apresentando-se em linha com o valor do ano anterior (-0,8%). Se neutralizadas as perdas cambiais face a 2013 (326 milhões de euros), este indicador apresenta um crescimento superior a 13% face ao período homólogo.

Margem *EBITDA* de 24,8%, uma das melhores entre as empresas internacionais do sector.

EBITDA ascende a 645,6 milhões de euros. Usando, para efeitos comparativos, a base cambial de 2014 nos resultados de 2013, i.e. excluindo o efeito cambial negativo de 80 milhões de euros, o *EBITDA* apresentaria um aumento de 6%, ao invés do decréscimo de 7% contabilizado.

Operações na América Latina, reforçam a sua posição de mercado local e introduzem novas medidas para aumento de eficiência.

- Brasil – Reforço de posição de mercado requer esforços logísticos e intervenções operacionais que, num contexto de pressão de custos energéticos, penalizam margem e resultado.
- Argentina – Liderança de mercado reforçada permite mitigar contração de consumo. Depreciação da moeda local.
- Paraguai - Nova moagem e posterior início de produção integral com novo forno, aumentam eficiência e incrementam vendas, reforçando posição competitiva local.

Performance de ativos em África - mais 18% de vendas de cimento e clínquer, aumento de 25% de *EBITDA* e 2p.p. na sua margem -, vinca tendência crescente do contributo destas operações para os resultados consolidados, reforçando o potencial da diversificação geográfica no portfólio de ativos.

- Egito – Gestão de *stocks* de combustíveis e clínquer alavancam vantagem competitiva, aumentando vendas (+18%) e reforçam presença local.

- Moçambique – Reestruturação de equipe comercial, desenvolvimento de inteligência de mercado e resultados de projeto multidisciplinar para aumento de eficiência, surtem efeito, agilizando reconquista de posição de mercado.
- África do Sul – Penetração de nova marca e inteligência comercial elevam vendas (+17%) e preço médio em ambiente competitivo, proporcionando aumento de quota de mercado. Eficiência industrial e coprocessamento aumentam *EBITDA*.

Flexibilidade e Dinamismo diferenciam Cimpor.

- Portugal e Cabo Verde – Exportações compensam contração do mercado de Portugal. Cabo Verde apresenta sinais de recuperação.
- Trading e Outros – Aumento de volume e expansão de atividade para novas geografias e aumento de eficiência.

Resultado Líquido atinge 30 milhões de euros, reflete a melhoria dos resultados financeiros e dos impostos.

Avanços no processo de fortalecimento do balanço: melhorias no perfil de dívida (extensão de maturidade e cobertura cambial); retorno do programa de fundo de maneiio e disciplina de investimento; introdução de melhorias operacionais para aumento de retorno.

Último trimestre apresenta geração de caixa de 126 milhões de euros, determinando a libertação de 91 milhões e destacando-se positivamente face à performance no ano anterior.

PRINCIPAIS INDICADORES			
	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Vendas cimento e clínquer (milhares ton)	29.987,6	28.381,5	5,7
Volume de Negócios (milhões de Euros)	2.603,7	2.624,5	-0,8
<i>EBITDA</i> (milhões de Euros)	645,6	691,8	-6,7
Resultado Líquido (milhões de Euros) ⁽¹⁾	27,2	(19,4)	s.s.
Fluxo de Caixa para a empresa	91,1	(102,0)	s.s.

⁽¹⁾ Atribuível a Detentores de Capital

Atividade em 2014

	Unidade	Brasil	Argentina	Paraguai	Portugal ⁽¹⁾	C. Verde	Egito	Moçambique	A. Sul
Atividade Cimento									
Capacidade Instalada ⁽²⁾	10 ⁶ ton	17,9	8,5	0,7	9,1	-	5,8	3,1	1,8
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	12.601	6.178	422	4.371	-	3.761	1.520	1.502
Atividade Global									
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.168,4	545,4	55,9	274,3	27,0	246,9	148,9	126,1
N.º de Trabalhadores (31 Dez.)	unidades	3.020	2.970	105	863	101	508	600	385

⁽¹⁾ Excluindo as áreas comuns ao Grupo

⁽²⁾ Produção de cimento

1. Desempenho Operacional

Voltando a reforçar a sua posição de mercado nas geografias em que opera, 2014 foi um ano de afirmação estratégica para a Cimpor ficando patente o potencial dos ativos da companhia em África, nomeadamente pelo aumento do seu peso no contributo para o *EBITDA* consolidado.

Assistindo a um crescimento de 6% de vendas, a Cimpor vendeu, em 2014, um volume recorde para o seu novo portfolio de ativos, de 30 milhões de toneladas de cimento e clínquer, apresentando um crescimento de vendas em todas as geografias onde opera com exceção da Argentina.

Expandindo a sua posição de mercado na América Latina fruto da aplicação prática da sua estratégia focada no cliente e do aumento de capacidade no Paraguai, estruturando as suas operações em África por forma a responder à procura crescente e tirando partido da sua flexibilidade de *trading*, para uma gestão eficiente da capacidade de produção geograficamente dispersa da companhia, a Cimpor reafirmou a sua posição entre as maiores cimenteiras internacionais.

Se esta expansão e desenvolvimento são evidentes no terreno, a sua transcrição para os resultados consolidados em euros e, nomeadamente a sua comparação como ano anterior, vê-se penalizada pelas depreciações observadas em 2014, principalmente no Peso Argentino (33%); no Rand Sul-Africano (11%) e no Real Brasileiro (8%).

Mesmo assim, o Volume de Negócios atingiu em 2014, 2.604 milhões de euros, apresentando-se em linha com o valor do ano anterior (-0,8%). Este indicador apresentaria um crescimento de 13,3% face ao período homólogo, se neutralizadas as perdas cambiais face ao exercício de 2013 (326 milhões de euros).

Apresentando uma margem *EBITDA*, de 24,8%, a Cimpor volta a destacar-se entre as mais rentáveis empresas internacionais do sector. Contudo, apesar do aumento da atividade da companhia e do crescimento da eficiência operacional em diversas áreas, o aumento das tarifas energéticas e dos custos das matérias-primas acabariam por tornar desfavorável a evolução da margem *EBITDA* (26,4% em 2013).

Em valor absoluto, o *EBITDA* ascende a 645,6 milhões de euros. Usando para efeitos comparativos a mesma base cambial de 2014 em 2013, i.e. excluindo o efeito cambial negativo de 80 milhões de euros, o *EBITDA* apresentaria um aumento de 6%, ao invés do decréscimo de 7% contabilizado.

Numa análise por geografia, as operações na América Latina, reforçam a sua posição de mercado e preparam um aumento de eficiência, enquanto a performance de ativos em África - mais 18% de vendas de cimento e clínquer, um aumento de 24,8% de *EBITDA* e 2p.p. na sua margem -, reforça a tendência crescente de aumento do contributo destas operações para os resultados consolidados da companhia e evidencia o potencial da diversificação geográfica no portfólio de ativos. Por seu turno Portugal,

benchmarking operacional, e a atividade de *Trading*, afirmam-se na dimensão de dinamismo e flexibilidade que diferenciam a Cimpor.

VENDAS

Em termos acumulados, registou-se um crescimento no volume de vendas de cimento e clínquer de 6% para 30 milhões de toneladas. Em 2014, assistiu-se a um contributo crescente das vendas a partir de todos os países onde a Cimpor opera, com exceção da Argentina.

No ano 2014, seguindo a sua estratégia de foco no Cliente e tirando partido da cobertura nacional que hoje apresenta no Brasil, a Cimpor vendeu nesta geografia 12,6 milhões de toneladas. Registrando um crescimento do volume de vendas de 1%, a companhia estima ter aumentado a sua quota de mercado numa conjuntura de abrandamento de consumo - uma tendência mais acentuada no 2º semestre do ano, em face do envolvimento nacional no campeonato do Mundo de Futebol e dos períodos pré e pós eleitoral.

Na Argentina, a Cimpor reafirmou a sua posição de líder nacional apresentando um crescimento na quota de mercado. Contudo, na sequência de um ciclo de consumo crescente e após ano *record* de vendas no país em 2013, assistiu-se a uma contração da procura de 3,2% face ao ano anterior. Se para a Cimpor esta tendência de contração foi explícita na primeira metade do ano, os últimos meses do ano apresentaram já sinais de recuperação.

O Paraguai, beneficiando de um ano completo de operação da sua unidade de moagem, e a partir do final do ano de uma linha de produção totalmente integrada – com a entrada em produção do novo forno de clínquer-, pode responder com uma forte dinâmica comercial à procura observada localmente, suplantando em 50,6% o volume de vendas do ano anterior e aumentando a sua quota de mercado local.

Em Portugal, o mercado interno continuou a revelar uma contração sendo que esta se veio a desagrar ao longo do ano. Contudo, o recurso à atividade exportadora e o contributo favorável da atividade de Cabo Verde, viabilizaram um crescimento de 8% nas vendas desta unidade.

Estrategicamente vocacionada para a otimização da capacidade de produção da Cimpor e para a captura de oportunidades em novos mercados, a *Trading* voltou a incrementar fortemente a sua atividade em 2014, alcançando um crescimento de 19,7% das vendas – com destino essencialmente à América do Sul e a África.

As operações Cimpor em África apresentaram um crescimento de vendas bastante uniforme (acima de 17% em todos os países). O Egito revelou um crescimento de 17,8% no volume de vendas, atingindo as 3,7 milhões de toneladas vendidas. A estratégia de gestão de *stocks* garantiu uma posição privilegiada no mercado no primeiro semestre, mantendo-se um ritmo de crescimento elevado na segunda metade do ano após a estabilização da concorrência. Tanto o mercado de Moçambique como da África do Sul voltaram a ser afetados pela entrada de cimento importado mas em ambos os países as operações da Cimpor conseguiram aumentar a quota de mercado. Em Moçambique, a reestruturação da equipa comercial, o desenvolvimento de inteligência de mercado e a maior capacidade de produção (ano completo das duas moagens que entraram em funcionamento em 2013), aliados à melhoria operacional no segundo semestre permitiram também um crescimento de 17,0% de vendas em relação ao ano anterior. Por último, na África do Sul, o crescimento do volume foi de 17,3% consolidando o sucesso da estratégia comercial e da implantação da nova marca.

Em termos consolidados, no que concerne a vendas dos demais produtos da Cimpor é de destacar uma redução da quantidade vendida de betão em 6,1% (provocado pela menor procura de grandes obras no Brasil), e alguma estabilidade nas vendas de agregados e argamassas.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER - DESAGREGAÇÃO POR UN			
(Milhares de toneladas)	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Brasil	12.601	12.533	0,5
Argentina	6.178	6.383	-3,2
Paraguai	422	280	50,6
Portugal	4.371	4.053	7,9
Cabo Verde	182	176	3,7
Egito	3.761	3.192	17,8
Moçambique	1.520	1.299	17,0
África do Sul	1.502	1.281	17,3
Sub-Total	30.539	29.197	4,6
Eliminações Intra-Grupo	-551	-815	s.s.
Total Consolidado	29.988	28.382	5,7

VENDAS DE OUTRAS ATIVIDADES			
	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Vendas de betão (milhares de m3)	4.542	4.836	-6,1
Vendas de agregados (milhares de ton)	8.219	8.255	-0,4
Vendas de argamassas (milhares de ton)	238	240	-1,0
Exploração Ferroviária (milhares de ton)	5.259	5.751	-8,6

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócio de 2014 atingiu os 2.604 milhões de euros, apresentando-se em linha com o valor do ano anterior (-0,8%). Este indicador apresenta contudo um crescimento de 13,3% face ao período homólogo, se neutralizadas as perdas cambiais face a 2013 (326 milhões de euros).

No Brasil o foco no cliente traduzido numa aguerrida dinâmica comercial distinguida pelo nível de parceria e serviço prestado, permitiu, num contexto macroeconómico desfavorável, crescer levemente as vendas e preço, mas a valorização do euro acabou por se sobrepor a esta performance local implicando uma redução deste indicador em 5,7% face a 2013.

De igual modo, o Volume de Negócios da Unidade de Negócios Argentina e Paraguai - apesar da contenção da correção do consumo na Argentina e do exponencial aumento de atividade no Paraguai -, acabaria por não refletir a performance local na consolidação em euros por força do impacto da depreciação a que se assistiu no peso Argentino face a esta moeda.

Portugal regista uma ligeira retração em resultado da diminuição da atividade no mercado interno. Cabo Verde volta a crescer sustentado pelo crescimento tanto do volume de vendas como do preço.

Também em sentido positivo, a atividade de *Trading*, destacou-se ao superar cerca de 10% os proveitos de 2013.

A performance da Cimpor em África, destacou-se claramente com o Volume de Negócios a apresentar um crescimento de 16,5%. O Egito e a África do Sul demonstraram progressos na sua posição competitiva, sendo de destacar o aumento de 37% deste indicador em termos anuais no 1º caso e a melhoria impressa no 4º trimestre. Em Moçambique, o crescimento significativo das vendas compensou a diluição do preço médio de venda (sob pressão de importações e de novos concorrentes no mercado), resultando no aumento, em cerca de 5%, dos proveitos gerados face a 2013.

VOLUME DE NEGÓCIOS - DESAGREGAÇÃO POR UN			
(Milhões de Euros)	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Brasil	1.168,4	1.238,7	-5,7
Argentina	545,4	613,1	-11,1
Paraguai	55,9	38,4	45,6
Portugal	274,3	283,5	-3,2
Cabo Verde	27,0	24,0	12,7
Egito	246,9	180,8	36,6
Moçambique	148,9	141,9	5,0
África do Sul	126,1	125,2	0,7
<i>Trading / Shipping</i>	305,5	276,9	10,3
Outras	48,6	34,2	42,1
Sub-Total	2.947,0	2.956,6	-0,3
Eliminações Intra-Grupo	-343,3	-332,1	3,4
Total Consolidado	2.603,7	2.624,5	-0,8

EBITDA

Com uma margem *EBITDA* de 24,8%, a Cimpor volta a destacar-se em 2014 entre as mais rentáveis empresas internacionais do sector. Contudo, apesar do sólido crescimento da eficiência operacional e do aumento da atividade da companhia, o aumento nos custos energéticos e nas matérias-primas acabariam por ser desfavoráveis à evolução da margem *EBITDA* que, em 2013, havia alcançado os 26,4%.

Em valor absoluto, o *EBITDA* ascende a 645,6 milhões de euros. Aplicando para efeitos comparativos a mesma base cambial de 2014 aos resultados de 2013, i.e. excluindo o efeito cambial negativo de 80 milhões de euros, o *EBITDA* apresentou um aumento de 6%, ao invés do decréscimo de 7% contabilizado.

O destaque apresentado pelo aumento de retorno das operações em África (148 milhões de euros), que revelaram um aumento de *EBITDA* de 26% face a 2013, vem evidenciar uma tendência que se antevê crescente do seu peso no *EBITDA* consolidado da Cimpor, deixando patente o potencial dos ativos nesta região em que a companhia vem investindo. Contudo, a América do Sul continua a prevalecer neste portfolio de ativos, sendo de referir que contribuição do Brasil se apresenta já menos acentuada, ao representar pela primeira vez menos de metade do *EBITDA* gerado.

Em 2014, o Brasil registou um *EBITDA* de 322 milhões de euros, num contexto influenciado pelo ano eleitoral e por uma forte pressão sobre os custos, principalmente em termos energéticos. Acresce também que a análise da sua performance evolutiva face a 2013 acaba por ser perturbada pela conversão do seu contributo para euros, registando-se uma perda de cerca de 34 milhões de euros por força da depreciação do real.

A Unidade de Negócio da Argentina e Paraguai revelou um *EBITDA* de 128 milhões de euros, revelando um crescimento de 2,3%. Se por um lado o *EBITDA* desta UN beneficia para efeitos de comparação com o ano anterior da duplicação do contributo do Paraguai (por via aumento de atividade e eficiência das novas unidades industriais) e da multa anti-trust na Argentina em 2013 (25 milhões de euros), por outro acaba por ver o contributo da sua performance local para a consolidação em euros prejudicada pela depreciação do Peso argentino (39 milhões de euros).

A unidade de negócio Portugal e Cabo Verde, beneficiou por um lado do incremento do contributo de Cabo Verde e por outro do forte dinamismo na actividade exportadora – que, pelo volume alcançado, apesar de providenciar uma margem inferior às vendas no mercado interno em Portugal, conseguiu compensar a sua contração. Assim, o *EBITDA* desta unidade de negócio, fixou-se nos 32,8 milhões de euros, embora apresentando uma redução de 2,7%, justificada pela menor alienação de licenças de CO₂ em comparação ao ano de 2013.

A performance das operações da Cimpor em África destacou-se claramente em 2014. O Egito registou um incremento substancial do *EBITDA*, sustentado pelo aumento do volume de negócios em paralelo com melhor desempenho operacional, compensando o aumento do custo com combustíveis local. Em Moçambique, o *EBITDA* viu-se constrangido por problemas operacionais no primeiro semestre e pela pressão no preço de venda gerada pelas importações locais e, por último, o sucesso comercial e a otimização dos custos variáveis estiveram na base do incremento do *EBITDA*, na África do Sul.

Finalmente, cabe referir o aumento de atividade da *Trading*, num sinal claro da crescente flexibilidade e alcance comercial das operações da Cimpor que fazem desta companhia a 5ª maior trader de cimento do mundo.

A Cimpor prossegue o seu desenvolvimento numa procura contínua de aumento de produtividade e eficiência. De entre as diversas ações que desenvolve neste campo, destaca-se a expansão da atividade de coprocessamento na afinação da sua matriz energética com contributo diretamente positivo no *EBITDA* da companhia.

Com o início do deste processo na África do Sul e Moçambique, a companhia passou a coprocessar em todos os países onde produz cimento. A Cimpor conta presentemente com 21 fábricas (em 25) e com 25 fornos (em 30) a coprocessar, tendo pela primeira vez atingido taxas diárias superiores a 50% em algumas das suas unidades. O volume total de resíduos coprocessados aumentou 4,3%, permitindo economizar 250.000 t de combustíveis fósseis (crescimento de 15.000t em relação a 2013), ou seja trazendo um impacto positivo de 28 milhões de euros ao *EBITDA*.

EBITDA			
(Milhões de Euros)	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Brasil	322,2	416,5	-22,6
Argentina e Paraguai	128,0	125,2	2,3
Portugal e Cabo Verde	32,8	33,8	-2,7
África	148,4	119,0	24,8
Trading / Shipping e Outros	14,1	-2,7	s.s.
Consolidado	645,6	691,8	-6,7
Margem EBITDA	24,8%	26,4%	-1,6 p.p.

Brasil

A economia brasileira deverá ter apresentado em 2014 um crescimento de cerca de 1%. O envolvimento a nível nacional em torno do campeonato do mundo de futebol seguido de um período de incerteza em torno do processo eleitoral viria a justificar o abrandamento de investimento e consumo observado no segundo semestre. Vindo de um ciclo de elevado consumo de cimento, observando-se um crescimento médio de 7,8% por ano entre 2004 e 2013, o sentimento económico acabou por se reflectir numa contracção deste mercado que se estima ao redor de 2%.

Embora a estratégia de diversificação geográfica de ativos evidencie já o potencial de retorno das restantes operações do *portfolio* da Cimpor, o Brasil continua a ter preponderância na contribuição para o *EBITDA* consolidado, destacando-se pelo volume de vendas local, 12,6 milhões de toneladas.

O foco no cliente, assumido pela Cimpor como um pilar estratégico, vem distinguido a companhia permitindo-lhe, em contraciclo, o aumentar as vendas em 0,5% num sinal evidente da sua reafirmação neste mercado.

Paralelamente, o desenvolvimento do nível de serviços prestados no âmbito do dinamismo comercial impresso pela companhia, tornou possível um aumento de preço médio de cimento, se bem que ainda aquém do nível de inflação observado.

Nas operações de betão e argamassas, a Cimpor registou em 2014 um volume de vendas de 2,4 milhões de m³ e 0,2 milhões de toneladas, respetivamente. Em relação aos agregados viu a sua atividade crescer ligeiramente, 1% face ao período homólogo.

O reforço da implantação nacional da Cimpor e a firme intenção de assegurar um fluxo contínuo de oferta de cimento à sua base de clientes, exigiu um importante esforço logístico acompanhado intervenções operacionais para ajuste da oferta. Por seu turno, assistiu-se em 2014 a um aumento dos custos energéticos não só por força da retirada de subsídios como também pelo impacto da desvalorização do real na importação de combustíveis fosseis.

Neste enquadramento, a unidade de negócio Brasil registou um *EBITDA* de 322 milhões de euros, numa contracção de cerca de 23% face a 2013, uma comparação influenciada em 34 milhões de euros pela depreciação do real brasileiro.

Em termos de investimento para o ano de 2014, o valor ascendeu a 128 milhões de euros, com destaque para os seguintes projetos: aumento de capacidade do teleférico de Apiaí, sistema de queima de resíduos

em Candiota e os projetos de aumento de capacidade – *greenfield* em Caxitu e *brownfield* em Cezarina (nova linha de produção de clínquer).

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	17,9	17,9	-0,2%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	12.601	12.533	0,6%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	2.394	2.760	-13,3%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	2.420	2.396	1,0%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	183	196	-6,6%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.168,4	1.238,7	-5,7%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	322,2	416,5	-22,6%
Margem EBITDA	%	24,8%	26,4%	-1,6 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	3.020	3.055	-1,1%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	127,9	224,5	-43,0%

⁽¹⁾ Produção de cimento

Argentina e Paraguai

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	9,2	8,5	8,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	6.600	6.664	-1,0%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	545,4	613,1	-11,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	128,0	125,2	2,3%
Margem EBITDA	%	23,5%	20,4%	3,1 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	3.075	3.048	0,9%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	46,8	72,4	-35,4%

⁽¹⁾ Produção de cimento

Em 2014 a Argentina e Paraguai revelaram um *EBITDA* de 128 milhões de euros, mantendo-se como o segundo maior contributo para o *EBITDA* consolidado da companhia. Comparativamente com 2013, antes de mais há que ter presente o aumento do contributo da atividade no Paraguai para esta unidade de negócio, cuja eficiência acabaria por se revelar num aumento da sua margem *EBITDA* em cerca de 6p.p. Por outro lado, nesta comparação deverão ser tidos em conta favoravelmente os custos extraordinários registados em 2013 (multa anti-trust no valor de 25 milhões de euros) e, desfavoravelmente, o efeito da desvalorização de 33% do Peso Argentino (cerca de 39 milhões de euros).

Em 2014, uma importante fatia do investimento da Cimpor foi alocada ao Paraguai, no projeto para a conclusão da fábrica integrada de produção de cimento. Assim o investimento alocado em 2014 à Unidade de Negócios da Argentina e Paraguai cifrou-se em 47 milhões de euros, abrangendo no Paraguai a moagem de carvão, moagem de cru e forno desta fábrica agora integrada e na Argentina principalmente investimentos de manutenção.

ARGENTINA

A economia argentina, apresentou em 2014 a primeira queda no crescimento em mais de uma década com o PIB a contrair cerca de 1% em relação a 2013. O início do ano, marcado pela forte instabilidade cambial e pela turbulência nos mercados financeiros, em função da reestruturação da dívida local, contribuíram para uma redução do consumo e do investimento.

Registando um crescimento médio de 7,7% nos últimos 10 anos, o mercado de cimento depois de ter registado em 2013 um record histórico de vendas e um crescimento de 12% anunciava já uma perspectiva de ajustamento que acabaria por se concretizar em 2014. Contudo, em face do contexto acima, o mercado mostrou mais uma vez a sua resiliência cingindo esta contracção a 3,5%, o que é possível em face da tendência de canalização de investimento para o sector de construção residencial argentino como medida usual de salvaguarda em contextos de inflação pronunciada.

Estrategicamente orientada para o foco no cliente, a Cimpor reafirmou-se na sua posição de líder nacional aumentando a quota de mercado. Por esta via, acabaria por mitigar o impacto da contracção de mercado apresentando mesmo uma recuperação face a esta tendência local no último trimestre e concluindo 2014 com um volume de vendas de cimento e clínquer de 6,2 milhões de toneladas.

Apesar do contexto económico se ter reflectido nos diversos negócios desta unidade, cumpre fazer referência às medidas de aumento de eficiência, como sejam a redução de clínquer incorporado e aumento da eficiência energética por via do coprocessamento, que vêm surtindo efeito.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	8,5	8,5	0,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	6.178	6.383	-3,2%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	706	726	-2,7%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	1.059	1.112	-4,8%
Vendas Ferrosur	10 ³ ton	5.259	5.751	-8,6%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	545,4	613,1	-11,1%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	2.970	2.968	0,1%

⁽¹⁾ Produção de cimento

PARAGUAI

Após um ano de crescimento económico destacado entre os países da América Latina, em 2014 a economia Paraguaia deverá ter crescido cerca de 4%, apresentando um Paraguai progressivamente mais competitivo e atrativo na captação de investimento estrangeiro.

O mercado de cimento manteve o seu ritmo de expansão, crescendo 14% em relação ao ano anterior e superando já o consumo de 1 milhão de toneladas.

A Cimpor contou pela primeira vez em 2014, com um ano completo da sua unidade de moagem, e já no final do ano com a conclusão do novo forno, que veio dotar esta unidade de uma capacidade da produção integrada de cimento de 680 mil toneladas/ano. A dotação industrial local, associada à versatilidade e agilidade da Cimpor, recorrendo onde e quando necessário à sua capacidade de produção noutras geografias, possibilitou a pronta e continua resposta à procura local.

Desta forma a companhia aumentou em 50,6% o seu volume de vendas nesta geografia, resistindo a um ambiente especialmente pressionado pela tendência importadora que acabou por determinar alguma deterioração no preço local.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	0,7	0,4	70,0%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	422	280	50,6%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	55,9	38,4	45,6%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	105	80	31,3%

Portugal e Cabo Verde

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	9,1	9,1	-0,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	4.554	4.229	7,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	274,3	283,5	-3,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	32,8	33,8	-2,7%
Margem EBITDA	%	12,0%	11,9%	0,1 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	964	973	-0,9%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	6,4	3,3	93,7%

⁽¹⁾ Produção de cimento

Apesar do aumento de atividade da Unidade de Negócio Portugal e Cabo Verde, o efeito da quebra do peso das vendas de cimento no mercado interno português e a diminuição dos proveitos resultantes da alienação de licenças de CO₂ face a 2013 (menos 2 milhões de euros) justificam o decréscimo de 2,7% observado no EBITDA.

Manteve-se o cenário de contenção em termos de investimentos líquidos operacionais, atingindo 6 milhões de euros, com destaque para o projeto de coprocessamento de queima de RSU's na fábrica de Alhandra.

PORTUGAL

Em 2014 a economia portuguesa inverteu a tendência de contração dos últimos 3 anos, apresentando um crescimento do PIB próximo de 1% e consolidando uma trajetória de recuperação global do PIB.

O setor da construção, sensível à contenção do investimento privado e restrições de natureza orçamental das contas do Estado, manteve-se retraído penalizando o consumo de cimento no mercado nacional. Embora a evolução da construção se mantivesse ainda desfavorável, observaram-se sinais positivos e o grau de retração do mercado, ainda em dois dígitos, foi bastante inferior ao ocorrido em 2013.

As vendas de cimento da Cimpor em Portugal seguiram a tendência do mercado, recuando 12% em relação ao ano anterior, para um total de cerca de 1,3 milhões de toneladas. Em compensação, a exportação de cimento e clínquer voltou a bater o seu recorde histórico, crescendo 20% no ano, o equivalente a mais de 3 milhões de toneladas comercializadas, essencialmente para países em África e na América do Sul. As exportações, apesar de terem preços mais baixos quando comparados aos preços praticados no mercado interno, têm ajudado a alavancar a produção de cimento e clínquer, aumentando a taxa de utilização da capacidade de clínquer.

Ao nível do betão, o ano de 2014 inverteu a tendência de queda de 2013, verificando-se um aumento do volume de vendas de 9,4%, atingindo 1.064 milhares de m³. Nos agregados e argamassas o *EBITDA* apresentou um crescimento sustentado no maior volume de vendas de argamassas) e da otimização operacional nos agregados.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	9,1	9,1	-0,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	4.371	4.053	7,9%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1.064	973	9,4%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	4.103	4.199	-2,3%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	56	45	23,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	274,3	283,5	-3,2%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	863	868	-0,6%

⁽¹⁾ Produção de cimento

CABO VERDE

Em Cabo Verde, o ano de 2014 fica marcado pelo aumento no consumo de cimento, invertendo a tendência a que se vinha assistindo. As vendas da Cimpor superam a performance do mercado crescendo cerca de 3,7% para um total de 182 mil toneladas vendidas, acomodando um aumento de preço superior a 3%. De igual forma, por via do aumento de grandes obras, principalmente ligadas ao setor do turismo e ao programa de investimento público, as vendas do betão e agregados registaram incrementos de vendas acima dos 60%.

	Unidade	2014	2013	Var.
Vendas de Cimento	10 ³ ton	182	176	3,7%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	17	10	66,3%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	64	39	63,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	27,0	24,0	12,7%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	101	105	-3,8%

África

O desenvolvimento das operações da Cimpor em África, assumem um claro destaque em 2014, revelando o potencial do seu peso crescente no *portfolio* de ativos ao apresentar um crescimento de *EBITDA* de 25%.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	10,7	10,1	6,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	6.783	5.772	17,5%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	521,9	447,8	16,5%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	148,4	119,0	24,8%
Margem EBITDA	%	28,4%	26,6%	1,9 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	1.493	1.580	-5,5%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	21,5	46,0	-53,3%

⁽¹⁾ Produção de cimento

O desenvolvimento recente das operações Cimpor em África, espelham o potencial dos mercados locais aliados às práticas de gestão que vêm sendo introduzidas nestas geografias. Se por um lado todos os mercados em que a companhia opera apresentaram crescimentos, por seu turno as melhorias operacionais introduzidas por via de sistemas de partilha de melhores práticas e implementação de medidas para alcance dos patamares apresentados como *benchmarking*, vêm surtindo efeito nas diversas regiões.

Uma intensificação do dinamismo comercial em todas as geografias, respondendo ao apelo estratégico do foco no cliente, introduzindo níveis de resposta à procura e prestação de serviços inovadores, associada aos benefícios da gestão de *stocks* e matriz energética no Egito, melhorias operacionais na África do Sul e ações do projeto Mutirão em Moçambique, iniciativas que entre outras permitiram a esta unidade apresentar um aumento de 25% no *EBITDA* registado, elevando o mesmo para 148 milhões de euros.

Este aumento é tanto mais relevante se for tido em consideração, o incremento em 2p.p na margem *EBITDA* que lhe está associada: 28,4%.

O investimento líquido operacional decresceu mais de 50% face a 2013, cifrando-se nos 21 milhões de euros, prosseguindo com a instalação do novo moinho de carvão e intensificando a implementação da atividade de coprocessamento no Egito, a instalação do moinho de cimento no Dondo e a subestação elétrica em Moçambique e investimentos em manutenção na África do Sul.

EGITO

Em 2014, a economia do Egito manteve o registo de crescimento acima dos 2%, beneficiando da maior estabilidade política, das reformas económicas e da recuperação do investimento.

A melhoria do contexto económico conduziu a um crescimento do consumo de cimento superior a 2,5%, para um total de 51 milhões de toneladas consumidas.

Por outro lado, os ajustes na política energética acabariam por determinar um agravamento da fatura energética para a indústria cimenteira.

A atividade da Cimpor no Egito destacou-se positivamente em 2014. Antecipando as restrições e correcções aplicadas no abastecimento de combustíveis - nomeadamente a retirada de subsídios do gás natural, primordialmente usado como combustível até então-, a companhia optou estrategicamente pela estocagem tanto de combustíveis como de clínquer. Confirmado o cenário por si perspectivado, ao contrário de alguns dos seus concorrentes, a companhia conseguiu assegurar o regular funcionamento das operações respondendo à sua procura natural e expandindo a sua base de clientes.

A opção de estocagem aliada ao dinamismo comercial da Cimpor, traduziu-se num aumento da quota de mercado, com um crescimento de vendas de 18% em face da vantagem competitiva apresentada.

Dando seguimento às medidas de aumento de eficiência operacional local bem patente no acréscimo de margem *EBITDA* registado em 2014, a Cimpor progrediu também na optimização do consumo de clínquer. Paralelamente, atenta à nova política energética local, prosseguiu com o ajuste da sua matriz energética – que para além da instalação em curso de um novo moinho de carvão acomoda já uma intensificação da actividade de coprocessamento. De facto em 2014, a Cimpor bateu o nível recorde de coprocessamento desta unidade, mitigando o aumento de cerca de 20% dos custos energéticos locais.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	5,8	5,5	5,9%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3.761	3.196	17,7%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	17	15	9,1%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	246,9	180,8	36,6%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	508	516	-1,6%

⁽¹⁾ Produção de cimento

MOÇAMBIQUE

As últimas estimativas apontam para que o PIB de Moçambique tenha crescido cerca de 8% em 2014. Mantem-se o desempenho macroeconómico robusto do país sustentado no aumento da produção de carvão, implementação de projetos de infraestruturas e expansão orçamental.

O mercado do cimento manteve a sua tendência recente, crescendo acima dos 2 dígitos, e superando a evolução do PIB da economia moçambicana, com um crescimento estimado de 14%. Por seu turno, o ambiente especialmente competitivo por via das importações acabaria por determinar alguma pressão no preço local.

Para a Cimpor, o ano fica marcado pelo início de um projeto de melhoria operacional "Mutirão Industrial" com o objetivo de alavancar pontos-chave da performance industrial e elevar a unidade para os níveis de *benchmarking* operacional da companhia. Na parte final do ano, mantendo-se o desafio de abastecimento regular de calcário ao forno, foram já evidenciadas melhorias de produtividade e eficiência, com a produção de clínquer e cimento a superar o ano anterior em 35% e 28%, respetivamente, complementadas com reduções observadas no consumo de combustíveis e electricidade.

Por seu turno, a reestruturação da equipa comercial e o desenvolvimento de inteligência de mercado nesta unidade de negócio - que contou pela primeira vez com um ano completo de atividade das duas novas moagens instaladas em 2013 - e uma resposta industrial melhorada pelo efeito imediato das ações emanadas do Mutirão Industrial, elevaram em 17% as vendas de cimento locais para o nível recorde de 1,5 milhões de toneladas, num processo de reconquista de quota de mercado local.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	3,1	2,9	7,2%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.520	1.299	17,0%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	157	172	-8,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	148,9	141,9	5,0%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	600	643	-6,7%

⁽¹⁾ Produção de cimento

ÁFRICA DO SUL

As perspectivas de evolução da economia Sul-africana revelaram-se positivas com uma tendência de crescimento de cerca de 1,5%, em linha com a expansão que se vem observando desde 2008.

Segundo as últimas estimativas, em 2014, o mercado do cimento deverá ter apresentado um crescimento inferior a 2%, observando-se contudo um aumento de competitividade por via do acentuado aumento das importações e da entrada de novos players.

A Cimpor, implementando uma nova dinâmica comercial e explorando a nova marca introduzida em 2013, aumentou as suas vendas em cerca de 17%, para cerca de 1,5 milhões de toneladas, evidenciando uma clara tendência de recuperação da sua quota de mercado ao mesmo tempo que imprimia um aumento de preço médio de cerca de 3%.

A performance comercial foi complementada com melhorias operacionais, traduzindo-se numa produção de clínquer 25,6% acima do ano anterior com menor consumo térmico e arranque da atividade de coprocessamento.

	Unidade	2014	2013	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ⁶ ton	1,8	1,7	5,7%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.502	1.281	17,3%
Vendas de Betão	10 ³ m ³	188	180	4,3%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	573	509	12,5%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	126,1	125,2	0,7%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	385	421	-8,6%

⁽¹⁾ Produção de cimento

2. Amortizações e Provisões

As amortizações e imparidades totalizaram 197 milhões de euros, que comparam com 205 milhões de euros em 2013, encontrando-se influenciadas pelo impacto da conversão cambial para o euro. A câmbios de 2013, as amortizações e imparidades registariam um acréscimo de cerca de 15 milhões de euros.

3. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros da Cimpor em 2014 atingiram os 371 milhões de euros negativos o que compara com os 407 milhões de euros negativos em 2013.

Para esta variação contribuiu significativamente a evolução favorável das diferenças cambiais negativas, em cerca de 97 milhões de euros, para o que contribuiu a contratação no 3º trimestre do ano de instrumentos financeiros de cobertura do euro à exposição cambial ao USD, o que permitiu evitar perdas cambiais de cerca de 100 milhões de euros, reduzindo-se desta forma de modo significativo o risco nos resultados pela exposição àquela volatilidade cambial.

O incremento nos encargos líquidos com juros, de cerca de 39 milhões de euros, resultado da subida das taxas de juro na América do Sul e do efeito nas taxas pelo aumento da maturidade das dívidas financeiras em Euros e USD, decorrente da reestruturação efetuada no ano, o que igualmente justifica um acréscimo dos encargos associados em cerca de 16 milhões de euros, são fatores que contribuem para o atenuar daquele ganho.

4. Impostos

Os impostos sobre o rendimento tiveram uma melhoria de cerca de 48 milhões de euros, para 48 milhões de euros, continuam a não estar influenciados pelo registo dos impostos diferidos correspondentes aos resultados negativos das sociedades holding e financeiras detentoras de dívida e refletem uma geração de resultados em 2014 com tributações efetivas mais favoráveis.

5. Resultado Líquido

O Resultado Líquido foi de 30 milhões de euros. A componente atribuível a detentores de capital apresentou um aumento de 46 milhões de euros, cifrando-se nos 27 milhões de euros, fortemente influenciado pelas variações dos resultados financeiros e dos impostos, pelas razões expostas acima.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(Milhões de Euros)	Jan-Dez		
	2014	2013	Var. %
Volume de Negócios	2.603,7	2.624,5	-0,8
Cash Costs Operacionais Liq.	1.958,1	1.932,7	1,3
Cash Flow Operacional (EBITDA)	645,6	691,8	-6,7
Amortizações e Provisões	196,9	204,7	-3,9
Resultados Operacionais (EBIT)	448,8	487,0	-7,9
Resultados Financeiros	-371,4	-406,9	s.s.
Resultados Antes de Impostos	77,3	80,1	-3,5
Impostos sobre o Rendimento	47,8	95,5	-50,0
Resultado Líquido	29,6	-15,3	s.s.
Atribuível a:			
Detentores de Capital	27,2	-19,4	s.s.
Interesses não Controlados	2,4	4,0	-41,0

6. Balanço

A 31 de dezembro de 2014, o Ativo total da Cimpor era de 6.553 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,6% relativamente aos valores de final de 2013.

A Dívida financeira líquida, que se incrementou ligeiramente de 3.427 milhões de euros para 3.439 milhões de euros, registou no último trimestre do ano uma evolução favorável de cerca de 193 milhões de euros, para o que muito contribuiu a forte geração de caixa nesse período (cerca de 126 milhões de euros).

A maturidade média de vencimento da dívida financeira incrementou-se para cerca de 5,9 anos, em resultado de operações de refinanciamento realizadas no ano, sendo neste aspecto de destacar, pelo que também representa de capacidade de diversificação de fontes de financiamento, a emissão pela subsidiária Cimpor BV de Senior Notes a 10 anos no montante de 750 milhões de USD.

Os investimentos operacionais líquidos realizados, ascenderam a cerca de 204 milhões de euros em 2014, menos cerca de 138 milhões de euros que no ano de 2013, em consonância com o esforço de consolidação financeira seguido. Os projetos mais expressivos envolveram a continuidade da expansão das unidades de Caxitu e Cezarina, no Brasil, e a instalação do forno no Paraguai em conclusão da sua linha integrada. A estes somaram-se ainda, a instalação do moinho de cimento no Dondo e a subestação elétrica da unidade em Moçambique, enquanto nos demais países, os recursos foram destinados principalmente à manutenção dos ativos existentes.

SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO			
(Milhões de Euros)	31 dez 2014	31 dez 2013	Var. %
Ativo			
Ativos não Correntes	5.049	4.976	1,5
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	724	691	4,7
Outros Ativos Correntes	780	784	-0,5
Total do Ativo	6.553	6.451	1,6
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	928	947	-2,0
Interesses sem Controlo	50	41	23,4
Total Capital Próprio	978	988	-0,9
Passivo			
Empréstimos e Locações Financeiras	4.285	4.125	3,9
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	145	143	1,5
Outros Passivos	1.144	1.196	-4,3
Total Passivo	5.574	5.464	2,0
Total Passivo e Capital Próprio	6.553	6.451	1,6

7. Free Cash Flow

Em 2014 o nível de *Free Cash Flow* (geração de caixa) da Cimpor foi de 91 milhões de euros, evidenciando uma clara libertação de caixa em contraposição às necessidades de 102 milhões de euros observadas em 2013.

Para além do fator sazonal, que por natureza evidencia uma acentuada geração no 2º semestre, observou-se uma tendência positiva com uma geração de caixa de cerca de 126 milhões de euros no 4º trimestre.

O programa de melhoria de eficiência na geração de Fundo de Maneio mostrou-se particularmente relevante. De facto, excluída a rubrica de Pagamentos a Fornecedores de CAPEX, os benefícios das novas metodologias aplicadas na gestão do Fundo de Maneio contrabalançaram as necessidades de fundos decorrentes do aumento de atividade da Cimpor, não requerendo um investimento adicional.

Os montantes apresentados na rubrica de fornecedores, acima referida, decorrem da finalização do conjunto das cinco unidades de produção em construção em 2013, facto que justifica também que o valor apresentado na linha CAPEX para este período tenha apresentado uma redução de cerca de 40% em 2014.

A Cimpor, concluiu, em 2013, um ciclo de elevados investimentos, encontrando-se agora numa posição confortável para o seu desaceleramento norteado pela disciplina de investimento inerente aos objetivos de desalavancagem da companhia.

Neste enquadramento, assistiu-se então a uma contracção de *EBITDA* mitigada pela eficiência da gestão de Fundo de Maneio e a uma redução de CAPEX e de impostos pagos (já que 2013 se assistiu a uma regularização especial em regime benéfico em Portugal) que, em conjunto, viabilizaram a libertação dos fundos de caixa apresentados.

€ milhões	2013			2014		
	1S	2S	Final Ano	1S	2S	Final Ano
EBITDA	284	408	692	289	357	646
Fundo de Maneio ⁽¹⁾	-184	65	-119	-121	80	-41
Outros	7	-31	-24	-2	-13	-15
Atividades Operacionais	108	441	549	166	424	590
Juros Pagos	-110	-112	-222	-102	-139	-240
Impostos Pagos	-27	-78	-105	-13	-29	-42
Fluxo de Caixa antes de investimentos	-29	251	222	51	256	308
CAPEX	-179	-158	-337	-105	-94	-199
Vendas de Ativos / Outros	-17	31	14	-32	14	-18
Fluxo de Caixa para a empresa	-226	124	-102	-85	176	91
Novos empréstimos e debentures	215	227	442	1166	607	1,773
Pagamento de empréstimos e debentures	-196	-213	-409	-1208	-678	-1,886
Dividendos	-14	-4	-17	-3	0	-3
Alterações em caixa e equivalentes de caixa	-220	134	-86	-130	105	-24
Diferenças de câmbio	-34	-54	-88	1	28	29
Caixa e equivalentes de caixa, final do período	560	640	640	512	645	645

⁽¹⁾ 2014 inclui valor de fornecedores de imobilizado de 2013.

Parcerias

“Construindo parcerias sustentáveis”, a *tag line* da companhia desde 2013 e uma das suas quatro dimensões estratégicas, deu origem ao Projeto Parcerias, que tem como principal objetivo a diferenciação entre os seus diferentes públicos de relacionamento. O projeto foca-se na compatibilidade e na complementaridade dos objetivos da empresa e dos seus parceiros – clientes, fornecedores e a comunidade – visando a criação de relações duradouras que se traduzam, para ambas as partes, em benefícios de longo prazo.

O projeto foi desenvolvido a partir de entrevistas e *workshops* com um grupo de parceiros para identificar as prioridades e sistematizar algumas iniciativas, com a apresentação de ideias e de projetos alinhados aos objetivos estratégicos e às percepções de clientes, fornecedores e de comunidades envolvidas. Posteriormente, a Comissão Executiva aprovou projetos que estão em fase de implementação e serão desenvolvidos ao longo dos próximos anos.

Clientes

Diferenciar-se junto aos clientes pelo nível de parceria e de serviços e construir um relacionamento consolidado com os clientes através de ações como o desenvolvimento de produtos, programas de formação, consultorias, entre outros, são premissas para Cimpor.

Os caminhos estratégicos para a companhia desenvolver parcerias *win-win* com os seus clientes são representados em 11 dimensões. Estas incluem aspetos como a procura pela entrega de produtividade capaz de ser mensurável para o cliente, desenho de preços e a segmentação de clientes de acordo com o desempenho até à partilha de informação estratégica relevante de mercado para o melhor desenvolvimento do negócio. Os projetos foram estruturados em 2014 e estarão em implementação a partir de 2015.

Um dos mais emblemáticos é a **Fábrica do Cliente**, que consta de um diagnóstico e da análise de estrangulamentos na infraestrutura das fábricas para o atendimento da procura, tentando identificar as adequações necessárias para a melhoria do nível de serviço oferecido, de forma a otimizar o tempo de permanência de veículos, agilizar o atendimento e disponibilizar produto. Com o foco inicial no Brasil, foram mapeadas todas as fábricas do país, para identificar as melhorias que devem ser introduzidas para proporcionar um atendimento por medida para os diferentes perfis de clientes.

Fornecedores

Assegurar um relacionamento de longo prazo com fornecedores, pautado pela procura de uma relação custo-benefício adequada, por fiabilidade técnica e financeira e transparência na condução das negociações, além de procurar influenciá-los a adotarem uma postura socio-ambiental responsável deve ser a diretriz para qualquer relacionamento conduzido pela empresa.

O entendimento da diretriz do que significa criar uma relação sustentável com os fornecedores foi obtido a partir de entrevistas com diferentes empresas que fornecem produtos ou prestam serviços para a Cimpor. As entrevistas permitiram captar ambições e necessidades desses parceiros. A partir delas, foram identificadas várias dimensões para desenvolver no futuro parcerias *win-win*.

No processo, foram identificados vários projetos capazes de alcançar o objetivo de assegurar um relacionamento de longo prazo com os fornecedores, destacando-se em especial duas iniciativas:

A primeira é a criação de um **Fórum de Logística** que integre a cadeia de valor - clientes, fornecedores, utilizadores e prestadores de serviço. Esta iniciativa permitirá criar um processo estruturado de diálogo com a cadeia logística e avanços importantes no desempenho de toda a operação.

Outro projeto é o **Partner**, um programa de reconhecimento formatado para incentivar a produtividade e a inovação, além de fomentar práticas de sustentabilidade, segurança e de responsabilidade social. Para auditar essa evolução foram estabelecidos diversos parâmetros e serão feitas avaliações periódicas. No final de 2015, está previsto um evento para reconhecer publicamente os resultados mais relevantes.

Comunidades

Na pauta de ações da Cimpor com as comunidades envolvidas está o estabelecimento de relações institucionais marcadas pelo respeito pelas leis e pela transparência induzindo ao desenvolvimento da qualidade de vida das comunidades onde a companhia está inserida, bem como o fomento do desenvolvimento técnico-científico através de parcerias que criem valor a longo prazo.

A somar aos diversos canais de relacionamento que a empresa já mantém, no projeto Parceria foram realizadas entrevistas com diferentes públicos-alvo da comunidade e um grupo de discussão com formadores de opinião o que permitiu entender o significado de construir uma relação sustentável com a comunidade e identificar dimensões para o estabelecimento de uma parceria *win-win* com a comunidade das unidades fabris. Passam por temas como a integração de vários agentes da cadeia de negócio – por exemplo investigadores, fornecedores e clientes em causas partilhadas –, o alinhamento das ações sociais e ambientais propostas para a comunidade com a estratégia da empresa e a agenda pública, e a capacidade de transferir poder, competência e gerar ganhos para a comunidade local, entre outras.

No relacionamento com as comunidades, em todas as operações, a empresa criou e mantém os Comitês de Desenvolvimento Comunitários (CDCs) que são compostos por líderes da comunidade local, sejam elas representantes da autoridade formal, ONGs ou outros agentes relevantes em conjunto com representantes da empresa. O objetivo deste grupo é garantir que os projetos definidos têm representatividade para aquela comunidade, bem como o envolvimento dos seus representantes.

Para apoiar estas ações, existem em todos os países os Comitês de Incentivo ao Voluntariado e Interação com a Comunidade (Cívicos) e Grupos de Ação Ideal Voluntário (GAIVS).

Esta estrutura desenvolve e implementa projetos estruturantes ligados à temática social com o apoio metodológico do Instituto Camargo Corrêa. Adaptados à realidade local, os projetos estruturantes procuram desenvolver o potencial de cada comunidade ajudando-as a vencer os seus desafios com ações de apoio à infância e à adolescência. Os principais temas são a melhoria da primeira infância, direitos da criança e do adolescente, educação fundamental, geração de rendimentos e a preparação para o mercado de trabalho.

A prioridade do desenvolvimento comunitário ainda fez com que a empresa lançasse novas metodologias de inovação para identificar oportunidades de projetos de geração de valor partilhado. O resultado foi o Programa de Inovação Social – “Cobuilding, the Social Innovation Engine”, que coloca o Investimento Social Privado da Cimpor num novo patamar, contribuindo para a construção efetiva de parcerias sustentáveis. Dentro dessa ampla iniciativa foi dada prioridade a projetos emblemáticos para serem desenvolvidos em 2014 e ao longo dos próximos anos.

Desenvolvimento de Fornecedores Locais – O projeto que une iniciativas de criação de rendimentos à cadeia de valor da companhia combina as dimensões de vincular ações à estratégia e à geração de receita. Especificamente no Brasil, em parceria com o Sebrae, estão a ser formados pequenos fornecedores da região de Pedro Leopoldo, em Minas Gerais, com o objetivo de assegurar a melhoria dos seus processos, a excelência e expansão das operações. Este é, apenas, o piloto de um modelo que abrangerá toda a empresa e posteriormente será adaptado aos demais países. Destinado às micro e pequenas empresas, com uma faturação anual inferior a R\$ 3,6 milhões, o projeto contou em 2014 com 60 participantes.

Na mesma direção, foram executados projetos de formação para desenvolver a cadeia de pequenos produtores de artefatos de cimento de Matola, em Moçambique. No diagnóstico feito localmente foram identificados 191 produtores, 70% dos quais com um a quatro funcionários e uso de equipamentos manuais. O projeto-piloto, iniciado em setembro e com um prazo de duração entre 12 e 18 meses, visa a capacitação de 30 empreendedores em temas como a gestão, os padrões de produção, a comercialização e as compras e vendas conjuntas.

Na África do Sul, o projeto Khulanathi segue o mesmo trajeto. Trata-se de uma iniciativa destinada a pequenas e médias empresas clientes da Cimpor com o objetivo de desenvolver a cadeia de pequenos produtores de artefatos de cimento gerando, desta forma, um valor partilhado.

Portas Abertas 2.0 – Programa de visitas às unidades produtivas, como parte da estratégia de envolvimento de *stakeholders*. Esta iniciativa estrutura uma atividade fundamental para o entendimento, por parte da comunidade da dinâmica da produção, as suas problemáticas e os seus esforços na gestão sustentável do meio ambiente e dos valores vividos no dia a dia da operação. Ao todo aconteceram 3.716 visitas.

Semana do Bebê – Um projeto piloto desenvolvido no Brasil, com o slogan “Todos juntos pela primeira infância”, o projeto Semana do Bebê é desenvolvido desde 2013 para atender as comunidades próximas às unidades da Cimpor naquele país. O objetivo é contribuir para o fortalecimento de políticas públicas destinadas à primeira infância (até 6 anos de idade). Todas as ações são realizadas através de uma parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e são executadas pela ONG Bem-Vindo. Em 2014, o foco foi colocar a primeiríssima infância (0 a 3 anos) no centro das atenções das comunidades e do poder público. As ações aconteceram entre os dias 26 de maio e 1 de junho, nos 15 municípios onde estão instaladas unidades da Cimpor no Brasil e foram beneficiadas mais de 10 mil pessoas. Além disso, em sete cidades houve atuação voluntária, com participação de 278 voluntários e 44 parceiros.

Processos

Este é um tema prioritário no mapa estratégico- A melhoria de processos é essencial para assegurar a competitividade da companhia no mercado internacional e tem recebido atenção especial das equipas em todas as unidades industriais. Os planos de ação compreendem seis prioridades, que estão com projetos em diferentes fases de implementação.

O ritmo de consumo dos recursos do planeta não pode manter-se superior àquele a que a natureza consegue regenerar. Acresce que a capacidade do planeta para absorver os resíduos gerados por todos nós está, aos poucos, a esgotar-se. A recuperação, reutilização e reciclagem de subprodutos ou resíduos industriais, de forma a reduzir o consumo de matérias-primas e combustíveis virgens, constituem, atualmente, práticas industriais bem aceites e instituídas no mundo inteiro, desde que respeitados os critérios de gestão adequada da hierarquia dos resíduos. Por isso, é crucial que as indústrias se tornem cada vez mais inovadoras nesse segmento.

Na indústria cimenteira há uma tendência para a adoção dos princípios da ecologia industrial, que consistem na utilização como matérias-primas e combustíveis os subprodutos de outras indústrias, evitando, assim, o desperdício.

Esta estratégia representa para a Cimpor um esforço considerável em matéria de inovação e de adaptação aos novos mercados de matérias-primas e de combustíveis alternativos para a produção de clínquer e de adições para a produção de cimento. Implica, ainda, a criação de parcerias industriais sólidas e duradouras. Esta aposta na ecologia industrial permite ainda à Cimpor prestar um serviço relevante para a sociedade através do tratamento e valorização dos respectivos resíduos de forma segura e eficaz.

Coprocessamento

A otimização da matriz térmica e o uso de combustíveis alternativos é assumida como uma das mais prementes prioridades estratégicas da Cimpor, destacando-se neste enquadramento o programa de implementação do coprocessamento. Essa tecnologia consiste em substituir combustíveis fósseis por resíduos – como pneus, resíduos dos veículos em fim de vida e resíduos urbanos. Desta forma apresentam-se benefícios claros para a sociedade contemporânea através da eliminação completa e em condições seguras dos referidos materiais, assim como outros impactos positivos do ponto de vista ambiental (menor consumo de recursos naturais, diminuição de emissões atmosféricas decorrentes do uso de combustíveis derivados de petróleo ou carvão) e económico (promoção da economia circular).

Em 2014, foram realizados *workshops* denominados *Coprocessing Days* em todos os países, visando traçar a estratégia de longo prazo, promovendo a discussão e a troca de ideias para a ampliação do uso de resíduos e de biomassa como fonte de energia, avaliando as opções do ponto de vista ambiental e de custos.

Diversas iniciativas evidenciam o progresso desta atividade na companhia. Destacam-se os investimentos de adequação da fábrica do Egito para o início do coprocessamento. Na África do Sul, o avanço da atividade está a acontecer através da queima de pneus usados. No Brasil, foi celebrada uma importante parceria na unidade de Ijaci (MG) com uma empresa espanhola de tratamento de resíduos. Em Moçambique, foi iniciada, também este ano, a atividade de coprocessamento.

Adições

Assegurar a disponibilidade de matérias-primas com foco no planeamento e estratégia de gestão da cadeia de fornecimento das reservas minéreas próprias ou de terceiros visa garantir a posição competitiva da empresa em relação à perenidade das operações atuais e a sua expansão.

Em linha com o compromisso com a sustentabilidade, a Cimpor busca reduzir o consumo de matérias-primas naturais utilizadas no processo fabril e identificar fontes de matérias-primas alternativas e adições. Hoje, recorremos por diversas razões cada vez mais ao uso de matérias-primas alternativas. Por um lado, estas matérias-primas alternativas permitem reduzir o volume de exploração de recursos naturais virgens podendo ser usadas, quer como corretivos no processo de produção de clínquer, quer como adições na fabricação de alguns tipos de cimentos compostos substituindo o clínquer, o gesso natural e as pozolanas naturais. Por outro lado, podem, em determinados casos, representar uma boa alternativa em termos de custo-benefício comparado às matérias-primas convencionais.

Em 2014, a Cimpor definiu prioridades por unidade de negócio e identificou alternativas em estudos que incluíram, por exemplo, a utilização de xisto betuminoso e o desenvolvimento de produto com escória.

Além das ações compreendidas pelo atual conhecimento técnico do setor, a Cimpor investe hoje em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que permitirão, no futuro, ultrapassar os limites atuais deste processo.

ECOLOGIA INDUSTRIAL

Inspirado no funcionamento inteligente dos ecossistemas e nas simbioses que são estabelecidas na natureza, a Cimpor promove o uso eficiente dos recursos, com benefício para a sua pegada de carbono. Desempenhando um papel central no ecossistema industrial, a empresa utiliza e coprocessa subprodutos e resíduos de outros setores produtivos, tanto matérias-primas como combustíveis alternativos. Estabelecemos uma série de parcerias com empresas de diferentes setores (petrolífero, calçado, siderurgia, produção eléctrica, tabaco, rochas ornamentais, cana de açúcar, agro-pecuário, entre outros) com a finalidade de manter a regularidade no fornecimento e escoamento destes materiais / subprodutos de outras indústrias e, ao mesmo tempo, solucionar de uma forma ambientalmente adequada o problema da produção de resíduos que, de outra forma, seriam descartados.

No fim da sua vida útil, o nosso principal produto (cimento), uma vez incorporado no betão pode ser reciclado sob a forma de “agregados artificiais” ou reutilizado. A reutilização ou reciclagem do betão contribui diretamente para a menor utilização de agregados virgens e menor quantidade de resíduos depositados em aterro.

A Cimpor atua, assim, em conformidade com a sua política de sustentabilidade, dando prioridade à redução do consumo dos recursos naturais e ao uso de fontes renováveis de energia. Esta atuação não se restringe unicamente a fabricação, estendendo-se a toda a cadeia de valor.

Neste contexto, encaramos a nossa condição de indústria altamente consumidora de materiais e energia como uma oportunidade para estabelecermos relações ganha-ganha com outros processos produtivos, promovendo a ecologia industrial.

Produtividade

A Cimpor acredita que é fundamental para a sustentabilidade do negócio a maximização da produtividade e performance industrial comercial e logística com a otimização de recursos estabelecendo planos de ação que sustentem a melhoria contínua em todos os processos.

O tema traz o desafio de produzir mais com menor utilização de recursos e colocar em prática planos de melhoria para as unidades de produção. Envolve desde produtividade de mão-de-obra até a política de preços do produto considerando todas as variáveis envolvidas.

Uma iniciativa deste ano foi a revitalização e simplificação do sistema de gestão, atualizando algumas das ferramentas do sistema de gestão da empresa – por exemplo a gestão matricial e aplicação do PDCA (do inglês Plan, Do, Check, Act – ou planejar, atuar, verificar e agir). O objetivo é ajudar todas as unidades de negócios a melhorar os seus resultados de forma estratégica, tática e operacional.

Foi estruturada uma plataforma de *Business Intelligence* (BI), que contempla 100% das informações de gestão da empresa. Houve ainda a elaboração de manuais e programas de formação para os colaboradores, com o objectivo de melhorar a produtividade. Na área de TI, houve também a unificação do data center – anteriormente apoiado em várias estruturas, o sistema foi centralizado em Portugal, conferindo

flexibilidade, agilidade e otimização de custos. Outra frente foi a criação de um plano de melhoria de desempenho, que envolve o aumento da produtividade da mão-de-obra de todos os países, por meio de formação, capacitação e melhoria do perfil dos colaboradores.

Um destaque em gestão foi a unidade de negócio do Egito, que recebeu o Prêmio IMS, de eficiência na aplicação prática da ferramenta PDCA.

Suprimentos

Estabelecer e implementar a estratégia de *sourcing* para suprimentos críticos, garantindo disponibilidade e melhor relação custo/benefício é uma das prioridades da Cimpor.

Com base na matriz de suprimentos críticos, foram estabelecidos planos detalhados visando garantir o fornecimento e a disponibilidade, principalmente dos consumos energéticos: óleo combustível, gás natural, eletricidade, carvão e coque de petróleo. O trabalho considerou o risco de fornecimento – com base na procura global, concentração de fornecedores, procura relativa e origem do consumo – e o impacto no custo variável e no processo para determinar esse critério. Como atividade de consumo intensivo de energia está em permanente desenvolvimento a identificação de novos fornecedores e, também, de consumos que garantam a estabilidade operacional.

No centro dos projetos com impactos positivos na cadeia de valor do negócio está a política da Cimpor de utilização responsável de combustíveis e matérias-primas alternativos, como a biomassa e outros combustíveis com fatores de emissão inferiores, utilização de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, promoção de novos tipos de cimento compostos com uma pegada de carbono mais reduzida e a sensibilização de fornecedores.

Estão em curso, entre outros, os projetos "Construindo Parcerias" e "Aprimorando Processos" que contemplam, não só, a pegada de carbono como, também, aspectos de natureza social.

Moinha Legal: Trabalhar com a cadeia da moinha (ou seja, refugo da produção de carvão vegetal) de forma a torná-la alinhada aos princípios da Cimpor e, ao mesmo tempo, contribuir para garantir o abastecimento de uma importante fonte alternativa de combustível.

The Forest Trust (TFT) - ONG global especializada em produtos florestais sustentáveis – O projeto buscou mapear a cadeia de suprimentos da moinha em algumas regiões do Brasil (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo).

Concreto e agregados

A Cimpor acredita que para a sua competitividade é necessário ampliar a representatividade do canal betão atingindo a participação estabelecida num prazo adequado.

Através de *workshops* intensivos com todos os *stakeholders*, denominado *Concrete Day*, foram definidos os planos de longo prazo em todos os países que possibilitem alcançar margens mais atrativas na integração de cimento e betão, o que implica assegurar a participação relevante também em agregados. Os planos de ação estabeleceram uma estratégia de longo prazo – 10 anos – e envolveram estudos de *benchmarking*.

A ideia foi alinhar a estratégia para betões e agregados à estratégia de canal, de acordo com a realidade de cada região e país, de forma a melhorar a produtividade.

Capacidades adicionais

A Cimpor estabeleceu a meta de propor e entregar as soluções de engenharia que permitam o aumento da capacidade das fábricas existentes bem como a implantação de novas fábricas com o melhor custo-benefício possível. Assim, garante que as recomendações de investimentos refletem a melhor estratégia disponível para maximizar a geração de valor sustentável.

Como parte dessa dimensão estratégica foram sistematizados controlos para aplicar um *check list* que assegure a execução de projetos de expansão nos prazos definidos, no orçamento aprovado e de acordo com o índice de performance estabelecido (capacidade disponível versus capacidade planeada).

Em 2014, foi concluída a instalação do forno para o início de operação da fábrica integrada do Paraguai, que começou a operar em outubro dentro do desempenho esperado. Outras obras estratégicas desenvolvidas seguem o modelo que assegura eficiência no capital investido.

UM MUTIRÃO INDUSTRIAL

Colaboradores especialistas de vários países foram mobilizados no Projeto Mutirão, iniciativa para melhorar o desempenho das unidades industriais de Moçambique, de forma a atender com eficiência ao aumento da procura desse país que apresenta uma das mais expressivas taxas de crescimento do PIB do mundo – em torno de 10% ao ano.

O trabalho em equipe envolveu 70 pessoas e procurou promover a excelência em indicadores-chaves de desempenho industrial (como moagem de cru, torre, forno, moagem de cimento e ensacamento), assim como nas áreas de manutenção, logística e suprimentos, comercial e segurança do trabalho. No encerramento do ano os resultados positivos confirmavam o acerto do projeto, como o aumento de 13% na produção de cimento.

Pessoas e cultura

A construção de uma cultura única numa empresa global, constituída a partir da união de diferentes operações é um desafio que a Cimpor procura superar com a dimensão estratégica de desenvolver pessoas e cultura. Iniciado em 2013, esse processo ganhou mais corpo em 2014, com a visão de que a cultura é condutora de comportamento, uma forma de ser e de fazer negócios para alcançar a estratégia de longo prazo da companhia. Nesse desafio, procurou-se incorporar ativamente as 8.768 pessoas que integram a companhia.

No processo de consolidação da nova cultura foram trabalhadas as cinco dimensões consideradas base para esse processo: Internacionalização, Liderança, Gestão de Pessoas, Gestão de Performance e Orientação Externa e Inovação. No final de 2014 começou a ser desenvolvido o projeto chamado Atitudes, um avanço no projeto e um desdobramento das cinco dimensões, relacionando dez atitudes essenciais para os nossos colaboradores. Esse projeto será aprofundado e colocado em prática em 2015.

Cultura internacional

A Cimpor acredita que adaptar-se ao contexto de atuação internacional assegurando o respeito e a valorização das particularidades locais e, ao mesmo tempo, mantendo as suas características essenciais, como o otimismo, a flexibilidade e a receptividade são condições fundamentais para a estratégia de uma empresa internacional.

Para a dimensão Internacionalização, por exemplo, a principal iniciativa envolveu o Programa de *Trainees*, que selecionou, em 2014, 13 jovens recém-formados que concorreram entre 7.000 participantes de cinco países a uma das vagas para atuar em unidades da companhia na América do Sul, em África ou na Europa. Com a duração de 24 meses, o programa prevê uma formação inicial de dois meses seguida pela responsabilidade de desenvolvimento de projetos em áreas específicas de negócios.

A Cimpor ainda assume entre as suas vantagens competitivas a juventude e a agilidade da sua equipa de gestão, que lhe vem permitindo ajustes sucessivos às mudanças de cenário e de uma forma coesa, capacitada e eficiente, a um ritmo progressivamente mais rápido.

Gestão de pessoas

A promoção de um ambiente de desenvolvimento e meritocracia com a valorização das pessoas com melhor desempenho, e a gestão de consequências para o baixo desempenho está na estratégia de atuação na gestão da Cimpor. Além disso, acreditamos que o foco nos resultados, com um sistema de gestão robusto, simplificado e estruturado a partir das principais alavancas de valor do negócio garantem competitividade no longo prazo.

Em Gestão de Pessoas, a companhia realizou a reformatação do Comité de Pessoas, com revisão das ferramentas, incluindo a avaliação de potencial, com o objectivo de ampliar a meritocracia e a gestão de competências. Esses comités foram instalados em todos os países trazendo maior assertividade ao processo.

Sem perder as oportunidades de oxigenação da estrutura, com atração de colaboradores, a Cimpor valoriza o desenvolvimento das pessoas que estão dentro da companhia. Nesta dimensão, este processo contemplou a designação de três novos diretores para a estrutura da unidade Brasil, para as áreas Industrial, de Desenvolvimento Organizacional e de betão Os nomeados têm uma média de idade de 35 anos e 12 anos de atuação na empresa, sendo dois deles integrantes de programas de *trainees*.

Na dimensão Performance, procurou-se tornar mais claro os objetivos que as pessoas devem atingir e as ferramentas de recompensa perante as metas alcançadas. Foram trabalhadas duas vertentes: a clareza das responsabilidades e os indicadores de desempenho de cada uma das áreas e a facilidade para visualizar a entrega de resultados.

Desenvolvimento de líderes

Promover um modelo de liderança mais consultivo e adaptado às questões culturais de cada país, com líderes capazes de tomar decisões assertivas, em tempo e em forma, através de um processo participativo, está na estratégia da Cimpor para o desenvolvimento de líderes inspiradores e com visão de longo prazo.

Em Liderança, foi iniciado um processo de transformação de toda a alta direção que passou por uma fase inicial de avaliação de potencial. Nela foram identificadas oportunidades de desenvolvimento, seguida de *feedback* e de uma auto-reflexão da necessidade de mudança. Após esta etapa, foram construídos planos individuais de desenvolvimento orientados para o perfil do Líder Cimpdor.

Na formação, o foco foi a capacitação técnica dos colaboradores. Ministrada por mão-de-obra interna e especialistas nos temas, a capacitação foi dividida em módulos específicos com conteúdos teóricos e práticos.

Segurança

A segurança no trabalho é uma das questões-chave na indústria de cimento estando reforçada no mapa estratégico da Cimpdor como uma condição básica que deve guiar todas as ações dos colaboradores. O tema representa um desafio e apresentou desempenho negativo em 2014, com o registo de seis mortes de trabalhadores contratados a terceiros.

As ocorrências determinaram uma revisão de todos os programas, da estrutura e das equipas de gestão de saúde e segurança. A campanha Segurança 100% reforçou o lema “Faremos de forma segura ou não faremos”, tendo como base quatro pilares: Entender, Agir, Colaborar e Partilhar.

Essa é uma ação de longo prazo que tem como objetivo consolidar a aplicação das ferramentas e procedimentos de segurança em todas as unidades espalhadas pelo mundo, com o desafio de levar procedimentos para diferentes culturas e realidades locais.

Inovação e Sustentabilidade

Inovação

Os projetos de inovação da Cimpdor estão intrinsecamente ligados à sustentabilidade e foco na entrega de resultados para o negócio. Há uma busca constante por novos produtos, serviços e processos, bem como a redução da pegada ambiental, acreditando sempre que são possíveis identificar novos *trade offs* que permitam melhoria nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social. A Cimpdor acredita que a inovação não pode ser deixada ao acaso, e por esta razão investe nas equipas e processos que sustentam este tema. Novas propostas de valor, inovações incrementais e o esforço na implementação são questões que encontram resposta em componentes da nossa abrangente metodologia de inovação.

CLICK CHALLENGES

O desenvolvimento de novas propostas de valor, seja uma nova plataforma de negócio, uma nova linha de produtos ou um novo canal, exige uma discussão ampla e estruturada, envolvendo colaboradores internos e externos que aplicam ferramentas estruturadas para a geração de ideias e o seu agrupamento para criar novas soluções. Foram lançados diversos desafios que tiveram como resposta várias propostas.

Alinhado à estratégia focada no cliente foi lançado o desafio “Serviços aos Clientes” que gerou 35 propostas de valor agrupadas em três frentes. As propostas foram depois posicionadas num mapa evolutivo de acordo com o seu nível de complexidade, maturidade da organização e potencial de resultados.

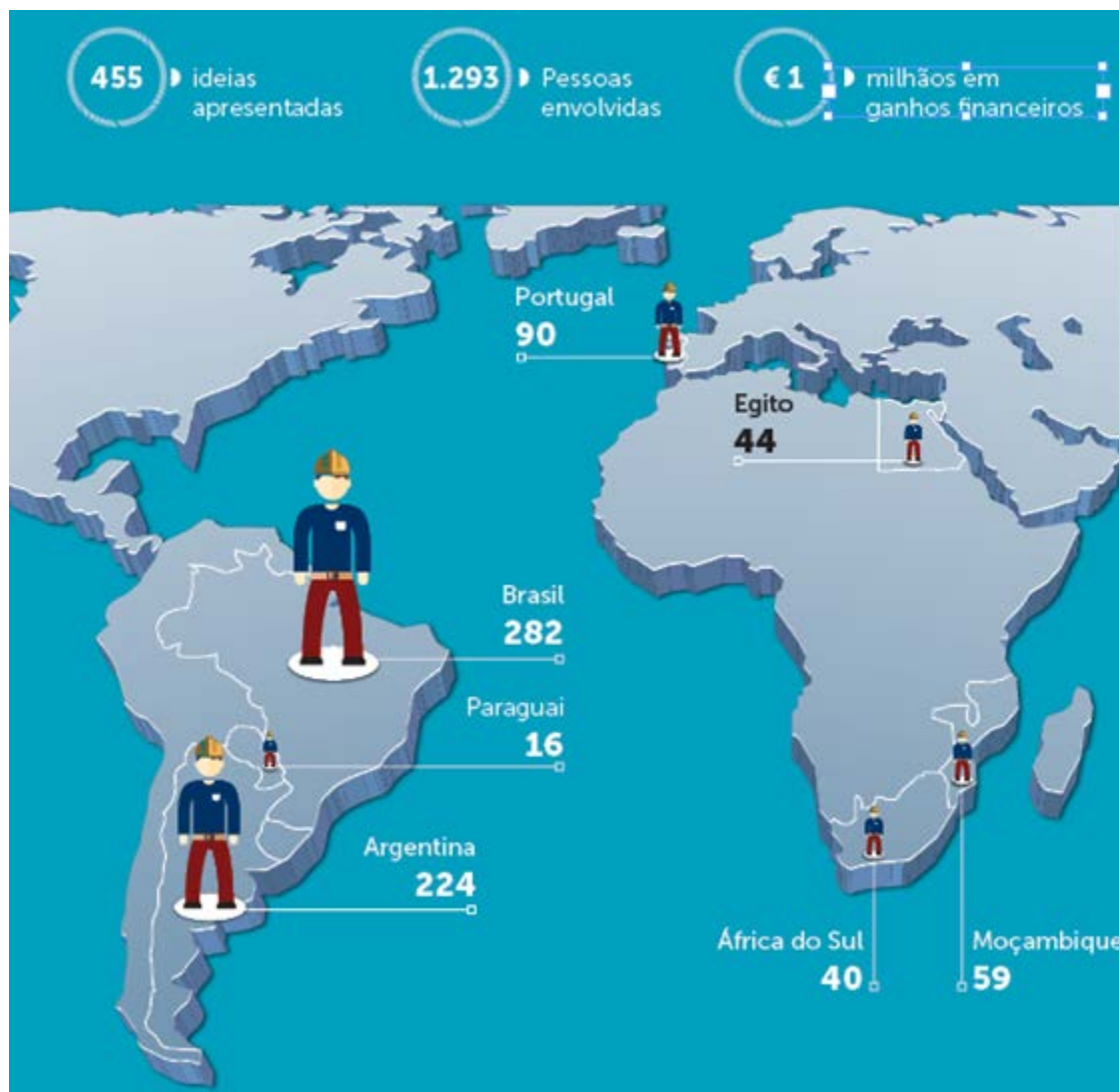
Um dos projetos de destaque nascido dos desafios radicais foi o que identificou o potencial de utilização de biomassa como energia térmica. O projeto culminou com um amplo programa de pesquisa, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em 2014, foram feitos cultivos experimentais, testes de forno e foram identificados resíduos de outras agroindústrias de acordo com a localização de cada uma de nossas unidades produtivas no Brasil.

Click Lab

Iniciativas de inovação incremental contam com o apoio de uma plataforma interativa de inovação, o *Click Lab*. O portal permite que colaboradores apresentem ideias que são comentadas e melhoradas pela participação de colegas de todo o mundo. Uma característica diferenciadora é a tradução imediata de todos os conteúdos para os diferentes idiomas dos países de atuação, o que facilita a participação. Há um sistema de pontuação e os participantes ganham pontos à medida que interagem – ao apresentar uma proposta, ao comentar a ideia de um colega ou ao propor um aperfeiçoamento. E existem pontos adicionais caso a ideia seja aprovada e, mais tarde, colocada em prática. Esses pontos podem ser trocados por prêmios, como livros, aparelhos eléctricos ou electrónicos.

Para estimular o surgimento de ideias são lançados desafios. Em 2014, destacou-se o Produção 100%, o primeiro desafio de alcance global e com a ferramenta de tradução, com o objetivo de melhorar a produtividade das unidades fabris. Lançado em agosto, o desafio teve alta adesão na procura de soluções para alcançar uma produção mais eficiente de forma a ampliar a produtividade de todo o processo de fabrico de cimento, da extração de matéria-prima até a expedição do produto. Na etapa local quando os colaboradores participaram nas suas áreas geográficas de atuação foram contabilizados 755 participantes que geraram 300 ideias, 1.508 comentários e 5.201 votos.

CLICK LAB EM NÚMEROS



Click & Go

Elaborar uma nova proposta de valor é apenas uma parte do caminho. Frequentemente, a implementação mostra-se muito mais complexa e difícil do que a própria geração das ideias. Com o objetivo de vencer essa barreira, a Cimpor lançou o *Click & Go*, que compreende uma série de recursos (pessoas, processos, parceiros) que buscam minimizar as dificuldades de implementação.

Dentro dessa iniciativa, a Cimpor associou-se a uma aceleradora. Conjuntamente os dois parceiros conduzem pequenas iniciativas até que tenham forças para caminharem sozinhas.

Para apoiar este programa, designou-se a figura do colaborador responsável por desenvolver uma proposta de valor desde a sua concepção até um modelo em funcionamento num estágio piloto.

Ainda em 2014, a Cimpor criou a NeoGera, empresa que tem o objetivo específico de englobar todos os investimentos em inovação.

Sustentabilidade

A Cimpor acredita e investe nos mercados em que está presente e tem orgulho em participar no seu desenvolvimento como um agente importante do setor industrial. No entanto, entende que todos os participantes da comunidade global precisam de refletir e agir no sentido de preservar o meio ambiente e as estruturas sociais das quais fazem parte. Temos vindo a observar um crescente stress nos recursos naturais e no tecido social em todo o mundo. Cada vez mais, as empresas vêm assumindo relevância, devido à sua dimensão, capacidade financeira e presença transnacional. Das empresas deve vir também parte da solução para este problema. A Cimpor está empenhada em fazer a sua parte. Para isso, há vários anos dispõe de uma estrutura formada em Sustentabilidade, tem uma estratégia definida e uma ação relevante, assumindo posições em concordância com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e o *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* através da mobilização setorial, o *Cement Sustainability Initiative (CSI)*.

A empresa acredita que só é possível caminhar cada vez mais para uma operação sustentável se descobrir novas maneiras de operar e, por isso, a Inovação é um elemento importante nessa busca.

Dentro do âmbito de trabalho social da sustentabilidade são coordenados projetos sociais relevantes em todos os países em que estamos presentes, sejam através de uma rede de parceiros ou do envolvimento voluntário.

Pela natureza da atividade da empresa, os aspetos ambientais da sustentabilidade recebem também atenção especial, pois temos a dimensão, o conhecimento e a determinação necessárias para assumir um papel de liderança neste contexto. As atenções estão centradas em medidas para minimizar os impactos da nossa atividade sobre o meio ambiente, com o uso de avançadas tecnologias de produção, controlo de processos e gestão de risco.

MATERIALIDADE & ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Existem indivíduos ou grupos de pessoas que podem ter um impacto sobre a capacidade da empresa funcionar como colaboradores, sindicatos, governos, ONGs ou a academia. Estas partes interessadas podem, também, tratar-se de indivíduos ou grupos afetados diretamente pela atividade da Cimpor, tais como comunidades, fornecedores, clientes e consumidores finais. Estas partes interessadas podem ter uma ação mais global ou mais local.

Por um lado, o *WBCSD* constitui uma das principais plataformas da Cimpor para identificar e interagir com os *stakeholders* globais do setor da construção civil para a condução de processos de diálogo periódicos com estas partes interessadas e para selecionar as questões materiais para o setor. Muitas dessas questões materiais globais são abordadas e discutidas através da *Cement Sustainability Initiative (CSI)*. Os diálogos globais proporcionam a oportunidade de um diálogo regular e franco entre os líderes das empresas do setor cimenteiro e da Cimpor com líderes de opinião externos e independentes e, dessa forma, afinar as grandes linhas da agenda de sustentabilidade do setor às quais a Cimpor procura, naturalmente, dar resposta através da apresentação do desempenho ao nível do relatório de sustentabilidade.

Por outro lado, compete a cada Unidade de Negócio e a cada Unidade Produtiva, de acordo com a política corporativa da companhia, conduzir o processo de identificação e envolvimento com as partes interessadas locais. A maturidade deste relacionamento é medida de um modo mais formal através da ferramenta corporativa de auto-avaliação *Stakeholders Engagement Scorecard*, que visa a identificação das partes interessadas locais, mapeamento das questões materiais para cada grupo e a sua priorização, o nível de sintonia associada a cada uma dessas questões, a existência de orçamento adequado, a formação dos interlocutores, as ações tomadas para resolver possíveis conflitos e muitos outros aspetos. A interação com os *stakeholders* locais desenvolve-se através de painéis de *stakeholders* que reúnem periodicamente ou *ad hoc* para a discussão de temas de interesse comum.

Existem diversos programas corporativos em curso que visam dar uma resposta a muitas dessas questões materiais assim como a muitas outras de desempenho operacional de cada uma das unidades da Cimpor.

Social

Durante o ano de 2014, a Cimpor, entendendo a complexidade de caráter social em que estamos inseridos, reestruturou o seu modelo de *governance* da Responsabilidade Social Corporativa com objetivo de buscar alinhar o tema ao nível das principais discussões estratégicas da empresa.

Para que a sua atuação esteja sempre alinhada a essa visão de crescimento sustentável, a Cimpor procura desenvolver ações que valorizem e incentivem o diálogo aberto e transparente com seus diversos públicos-clientes, fornecedores, acionistas, investidores e comunidades envolvidas das suas fábricas.

Durante o ano, a Cimpor investiu € 4 milhões em projetos de responsabilidade social. A maior parte deste valor foi aplicado em projetos estruturantes, ou seja, aqueles que seguem a linha temática definida - , focados na criança e no adolescente através de três programas abrangentes: 1) Infância Ideal, para a proteção dos direitos da primeira infância; 2) Escola Ideal, para a melhoria da gestão de escolas públicas; e 3) Futuro Ideal, com foco no empreendedorismo e na geração de rendimentos.

Uma parte do valor investido foi aplicado no quarto programa que compõe o modelo: Ideal Voluntário, que tem como objetivo incentivar o voluntariado e estimular a ação cidadã dos colaboradores.

Ambiental

Numa sociedade cada vez mais atenta à forma como é gerada a riqueza, torna-se inevitável a integração na conduta empresarial de aspectos socioeconômicos e ambientais que respeitem a necessidade de preservação do nosso legado para as gerações futuras.

As questões ambientais são estratégicas para a Cimpor que está comprometida em minimizar os impactos das suas operações e em estabelecer relações duradouras com as comunidades envolvidas.

A gestão destes tipos de questões na Cimpor está em linha com a Carta da Sustentabilidade, com a Agenda Climática, com os Sistemas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente e com um conjunto vasto de políticas, diretrizes e instruções corporativas. Além disso, a Cimpor identifica regularmente parcerias e iniciativas externas que gerem aprendizagem e conhecimento nesta dimensão. Nesse sentido, a empresa encontra-se vinculada aos compromissos externos de sua participação na *WBCSD / Cement Sustainability Initiative (CSI)* e na adesão aos princípios da *CSI Charter* e do *UN Global Compact*.

Em 2014, a companhia aderiu a duas novas importantes iniciativas globais de natureza ambiental:

- A “Caring for Climate Initiative”, inscrita no *UN Global Compact*, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).
- A “Pledge for Access to Safe Water, Sanitation and Hygiene at the Workplace (WASH)”, iniciativa do *WBCSD*, destinada a assegurar o fornecimento de água com qualidade, saneamento e condições de higiene nos locais de trabalho.

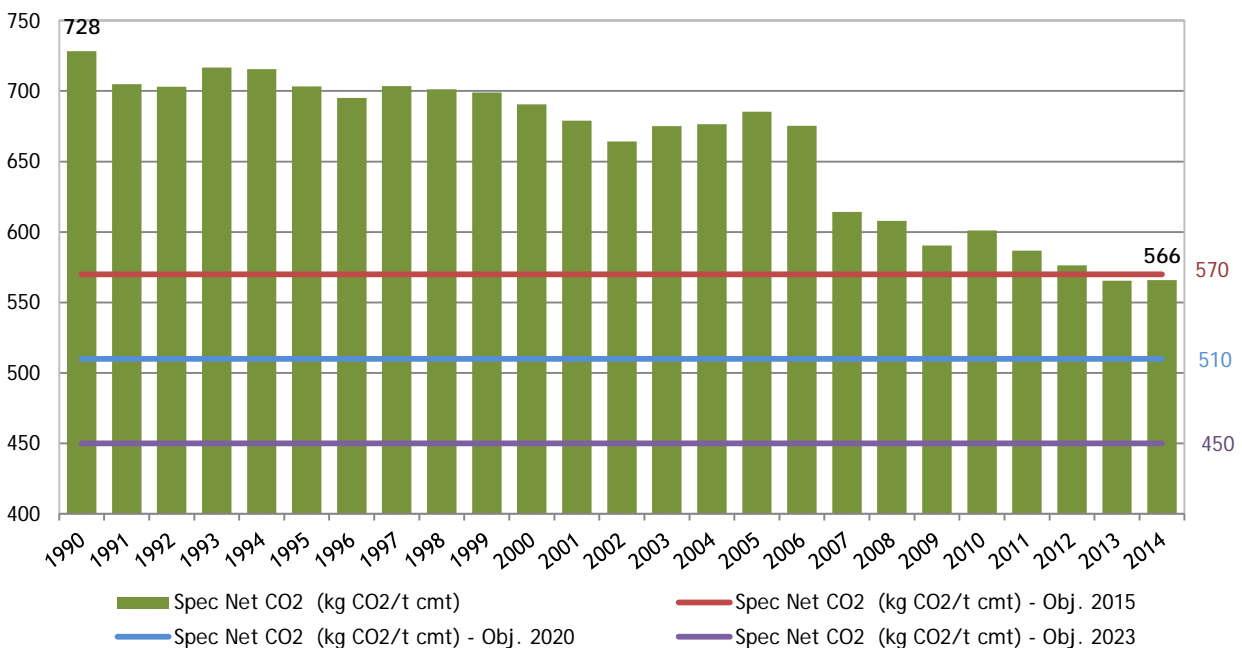
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Como parte da Política de Alterações Climáticas e Energia, a Cimpor monitoriza a sua pegada de carbono para determinar o respectivo nível de exposição, avalia oportunidades de redução dessa pegada através de projetos específicos, define objetivos de redução e contribui para o processo de desenvolvimento de políticas através da participação em fóruns nacionais e internacionais.

As emissões de CO₂ da Cimpor são calculadas e monitoradas segundo o “Protocolo de CO₂ para a Indústria Cimenteira ” desenvolvido pelo *WBCSD/WRI* segundo o modelo do *GHG Protocol* e auditadas e certificadas por uma entidade externa independente. Após 2012, a base para reporte de emissões de CO₂ passou a ser o ano de 2007.

As emissões específicas líquidas têm tido uma evolução extremamente positiva, hoje em 565 kgCO₂ / t de cimento. Este valor, que coloca a Cimpor num lugar de destaque entre as empresas-membro da *CSI*, é o resultado de um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazo.

A Cimpor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa (GEEs), de acordo com o protocolo da *CSI* e do *GHG Protocol* e submetidos à verificação por entidade externa independente:



Emissões de Poluentes

No processo de fabricação de cimento são também lançados na atmosfera poluentes como poeiras, óxidos de azoto (NO_x) e dióxido de enxofre (SO₂), assim como outros micro-poluentes que podem contribuir para a poluição atmosférica local.

A Cimpor tem investido na monitorização dos poluentes principais, e na redução e reporte das respectivas emissões poluentes. Atualmente, todas as chaminés dos fornos da Cimpor dispõem de monitorização dos poluentes principais (Poeiras, NO_x, SO₂) e de alguns micro-poluentes (COV, HCl, HF, CO). Além disso, é feita de forma sistemática a medição pontual de micro-poluentes (PCDD/F, COV, HCl, HF, CO, mercúrio e outros metais pesados).

Entre 2007 e 2014, as emissões de poeiras dos fornos foram reduzidas de 243,1 para 170 g/t-clínquer, alcançando previamente o objetivo fixado para 2015. Esse desempenho é resultado do investimento da companhia na instalação de filtros de mangas nos fornos e melhorias nos eletrofiltros existentes. Hoje, cerca de 60% dos fornos dispõem de filtros de mangas/filtros híbridos, considerada a melhor tecnologia disponível.

Já as emissões específicas de óxidos de azoto (NOx), resultantes dos processos de combustão dos fornos, foram reduzidas de 1.924,4, em 2007, para 1869 g/t-clínquer, em 2014. Com o investimento em instalações para tratamento de efluentes gasosos pela injeção de cal hidráulica/hidróxido de cálcio, a redução das emissões de dióxido de enxofre (SO2) proveniente das matérias-primas naturais utilizadas na produção de clínquer registou uma evolução de 375,7, em 2007, para 320 g/t-clínquer, em 2014.

USO DO SOLO | REABILITAÇÃO AMBIENTAL DE PEDREIRAS & GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

A Cimpor está ciente da importância estratégica de uma gestão criteriosa das suas pedreiras, não apenas pela importância dessa conduta para a preservação dos sistemas naturais e sociais envolventes, como para a garantia da sustentabilidade e longevidade da atividade cimenteira.

Neste contexto, a Cimpor publicou, em 2013, as diretrizes "Quarry Environmental Management / Guidelines on Environmental and Social Assessment, Quarry Rehabilitation & Biodiversity Management" que definem um conjunto de boas práticas para a minimização da pressão sobre os habitats naturais da exploração das massas minerais e recuperação das zonas degradadas.

Estas diretrizes encontram-se em sintonia com os documentos de referência da Cement Sustainability Initiative (CSI).

Hoje, 63% das pedreiras da Cimpor possuem planos de reabilitação. Além disso, 31% delas encontram-se situadas em áreas classificadas pelo seu elevado valor em biodiversidade e destas últimas pedreiras com elevado valor em biodiversidade 48% dispõem de planos de gestão de biodiversidade ativamente implementados.

ÁGUA

A Cimpor promove uma cultura generalizada de uso racional da água e defende normas rigorosas de utilização deste recurso. Estas normas passam pela medição do consumo e das perdas, tratamento, reciclagem e reutilização da água, aproveitamento de águas pluviais e pela sensibilização para um consumo mais racional. Hoje, a monitorização cuidadosa do consumo, através de medições diretas ou de estimativas acertadas ajuda a identificar as melhores oportunidades para a sua redução.

A indústria cimenteira não é particularmente intensiva no uso de água embora esta constitua um recurso fundamental para o desenvolvimento da atividade.

A Cimpor adota, desde 2011, a ferramenta "Global Water Tool" desenvolvida pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* com o objetivo de identificar, de uma forma sistemática, as operações que se situam em zonas de stress hídrico, de escassez ou escassez extrema de água.

Entre as ações de 2014 destaca-se a implementação em todas as unidades produtivas de planos de ação para o uso racional de água, com base num diagnóstico detalhado do consumo de cada uma delas. No âmbito desse diagnóstico, foram escolhidas as fábricas de Catamarca, na Argentina, e Campo Formoso (BA),

no Brasil, como instalações-piloto para o desenvolvimento de iniciativas mais ambiciosas no que diz respeito à conservação e identificação de boas práticas para aplicação nas demais unidades.

Cerca de 30% dos 7 milhões de metros cúbicos de água captados em 2014 pela Cimpor foram retiradas 11 unidades operacionais, situadas em ambientes de possível *stress* hídrico, escassez ou escassez extrema em 2025.

Na Cimpor, mais de 70% das fábricas de cimento estão equipadas com sistemas de reciclagem de água. Destas, 30% reciclam um volume superior a 50%. Além disso, 50% das unidades produtivas têm sistemas de tratamento de água residuais no próprio local de produção, contribuindo para um menor impacto ambiental nas descargas de água.

Em 2014, foram utilizados, em média, 0,250 metros cúbicos de água para produzir uma tonelada de clínquer, dentro do fixado há seis anos para 2015 (0,300 m³/t de clínquer).

Em 2014, a Cimpor aderiu à iniciativa do *WBCSD* “Pledge for Access to Safe Water, Sanitation and Hygiene at the Workplace (*WASH*)” destinada a assegurar o fornecimento de água com qualidade, saneamento e condições de higiene nos locais de trabalho.

Perspetivas

A Cimpor está focada no desenvolvimento do seu portfólio de ativos.

Num contínuo processo de integração, a companhia partilha as suas melhores práticas entre as diversas áreas e geografias em que opera através do uso das ferramentas de gestão, que consolidam as sinergias identificadas otimizando a valorização dos ativos pelo aumento de eficiência.

O potencial da posição da Cimpor no Brasil, onde tem estendido a sua cobertura nacional, associado a uma estratégia focada nas parcerias sustentáveis com os seus clientes vem reforçando a quota neste mercado criando os alicerces comerciais e industriais para a captação das oportunidades cujo potencial, a médio e longo prazo, é evidente perante as lacunas tanto de infraestruturas como também do setor residencial. Da mesma forma, na Argentina, líder de mercado local, a companhia reforça as suas ações de aumento de eficiência operacional.

A transposição de melhores práticas, às operações da Cimpor em África vem proporcionando um crescimento do seu peso no contributo para o *EBITDA* consolidado, uma tendência que se prevê continuará a fazer-se sentir no desempenho da companhia e cujo ritmo de afirmação dependerá, também, das perspetivas de evolução cambial das moedas locais face ao euro, a moeda de consolidação da Cimpor.

A atividade de *trading*, aproveitando oportunidades de mercado e a disponibilidade de capacidade de produção em algumas geografias, principalmente em Portugal, desenvolveu a sua capacidade exportadora não só como um instrumento estratégico na identificação de novos clientes em especial na costa Africana, mas também como um flexibilizador do cronograma de investimentos de aumento de capacidade, já que pode suprir a procura em regiões onde a companhia opera.

A Cimpor prevê para os próximos três anos um cenário de crescimento de vendas consolidadas, podendo haver ajustes em algumas economias locais, especialmente no Brasil e na Argentina, além de uma tendência de recuperação de preços que poderá ser mais significativa no continente Africano.

Os custos de produção deverão acompanhar a tendência geral da inflação. A companhia prioriza o aumento da eficiência energética, quer por investimentos voltados à maior utilização do coprocessamento quer pela flexibilização das fontes de combustível a serem utilizadas.

Alinhado com os resultados operacionais, acima descritos, que poderão definir o *EBITDA* em 2015, vale a pena destacar o programa de aumento de eficiência na gestão do fundo de maneiio operacional. No processo de melhoria contínua, este programa deverá proporcionar uma redução em dias de receita líquida operacional no próximo ano, o que permitirá anular as necessidades de fundo de maneiio decorrentes do aumento de atividade.

Vinda de um elevado ciclo de investimentos, culminando no recorde observado em 2013 - ano em que a Cimpor avançou com projetos de expansão patentes em cinco unidades de produção-, em 2014, o nível de investimento (€ 204 milhões) começou a aproximar-se da velocidade de cruzeiro prevista para os próximos anos em linha com o plano de investimentos da companhia - 440 milhões de euros de 2015 a 2017, destinados a projetos de expansão e modernização das operações, neste caso com especial foco na progressão da atividade de coprocessamento e na utilização matérias primas alternativas para a produção de cimento.

Assim, em face das tendências de *EBITDA*, Fundo de Maneio e *CAPEX* acima à qual se associam as perspectivas de desembolsos em juros e impostos que se aproximam dos valores observados em 2014, para 2015 a Cimpor prevê um aumento de *Free Cash Flow* face ao valor alcançado em 2014.

Brasil

O Brasil enfrenta um novo ciclo económico baseado no crescimento sustentável de médio e longo prazo. Assim se vê diante do reequilíbrio fiscal decorrente do aumento de impostos e da redução de gastos públicos, criando condições para a redução da inflação e das taxas de juros. A introdução destas medidas económicas deverá gerar crescimento e ganhos reais de rendimento.

Por outro lado, a redução do consumo poderá ser mitigada pelos investimentos destinados às necessidades de residências e às obras de infraestruturas no Brasil. O país apresenta gargalos na sua infraestrutur de transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento que requerem investimentos. Na área habitacional, o défice histórico, recentemente apontado como de 6 a 7 milhões de habitações, continuará a ser tratado com investimentos públicos e privados através de programas como o "Minha Casa, Minha Vida". Assim, no curto prazo, o consumo de cimento deverá manter-se estável com uma previsão de crescimento de cerca de 3% ao ano a partir de 2016.

A questão hídrica também é um fator de preocupação para a economia brasileira. O país passa pela mais grave estiagem dos últimos 100 anos. O prolongamento dessa situação poderá exigir restrições de fornecimento de água e de energia eléctrica, bem como a elevação do custo desses consumos impactando a performance da economia brasileira.

Cerca de 50% da eletricidade consumida pela Cimpor no Brasil é fornecida por fábricas hidroeléctricas em que a empresa detém participação acionista. Assim, num cenário de redução de produção, a Cimpor mantém o seu abastecimento ao preço de custo. O abastecimento dos demais 50% estão garantidos por contratos de 10 anos com outras distribuidoras, sendo as tarifas anualmente revistas com base no IPCA.

Preparada para enfrentar os efeitos do aumento de competitividade, a Cimpor continuará a reforçar o foco em parcerias com clientes e em iniciativas de aumento da eficiência operacional, especialmente na captura de sinergias e na troca de melhores práticas entre as suas diversas operações internacionais. Para manter a sua participação de mercado, garantirá o abastecimento dos clientes e o melhor nível de serviço da

indústria contando, inclusive, com a capacidade de importação de cimento de Portugal para a flexibilização e a adequação da sua oferta no mercado brasileiro.

Argentina

A Argentina prevê, para 2015, uma tendência econômica semelhante à registrada em 2014, com sinais positivos já indicados no segundo semestre. Esse cenário reflete perspectivas de redução da inflação e da introdução de um conjunto de medidas de correção econômica associadas positivamente ao período eleitoral. Nesse contexto, há ainda a expectativa de evolução do preço das *commodities* exportadas pela Argentina e da importação do petróleo, ambas determinantes para a recuperação econômica.

Já o consumo de cimento, depois de um ciclo de crescimento favorável e do nível recorde registrado em 2013, ano em que superou os 12%, era prevista uma correção do mercado que deverá estender-se ainda de forma contida em 2015.

Esta expectativa deve-se ao fato de que, apesar da recessão econômica, a atividade imobiliária deverá continuar a atrair investimentos privados e, por isso, contribuir para a procura de cimento, na medida em que os imóveis constituem uma reserva de valor, especialmente num contexto de inflação ainda elevada. Paralelamente, o consumo em 2015 poderá ainda beneficiar do processo eleitoral.

O acirramento da competitividade local obrigará a Cimpor a conduzir os seus negócios com um esforço de aumento de eficiência, já que não adotará um aumento de preços acima da inflação.

Num novo ciclo de recuperação econômica que se espera para o médio prazo, os serviços da construção e o consumo de cimento também deverão crescer para recuperar défices de investimento em diversas áreas do sector das infraestruturas, resultado de um longo período de contingências financeiras e que levaram o consumo per capita de cimento a ser inferior à média de países com o mesmo nível de rendimento. No setor dos materiais de construção, a Cimpor pretende reafirmar a sua posição de líder do mercado cimenteiro, melhorando continuamente o nível de serviço aos clientes e aprofundando as suas parcerias com os mais diferentes *stakeholders*, diferenciando-se assim entre os seus pares. Procurando fortalecer-se para suportar investimentos que serão necessários quando houver a retoma do crescimento econômico, a Cimpor manterá as suas diversas iniciativas de melhoria de produtividade e eficiência operacional, que ganham corpo com os investimentos em projetos de coprocessamento – medidas que, em conjunto, permitirão maximizar os resultados operacionais.

Paraguai

Embora seja um mercado pequeno, em comparação com os vizinhos Argentina e Brasil, o país está a passar por um ciclo econômico virtuoso. A economia poderá ainda ser beneficiada pelas cotações do petróleo em níveis baixos, principal item de importação do país. Espera-se também que o país mantenha o crescimento do PIB na média dos últimos anos, o que alavanca os investimentos em infraestruturas e em habitação, permitindo que o setor de construção e, conseqüentemente, o consumo de cimento cresçam a taxas ainda mais altas. Estima-se que o recente dinamismo do setor da construção se venha a destacar entre as diversas áreas da economia no Paraguai, assumindo um peso crescente na sua contribuição para o PIB. A atratividade do mercado Paraguaio poderá sentir-se num aumento da competitividade por via de importações. Ainda assim o cenário projetado pela Cimpor prevê o aumento do consumo de cimento no mercado interno superior ao PIB num contexto em que o crescimento da oferta local levará a um nível de confiança na construção civil que estimulará uma procura até agora reprimida pela escassez da oferta de cimento no mercado local.

Em função da dinâmica económica favorável e de práticas de gestão diferenciadas, a Cimpor espera que o crescimento das vendas de cimento ultrapasse o aumento do consumo local.

Assim, assumindo já para 2015 a plena utilização da sua capacidade integrada de produção de cimento, a Cimpor prevê o aumento da rentabilidade – duplicando a margem *EBITDA* – e um ganho de relevância da contribuição da unidade de negócio para os valores consolidados da companhia.

Confiante no progresso económico do Paraguai, a Cimpor assumiu desde o início das suas operações, o compromisso de responder e acompanhar o crescimento da procura local de cimento, com uma fábrica projetada de forma que pudesse ser duplicada a sua capacidade mediante avaliação de novos investimentos.

Egito

Num cenário de estabilidade nacional, a economia egípcia, alavancada pelo consumo das famílias, turismo e setores de manufatura e construção apresenta sinais de aceleração refletidos no aumento do PIB, registado no último trimestre de 2014. O mercado de cimento acompanha esse crescimento através das oportunidades apresentadas pelo perfil demográfico e necessidades de infraestruturas locais.

As perspetivas de reforma económica e aumento de investimentos no país permitem à Cimpor prever uma maior procura por cimento e preparando-se em duas frentes: avaliação de ampliação de capacidade de produção e aumento de eficiência energética. Nesta segunda frente, a Cimpor, alinhada com as políticas nacionais do setor de energia, vem adequando a sua matriz energética a um regime de maior eficiência e flexibilidade com a construção de um novo moinho de carvão. Paralelamente, vem realizando a queima de resíduos (coprocessamento) prevendo atingir um nível de substituição de combustíveis fósseis convencionais de 30%.

Considerando que 2014 foi um ano de performance excepcional da unidade de negócio do Egito, com efeito direto no aumento da margem *EBITDA* da companhia, a Cimpor beneficiou da política de *stock* de combustível e clínquer e do dinamismo comercial, destacando-a entre seus pares.

Portugal

As expectativas económicas para o ano de 2015 são de aceleração do PIB.

A previsão para o ano de 2015 é de inversão da tendência de contração apresentada pelo mercado interno nos últimos anos e as vendas de cimento apresentarão crescimento por via de exportação. As fábricas de Portugal são *benchmarking* de eficiência e a produção exportada para outras geografias é estratégica por mérito da Trading da companhia, tanto pela flexibilização dos *timings* de investimento quanto pela identificação de oportunidades de entrada em novos mercados, em especial na costa africana.

Cabo Verde

A previsão é que a procura em Cabo Verde, continue a evoluir positivamente em 2015, estimulada especialmente pelo período pré-eleitoral.

A Cimpor continuará com o seu plano de melhoria das operações locais, afirmando a sua posição de líder de mercado acompanhando o crescimento da procura nesta geografia.

Moçambique

Especialmente promissor, Moçambique tem apresentado nos últimos anos níveis de crescimento económico entre os maiores do mundo, tendência que segundo o FMI deverá manter-se com a previsão de aumento do PIB de 7,5% acompanhado por um crescimento da inflação de 5%. A dinâmica económica de Moçambique continua a ser impulsionada pelas atividades de extrativismo e de construção alimentadas, em especial, pela grande carência de obras de infraestruturas que movimentarão este setor da economia no curto, médio e longo prazos.

A Cimpor em Moçambique continuará a ser a única empresa presente em praticamente todo o país e a única a fabricar localmente o seu próprio clínquer. Essa vantagem competitiva tende a ser mantida nos próximos anos, embora também seja esperado o crescimento da competição com o cimento importado. Para acompanhar o desenvolvimento de Moçambique, existe o projeto de instalação de um novo forno. Este aumento de capacidade de produção de clínquer virá para atender, não só as moagens já existentes no país, mas também o aumento da procura prevista para a região Norte.

As expectativas de desenvolvimento da atividade em Moçambique em 2015 contarão com o dinamismo dos primeiros resultados das ações previstas no projeto Mutirão Industrial (focado nas operações), no qual especialistas internos das áreas industriais, comerciais e de logística se articularam para desenvolver um plano de aumento de eficiência local. Os primeiros resultados foram sentidos a partir do segundo semestre, com maior estabilidade operacional e redução de custos, além de recuperação da participação de mercado. Em 2015 continua a segunda fase do projeto, denominada Mutirão Gente, que se propõe a desenvolver o potencial dos colaboradores de Moçambique. Estas iniciativas, em conjunto com o desenvolvimento do mercado local, poderão gerar um aumento da margem *EBITDA* desta unidade.

África do Sul

Estima-se que o PIB Sul Africano tenha crescido cerca de 1,5% em 2014. Esta performance decorreu da instabilidade do contexto internacional e da volatilidade do rand (moeda local), além de interrupções no abastecimento de energia e greves em vários setores.

Perante a perspetiva de queda do preço do petróleo e do aumento da procura interna, que num contexto pós-eleições contará com a implementação de um programa nacional de desenvolvimento de infraestruturas no valor de um trilião de rands, as perspetivas de crescimento económico no curto prazo dão sinais positivos.

O setor da construção, bem como o consumo de cimento, deverão ultrapassar a estagnação observada desde 2008 e mostrar os primeiros sinais de crescimento, impulsionados pelo aumento da procura no setor residencial e agrícola. Contudo, a indústria cimenteira continuará a lidar com aumentos de custos de produção e com uma pressão concorrencial de novos concorrentes, além do cimento importado.

Neste ambiente competitivo, a Cimpor vem reforçando a sua participação de mercado com o uso de sua política e inteligência comerciais e com a implementação de uma nova marca de cimento.

Focada no aumento da sua eficiência, rentabilidade e criação de valor na construção de parcerias sustentáveis com os seus *stakeholders*, a Cimpor nomeou recentemente uma nova equipa de gestão

responsável por reforçar a sua posição de mercado e aumentar a competitividade técnica, criando uma plataforma que estimule a melhoria de performance e de produtividade.

Nesse contexto, a previsão é de que a Cimpor na África do Sul aumente a sua contribuição para o EBITDA consolidado.

Proposta de Aplicação de Resultados

“Considerando que:

- a) Tal como expresso nas demonstrações financeiras, apesar do lucro consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 atribuível a acionistas se ter cifrado em 27.206.558,03 euros, o resultado líquido em base individual foi positivo em 868.646,56 euros;
- b) De acordo com a lei e os Estatutos da Cimpor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros do exercício destina-se ao reforço da reserva legal, até atingir o montante exigível por lei (pelo menos 20% do capital social). Dado que a Sociedade já cumpre atualmente este limite, não é necessário proceder ao reforço da reserva legal.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 22.º dos Estatutos desta sociedade, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas a seguinte aplicação para o Resultado Líquido do Exercício de 2014:

- Atribuição de gratificações aos colaboradores ao serviço no final de dezembro de 2014 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no montante máximo de 400.000 euros.
- Transferência do remanescente do resultado líquido do exercício para Resultados Transitados.

Dado que uma eventual distribuição do resultado líquido em base individual (868.646,56 euros) pelos acionistas não teria impacto relevante, mostrando-se até, relativamente a alguns pequenos acionistas, contraproducente em face dos encargos para o respetivo recebimento, o Conselho de Administração propõe a não distribuição de dividendo relativo ao exercício de 2014, proposta sujeita naturalmente a deliberação dos acionistas que atinja a percentagem prevista no artigo 22º, nº 1, alínea b) dos estatutos da Cimpor. “

Declarações de Conformidade

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração afirmam tanto quanto é do seu conhecimento que o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CIMPOR e empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Claudio Borin Guedes Palaia

Nélson Tambelini Júnior

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

Albrecht Curt Reuter Domenech

André Pires Oliveira Dias

José Édison Barros Franco

Luiz Roberto Ortiz Nascimento

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7	2.603.685	2.624.524
Outros proveitos operacionais	8	45.275	88.571
Total de proveitos operacionais		<u>2.648.960</u>	<u>2.713.095</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(646.102)	(571.854)
Fornecimentos e serviços externos		(1.046.245)	(1.059.962)
Custos com o pessoal	10	(285.117)	(331.591)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	7, 16, 17 e 18	(197.205)	(204.134)
Provisões	7 e 36	349	(613)
Outros custos operacionais	11	(25.875)	(57.906)
Total de custos operacionais		<u>(2.200.195)</u>	<u>(2.226.059)</u>
Resultado operacional	7	<u>448.765</u>	<u>487.036</u>
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7 e 12	(372.961)	(407.295)
Resultados relativos a empresas associadas	7 e 12	960	741
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	578	(346)
Resultado antes de impostos	7	<u>77.342</u>	<u>80.136</u>
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	(47.759)	(95.458)
Resultado líquido do exercício	7	<u>29.584</u>	<u>(15.322)</u>
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:			
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	31 e 33	(2.742)	1.498
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Instrumentos financeiros de cobertura	31 e 33	(5.972)	681
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	30 e 33	(32.733)	(480.296)
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(41.447)	(478.116)
Rendimento integral consolidado do exercício		<u>(11.863)</u>	<u>(493.438)</u>
Resultado líquido dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital	15	27.207	(19.351)
Interesses sem controlo	7 e 33	2.377	4.028
		<u>29.584</u>	<u>(15.322)</u>
Rendimento integral consolidado dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital		(16.131)	(497.355)
Interesses sem controlo		4.268	3.917
		<u>(11.863)</u>	<u>(493.438)</u>
Resultado por ação das operações:			
Básico	15	0,04	(0,03)
Diluído	15	0,04	(0,03)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro 2014.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Ativos não correntes:			
Goodwill	16	1.935.467	1.958.671
Ativos intangíveis	17	35.003	32.422
Ativos fixos tangíveis	18	2.749.557	2.774.490
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 19	10.752	8.414
Outros investimentos	20	8.845	13.585
Outras dívidas de terceiros	22	35.616	19.518
Estado e outros entes públicos	23	38.836	35.159
Outros ativos não correntes	24	115.175	6.067
Ativos por impostos diferidos	25	119.712	127.401
Total de ativos não correntes		<u>5.048.962</u>	<u>4.975.727</u>
Ativos correntes:			
Existências	26	467.752	450.263
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	176.075	207.070
Outras dívidas de terceiros	22	41.646	39.955
Estado e outros entes públicos	23	74.387	74.546
Caixa e equivalentes de caixa	46	723.868	691.116
Outros ativos correntes	24	18.311	12.431
		<u>1.502.039</u>	<u>1.475.380</u>
Ativos não correntes detidos para venda	21	1.867	237
Total de ativos correntes		<u>1.503.906</u>	<u>1.475.617</u>
Total do ativo	7	<u>6.552.868</u>	<u>6.451.345</u>
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Ajustamentos de conversão cambial	30	(462.584)	(428.017)
Reservas	31	267.273	276.222
Resultados transitados	32	451.692	473.386
Resultado líquido do exercício	15	27.207	(19.351)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>928.371</u>	<u>947.025</u>
Interesses sem controlo	33	50.020	40.536
Total de capital próprio	7	<u>978.391</u>	<u>987.561</u>
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	539.054	575.799
Benefícios pós-emprego	34	17.229	16.637
Provisões	36	122.276	121.019
Empréstimos	37	4.115.219	4.020.399
Outras dívidas a terceiros	41	19.425	21.927
Estado e outros entes públicos	23	7.292	7.664
Outros passivos não correntes	42	6.124	7.096
Total de passivos não correntes		<u>4.826.620</u>	<u>4.770.542</u>
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego	34	904	903
Provisões	36	4.469	4.214
Empréstimos	37	169.997	104.873
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	222.195	246.644
Outras dívidas a terceiros	41	108.809	145.786
Estado e outros entes públicos	23	61.954	56.889
Outros passivos correntes	42	179.530	133.933
Total de passivos correntes		<u>747.857</u>	<u>693.242</u>
Total do passivo	7	<u>5.574.478</u>	<u>5.463.784</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>6.552.868</u>	<u>6.451.345</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)		672.000	(27.216)	52.167	275.760	907.919	(423.734)	1.456.897	39.788	1.496.685
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	(19.351)	(19.351)	4.028	(15.322)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30 e 31	-	-	(480.184)	2.180	-	-	(478.004)	(112)	(478.116)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(480.184)	2.180	-	(19.351)	(497.355)	3.917	(493.438)
Aplicação do resultado consolidado de 2012:										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	32	-	-	-	-	(423.734)	423.734	-	-	-
Dividendos distribuídos	14, 32 e 33	-	-	-	-	(10.785)	-	(10.785)	(3.016)	(13.801)
Variações de participações financeiras e outros	33	-	-	-	(1.717)	(15)	-	(1.732)	(153)	(1.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		672.000	(27.216)	(428.017)	276.222	473.386	(19.351)	947.025	40.536	987.561
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	27.207	27.207	2.377	29.584
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30 e 31	-	-	(34.568)	(8.770)	-	-	(43.338)	1.891	(41.447)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(34.568)	(8.770)	-	27.207	(16.131)	4.268	(11.863)
Aplicação do resultado consolidado de 2013:										
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	(19.351)	19.351	-	-	-
Dividendos distribuídos	14, 32 e 33	-	-	-	-	(1.931)	-	(1.931)	(1.377)	(3.307)
Variações de participações financeiras e outros	33	-	-	-	(179)	(412)	-	(592)	6.592	6.001
Saldo em 31 de dezembro de 2014		672.000	(27.216)	(462.584)	267.273	451.692	27.207	928.371	50.020	978.391

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		2.731.971	2.745.996
Pagamentos a fornecedores		(1.786.654)	(1.853.748)
Pagamentos ao pessoal		(247.314)	(313.612)
Fluxos gerados pelas operações		698.003	578.636
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(41.682)	(104.811)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(108.141)	(30.077)
Fluxos das atividades operacionais (1)		548.181	443.748
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		13.477	21.647
Ativos fixos tangíveis		8.200	21.808
Activos fixos intangíveis		-	27
Juros e proveitos similares		9.011	4.023
Dividendos	19	665	714
Outros		411	-
		31.764	48.217
Pagamentos respeitantes a:			
Alterações de perímetro de consolidação por aquisições	5	-	(75)
Investimentos financeiros		(35.859)	(30.664)
Ativos fixos tangíveis		(195.883)	(331.057)
Ativos intangíveis		(2.992)	(6.316)
Outros		(4.603)	-
		(239.338)	(368.112)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(207.574)	(319.895)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	1.773.330	442.252
Venda de ações próprias		-	2
Outros		4.032	-
		1.777.363	442.254
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	46	(1.885.846)	(408.797)
Juros e custos similares		(249.489)	(225.874)
Dividendos	14	(1.931)	(10.785)
Outros	46	(5.185)	(6.351)
		(2.142.451)	(651.807)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(365.088)	(209.553)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(24.482)	(85.700)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		28.729	(87.667)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	640.326	813.692
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	644.573	640.326

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	47	3.762	5.250
Outros proveitos operacionais	8 e 47	144	11.676
Total de proveitos operacionais		<u>3.906</u>	<u>16.926</u>
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos		(2.781)	(3.808)
Custos com o pessoal	10	(3.106)	(3.671)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis		(58)	(173)
Outros custos operacionais	11	(330)	(396)
Total de custos operacionais		<u>(6.275)</u>	<u>(8.048)</u>
Resultado operacional		<u>(2.369)</u>	<u>8.878</u>
Custos e proveitos financeiros, líquidos			
Resultados relativos a investimentos	12	4.517	6.059
	12	1.912	1.906
Resultado antes de impostos		<u>4.060</u>	<u>16.843</u>
Impostos sobre o rendimento	13	(3.191)	(9.300)
Resultado líquido do exercício	15	<u>869</u>	<u>7.543</u>
Rendimento integral do exercício		<u>869</u>	<u>7.543</u>
Resultado líquido por ação:			
Básico	15	0,00	0,01
Diluído	15	0,00	0,01

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Ativos não correntes:			
Ativos intangíveis		-	4
Ativos fixos tangíveis	18	399	463
Investimentos em subsidiárias e associadas	19	1.121.340	1.121.840
Outros investimentos	20	87	87
Outras dívidas de terceiros	22	98.000	114.500
Ativos por impostos diferidos	25	11.795	10.769
Total de ativos não correntes		<u>1.231.621</u>	<u>1.247.663</u>
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	238	4
Outras dívidas de terceiros	22	5.838	3.522
Estado e outros entes públicos	23	2.902	3.308
Caixa e equivalentes de caixa	46	404	341
Outros ativos correntes	24	31	42
Total de ativos correntes		<u>9.413</u>	<u>7.216</u>
Total do ativo		<u>1.241.034</u>	<u>1.254.880</u>
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Reservas	31	306.732	306.732
Resultados transitados	32	254.379	248.766
Resultado líquido do exercício	15	869	7.543
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>1.206.763</u>	<u>1.207.825</u>
Total de capital próprio		<u>1.206.763</u>	<u>1.207.825</u>
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	-	3
Provisões	36	26.929	25.911
Outras dívidas a terceiros	41	964	1.784
Total de passivos não correntes		<u>27.893</u>	<u>27.699</u>
Passivos correntes:			
Provisões	36	180	176
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	426	516
Outras dívidas a terceiros	41	4.423	17.498
Estado e outros entes públicos	23	783	246
Outros passivos correntes	42	567	920
Total de passivos correntes		<u>6.378</u>	<u>19.356</u>
Total do passivo		<u>34.271</u>	<u>47.054</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.241.034</u>	<u>1.254.880</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2012		672.000	(27.216)	306.732	216.052	43.499	1.211.067
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	7.543	7.543
Total do rendimento integral		-	-	-	-	7.543	7.543
Aplicação do resultado de 2012:							
Transferência para resultados transitados		-	-	-	43.499	(43.499)	-
Dividendos distribuídos	14 e 32	-	-	-	(10.785)	-	(10.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32	672.000	(27.216)	306.732	248.766	7.543	1.207.825
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	869	869
Total do rendimento integral		-	-	-	-	869	869
Aplicação do resultado de 2013:							
Transferência para resultados transitados		-	-	-	7.543	(7.543)	-
Dividendos distribuídos	14 e 32	-	-	-	(1.931)	-	(1.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32	672.000	(27.216)	306.732	254.379	869	1.206.763

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2014	2013
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5.765	6.740
Pagamentos a fornecedores		(3.483)	(5.707)
Pagamentos ao pessoal		(4.355)	(5.605)
Fluxos gerados pelas operações		(2.073)	(4.572)
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	36	(15.832)	(37.413)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(1.294)	1.850
Fluxos das atividades operacionais (1)		(19.199)	(40.135)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	1.460
Financiamentos concedidos	46	17.000	63.705
Ativos fixos tangíveis		423	16.193
Juros e proveitos similares		2.928	8.140
Dividendos	46	901	1.893
		21.252	91.391
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	19	(7)	-
Ativos fixos tangíveis		-	(292)
		(7)	(292)
Fluxos das atividades de investimento (2)		21.245	91.099
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Venda de ações próprias		-	2
Financiamentos obtidos		-	5.200
		-	5.202
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(53)	(387)
Dividendos	14	(1.931)	(10.785)
Financiamentos obtidos	46	-	(44.900)
		(1.984)	(56.072)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.984)	(50.870)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		62	94
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	341	248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	404	341

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014.

ÍNDICE

1.	Nota introdutória.....	70
2.	Principais políticas contabilísticas.....	70
2.1.	Bases de apresentação	70
2.2.	Normas, interpretações, emendas e revisões	71
2.3.	Julgamentos críticos / estimativas	74
2.4.	Princípios de consolidação	76
2.5.	Ativos intangíveis	81
2.6.	Ativos fixos tangíveis.....	81
2.7.	Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)	82
2.8.	Locações	82
2.9.	Imparidade de ativos não correntes, excluindo <i>Goodwill</i>	83
2.10.	Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira	83
2.11.	Custos de financiamento.....	84
2.12.	Subsídios.....	85
2.13.	Existências	85
2.14.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas.....	85
2.15.	Relato por segmentos	86
2.16.	Classificação de balanço	86
2.17.	Resultado operacional	87
2.18.	Provisões.....	87
2.19.	Instrumentos financeiros	87
2.20.	Imparidade de ativos financeiros	91
2.21.	Benefícios pós-emprego - pensões	92
2.22.	Benefícios pós-emprego - saúde	93
2.23.	Ativos e passivos contingentes.....	93
2.24.	Rédito e especialização dos exercícios	93
2.25.	Imposto sobre o rendimento	94
2.26.	Resultados por ação	94
2.27.	Eventos subsequentes.....	95
2.28.	Licenças de emissão de CO ₂ – Mercado de emissões	95
3.	Alterações de políticas, estimativas e erros	95
4.	Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas.....	96
4.1.	Empresas consolidadas pelo método integral.....	96
4.2.	Empresas associadas e empreendimentos conjuntos	98
5.	Alterações no perímetro de consolidação, operações descontinuadas e atribuição de justo valor	98
6.	Cotações	99
7.	Segmentos operacionais.....	100
8.	Outros proveitos operacionais	102
9.	Custo das vendas	102
10.	Custos com o pessoal.....	103
11.	Outros custos operacionais	104
12.	Resultados financeiros.....	105
13.	Impostos sobre o rendimento	107
14.	Dividendos.....	110
15.	Resultados por ação	111
16.	Goodwill.....	111
17.	Ativos intangíveis	112
18.	Ativos fixos tangíveis.....	113
19.	Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	114
20.	Outros investimentos	116
21.	Ativos não correntes detidos para venda	116
22.	Outras dívidas de terceiros	117
23.	Estado e outros entes públicos.....	118
24.	Outros ativos correntes e não correntes.....	118
25.	Impostos diferidos	119

26. Existências	121
27. Clientes e adiantamentos a fornecedores	121
28. Capital	122
29. Ações próprias	123
30. Ajustamentos de conversão cambial	123
31. Reservas	123
32. Resultados transitados.....	124
33. Interesses sem controlo	124
34. Benefícios pós-emprego	125
35. Passivos contingentes, garantias e compromissos.....	128
36. Provisões.....	131
37. Empréstimos	134
38. Obrigações decorrentes de contratos de locação	136
39. Instrumentos financeiros derivados	137
40. Gestão de riscos financeiros.....	140
41. Outras dívidas a terceiros	145
42. Outros passivos correntes e não correntes	145
43. Fornecedores e adiantamentos de clientes.....	145
44. Licenças de emissão de CO ₂	145
45. Ativos e passivos financeiros no âmbito da IAS 39.....	146
46. Notas às demonstrações de fluxos de caixa	149
47. Partes relacionadas	151
48. Honorários e serviços dos auditores	154
49. Eventos subsequentes.....	155
50. Aprovação das demonstrações financeiras.....	155

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
Em 31 de dezembro de 2014
(Montantes expressos em milhares de euros)

1. Nota introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR” ou “Empresa”), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 31 de dezembro de 2014 detinha atividades em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde (“Grupo Cimpor” ou “Grupo”).

O fabrico e comercialização de cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais (da Empresa) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e na sede de cada uma das entidades referidas, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *IFRS Interpretation Committee* (“IFRIC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão aqui designadas genericamente por “IFRS”.

2.2. Normas, interpretações, emendas e revisões

Que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda às normas: - IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre ativos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	1-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

Não foram ainda avaliados os impactos dos referidos melhoramentos nas demonstrações financeiras da Empresa e do Grupo, os quais não se perspetivam relevantes.

Ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Ativos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.

Norma / Interpretação	Observações
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração da Cimpor (“Administração”) formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Imparidade de ativos não correntes (excluindo *Goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cimpor, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cimpor.

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

- Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 2.4. e). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto são determinados com base no maior de entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

- Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho futuro.

- Benefícios de reforma e saúde

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Quaisquer alterações a estes pressupostos terão impacto no montante das responsabilidades por benefícios de reforma e saúde, sendo política do Grupo rever periodicamente estes pressupostos.

- Mensuração de instrumentos financeiros derivados

A mensuração de instrumentos financeiros derivados envolve um conjunto de estimativas e pressupostos sobre o comportamento de variáveis, nomeadamente o comportamento de taxas de juro e de câmbio, bem como estimativas sobre o risco de crédito do Grupo e das diversas contrapartes envolvidas, as quais poderão divergir daqueles que venham efetivamente a ocorrer.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de “Interesses sem controlo”.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data em que o Grupo passa a deter controlo ou até à data em que o mesmo deixa de existir, respetivamente.

As transações e saldos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método de compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes ou de pagamento diferido, são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais (“IFRS 3”), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (“IFRS 5”), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores provisórios podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data de balanço e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses sem controlo são identificados no capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas. Os interesses sem controlo podem ser inicialmente mensurados quer seu pelo justo valor, quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial o valor contabilístico dos interesses sem controlo é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses sem controlo ainda que o mesmo seja negativo.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses sem controlo são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses sem controlo são ajustados e o justo valor da transação é reconhecido diretamente no capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor dos ativos recebidos e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses sem controlo. Montantes reconhecidos previamente como Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, nomeadamente os efeitos cambiais resultantes da conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, tal como definido na Nota 2.10 infra, são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação no rendimento integral da associada (incluindo resultados líquidos das empresas associadas) por contrapartida de resultado líquido do exercício ou de outro rendimento integral, conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As perdas em associadas em excesso do investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para participar nessas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificáveis é registado como Investimentos em associadas - *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados e efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido registada.

d) Empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos são registada pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

A classificação dos interesses financeiros detidos em entidades controladas em conjunto é determinada com base: i) nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto; ii) na percentagem efetiva de detenção; iii) nos direitos de voto detidos.

e) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias acrescido do justo valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill*.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores de *goodwill* são expressos na moeda funcional da respetiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 1998 foram mantidos de acordo com os valores anteriores e foram denominados em euros, sendo sujeitos a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos ligados à atividade cimenteira existentes em 1 de janeiro de 2004, foram reavaliados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas de Relato Financeiro, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respetivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso e local pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros ativos fixos tangíveis	2 – 10

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados de forma linear, no período previsto de exploração, deduzido do respetivo valor residual, quando aplicável.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos ao custo de aquisição, exceto para os já existentes em 1 de janeiro de 2009, para os quais foi seguida a opção de contabilização pelo respetivo valor contabilístico àquela data (“custo considerado”), conforme opção prevista nas normas de transição para as IFRS. Os investimentos em subsidiárias e associadas são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de que o seu valor contabilístico é inferior ao seu valor de recuperação considerando o mais alto de entre o valor de uso ou venda.

2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, numa base linear durante o período do contrato de locação.

De acordo com a IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, caso um acordo estabelecido contenha, em substância, uma locação, incluindo transações que transmitam o direito de usar o ativo ou, caso o cumprimento do acordo esteja dependente do uso de um ativo

específico, o Grupo procede à sua análise a fim de avaliar se tais acordos incluem uma locação e se as prescrições da IAS 17 – Locações devem ser aplicadas.

2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.10. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o euro são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), e desde que cumpram o critério de eficácia estabelecido na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IAS 39”).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do resultado e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de janeiro de 2004, são registados como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de “Reservas livres – Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para Resultados financeiros - Resultados relativos a investimentos, aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), exceto quando os mesmos configuram uma operação descontinuada, nos termos estabelecidos na Nota 2.14., situação em que são incluídos como Resultado líquido de operações descontinuadas.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.11. Custos de financiamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Na medida em que empréstimos à taxa de juro variável, destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estejam a ser cobertos por intermédio de uma relação de cobertura de “*cash-flow*”, a parcela efetiva do justo valor do instrumento financeiro derivado é reconhecida em reservas e transferida para resultados quando o item coberto tem impacto em resultados. Adicionalmente, na medida em que os empréstimos à taxa de juro fixa usada para financiar um ativo qualificável estejam a ser cobertos mediante uma relação de cobertura de justo valor, os encargos financeiros a acrescer ao custo do ativo devem refletir a taxa de juro coberta.

Os rendimentos obtidos com a aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis são deduzidos aos encargos a serem capitalizados.

2.12. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos em resultado líquido do período, em simultâneo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” ou deduzidos ao custo de aquisição do activo e são transferidos para resultados do período, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é reposta quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.14. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda, e são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira.

Uma operação descontinuada é um componente de uma entidade que, ou foi alienado, ou está classificado como detido para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- Faz parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os montantes incluídos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos a essas operações descontinuadas são apresentados separadamente para o período corrente e para todos os períodos anteriores que sejam apresentados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos relacionados com operações descontinuadas (ainda não alienadas) são apresentados em linhas separadas para o último exercício apresentado, sem reajuste dos anos anteriores.

2.15. Relato por segmentos

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

O Grupo apresenta os seus ativos e passivos, bem como as suas operações, agregados em segmentos geográficos, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz e monitoriza os negócios.

2.16. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.17. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, exceto nos casos em que as mesmas configurem operações descontinuadas (tal como referido na Nota 2.14), situação em que os efeitos decorrentes são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral como “Resultado líquido das operações descontinuadas”. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

a) Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo aquele acréscimo reconhecido em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros empréstimos”.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do respetivo ajustamento em resultados, correspondente à diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Outros investimentos

Os outros investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço dos ativos entregues, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente depende da sua classificação.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas por imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas por imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reserva de justo valor”) até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é transferido para resultado do período. Os que não tenham cotação num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros corridos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros passivos correntes – Juros a pagar”.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “*cash-flow*” são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reservas de operações de cobertura”) na sua componente eficaz e em resultados financeiros na sua componente ineficaz. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respetivas variações de justo valor são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”) na sua componente eficaz. A componente ineficaz daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respetivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são, igualmente, registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”).

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral em resultados financeiros do período em que ocorrem.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

i) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- O justo valor de ativos e passivos financeiros com condições padronizadas e transacionados em mercados ativos, é determinado com referência aos valores de cotação;
- O justo valor de outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de avaliação geralmente aceites, com base em análise de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração preços observáveis em transações correntes no mercado;
- O justo valor de instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso destas não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base em análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis no mercado.

2.20. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no correspondente justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os ativos se encontram em imparidade. Nesta situação, a eventual perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é transferida de reservas (outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio) para resultado do período. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados do período, afetando diretamente outros rendimentos reconhecidos em capital próprio.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade do incumprimento;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é desreconhecido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.21. Benefícios pós-emprego - pensões

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – Benefícios dos empregados (“IAS 19”).

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar na demonstração consolidada da posição financeira.

Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período e o custo líquido dos juros, o qual resulta da aplicação da taxa de desconto sobre a responsabilidade líquida no início do período. Os ganhos e perdas atuariais são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas.

2.22. Benefícios pós-emprego - saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime, quando aplicável, são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – Benefícios de saúde”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data. Os ganhos e perdas atuariais são registados diretamente como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

2.23. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respetivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.24. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração do resultado e do outro rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no período em que são prestados com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data da sua faturação. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os dividendos relativos aos investimentos registados ao custo ou de acordo com a IAS 39 são reconhecidos no período em que se confirmou o direito ao seu recebimento.

2.25. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor na jurisdição fiscal de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação e são registados na demonstração do resultado e do outro rendimento integral, salvo quando os mesmos se relacionam com itens registados diretamente em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, caso em que são igualmente registados naquelas rubricas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) exista um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e iii) exista a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

2.26. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa-mãe.

2.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.28. Licenças de emissão de CO₂ – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados em Resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - “Propriedade industrial e outros direitos”.

3. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto no que respeita à adoção de normas ou interpretações novas, revistas ou emendadas mencionadas na Nota 2, as quais não tiveram impactos na posição financeira ou no resultado integral, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

4. Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas

4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes subsidiárias nas quais é detida a maioria dos direitos de voto (controlo):

SIGLA	FIRMA	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2014	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2013
SEGMENTO HOLDINGS, ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO, CORPORATIVAS E TRADING			
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.		
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR TRADING E INVERSIONES, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V.	100,00	100,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A.	100,00	100,00
KANDMAD	KANDMAD – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA.	100,00	100,00
CIMPOR ECO	CIMPOR ECO, S.L.	b)	100,00
CIMPOR TRADING	CIMPOR TRADING, S.A.	b)	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP - TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A.	60,00	60,00
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A.	100,00	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A.	100,00	100,00
INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY	INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY PARTICIPATIONS GMBH	100,00	100,00
CAUE AUSTRIA	CAUE AUSTRIA HOLDING GMBH	100,00	100,00
SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE			
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	100,00	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A.	b)	100,00
MOSSINES	MOSSINES – CIMENTOS DE SINES, S.A.	100,00	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA.	100,00	100,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A.	98,50	98,50
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A.	100,00	100,00
SOGRAL	SOGRAL - SOCIEDADE DE GRANITOS, S.A.	100,00	100,00
SANCHEZ	SANCHEZ, S.A.	100,00	100,00
BENCAPOR	BENCAPOR - PRODUÇÃO DE INERTES, S.A.	75,00	75,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A.	50,00	50,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A.	100,00	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A.	100,00	100,00
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A.	100,00	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A.	100,00	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA.	100,00	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A.	100,00	100,00
MECAN	MECAN - MANUFACTURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA.	100,00	100,00
SOGESSO	SOGESSO - SOCIEDADE DE GESSOS DE SOURE, S.A.	100,00	100,00
TRANSFORMAL	TRANSFORMAL, S.A.	100,00	100,00
INVERSIONES FILARIA	INVERSIONES FILARIA, S.L.	b)	100,00
LUSOBETI	LUSOBETIMOBILIÁRIA, S.A.	100,00	100,00 a)
CIMPOR CABO VERDE	CIMPOR CABO VERDE, S.A.	98,13	98,13
CABO VERDE BETÕES E INERTES	CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A.	98,13	98,13
ITP	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRAS, LDA.	98,13	98,13
BETÕES DE CABO VERDE	BETÕES DE CABO VERDE, S.A.	98,13	98,13

SEGMENTO BRASIL			
INTERCEMENT BRASIL	INTERCEMENT BRASIL, S.A.	100,00	100,00
CAUE FINANCE	CAUE FINANCE LIMITED	100,00	100,00
CCIMENTOS PARTICIPAÇÕES	CCIMENTOS PARTICIPAÇÕES, LTDA.	99,82	98,99
INTERCEMENT PORTUGAL	INTERCEMENT PORTUGAL, SGPS, S.A.	a)	100,00
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA – TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.	50,00	50,00
RIOS PRIMEIRA	INVERSIONES RÍOS PRIMEIRA LIMITADA	99,99	99,99
BAESA	BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE, S.A.	9,00	9,00
CCCE	COMPANHIA CAMARGO CORREIA ENERGIA	100,00	100,00
TRANSVIARIA BR	TRANSVIARIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES, LDA.	100,00	100,00
NEOGERA INV. EM INOVAÇÃO	NEOGERA INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO LTDA.	c)	98,76
			-
SEGMENTO EGÍPTO			
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	100,00	100,00
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,14	99,14
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,36	99,36
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E.	99,61	99,61
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E.	99,90	99,90
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E.	99,37	99,37
AMREYAH CIMPOR READY MIX	AMREYAH CIMPOR READY MIX COMPANY, S.A.E.	99,25	99,25
SEGMENTO MOÇAMBIQUE			
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	82,64	82,64
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.	82,64	82,89
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.	100,00	100,00
CINAC	CIMENTOS DE NACALA, S.A.	82,72	82,72
SEGMENTO ÁFRICA DO SUL			
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED	74,00	74,00
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD.	100,00	100,00
DC	DURBAN CEMENT LTD.	100,00	100,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST	33,30	33,30
CONCRETE	NPC CONCRETE (PTY) LTD.	100,00	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD.	74,00	74,00
S. C. MINING	SOUTH COAST MINING (PTY) LTD.	100,00	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD.	100,00	100,00
STERKSPRUIT AGGREGATES	STERKSPRUIT AGGREGATES (PTY) LTD.	74,00	74,00
STERKSPRUIT CONCRETE	STERKSPRUIT CONCRETE (PTY) LTD.	b)	100,00
DURBAN QUARRIES	DURBAN QUARRIES (PTY) LTD.	b)	100,00
SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI			
HOLDTOTAL	HOLDTOTAL, S.A.	99,98	99,99
LOMA NEGRA	LOMA NEGRA C.I.A., S.A.	96,46	97,56
BETEL	BETEL, S.A.	96,47	97,56
COFESUR	COFESUR, S.A.	94,20	85,52
CIA. ARG. DE CEMENTO	CIA. ARG. DE CEMENTO PORTLAND, S.A.	96,47	97,56
LA PREFERIDA DE OLAVARRIA	LA PREFERIDA DE OLAVARRÍA, S.A.	96,47	97,56
RECYCOMB	RECYCOMB, S.A.	96,47	97,56
YGUAZU CEMENTOS	YGUAZU CEMENTOS, S.A.	65,76	62,57

- a) Entrada no perímetro de consolidação (Nota 5);
- b) Subsidiárias liquidadas ou integradas por fusão em outras sociedades.
- c) Sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014 com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

4.2. Empresas associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2014	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2013
SEGMENTO PORTUGAL			
AVE	AVE- GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA, S.A.	35,00	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A.	25,00	25,00
SEGMENTO BRASIL			
COMICAN	COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA	48,00	48,00
CAMARGO CORRÊA ESCOM	CAMARGO CORRÊA ESCOM CEMENT B.V.	50,10	50,10

5. Alterações no perímetro de consolidação, operações descontinuadas e atribuição de justo valor

Alteração no perímetro de consolidação e operações descontinuadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram alterações significativas no perímetro de consolidação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a principal alteração no perímetro de consolidação resultou da incorporação dos ativos líquidos da Machadinho Energética, S.A. realizada em 19 de fevereiro de 2013, tendo ainda sido considerada a aquisição de participações sem especial relevo no Grupo.

O impacto dos ativos líquidos incorporados na Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 foi o seguinte:

Ativos não correntes:

Ativos fixos tangíveis (Nota 18)	12.928
Total de ativos não correntes	<u>12.928</u>

Ativos correntes:

Existências	550
Clientes e adiantamentos a fornecedores	177
Outras dívidas de terceiros	(15)
Estado e outros entes públicos	141
Caixa e equivalentes de caixa	(75)
Outros ativos correntes	1.010
Total de ativos correntes	<u>1.788</u>
Total do ativo	<u>14.716</u>

Passivos correntes:

Fornecedores e adiantamentos a clientes	500
Outras dívidas a terceiros	56
Estado e outros entes públicos	4
Empréstimos	150
Outros passivos correntes	137
Total de passivos correntes	<u>847</u>
Total do passivo	<u>847</u>
Valor líquido	<u><u>13.869</u></u>

Até essa data, o investimento naquele consórcio era realizado através de uma participação financeira na Maesa Machadinho Energética, S.A. que se encontrava classificada como Ativo financeiro disponível para venda (Nota 20).

6. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	2014	2013	Var.% (a)	2014	2013	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,2149	1,3773	13,4	1,3285	1,3291	0,0
BRL Real brasileiro	3,2270	3,2265	(0,0)	3,1221	2,8676	(8,1)
MZN Novo metical moçambicano	40,0919	40,7386	1,6	41,2062	39,5036	(4,1)
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	8,6864	9,5713	10,2	9,3968	9,1391	(2,7)
ZAR Rand sul africano	14,0488	14,4621	2,9	14,3847	12,8163	(10,9)
ARS Peso argentino	10,1734	8,9775	(11,8)	10,7470	7,2459	(32,6)
PYG Guarani paraguaio	5.623,91	6.315,33	12,3	5.916,51	5.813,40	(1,7)

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

7. Segmentos operacionais

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o **Grupo** opera, é a seguinte:

	Dezembro 2014			Dezembro 2013				
	Vendas e prestações de serviços		Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	
Clientes externos	Intersegmentais	Total		Clientes externos	Intersegmentais	Total		
Segmentos operacionais:								
Brasil	1.168.245	203	1.168.448	240.769	1.238.694	-	1.238.694	335.952
Argentina e Paraguai	600.823	-	600.823	92.636	650.150	-	650.150	82.829
Portugal e Cabo Verde	188.941	112.063	301.003	(9.878)	206.043	101.211	307.255	(17.541)
Egito	246.895	-	246.895	69.125	180.778	-	180.778	39.453
Moçambique	148.939	-	148.939	19.439	141.882	-	141.882	26.098
África do Sul	122.416	3.675	126.092	32.427	121.703	3.481	125.184	26.090
Total	2.476.259	115.941	2.592.200	444.518	2.539.250	104.692	2.643.942	492.880
Não afetos a segmentos (a)	127.426	226.588	354.014	4.247	85.274	225.816	311.091	(5.844)
Eliminações	-	(342.529)	(342.529)	-	-	(330.508)	(330.508)	-
	2.603.685	-	2.603.685	448.765	2.624.524	-	2.624.524	487.036
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(372.961)				(407.295)
Resultados relativos a empresas associadas				960				741
Resultados relativos a investimentos				578				(346)
Resultado antes de impostos				77.342				80.136
Impostos sobre o rendimento				(47.759)				(95.458)
Resultado líquido do exercício				29.584				(15.322)

(a) Os resultados não afetos a segmentos relativos respeitam aos resultados das sociedades holdings e entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading (Nota 4).

As transações intersegmentais são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido do exercício evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Segmentos operacionais:		
Argentina e Paraguai	837	1.030
Portugal e Cabo Verde	177	(147)
Egito	372	187
Moçambique	1.302	2.601
África do Sul	2.141	924
Não afetos a segmentos	(2.452)	(567)
	2.377	4.028

Outras informações:

	Dezembro 2014			Dezembro 2013		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	137.402	84.556	(3.116)	226.828	80.044	532
Argentina e Paraguai	46.821	34.518	887	72.716	41.421	957
Portugal e Cabo Verde	7.901	42.639	85	3.733	52.872	(1.563)
Egito	7.462	10.187	11	19.950	9.977	856
Moçambique	12.695	8.033	-	24.997	6.021	-
África do Sul	1.413	9.188	2	1.591	10.457	3
Não afetos a segmentos	1.805	8.085	1.782	2.150	3.342	(171)
	215.499	197.205	(349)	351.965	204.134	613

(a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registaram-se perdas por imparidade em Ativos fixos tangíveis no montante aproximado de 5.000 milhares de euros no conjunto de ativos não afetos a segmentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, registaram-se perdas por imparidade em Ativos fixos tangíveis em Portugal no montante aproximado de 5.500 milhares de euros (Nota 18).

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	Dezembro 2014			Dezembro 2013		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	3.655.571	1.650.058	2.005.513	3.684.011	1.683.211	2.000.800
Argentina e Paraguai	1.174.579	591.191	583.388	1.240.420	622.853	617.567
Portugal e Cabo Verde	472.850	421.989	50.861	524.031	452.034	71.997
Egito	377.225	93.730	283.496	347.740	116.829	230.911
Moçambique	222.355	130.454	91.901	223.151	138.292	84.859
África do Sul	265.516	118.316	147.201	250.595	114.253	136.341
	6.168.096	3.005.738	3.162.359	6.269.948	3.127.472	3.142.476
Não afetos a segmentos	972.350	3.167.070	(2.194.720)	807.076	2.970.406	(2.163.329)
Eliminações	(598.330)	(598.330)	-	(634.094)	(634.094)	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.752	-	10.752	8.414	-	8.414
Total consolidado	6.552.868	5.574.478	978.391	6.451.345	5.463.784	987.561

a) Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades *holdings* e *tradings* não afetos a segmentos específicos.

8. Outros proveitos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros proveitos operacionais tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Proveitos suplementares	13.194	19.937	104	1.175
Ganhos obtidos na alienação de ativos (a)	15.024	46.215	28	10.461
Reversão de imparidades de saldos a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores (Nota 27)	1.246	3.100	2	12
Subsídios	10	6	-	-
Trabalhos para a própria empresa	605	1.485	-	-
Reversão de imparidades em existências (Nota 26)	1.232	1.013	-	-
Reversão de imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	12	1.026	-	-
Outros	13.953	15.787	11	29
	<u>45.275</u>	<u>88.571</u>	<u>144</u>	<u>11.676</u>

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, inclui o ganho na alienação de licenças de CO₂ (Nota 44) bem como de ativos fixos tangíveis em várias áreas de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o ganho evidenciado na Empresa, refere-se essencialmente à mais-valia obtida com a alienação de um imóvel a uma entidade relacionada com o Grupo Camargo Corrêa (Notas 18 e 47). No Grupo incluía ainda a alienação de outros ativos em várias áreas de negócio, destacando-se o Brasil (18.115 milhares de euros) e Portugal (11.801 milhares de euros) onde se inclui o ganho de 11.000 milhares de euros pela alienação de um crédito sobre uma entidade pública, na sequência de um desfecho judicial transitado em julgado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

9. Custo das vendas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o custo das vendas das operações em continuação, foi como segue:

	2014	2013
Mercadorias vendidas	366.905	372.316
Matérias consumidas	266.389	219.951
Perdas/ (Ganhos) em regularização de existências	246	(1.871)
	<u>633.540</u>	<u>590.397</u>

10. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Remunerações	201.466	215.070	2.183	3.297
Prémios (c)	19.149	26.801	114	(562)
Encargos com remunerações	30.436	33.536	340	433
Custos de ação social e outros (a)	27.979	24.289	86	87
Indemnizações e compensações (b)	6.873	27.125	256	255
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	3.014	3.610	75	113
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	(4.304)	797	-	-
Planos de opções de compra de ações	-	13	-	13
Seguros	505	350	51	36
	<u>285.117</u>	<u>331.591</u>	<u>3.106</u>	<u>3.671</u>

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Remunerações	197.681	215.070	2.183	3.297
Prémios (c)	22.933	26.801	114	(562)
Encargos com remunerações	30.436	33.536	340	433
Custos de ação social e outros (a)	27.979	24.289	86	87
Indemnizações e compensações (b)	6.873	27.125	256	255
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	3.014	3.610	75	113
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	(4.304)	797	-	-
Planos de opções de compra de ações	-	13	-	13
Seguros	505	350	51	36
	<u>285.117</u>	<u>331.591</u>	<u>3.106</u>	<u>3.671</u>

(a) Os custos de ação social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

(b) As indemnizações e compensações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encontram-se influenciados pelos encargos com saídas de colaboradores relacionados com reestruturações empresariais, incluindo as situações de pré-reforma na área de negócios Portugal (Nota 36).

(c) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica inclui, relativamente à área de negócios do Egito, o resultado das negociações com os representantes dos trabalhadores, decorrente das quais a Amreyah Cement Company SAE ("ACC") comprometeu-se com um novo acordo de trabalho e em incrementar, nos três exercícios seguintes, o montante de prémio normalmente estabelecido, assegurando assim a regularização dos processos e reivindicações dos trabalhadores, relacionadas com o cálculo de incentivos e de complementos remuneratórios, e abrangendo os eventuais efeitos retroativos. Decorrente

deste acordo, foi reconhecido um encargo de 4.289 milhares de euros (39.200 milhares de libras egípcias).

O número médio de empregados do **Grupo** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014	2013
Portugal	869	905
Egito	516	505
Brasil	3.019	3.145
Moçambique	635	620
África do Sul	388	438
Cabo Verde	103	106
Argentina	2.974	2.976
Paraguai	95	-
	<hr/>	<hr/>
	8.599	8.695
Não afetos a segmentos	216	210
	<hr/>	<hr/>
	8.815	8.905

O número médio de empregados da **Empresa** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluído em Não afetos a segmentos do Grupo, foi de 21 e 26, respetivamente.

11. Outros custos operacionais

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Impostos	14.899	16.474	39	54
Imparidades de saldos a receber de clientes (Nota 27)	4.134	1.841	-	-
Quotizações	482	793	27	87
Imparidades em existências (Nota 26)	363	600	-	-
Perdas incorridas na alienação de ativos	2.908	305	-	113
Donativos	1.542	1.774	262	138
Multas e penalidades (a)	143	23.172	-	-
Dívidas incobráveis	61	3.049	-	-
Imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	64	749	-	-
Licenças de emissão de CO2	-	261	-	-
Outros (b)	1.278	8.887	2	3
	25.875	57.906	330	396

- (a) O exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclui essencialmente um encargo da subsidiária “Loma Negra” na sequência de uma decisão judicial desfavorável relativa a uma multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina, por supostos atos praticados entre julho de 1981 e agosto de 1999, no valor de aproximadamente 23.000 milhares de euros.
- (b) Inclui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o encargo associado ao apuramento definitivo do acerto da dívida financeira líquida relativo ao processo da permuta de ativos, no montante de 5.439 milhares de euros.

12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Custos financeiros:				
Juros suportados	272.969	260.789	-	201
Diferenças de câmbio desfavoráveis (a)	209.078	376.942	3	4
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	29.936	119	-	-
	29.936	119	-	-
Outros custos financeiros (c)	55.187	38.758	114	106
	567.170	676.608	117	311
Proveitos financeiros:				
Juros obtidos	35.516	62.656	4.629	6.367
Diferenças de câmbio favoráveis (a)	122.562	193.399	5	3
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	31.448	9.608	-	-
	31.448	9.608	-	-
Outros proveitos financeiros (c)	4.683	3.650	-	-
	194.208	269.313	4.634	6.369
	(372.961)	(407.295)	4.517	6.059
Custos e proveitos financeiros, líquidos				
Resultados relativos a empresas associadas:				
De equivalência patrimonial:				
Perdas em empresas associadas (Nota 19)	(8)	(18)	-	-
Ganhos em empresas associadas (Nota 19)	968	759	-	-
	960	741	-	-
Resultados relativos a investimentos:				
Rendimentos de participação de capital (d)	-	31	1.912	1.906
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos (e)	578	(377)	-	-
	578	(346)	1.912	1.906

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis estão influenciadas pelo efeito da valorização do USD face ao Euro nos ativos e passivos denominados naquela moeda. Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobertura da exposição cambial de Euros face ao USD nas dívidas contratadas nesta última moeda, foram compensadas, mediante o mecanismo de contabilidade de cobertura (Nota 39), diferenças de câmbio negativas de 99.878 milhares de euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as diferenças cambiais estavam significativamente influenciadas pela atualização cambial de ativos e passivos em Euros e USD em jurisdições com o Real e o Peso argentino como moeda funcional de consolidação.

(b) Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio que não foram qualificados para efeitos de contabilidade de cobertura. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, decorrente da variação de justos valores, foi reconhecido um proveito financeiro líquido de 1.512 milhares de euros e 9.489 milhares de euros, respetivamente.

(c) Nos outros custos e proveitos financeiros do Grupo incluem-se os custos e proveitos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo o efeito da atualização financeira de provisões (Nota 36), os descontos de pronto pagamento concedidos e obtidos e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral. No exercício

findo em 31 de dezembro de 2014 estão igualmente registados nesta rúbrica os encargos de emissão relacionados com a liquidação antecipada de financiamentos, no montante de aproximadamente 22.000 milhares de euros.

13. Impostos sobre o rendimento

Imposto sobre o rendimento do Grupo

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento relativo aos diversos segmentos geográficos foi calculado às respetivas taxas em vigor, conforme segue:

	2014	2013
Portugal (a)	24,5%	26,5%
Brasil	34,0%	34,0%
Moçambique	32,0%	32,0%
África do Sul	28,0%	28,0%
Egito (b)	30,0%	25,0%
Argentina	35,0%	35,0%
Paraguai	10,0%	10,0%
Áustria	25,0%	25,0%
Espanha (c)	30,0%	30,0%
Outros	21%-25%	21%-25%

(a) Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são ainda sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Para o exercício de 2015, a taxa de IRC e derrama agregada será de 22,5% sendo a derrama estadual mantida nos níveis acima mencionados.

(b) Para o exercício de 2017 e seguintes a taxa de imposto no Egito será de 25%.

(c) Para o exercício de 2015 a taxa de imposto em Espanha será de 28% (25% para 2016 e seguintes).

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O imposto sobre o rendimento do **Grupo** reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	58.581	68.890
Imposto diferido (Nota 25)	(11.865)	26.840
Reforços de provisões para impostos (Nota 36)	1.042	(272)
Encargo do exercício	<u>47.759</u>	<u>95.458</u>

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram reconhecidas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento ("IAS 12") (Nota 25).

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não considera os resultados negativos (cerca de 151 milhões de euros e 244 milhões de euros, respetivamente), das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	2014	2013
Taxa de imposto aplicável em Portugal	24,50%	26,50%
Resultados operacionais e financeiros não tributados	(5,73%)	(1,23%)
Ajustes a impostos diferidos	1,76%	0,14%
Diferenças de taxas de tributação	3,40%	5,40%
Outros	<u>(3,06%)</u>	<u>(2,96%)</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>20,88%</u>	<u>27,85%</u>

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram registados no **Grupo** impostos diferidos diretamente em rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio de 2.026 milhares de euros e de 990 milhares de euros, respetivamente (Nota 25).

No Brasil foi publicada a Lei nº 12.973/14 que revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil quanto aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os termos dessa lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada dos seus termos a partir de 1 de janeiro de 2014. O Grupo não optou pela antecipação dos efeitos desta lei para o ano de 2014 devido a necessidade de adequação de lançamentos aos novos critérios estabelecidos pela referida lei, os quais dependiam de publicação pela Receita Federal Brasileira (“RFB”) de atos normativos e regulatórios sobre a matéria. No melhor entendimento da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não são esperados impactos materiais aquando da aplicação da referida lei.

Imposto sobre o rendimento da Empresa

A Empresa, e a generalidade das suas participadas em Portugal, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), atualmente à taxa de 23%, acrescida de Derrama apurada individualmente até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa agregada máxima de 24,5%.

A Empresa é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detém, em Portugal, direta ou indiretamente por entidades elegíveis, pelo menos 75% do seu capital e cumprem com os requisitos previstos na legislação. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, nos termos das regras definidas no Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respetiva derrama apurada individualmente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativas a IRC até ao exercício de 2012. Encontram-se ainda sujeitas a revisão as declarações fiscais dos exercícios de 2013 e 2014.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções com efeito significativo e que não estejam já refletidas nestas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento da **Empresa** reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	3.194	10.388
Imposto diferido (Nota 25)	(1.003)	645
Reforços/reversões de provisões para impostos (Nota 36)	1.000	(1.733)
Encargo do exercício	<u>3.191</u>	<u>9.300</u>

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva na **Empresa** pode ser apresentada do seguinte modo:

	2014	2013
Taxa de imposto aplicável em Portugal	24,50%	26,50%
Resultados operacionais e financeiros não tributados	(10,47%)	(6,17%)
Reforços/reversões de provisões para impostos	24,63%	(10,29%)
Alterações de taxa de impostos	24,24%	5,63%
Outros	15,30%	36,35%
Taxa efetiva de imposto	<u>78,20%</u>	<u>52,02%</u>

Os resultados operacionais e financeiros não tributados referem-se, essencialmente, aos proveitos de dividendos recebidos das subsidiárias (Nota 12). Nos outros estão incluídos correções de impostos de exercícios anteriores e o efeito do ajuste dos resultados internos do grupo fiscal.

14. Dividendos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de março de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos correspondentes a 0,0029 euros por ação (0,0162 euros por ação no exercício anterior), tendo sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 um valor global de 1.931 milhares de euros (10.785 milhares de euros em 2013).

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não é proposta a distribuição de dividendo.

15. Resultados por ação

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	27.207	(19.351)	869	7.543
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	666.094	666.094	666.094	666.094
	0,04	(0,03)	0,00	0,01

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes exercícios.

16. Goodwill

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos valores de *goodwill*, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Egito	Brasil	Moçambique	África do Sul	Cabo Verde e Outros	Argentina	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	27.004	68.627	1.770.967	24.681	92.710	9.458	375.955	2.369.401
Efeito da conversão cambial	-	(8.419)	(258.043)	(923)	(21.087)	-	(104.257)	(392.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.004	60.207	1.512.924	23.758	71.623	9.458	271.698	1.976.672
Efeito da conversão cambial	-	6.134	(206)	700	2.107	-	(31.939)	(23.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.004	66.341	1.512.717	24.459	73.731	9.458	239.759	1.953.468
Perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	9.003	60.207	1.512.924	23.758	71.623	9.458	271.698	1.958.671
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	9.003	66.341	1.512.717	24.459	73.731	9.458	239.759	1.935.467

Os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os quais são efetuados por referência aos valores recuperáveis de cada uma das áreas de negócios a que se encontram afetos (Nota 2.3).

Para efeitos de teste de imparidade, e atendendo à estrutura de relato financeiro adotada para efeitos de gestão, os valores de *goodwill* são afetos genericamente a cada um dos segmentos operacionais (Nota 7), considerando-se existirem sinergias entre as diversas unidades de cada segmento numa ótica de integração vertical dos negócios (Nota introdutória).

Nos testes realizados, o valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa foi comparado com o respetivo valor contabilístico. Uma perda por imparidade apenas é reconhecida no caso do valor contabilístico exceder o maior valor de entre o valor de uso e o valor realizável líquido. No valor de uso, os fluxos de caixa, após impacto fiscal, são descontados com base no custo médio ponderado do capital depois de impostos ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As projeções de fluxos de caixa baseiam-se nos planos de negócio a médio e longo prazo, aprovados pela Administração, prolongadas de uma perpetuidade.

Para a determinação do valor de uso procedeu-se à atualização dos fluxos de caixa calculados em moeda local, utilizando as taxas "WACC" e perpetuidades correspondentes, conforme o quadro seguinte:

Segmentos	Moeda	2014			2013		
		Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo	Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo
Portugal e Cabo Verde	EUR/CVE	18.461	7,0%	0,0%	18.461	9,5%	0,0%
Egito	EGP	66.341	20,6%	1,0%	60.207	21,1%	1,0%
Brasil	BRL	1.512.717	10,0%	1,0%	1.512.924	10,5%	1,0%
Moçambique	MZM	24.459	14,3%	1,0%	23.758	14,6%	1,0%
África do Sul	ZAR	73.731	11,4%	1,0%	71.623	15,5%	1,0%
Argentina	ARS	239.759	21,6%	1,0%	271.698	23,2%	1,0%
		<u>1.935.467</u>			<u>1.958.671</u>		

As taxas de crescimento de longo prazo assinaladas correspondem às taxas de crescimento real (acima da inflação de longo prazo de cada um dos segmentos).

Foi analisado o impacto de uma variação de 50 pontos base nas taxas de atualização ou nas taxas de crescimento de longo prazo e não se identificaram situações nas quais o valor recuperável dos ativos fosse inferior ao correspondente valor contabilístico.

17. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis no **Grupo**, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	60.682	2.346	63.028
Efeito da conversão cambial	(6.976)	(63)	(7.039)
Adições	4.963	1.360	6.323
Abates	(10.599)	-	(10.599)
Transferências	9.156	(2.022)	7.134
Alterações de perímetro (Nota 5)	(1.798)	-	(1.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	55.428	1.620	57.048
Efeito da conversão cambial	(297)	16	(280)
Adições	3.183	30	3.212
Abates	(6)	-	(6)
Transferências	5.583	(333)	5.250
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63.892	1.333	65.225
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	25.913	-	25.913
Efeito da conversão cambial	(2.092)	-	(2.092)
Reforços	5.372	-	5.372
Abates	(10.449)	-	(10.449)
Transferências	5.881	-	5.881
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.627	-	24.627
Efeito da conversão cambial	51	-	51
Reforços	6.287	-	6.287
Abates	(6)	-	(6)
Transferências	(737)	-	(737)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.222	-	30.222
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	30.801	1.620	32.422
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	33.670	1.333	35.003

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui, essencialmente, direitos contratuais, de superfície e licenças, incluindo as de utilização de *software*.

18. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis no **Grupo**, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	726.323	1.012.859	3.001.917	157.787	45.381	11.481	6.803	271.965	52.152	5.286.668
Efeito da conversão cambial	(124.524)	(131.401)	(376.248)	(19.717)	(3.595)	(757)	(1.272)	(53.051)	(11.227)	(721.790)
Adições	8.579	1.598	9.776	717	126	45	2.123	257.348	54.201	334.513
Alienações	(3.749)	(10.976)	(8.081)	(5.359)	(810)	(138)	(538)	(129)	(327)	(30.106)
Abates	(271)	(147)	(1.091)	(224)	(203)	(26)	(2)	-	-	(1.963)
Transferências	10.336	93.186	35.346	(1.365)	(3.649)	(683)	910	(128.014)	(14.155)	(8.087)
Alterações de perímetro (Nota 5)	195	10.016	9.493	(18)	9	-	-	-	-	19.695
Saldo em 31 de dezembro de 2013	616.890	975.136	2.671.113	131.820	37.259	9.922	8.025	348.119	80.643	4.878.929
Efeito da conversão cambial	(15.489)	(11.785)	3.631	(2.488)	19	85	(195)	4.962	17.241	(4.019)
Adições	8.262	1.243	20.223	529	646	110	606	130.113	50.552	212.287
Alienações	(654)	(11.878)	(15.978)	(1.931)	(358)	(122)	(165)	-	-	(31.087)
Abates	-	-	(3)	(25)	(39)	(16)	(1)	-	-	(84)
Transferências	9.698	27.722	226.386	(2.333)	287	235	(1.143)	(263.837)	(11.462)	(14.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	618.707	980.439	2.905.372	125.572	37.815	10.213	7.128	219.357	136.975	5.041.579
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	49.329	370.946	1.576.700	54.151	34.987	8.294	2.536	-	-	2.096.944
Efeito da conversão cambial	(2.207)	(20.405)	(139.988)	(5.693)	(2.024)	(288)	(159)	-	-	(170.763)
Reforços	13.334	42.473	124.863	13.693	2.233	624	1.528	-	-	198.747
Reduções	(3)	(7.284)	(7.525)	(2.664)	(786)	(137)	(4)	-	-	(18.401)
Abates	(271)	(74)	(331)	(224)	(201)	(26)	(2)	-	-	(1.129)
Transferências	(1.458)	(244)	6.280	(7.736)	(3.594)	(441)	(532)	-	-	(7.726)
Alterações de perímetro (Nota 5)	(211)	3.576	3.415	(19)	6	-	-	-	-	6.767
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58.512	388.989	1.563.414	51.508	30.621	8.026	3.368	-	-	2.104.438
Efeito da conversão cambial	(187)	91	23.596	245	217	128	11	-	-	24.100
Reforços	15.912	39.877	114.816	15.502	1.954	448	1.067	-	-	189.576
Reduções	-	(4.731)	(14.000)	(636)	(349)	(121)	(80)	-	-	(19.917)
Abates	-	-	(3)	(17)	(39)	(10)	(1)	-	-	(70)
Transferências	95	(1.290)	3.120	(6.911)	(508)	-	(612)	-	-	(6.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	74.333	422.936	1.690.943	59.690	31.897	8.470	3.753	-	-	2.292.021
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	558.378	586.148	1.107.698	80.313	6.638	1.896	4.657	348.119	80.643	2.774.490
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	544.374	557.503	1.214.429	65.882	5.918	1.743	3.375	219.357	136.975	2.749.557

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstituição ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, se encontram refletidas no passivo (Nota 36).

As adições ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem 26.013 milhares de euros e 9.304 milhares de euros, respetivamente, de encargos financeiros relativos a empréstimos obtidos para financiar a construção de ativos elegíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram registadas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis não afetos a segmentos geográficos de 5.000 milhares de euros e em 31 de dezembro de 2013, foram registadas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis nas áreas de negócios de Portugal no montante de 5.554 milhares de euros (Nota 7).

Os ativos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Argentina, Egito e Moçambique em 2014 e Brasil, Paraguai, Egito e Moçambique em 2013.

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.409	9.566	3.078	580	5.068	4	54	20.761
Adições	-	-	-	10	-	-	-	10
Alienações	(2.409)	(9.566)	(3.072)	(382)	(676)	(4)	(54)	(16.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	6	208	4.391	-	(0)	4.606
Alienações	-	-	-	(83)	(64)	-	-	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	6	125	4.327	-	-	4.459
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	6.297	3.069	303	4.649	-	-	14.318
Reforços	-	59	-	86	21	-	-	166
Reduções	-	(6.356)	(3.063)	(260)	(661)	-	-	(10.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	6	128	4.009	-	-	4.143
Reforços	-	-	-	37	17	-	-	54
Reduções	-	-	-	(73)	(64)	-	-	(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	6	92	3.962	-	-	4.060
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	-	-	-	80	382	-	-	463
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	-	-	-	31	365	-	-	399

As alienações no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 dizem respeito à alienação de um imóvel a partes relacionadas (Notas 8 e 47).

19. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

No **Grupo**, os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.405	6.969	8.374
Efeito conversão cambial	13	-	13
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	741	-	741
Dividendos recebidos	(714)	-	(714)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.445	6.969	8.414
Efeito da conversão cambial	(68)	-	(68)
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	960	-	960
Efeito em capital próprio	(24)	-	(24)
Dividendos recebidos	(665)	-	(665)
Alienações e abates	(408)	-	(408)
Transferências (Nota 20)	2.544	-	2.544
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.783	6.969	10.752
Perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	1.445	6.969	8.414
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	3.783	6.969	10.752

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos do **Grupo**, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2014 e 2013, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	2014								Valor de balanço	
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas	Provisões (Nota 36)	
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e cabo Verde	25%	6.281	(26)	6.255	103	3.273	3.851	-	
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	26	-	26	-	-	13	-	
CCEScom	Brasil	50%	4.685	(623)	4.063	-	(16)	2.035	-	
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	3.958	(3.469)	489	12.380	428	4.853	-	
								<u>10.752</u>	-	

Denominação	2013								Valor de balanço	
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas	Provisões (Nota 36)	
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e cabo Verde	25%	5.205	(25)	5.179	103	2.571	3.583	-	
Agueiro, S.A.	Espanha	45%	10.531	(11.085)	(554)	-	-	-	(249)	
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	26	-	26	-	(5)	13	-	
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	4.088	(3.696)	392	12.302	331	4.819	-	
								<u>8.414</u>	<u>(249)</u>	

O detalhe dos investimentos financeiros da **Empresa** em subsidiárias e associadas, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2014 e 2013 e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	Sede	2014				2013			
		% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	Espanha	90	1.075.846	705	641.444	90	1.054.166	196.722	641.444
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	100	250.788	(1.781)	438.480	100	260.330	11.894	438.480
Cimpor Reinsurance, S.A.	Luxemburgo	95	14.288	2.524	10.855	95	16.812	905	10.855
Kandmad, SGPS, Lda.	Portugal	100	25.818	(1.606)	27.495	100	29.925	2.557	27.995
Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A.	Portugal	100	2.356	779	1.900	100	1.576	943	1.900
Cimpor Financial Operations, B.V.	Holanda	74,595	2.790	909	1.024	74,595	3.708	748	1.024
Cement Services Company, S.A.E.	Egipto	45	268	42	137	45	228	121	137
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	Egipto	0,00188	266.535	2.733	5	0,00188	243.075	3.621	5
					<u>1.121.340</u>				<u>1.121.840</u>

Os movimentos ocorridos na **Empresa** na rubrica dos investimentos em subsidiárias e associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.124.420
Diminuições	<u>(2.580)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.121.840
Diminuições	<u>(500)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>1.121.340</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as diminuições respeitam, essencialmente, à devolução de prestações suplementares da empresa Kandmad, SGPS, Lda..

20. Outros investimentos

Os outros investimentos contabilizados ao abrigo da IAS 39, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda
	Custo	Justo valor			Custo
Investimento bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	24.469	2.278	6.372	33.120	4.138
Efeito da conversão cambial	(2.445)	-	(272)	(2.717)	-
Reavaliações/ajustamentos	-	(516)	-	(516)	-
Aumentos	2.690	-	704	3.393	-
Transferências	-	-	(5.176)	(5.176)	-
Alienações	-	(252)	-	(252)	-
Alterações de perímetro	(10.172)	-	-	(10.172)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.542	1.510	1.627	17.679	4.138
Efeito da conversão cambial	200	-	(32)	168	-
Reavaliações/ajustamentos	-	38	-	38	-
Aumentos	4	-	3.375	3.379	-
Transferências (Nota 19)	(2.544)	-	-	(2.544)	-
Alienações	(3.375)	-	(2.406)	(5.781)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.827	1.547	2.564	12.939	4.138
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.094	-	-	4.094	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.094	-	-	4.094	4.051
Valor líquido a 31 de dezembro de 2013	10.448	1.510	1.627	13.585	87
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	4.733	1.547	2.564	8.845	87

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados quer ao justo valor, quer ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e (ii) os ativos financeiros ao justo valor por resultados, que respeitam, essencialmente, a uma carteira de fundos de investimento.

As transferências nos Ativos financeiros ao justo valor por resultados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluem, essencialmente, a transferência de ativos para a rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui, essencialmente, ativos imóveis da área de negócio de Portugal.

22. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2014		2013		2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas	64	1.709	6.304	161	5.728	98.000	3.054	114.500
Outros acionistas	283	-	283	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	14.020	727	4.186	-	-	-	-
Outros devedores	42.932	20.279	39.566	15.600	392	328	751	328
	43.279	36.008	46.880	19.947	6.121	98.328	3.805	114.828
Imparidades acumuladas	(1.632)	(393)	(6.925)	(429)	(283)	(328)	(283)	(328)
	41.646	35.616	39.955	19.518	5.838	98.000	3.522	114.500

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	Grupo				Empresa			
	2014		2013		2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	31.592	35.933	33.578	19.947	5.838	98.000	3.522	114.500
Saldos vencidos:								
Até 180 dias	7.471	15	7.312	-	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	417	61	2.243	-	-	-	-	-
Mais de 361 dias	3.799	-	3.746	-	283	328	283	328
	43.279	36.008	46.880	19.947	6.121	98.328	3.805	114.828

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.801	611
Efeito da conversão cambial	(128)	-
Reforços (Nota 11)	749	-
Reversões (Nota 8)	(1.026)	-
Utilizações	(6.969)	-
Transferências	1.927	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.354	611
Efeito da conversão cambial	20	-
Reforços (Nota 11)	64	-
Reversões (Nota 8)	(12)	-
Utilizações	(5.347)	-
Transferências	(54)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.025	611

As imparidades constituídas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Grupo				Empresa	
	2014		2013		2014	2013
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Saldos devedores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	21.850	1.676	16.520	2.151	2.621	3.276
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.470	-	3.271	-	32	32
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	47.519	21.780	53.326	19.106	249	-
Outros	1.549	15.380	1.429	13.902	-	-
	74.387	38.836	74.546	35.159	2.902	3.308
Saldos credores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	30.124	6.860	17.520	7.100	638	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.888	-	3.081	-	60	64
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	18.360	-	24.164	-	43	142
Contribuições para a Segurança Social	7.646	-	8.248	-	42	40
Outros	2.936	432	3.877	565	-	-
	61.954	7.292	56.889	7.664	783	246

Em conformidade com o previsto no Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que a **Empresa** não apresenta qualquer dívida em mora, quer à administração fiscal, quer à segurança social.

24. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2014		2013		2014	2013
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a receber	1.447	-	746	2	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 39)	13.456	115.175	3.822	5.785	-	-
Rendas e alugueres	546	-	646	-	-	-
Seguros	458	-	570	-	21	31
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	2.404	-	6.646	279	10	10
	18.311	115.175	12.431	6.067	31	42

25. Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos no **Grupo**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	305	9.215	12.322	72.964	37.516	2.882	1.197	1.085	198	14.812	152.494
Efeito da conversão cambial	(19)	(789)	(640)	(9.760)	(4.139)	(132)	(64)	(2)	-	(2.652)	(18.198)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(35)	(6.330)	(6.947)	136	(5.315)	(1.713)	(154)	(701)	-	4.694	(16.364)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(677)	-	-	-	-	(312)	(990)
Transferências	-	-	31	10.255	-	-	-	-	-	173	10.458
Saldo em 31 de dezembro de 2013	251	2.095	4.766	73.595	27.384	1.037	979	381	198	16.715	127.401
Efeito da conversão cambial	1	69	8	(48)	(184)	(77)	42	1	-	(593)	(782)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(41)	(2.164)	(466)	(4.361)	(963)	2.500	(172)	140	(198)	(3.225)	(8.949)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	1.227	-	-	-	-	814	2.042
Saldo em 31 de dezembro de 2014	211	-	4.308	69.186	27.464	3.459	849	523	-	13.712	119.712
Passivos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	-	161.923	486.722	-	11.928	-	-	2.288	-	27.540	690.400
Efeito da conversão cambial	-	(25.737)	(94.188)	-	(297)	-	-	38	-	(5.079)	(125.262)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	30.561	(13.352)	-	(4.373)	-	-	(2.293)	-	(68)	10.475
Transferências	-	-	192	-	-	-	-	-	-	(6)	186
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	166.748	379.373	-	7.259	-	-	33	-	22.387	575.799
Efeito da conversão cambial	-	237	(15.754)	-	1	-	-	-	-	(432)	(15.947)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	(12.004)	(14.200)	-	360	-	-	(6)	-	5.038	(20.813)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	154.981	349.419	-	7.619	-	-	27	-	27.009	539.054
Impostos diferidos líquidos em 2013	251	(164.653)	(374.607)	73.595	20.125	1.037	979	348	198	(5.672)	(448.398)
Impostos diferidos líquidos em 2014	211	(154.981)	(345.111)	69.186	19.846	3.459	849	496	-	(13.297)	(419.342)

Os impostos diferidos são registados em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a provisões na componente associada aos ganhos e perdas atuariais registados diretamente em reservas;
- Os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com a componente de reserva de operações de cobertura na contabilização de coberturas de fluxos de caixa;
- Os passivos por impostos diferidos relativos aos ativos financeiros disponíveis para venda que decorrem das respetivas valorizações a valores de mercado, as quais são registadas em reservas de justo valor (Nota 31).

As diferenças temporárias que originam impostos diferidos estão influenciadas pela atribuição de justos valores, sem relevância fiscal, aos ativos e passivos adquiridos no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, com impacto relevante nos ativos fixos tangíveis e, para a generalidade das naturezas, por diferenças valorimétricas e de políticas contabilísticas entre a base contabilística dos ativos e passivos das empresas do Grupo e a correspondente base fiscal.

Os passivos por impostos diferidos relativos a Goodwill decorrem da existência de jurisdições nas quais algumas das diferenças de compra são amortizadas do ponto de vista fiscal.

Em 31 de dezembro de 2014, o **Grupo** tem por utilizar prejuízos fiscais de aproximadamente 1.020 milhões de euros (1.000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados ativos por impostos diferidos de 69.186 milhares de euros (73.595 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), com maturidades de recuperação de até ao ano 2032. Não se encontram reconhecidos ativos por impostos diferidos por prejuízos

no montante de aproximadamente 785 milhões de euros (780 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos pela **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	439	-	283	651	1.374
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	-	(866)	-	-	(866)
Transferências	(439)	10.824	(6)	(117)	10.261
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	9.958	277	534	10.769
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	-	(984)	(22)	-	(1.006)
Transferências	-	2.332	-	(300)	2.032
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	11.306	255	234	11.795
Passivos por impostos diferidos:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	221	-	-	3	224
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(219)	-	-	(2)	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2	-	-	1	3
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(2)	-	-	(1)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos em 2013	(2)	9.958	277	533	10.765
Impostos diferidos líquidos em 2014	-	11.306	255	234	11.795

Os impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis na Empresa resultam da apropriação nesta dos resultados das sociedades incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, referente aos exercícios fiscais de 2013 e 2014, e recuperáveis até ao exercício de 2018 e 2026, respetivamente.

As transferências dizem respeito aos prejuízos do consolidado fiscal do ano cujo imposto a pagar às sociedades pertencentes ao grupo fiscal está relevado como dívida corrente (Nota 41).

26. Existências

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica no **Grupo** tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	341.492	323.315
Produtos e trabalhos em curso	74.528	81.715
Produtos acabados e intermédios	43.888	44.537
Mercadorias	3.561	4.857
Adiantamentos por conta de compras	11.040	5.627
	<u>474.509</u>	<u>460.050</u>
Imparidades acumuladas	(6.758)	(9.787)
	<u>467.752</u>	<u>450.263</u>

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.546
Efeito da conversão cambial	(1.773)
Reforços (Nota 11)	600
Reversões (Nota 8)	(1.013)
Utilizações	<u>(1.573)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.787
Efeito da conversão cambial	192
Reforços (Nota 11)	363
Reversões (Nota 8)	(1.232)
Utilizações	<u>(2.353)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>6.758</u>

27. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Clientes e adiantamentos a fornecedores" tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Clientes, conta corrente	172.331	185.459	238	4
Clientes, títulos a receber	251	40	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	21.785	27.078	2.147	2.381
Adiantamentos a fornecedores	10.769	25.973	-	-
	<u>205.136</u>	<u>238.550</u>	<u>2.385</u>	<u>2.385</u>
Imparidades acumuladas	(29.061)	(31.480)	(2.147)	(2.381)
	<u>176.075</u>	<u>207.070</u>	<u>238</u>	<u>4</u>

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2012	40.001	2.483
Efeito da conversão cambial	(1.991)	-
Reforços (Nota 11)	1.841	-
Reversões (Nota 8)	(3.100)	(12)
Utilizações	(5.271)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	31.480	2.381
Efeito da conversão cambial	(362)	-
Reforços (Nota 11)	4.134	-
Reversões (Nota 8)	(1.246)	(2)
Utilizações	(4.996)	(233)
Transferências	51	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.061	2.147

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe por antiguidade dos saldos incluídos na rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Saldos não vencidos	118.120	130.521	238	4
Saldos vencidos:				
Até 180 dias	58.506	74.233	-	-
De 180 a 360 dias	8.421	5.920	-	-
Mais de 360 dias	20.088	27.876	2.147	2.381
	205.136	238.550	2.385	2.385

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de risco de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores. As perdas por imparidade reconhecidas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

28. Capital

Em 31 de dezembro de 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, cotadas na Euronext Lisbon.

Os titulares de participações sociais qualificadas encontram-se evidenciados no Relatório do Governo Societário, junto a estas demonstrações financeiras.

29. Ações próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas (Nota 31). Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa detinha em carteira 5.906.098 ações próprias.

Não ocorreram movimentos nas ações próprias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

30. Ajustamentos de conversão cambial

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	(38.767)	157.649	(4.659)	(61.850)	-	(206)	52.167
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(33.811)	(159.190)	(2.818)	(59.583)	(225.228)	447	(480.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(72.577)	(1.541)	(7.478)	(121.433)	(225.228)	241	(428.017)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	26.122	(1.255)	1.646	4.398	(67.398)	1.919	(34.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(46.455)	(2.796)	(5.832)	(117.035)	(292.627)	2.160	(462.584)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

31. Reservas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Reserva legal	134.400	134.400	134.400	134.400
Outras reservas	138.586	141.501	172.332	172.332
Reserva de justo valor	67	67	-	-
Reserva de operações de cobertura (Nota 39)	(5.780)	254	-	-
	<u>267.273</u>	<u>276.222</u>	<u>306.732</u>	<u>306.732</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as "Outras reservas" incluem uma reserva indisponível de 27.216 milhares de euros, correspondente ao valor de aquisição das ações próprias (Nota 29).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os Outros rendimentos e gastos reconhecidos em Reservas do **Grupo** dizem respeito, essencialmente, ao reconhecimento de perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal, no montante líquido de 2.736 milhares de euros (1.498 milhares de euros de ganhos atuariais em responsabilidades com o pessoal no exercício findo em 2013) e ao reconhecimento de perdas com operações de cobertura no montante de 6.034 milhares de euros (681 milhares de euros de ganhos no exercício findo em 2013).

32. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2012	907.919	216.052
Aplicação do resultado de 2012	(434.518)	32.714
Outros	(15)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	473.386	248.766
Aplicação do resultado de 2013	(21.281)	5.613
Outros	(412)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>451.692</u>	<u>254.379</u>

33. Interesses sem controlo

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)	39.788
Efeito da conversão cambial	(112)
Dividendos distribuídos	(3.016)
Variação de participações financeiras	(153)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	<u>4.028</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	40.536
Efeito da conversão cambial	1.835
Dividendos distribuídos	(1.377)
Instrumentos financeiros de cobertura	63
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal (Nota 34)	(6)
Variação de participações financeiras (a)	1.884
Outras variações	4.708
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	<u>2.377</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>50.020</u></u>

(a) O montante indicado corresponde, essencialmente, à participação de interesses sem controlo em prestações suplementares de capital.

34. Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2014 e 2013 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projetadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	2014	2013
Taxa técnica atuarial (em moeda local)		
Portugal	2,6%	4%
África do Sul	8,30%	8,84%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	1,0%	1,8 % - 2,5%
Taxa de rendibilidade do fundo		
Portugal	2,6%	4%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2%	2% - 3%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV88/90	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Tábua de invalidez		
Portugal	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal		
Taxa global de crescimentos dos custos	N/A	N/A
Taxa de inflação médica	2%	4%
Taxa de crescimento de custos por idade	N/A	N/A
África do Sul	8,00%	8,22%

As alterações dos principais pressupostos atuariais no segmento Portugal decorrem, essencialmente, das alterações verificadas nas principais variáveis de mercado e nas expectativas que os determinam.

De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2012, podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões	
	2014	2013
Custo dos serviços correntes	578	603
Custo dos juros	2.814	2.916
Custos administrativos	188	120
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(2.640)	(2.661)
Total de custos/(proveitos) com planos de pensões (Nota 10)	(I) 940	977

	Planos de saúde	
	2014	2013
Custo dos serviços correntes	133	164
Custo dos juros	585	632
Alteração do plano	(5.022)	-
Total de custos com planos de saúde (Nota 10)	(II) (4.304)	797
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II) (3.363)	1.774

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e dos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro	71.402	74.715	14.223	15.897	85.625	90.612
Benefícios e prémios pagos	(4.817)	(4.923)	(796)	(962)	(5.614)	(5.886)
Custo dos serviços correntes	578	603	133	164	711	767
Custo dos serviços passados	-	(767)	(5.022)	(2.240)	(5.022)	(3.007)
Custo dos juros	2.814	2.916	585	632	3.399	3.548
Ganhos e perdas atuariais	3.686	(1.141)	1.567	901	5.253	(240)
Efeito da conversão cambial	-	-	25	(169)	25	(169)
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro	73.663	71.402	10.716	14.223	84.378	85.625
Valor fundo de pensões - 1 de janeiro	68.085	68.582	-	-	68.085	68.582
Contribuições para o fundo	24	28	-	-	24	28
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(4.829)	(4.938)	-	-	(4.829)	(4.938)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	2.640	2.661	-	-	2.640	2.661
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	514	1.872	-	-	514	1.872
Custos administrativos	(188)	(120)	-	-	(188)	(120)
Valor fundo de pensões - 31 de dezembro	66.246	68.085	-	-	66.246	68.085

O custo dos serviços passados inclui o impacto relativo ao aumento da idade legal da reforma, na área de negócio de Portugal, bem como o efeito de alterações efetuadas no Plano da saúde.

Para as responsabilidades de benefícios definidos com pensões e com a saúde na área de negócio de Portugal, que representa mais de 95% das responsabilidades do Grupo, estimou-se o impacto da redução de 0,25% na taxa de desconto, o que resulta num acréscimo de responsabilidades de cerca de 2.150 milhares de euros.

O movimento dos ganhos e perdas atuariais líquidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014	2013
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	(5.253)	240
Relacionados com os ativos dos fundos	514	1.872
Imposto diferido correspondente	1.304	(613)
Interesses sem controlo (Nota 33)	(6)	-
	<u>(3.442)</u>	<u>1.498</u>

Adicionalmente, os ganhos e perdas atuariais incluem os seguintes ajustamentos de experiência:

	2014	2013
Relacionados com as responsabilidades	729	240
Relacionados com os ativos dos fundos	514	1.872

O diferencial entre o valor atual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos fundos nos últimos cinco exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2014	2013	2012	2011	2010
Valor das responsabilidades	73.663	71.402	74.715	76.917	80.683
Valor dos fundos	(66.246)	(68.085)	(68.582)	(70.402)	(72.732)
Défi ce	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>	<u>6.133</u>	<u>6.515</u>	<u>7.951</u>
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	-	-	-	3.708	3.308
Passivo não corrente	7.417	3.317	6.133	3.708	4.762
	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>	<u>6.133</u>	<u>7.416</u>	<u>8.070</u>
Excesso do valor de mercado do fundo	-	-	-	(901)	(118)
Exposição total	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>	<u>6.133</u>	<u>6.515</u>	<u>7.951</u>

Planos de saúde	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	904	903	902	1.003	928
Passivo não corrente	9.812	13.320	14.995	15.148	14.309
Exposição total	<u>10.716</u>	<u>14.223</u>	<u>15.897</u>	<u>16.151</u>	<u>15.238</u>

O Grupo não tem constituído qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos dos fundos afetos a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

	2014	2013
Ações	20,8%	21,6%
Obrigações taxa fixa	47,2%	47,6%
Obrigações taxa variável	14,7%	16,6%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	17,3%	14,2%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

Os investimentos imobiliários incluem um imóvel valorizado por 5.500 milhares de euros, o qual se encontra arrendado para utilização no âmbito do Grupo, com uma renda anual de 560 milhares de euros.

Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o **Grupo** incorreu em custos com planos de contribuição definida de 2.074 milhares de euros e 2.632 milhares de euros, respetivamente (Nota 10). Na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os custos com planos de contribuição definida foram de 75 milhares de euros e 113 milhares de euros, respetivamente (Nota 10).

35. Passivos contingentes, garantias e compromissos

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo possui uma exposição de 663 milhões de euros (595 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), sendo 8 milhões de euros de contingências relacionadas com o pessoal (10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), 435 milhões de euros de contingências tributárias (382 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), 220 milhões de euros de contingências cíveis e de processos administrativos de outras naturezas (203 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

De entre os referidos passivos contingentes destacam-se os seguintes:

No Brasil, a InterCement Brasil, bem como a generalidade das empresas do sector, é alvo de processos administrativos relativos a aspetos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE), para os quais não foi constituída qualquer provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013, em face do prognóstico de perda ser considerado possível, numa avaliação que considera as esferas administrativa e judicial, caso esta venha a ser necessária. Em 28 de maio de 2014, o CADE retomou o julgamento de processo administrativo iniciado em 2007, com o fundamento de formação de cartel, contra a InterCement Brasil e outras empresas do sector, decidindo pela condenação das mesmas, mediante a aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada ascende a 539.520 milhares de Reais (considerando 241.700 milhares de Reais para a InterCement Brasil e 297.820 milhares de Reais para a CCB, entretanto fundidas), correspondendo a 167.189 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2014, ficando ainda o Grupo obrigado a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos relacionados com o negócio de betão nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Em 11 de julho de 2014, o Grupo apresentou recurso administrativo de “Embargos de Declaração” em face da decisão proferida pelo CADE, o qual ainda está pendente de

decisão. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída qualquer provisão para esta contingência nas demonstrações financeiras anexas.

Relativamente a processos de natureza tributária na área de negócios do Brasil com risco de perda possível, em 31 de Dezembro de 2014 os passivos contingentes ascendem a 328 milhões de euros (291 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013).

No Egito, no contexto do processo de licenciamento industrial da unidade de produção da Amreyah Cimpor Cement Company, a Industrial Development Authority (IDA), entidade governamental egípcia, reclama o pagamento de um montante de 217 milhões de EGP (cerca de 25 milhões de euros). O Conselho da Administração, suportado no entendimento dos seus assessores legais, entende que tal pagamento não é devido, tendo instaurado uma ação judicial nesse sentido. No exercício de 2013, ocorreu uma decisão judicial desfavorável, mantendo-se no entanto a convicção de que a razão assiste à empresa pelo que irão ser prosseguidos os meios de reação que se mostrem mais adequados. No âmbito deste processo foi solicitada a apresentação de uma garantia bancária, de montante equivalente ao reclamado pela licença, tendo como beneficiária a IDA.

Ainda no Egito, na sequência de processos de inspeção tributária foram efetuadas liquidações adicionais de imposto sobre o rendimento dos anos de 2002 a 2004 no montante de 795 milhões de EGP (92 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014). Na sequência de diligências administrativas entretanto realizadas pelo Grupo, as referidas liquidações foram reduzidas para cerca de 150 milhões de EGP (17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014). Esta decisão irá ser ainda objeto de recurso, sendo convicção da Administração, suportada nos pareceres dos seus consultores, que não assiste razão substancial à manutenção daquelas liquidações, pelo que do desfecho do processo não se espera que ocorra qualquer impacto patrimonial relevante para o Grupo.

Em Espanha, decorrente de inspeções tributárias aos exercícios de 2002 a 2004 e de 2005 a 2008 foram efetuadas liquidações adicionais de imposto no montante aproximado de 27 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente. As correções em causa incidiram, essencialmente, sobre resultados financeiros, decorrentes, sobretudo, de interpretações não ajustadas à natureza de determinadas transações, sendo convicção da Administração, que da conclusão dos processos judiciais no decurso das ações já interpostas contestando as referidas correções, não resultarão encargos relevantes para o Grupo. Esta convicção é corroborada pelo entendimento e parecer dos seus consultores jurídicos e fiscais, os quais qualificam o risco associado aqueles processos entre remoto (cerca de 61 milhões de euros) e possível (cerca de 86 milhões de euros). Na sequência destas liquidações foram apresentadas à administração tributária espanhola garantias, que à data atual ascendem a, aproximadamente, 147 milhões de euros. Já no decurso no segundo semestre de 2014, a administração fiscal espanhola iniciou a inspeção dos anos de 2009 a 2012, a qual se encontra em curso, não sendo portanto possível efetuar uma estimativa das suas conclusões.

Na Empresa, em resultado da revisão efetuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC do consolidado fiscal dos exercícios de 1996 a 2012, surgiram correções à matéria tributável e imposto, apurados ao abrigo do regime de tributação consolidado em vigor nos respetivos exercícios. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos

seus consultores, entende que as referidas correções não têm fundamento, pelo que as mesmas foram objeto de reclamações graciosas e/ou impugnações judiciais. Ainda assim, conforme mencionado na Nota 36, em face da inexistência de jurisprudência e da complexidade técnica de algumas matérias, foram constituídas provisões para a maioria dos temas em disputa.

Adicionalmente, é entendimento da Administração que as eventuais responsabilidades pelas liquidações adicionais de imposto relativas a exercícios até ao ano 2001 ou por factos tributários influenciados por operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, terão, a final, de ser assumidas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (neste sentido já decidiram o tribunais administrativos para os anos de 1997, 1998 e 1999).

Encontram-se ainda em curso alguns processos tributários relativos a essas liquidações adicionais, bem como alguns processos administrativos com vista a que o Fundo de Regularização da Dívida Pública assuma a respetiva responsabilidade.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o **Grupo** tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias, de 429.282 milhares de euros e 445.851 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	2014	2013
Garantias prestadas:		
Por processos fiscais em curso	271.762	285.588
A entidades financiadoras	116.048	104.507
A fornecedores	5.003	6.115
Outros	36.469	49.641
	<u>429.282</u>	<u>445.851</u>

Na área de negócios de Portugal, decorrente da legislação sobre o regime jurídico das responsabilidades por danos ambientais, foram, com caráter provisório, afetadas reservas e ativos de empresas do Grupo à cobertura de eventuais responsabilidades, no montante aproximado de 8,5 milhões de euros.

Das garantias acima para processos fiscais, 8.680 milhares de euros e 28.248 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente, respeitam à Empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, nas garantias prestadas a outras entidades, está incluída a garantia bancária a favor da *Industrial Development Authority* ("IDA"), entidade governamental egípcia, no montante de cerca de 24,9 e 22,7 milhões de euros, respetivamente (217 milhões de libras egípcias).

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos tangíveis e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	2014	2013
Área de negócio:		
Brasil	100.059	122.872
Argentina	85.102	63.362
Egipto	19.257	22.553
Portugal	7.907	9.641
Moçambique	-	1.723
Africa do Sul	751	52
	<u>213.076</u>	<u>220.204</u>

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

36. Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a classificação das provisões era a seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Provisões não correntes:				
Provisões para riscos fiscais	39.219	38.503	26.000	25.000
Provisões para recuperação paisagística	43.117	42.802	-	-
Provisões relativas a pessoal	29.980	26.665	897	880
Outras provisões para riscos e encargos	9.961	13.049	31	31
	<u>122.276</u>	<u>121.019</u>	<u>26.929</u>	<u>25.911</u>
Provisões correntes:				
Provisões relativas a pessoal	4.469	4.214	180	176
	<u>126.746</u>	<u>125.233</u>	<u>27.108</u>	<u>26.087</u>

As provisões para riscos fiscais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de liquidações adicionais de impostos, as quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. O Conselho de Administração, em conjunto com os seus consultores jurídicos e fiscais, entende que a razão, em relação à maioria dos temas em disputa nesses processos, está do lado do Grupo. No entanto, a inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição destas provisões.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou construtiva do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respetivos trabalhos.

As provisões relativas a pessoal respeitam, essencialmente, à estimativa de encargos com as responsabilidades por cessação de emprego e remunerações de longo prazo, das quais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, 19.421 milhares de euros e 21.278 milhares de euros, respetivamente, dizem respeito a situações de pré-reforma de colaboradores (Nota 10).

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da atividade normal do Grupo, incluindo os decorrentes de processos litigiosos, bem como provisões para responsabilidades resultantes de participações em empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2013 ascendiam a 249 milhares de euros (Nota 19).

O movimento ocorrido nas provisões do **Grupo** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.501	48.538	19.140	24.923	180.102
Efeito da conversão cambial	(2.398)	(6.547)	(1.794)	(2.504)	(13.242)
Reforços	2.588	1.163	20.014	2.552	26.317
Reversões	(9.243)	(175)	(2.386)	(4.827)	(16.630)
Utilizações	(42.350)	(177)	(4.732)	(4.056)	(51.314)
Transferências	2.404	-	635	(3.039)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.503	42.802	30.878	13.049	125.233
Efeito da conversão cambial	529	(597)	(393)	393	(69)
Reforços	3.329	1.355	12.822	5.611	23.117
Reversões	(3.239)	-	(3.279)	(5.586)	(12.104)
Utilizações	-	(443)	(5.579)	(3.409)	(9.431)
Transferências	96	-	-	(96)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39.219	43.117	34.449	9.961	126.746

Os reforços de provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluem, essencialmente, o reforço de provisões para o pessoal na área de negócios do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluíam, essencialmente, o efeito das responsabilidades decorrentes da celebração de acordos de pré-reforma com colaboradores em Portugal no montante de 17.349 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a utilização de provisões para riscos fiscais, resultaram, essencialmente, do pagamento efetuado na área de negócios de Portugal no âmbito de um regime especial de regularização de dívidas fiscais que vigorou até ao final do exercício.

As reversões de provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrem essencialmente da reapreciação do grau de probabilidade de ocorrência de perdas sobre riscos em várias áreas de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluíam: i) no Egito a reversão parcial da provisão relativa à taxa que incide sobre o consumo de argila no montante de 5.516 milhares de euros e, ii) no Brasil, a reversão da provisão constituída em exercícios anteriores no âmbito do processo administrativo instaurado pela Secretaria de Direito Económico do Ministério da Justiça do Brasil (Nota 48) no montante de 6.118 milhares

de euros, relativamente ao qual, no entendimento dos assessores jurídicos do **Grupo**, o risco de perda não é considerado provável.

O movimento ocorrido nas provisões da **Empresa** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para responsabilidades com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	68.300	1.320	31	69.652
Reforços	-	82	-	82
Reversões	(1.733)	(203)	-	(1.936)
Utilizações	(41.567)	(143)	-	(41.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.000	1.056	31	26.087
Reforços	1.000	221	-	1.221
Utilizações	-	(201)	-	(201)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	26.000	1.077	31	27.108

As utilizações no exercício de 2013 decorrem do pagamento efetuado no âmbito do regime especial de regularização de dívidas fiscais acima mencionado, do qual cerca de 4.500 milhares de euros por compensação de saldos.

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram efetuados por contrapartida de:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Ativos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	-	182	-	-
Resultados do exercício:				
Custos operacionais	2.219	(871)	-	-
Custos com o pessoal	2.356	15.055	(21)	(121)
Proveitos operacionais	(1.738)	(7.441)	-	-
Provisões	(349)	613	-	-
Custos e perdas financeiros	7.482	2.420	-	-
Impostos sobre o rendimento (Nota 13)	1.042	(272)	(1.000)	(1.733)
	11.013	9.687	(1.021)	(1.854)

Os custos e perdas financeiros incluem as atualizações financeiras das provisões para recuperação paisagística. Os valores registados em Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio respeitam à componente de ganhos e perdas atuariais das provisões relativas a benefícios ao pessoal.

37. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os empréstimos obtidos no **Grupo** eram como segue:

	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	1.442.146	835.576
Empréstimos bancários	1.904.331	2.802.897
Outros empréstimos obtidos	768.743	381.926
	<u>4.115.219</u>	<u>4.020.399</u>
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	-	179
Empréstimos bancários	169.969	104.638
Outros empréstimos obtidos	27	56
	<u>169.997</u>	<u>104.873</u>
	<u><u>4.285.216</u></u>	<u><u>4.125.273</u></u>

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações no Grupo, não convertíveis, em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Dezembro 2014		Dezembro 2013	
						Não corrente	Corrente	Corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	Mar.12	Variável indexada ao CDI	Abr.22	462.465	-	-	462.538
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	Jan.12	Variável indexada ao CDI	Ago.16	479	179	179	1.120
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	Ago.12	Variável indexada ao CDI	Ago.22	371.861	-	-	371.919
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (a)	USD	Jul.14	5,75%	Jul.24	607.342	-	-	-
						<u>1.442.146</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>835.576</u>

(a) Garantido por entidades controladoras da Empresa;

(b) As taxas variáveis contratadas consideram *spreads* até 15% acima do índice.

A 17 de julho de 2014, a Cimpor Financial Operations, B.V. (Cimpor B.V.), emitiu Senior Notes (“Notas”) no valor total de USD 750 milhões com maturidade de 10 anos. As Notas foram lançadas com cupão de 5,750% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Singapura. Na sequência desta operação procedeu-se ao pagamento antecipado de dívidas de maturidade mais curta.

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os empréstimos bancários no **Grupo** apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (c)	Data de Contratação	Maturidade	Dezembro 2014		Dezembro 2013		
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-12	jan-22	(a)	-	406.921	-	536.973
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-12	fev-22	(a)	-	303.340	-	453.800
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	set-12	set-17	(d)	-	-	-	214.776
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	ago-12	out-17	(d)	-	-	-	192.405
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	out-12	abr-17	(d)	-	-	-	179.386
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	set-13	set-18	(d)	-	-	-	142.968
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	nov-12	set-17	(d)	-	-	-	127.665
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	set-12	set-17	(d)	-	-	-	99.134
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	out-12	abr-15	(d)	-	-	-	86.080
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	jul-11	jul-16	(d)	-	-	-	83.342
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	jul-11	jul-15	(d)	-	-	-	74.420
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	nov-12	set-17	(d)	-	-	-	74.224
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	Várias	Várias	(d)	-	-	-	52.697
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	ago-19	(a)	-	59.528	-	-
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-19	(a)	-	176.614	-	-
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	ago-21	(a)	-	59.528	-	-
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-21	(a)	-	176.614	-	-
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-21	(a)	-	243.606	-	-
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-14	mai-19	-	-	137.711	-	-
Holdings e Veículos Financeiros	Bilateral	EUR	Fixa	dez-14	dez-18	-	-	24.000	-	-
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Variável indexada Badlar	Várias	Várias	-	76.058	60.275	46.944	81.192
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias	-	2.271	49.987	19.950	46.042
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(a)	37.604	-	1.035	126.956
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(b)	23.254	84.235	16.646	101.807
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias	(a)	18.729	76.195	7.455	73.011
U.N. África do Sul	Bilateral	ZAR	Variáveis indexadas Jlibar	dez-13	dez-18	-	-	42.708	-	41.488
U.N. Portugal e Cabo Verde	Banco Europeu Investimento	EUR	Taxa BEI	set-03	set-15	-	6.667	-	6.667	6.667
U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	Várias	Várias	-	-	-	250	175
U.N. Moçambique	Bilateral	MZN	Variável indexada BT 3M	ago-10	fev-16	-	2.549	1.853	2.509	4.332
U.N. Egipto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias	-	2.837	1.214	2.962	3.357
U.N. Portugal e Cabo Verde	Descobertos	CVE	Variável indexada ao TRIBESCV 3M	jun-13	jun-14	-	-	-	221	-
							169.969	1.904.331	104.638	2.802.897

- (a) Garantido por entidades controladoras da Empresa;
- (b) Garantido cerca de 91 milhões de euros por entidades controladoras da Empresa;
- (c) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram *spreads* entre 2,5% e 4,5%.
- (d) Financiamentos liquidados antecipadamente, tendo sido registados encargos incorridos aquando da emissão dos respetivos, de cerca de 16 milhões de euros.

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se, essencialmente às dívidas da Cimpor Inversiones à InterCement Austria Holding GmbH, conforme segue:

Unidade de negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Maturidade	Dezembro 2014		Dezembro 2013	
					Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros	Empréstimo de partes relacionadas	EUR	Variável indexada à Euribor	Fev.16	-	41.843	-	-
Holdings e Veículos Financeiros	Empréstimo de partes relacionadas	EUR	Variável indexada à Euribor	Jun.18	-	381.900	381.900	-
Holdings e Veículos Financeiros	Empréstimo de partes relacionadas	EUR	Variável indexada à Euribor	Fev.21	-	345.000	-	-
						768.743	381.900	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi obtido um empréstimo de 345 milhões de euros em condições de mercado e mais competitivas face à dívida que foi amortizada e ocorreu a reclassificação de um saldo a pagar de cerca de 42 milhões de euros também àquela sociedade (Nota 41),

Estão aqui também incluídos financiamentos de entidades oficiais, no âmbito de contratos programa relacionados com projetos de investimentos.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013:

Ano	Dezembro 2014	Dezembro 2013
2015	-	483.915
2016	166.935	380.370
2017	222.146	851.195
2018	642.717	865.663
Após 2018	3.083.422	1.439.256
	<u>4.115.219</u>	<u>4.020.399</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Dezembro 2014		Após cobertura	Dezembro 2013	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
USD	2.349.125	1.933.595	597.275	2.458.233	1.784.800
BRL	3.040.783	942.294	942.294	3.078.754	954.208
EUR	-	1.221.832	2.558.153	-	1.203.260
ARS	1.386.971	136.333	136.333	1.150.338	128.136
MZN	176.481	4.402	4.402	278.688	6.841
EGP	35.188	4.051	4.051	60.481	6.319
ZAR	600.002	42.708	42.708	600.000	41.488
CVE	-	-	-	24.326	221
		<u>4.285.216</u>	<u>4.285.216</u>		<u>4.125.273</u>

Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de câmbio, do total de empréstimos em dólares, 597 milhões de Euros encontram-se expostos ao risco cambial, que considerando as disponibilidades em USD (141 milhões de Euros), reduz a exposição líquida àquela moeda a cerca de 456 milhões de Euros. A exposição líquida da dívida em Euros, considerando os instrumentos financeiros derivados, é inferior em cerca de 100 milhões de euros.

Cartas de conforto e cartas de garantia

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013, as cartas de conforto e as cartas de garantia prestadas no **Grupo** referiam-se a responsabilidades já evidenciadas na posição financeira consolidada de 3.067.016 milhares de euros e 3.116.397 milhares de euros, respetivamente.

38. Obrigações decorrentes de contratos de locação

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor respeitavam, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, era como segue:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Até 1 ano	3.096	2.350	13	14
Entre 1 e 5 anos	9.199	3.786	21	31
A mais de 5 anos	5.681	-	-	-

O total de custos operacionais do **Grupo** com contratos de locação operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 ascendeu a 3.126 milhares de euros e 2.386 milhares de euros, respetivamente.

Os contratos de locação operacional da **Empresa** respeitavam a equipamentos de transporte e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos custos no montante de 14 milhares de euros e 9 milhares de euros, respetivamente.

39. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afetam a sua carteira de ativos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos, selecionando como contrapartes bancos de relevo internacional como notação de *rating* "investment grade".

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Tesouraria Corporativa. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis chave que os condicionam, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação é efetuado em observância às disposições da IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são eficazes no que respeita ao efeito de anulação das variações do justo valor ou cash-flows dos ativos/passivos subjacentes. A eficácia de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de cash-flow;
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos afetam o resultado líquido do exercício. O ativo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor, na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respetivas variações refletidas igualmente no resultado líquido do exercício.

Instrumentos de cobertura de “cash-flows” são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio quer de taxa de juro. A parcela eficaz das variações de justo valor dos instrumentos de cobertura de “cash-flows” é reconhecida como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reserva de operações de cobertura”), enquanto a parte ineficaz é imediatamente registada como resultado líquido do período.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destes instrumentos de cobertura são como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reserva de operações de cobertura”) e transferidos para resultado líquido do exercício quando o objeto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (“trading”) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não cumprem com os critérios de eficácia do ponto de vista da cobertura, de acordo com o estabelecido na IAS 39.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos (Nota 24)				Outros passivos (Nota 42)			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Coberturas de <i>cash-flow</i> :								
<i>Swaps</i> de taxa de juro e câmbio	13.456	-	90.576	-	1.838	490	4.032	91
Coberturas de investimentos financeiros								
Trading:								
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-	594	-	-	1.783
Derivados de taxa de juro e de câmbio	-	-	24.599	5.785	-	-	-	-
<i>Forwards</i> cambiais	-	3.822	-	-	-	39	-	-
	<u>13.456</u>	<u>3.822</u>	<u>115.175</u>	<u>5.785</u>	<u>2.432</u>	<u>529</u>	<u>4.032</u>	<u>1.874</u>

Alguns instrumentos financeiros derivados, embora se adequem à política de gestão de riscos financeiros do Grupo, no que respeita à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados para contabilidade de cobertura e, assim, são classificados como instrumentos de negociação (“trading”).

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013:

Tipo de cobertura	Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
					Dezembro 2014	Dezembro 2013
Cash-flow	EUR 35.000.000	Interest Rate Swap	jun-15	Cobertura de cash-flow de empréstimo bancário	Cancelado (a)	(581)
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jun-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	13.657	-
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	10.603	-
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	5.719	-
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	3.395	-
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	8.976	-
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche A do financiamento Sindicado	11.668	-
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche B do financiamento Sindicado	15.086	-
Cash-flow	USD 500.000.000	Cross Currency Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	34.927	-
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(5.869)	-
					98.162	(581)

- a) Em Janeiro de 2014 e na sequência da amortização antecipada do ativo subjacente desta cobertura procedeu-se ao cancelamento deste instrumento com um custo similar ao valor de mercado do mesmo.

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo Cimpor, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram contratados instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash-flow* (mediante a fixação da taxa de câmbio e da taxa de juro), pretendendo-se dessa forma assegurar uma cobertura do risco cambial de parte da dívida em dólares. Com instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro, o Grupo procedeu à fixação de taxa de um financiamento bancário que estava a taxa variável.

O justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, tinha a seguinte composição:

Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
				Dezembro 2014	Dezembro 2013
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL	6.215	1.509
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL	5.926	1.220
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL	6.189	1.480
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL	6.270	1.576
USD 130.875.922	Conjunto de Forwards	jan-14/fev-14	Hedge da exposição passiva a USD	-	3.783
EUR 25.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun-15	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas num Índice de Taxa Juro.	(594)	(1.783)
				24.005	7.785

40. Gestão de riscos financeiros

Princípios gerais

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

Deste modo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Numa outra vertente, é também preocupação do Grupo que os processos de gestão dos referidos riscos dêem resposta não só às necessidades de informação internas como também às exigências externas (entidades reguladoras, mercados financeiros e demais *stakeholders*).

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra, inevitavelmente, exposto.

A respetiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, pode implicar a contratação, no mercado *over-the-counter* (por razões de flexibilidade) de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com as quais o Grupo já tem um forte envolvimento. Estas operações são, normalmente, realizadas com entidades financeiras com as quais se assinaram previamente contratos *ISDA*, em conformidade com as normas internacionais.

Toda a gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pelo Departamento de Finanças e Tesouraria Corporativa, sob a orientação da Comissão Executiva e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Para a cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expetativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, podem ser contratados *swaps* de taxa de juro.

Durante o ano de 2014 foram contratados novos instrumentos de cobertura (Nota 39). O baixo nível das taxas de juro no mercado monetário nas principais moedas passivas (Euros e USD) aliado ao sucesso da operação de mercado de Julho (*Senior Notes 2024*) levou o Grupo a aumentar a exposição a taxa fixa.

A 31 de dezembro de 2014, a dívida do Grupo por tipo de taxa de juro, considerando já os instrumentos financeiros derivados, entre taxa variável e taxa fixa, está distribuída desta forma:

	Dez-14	Dez-13
Taxa variável	72%	95%
Taxa fixa	28%	5%

Risco de taxa de câmbio

A internacionalização do Grupo obriga-o a estar exposto ao risco de taxa de câmbio de moedas de diferentes países, entre os quais se salientam, pelo valor dos capitais neles investidos, o Brasil, Argentina, Egito e África do Sul (Nota 7).

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações não têm ocorrido tendo em conta a falta de profundidade de alguns mercados e por se considerar que o seu custo (diferença entre as taxas de juro locais e as da moeda de referência do Grupo) é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efetuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é-o, normalmente, através da contratação de *swaps*, *forwards* e opções cambiais *standard*, com maturidades, em princípio, equivalentes a do instrumento de dívida que serve como lastro para a cobertura.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

Tendo em consideração o facto de o Grupo operar em países com um diferencial de taxas de juros substancial face à moeda de consolidação (EUR) faz com se procure estratégias de *hedge* natural. É nesta lógica que se assistiu a um aumento da dívida nas Unidades de Negócio (África do Sul e Moçambique) e à troca de dívida em USD por moeda local (Argentina) de forma a se obter uma maior correspondência entre ativos e passivos reduzindo deste modo a exposição global do Grupo.

Foram igualmente realizadas algumas operações de cobertura que ajudam a gerir a exposição cambial do Grupo, nomeadamente *Cross-Currency-Swap*, mediante as quais, em termos práticos, se transforma um passivo em USD em uma dívida contratada em Euros (Nota 39).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais instrumentos de dívida, considerando já os instrumentos financeiros derivados, estavam denominados nas seguintes moedas:

	Dez-14	Dez-13
USD	15%	43%
BRL	23%	23%
EUR	59%	29%
Outros	3%	5%

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário.

Se com o refinanciamento efetuado, aquando da mudança acionista, o Grupo já tinha ficado com uma vida média dos passivos financeiros bastante confortável, com as operações realizadas em 2014, ficou-se sem amortizações de dívida relevantes nos próximos 4 anos.

Este fato aliado ao elevado montante de caixa e equivalentes no fim do ano (724 milhões de euros) que, praticamente, elimina o risco de liquidez do Grupo, faz com que a necessidade de existência de linhas de *backup* seja residual.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada através de um orçamento de tesouraria, revisto semanalmente.

Sempre que possível, os excessos de tesouraria dos diferentes segmentos são canalizados para o topo do Grupo, nomeadamente através do pagamento de dividendos, ou circulados para outras áreas com carências de fundos, via *intercompany loans*.

Risco de crédito

A perceção do risco de crédito que o mercado tem relativamente à Cimpor, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

A solvabilidade do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de Leverage (Net Debt / EBITDA). Sublinhe-se, que contratualmente a medição deste *covenant* não é feita ao nível do Grupo Cimpor, mas sim ao nível acima na *InterCement Participações S.A.*. Em 31 de dezembro de 2014 este rácio era cumprido.

Além do Covenant Financeiro (Net Debt/Ebitda), o Grupo também está sujeito a algumas outras cláusulas restritivas, como, por exemplo, o vencimento antecipado pela troca do controle acionista.

Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo Cimpor assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

Análises de sensibilidade

a) Taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo.

Os resultados da análise de sensibilidade efetuada com base na exposição existente em 31 de dezembro de 2014 foram os seguintes:

Para o Euro e o USD e considerando que as taxas monetárias estão a níveis abaixo de 1%, simularam-se apenas cenários de subida da Euribor e Libor.

Uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxas de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para o exercício, um aumento de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente 13 milhões de euros na dívida em Euros indexada a taxa variável e de 5 milhões de dólares na dívida a taxa variável em USD, conforme quadro abaixo:

Indexante	Moeda	Saldo	1,0%	2,0%	3,0%
Euribor	EUR	1.523.643	15.236	30.473	45.709
US Libor	USD	545.134	5.451	10.903	16.354

No caso das taxas indexadas em BRL simularam-se 3 cenários: manutenção das taxas de fim do ano (Cenário Provável) e dois cenários de subida de taxas, em 25% (Cenário Possível), e, 50% (Cenário Remoto), tendo-se também levado em consideração o fato de existirem importantes montantes investidos o que levou a simular o impacto que a queda de taxas teria nestas aplicações (CDI e Selic – Ativo). Os resultados obtidos para as posições passivas e ativas são os seguintes:

Indexante	Saldo	C. Provável	C. Possível	C. Remoto
IGP-M	(9.690)	439	549	659
TJLP	(67.271)	3.363	4.205	5.045
IPCA	(72)	5	7	8
CDI - Liability	(921.153)	116.342	145.427	174.513
CDI - Ativo	74.191	9.370	7.028	4.685
SELIC - Ativo	22.309	2.909	2.182	1.455

b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e tendo em conta a distribuição por moeda acima referida, os riscos de taxa de câmbio existentes materializam-se na volatilidade potencial das taxas de câmbio e do seu impacto nos resultados financeiros consolidados.

Tendo em conta o perfil dos passivos financeiros do Grupo, considerando já os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2014, os impactos mais relevantes nos resultados financeiros seriam os seguintes:

Montante em USD	Moeda funcional	FX Rate (31-12-14)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
513.262	EUR	1,21	Efeito em EUR	42.247	21.124	-	(21.124)	(42.247)
77.571	BRL	2,66	Efeito em BRL	20.604	10.302	-	(10.302)	(20.604)
			Efeito em EUR	6.488	3.073	-	(2.780)	(5.308)
63.488	ARS	8,37	Efeito em ARS	53.164	26.582	-	(26.582)	(53.164)
			Efeito em EUR	5.310	2.515	-	(2.276)	(4.344)
115.000	PYG	4.629,11	Efeito em PYG	53.234.813	26.617.407	-	(26.617.407)	(53.234.813)
			Efeito em EUR	9.618	4.556	-	(4.122)	(7.869)
58.000	MZN	33,00	Efeito em MZN	191.412	95.706	-	(95.706)	(191.412)
			Efeito em EUR	4.851	2.298	-	(2.079)	(3.969)

Levando, igualmente, em consideração a existência, em algumas empresas, de elevados montantes em disponibilidades ou em contas a receber em moedas diferentes das moedas funcionais, simularam-se igualmente os impactos mais relevantes que a volatilidade cambial teria nos resultados financeiros:

Montante em USD	Moeda funcional	FX Rate (31-12-14)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
128.531	EUR	1,21	Efeito em EUR	(10.580)	(5.290)	-	5.290	10.580
58.000	ZAR	11,56	Efeito em ZAR	(67.070)	(33.535)	-	33.535	67.070
			Efeito em EUR	(4.851)	(2.298)	-	2.079	3.969
31.886	PYG	4.629,11	Efeito em PYG	(14.760.394)	(7.380.197)	-	7.380.197	14.760.394
			Efeito em EUR	(2.667)	(1.263)	-	1.143	2.182

Montante em EGP	Moeda funcional	FX Rate (31-12-14)		Desvalorização EGP			Valorização EGP	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
778.133	EUR	8,58	Efeito em EUR	(9.070)	(4.535)	-	4.535	9.070

Montante em ZAR	Moeda funcional	FX Rate (31-12-14)		Desvalorização ZAR			Valorização ZAR	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
513.000	EUR	14,05	Efeito em EUR	(3.652)	(1.826)	-	1.826	3.652

41. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2014		2013		2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas a)	3.504	-	51.709	-	2.015	-	16.263	-
Outros acionistas	2.873	-	1.798	-	84	-	84	-
Fornecedores de investimentos	37.239	8.646	35.767	8.945	-	-	-	-
Outros credores	65.193	10.779	56.511	12.982	2.323	964	1.150	1.784
	108.809	19.425	145.786	21.927	4.423	964	17.498	1.784

a) Em 31 de dezembro de 2013, as dívidas a terceiros do **Grupo** relativas a empresas subsidiárias, associadas e participadas incluíam, essencialmente, o montante de 51.371 milhares de euros a pagar à InterCement Austria Holding, reclassificado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para Outros empréstimos obtidos (Notas 37 e 47).

42. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2014		2013		2014	2013
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a pagar	120.310	-	83.908	629	-	-
Remunerações a liquidar	18.470	-	18.323	-	540	853
Instrumentos financeiros derivados (Nota 39)	2.432	4.032	529	1.874	-	-
Subsídios ao investimento	-	22	-	41	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	38.319	2.071	31.174	4.551	27	67
	179.530	6.124	133.933	7.096	567	920

43. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores, conta corrente	183.676	211.202	426	516
Fornecedores, faturas em receção e conferência	18.406	24.222	-	-
Adiantamentos de clientes	20.112	11.220	-	-
	222.195	246.644	426	516

44. Licenças de emissão de CO₂

No âmbito da transposição da Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelo governo de Portugal as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respetivas atribuições de licenças de emissão.

Para o período de 2013 a 2020 foram consideradas quatro instalações em Portugal tendo-lhe sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes, no final do ano de 2020, um total de 25.887.686 toneladas de CO₂, sendo que no primeiro ano foram atribuídas 3.468.143 toneladas, gradualmente diminuídas nos anos seguintes.

No decurso do exercício findo em em 31 de dezembro de 2014 foram estimadas emissões de CO₂ nas instalações fabris em Portugal de 2.950.253 toneladas (2.749.209 toneladas de CO₂ em 31 de dezembro de 2013). Do total de licenças atribuídas, foram alienadas 400.000 toneladas (883.000 toneladas em 2013), que geraram um ganho de 2.468 milhares de euros (4.088 milhares de euros em 2013) registados em “Outros proveitos operacionais” (Nota 8).

45. Ativos e passivos financeiros no âmbito da IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no **Grupo** aos seguintes itens:

2014	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	644.573	-	-	79.295	723.868
Clientes e adiantamentos a fornecedores	176.075	-	-	-	176.075
Outros investimentos	-	6.281	-	2.564	8.844
Outras dívidas de terceiros não correntes	35.616	-	-	-	35.616
Outras dívidas de terceiros correntes	41.646	-	-	-	41.646
Outros ativos não correntes	0	-	-	115.175	115.175
Outros ativos correntes	3.061	-	-	13.456	16.517
Total de ativos financeiros	900.971	6.281	-	210.489	1.117.741
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	4.115.219	-	4.115.219
Empréstimos correntes	-	-	169.997	-	169.997
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	222.195	-	222.195
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	19.425	-	19.425
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	108.809	-	108.809
Outros passivos não correntes	-	-	2.071	4.032	6.103
Outros passivos correntes	-	-	177.098	2.432	179.530
Total de passivos financeiros	-	-	4.814.813	6.463	4.821.277

2013	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	640.546	-	-	50.570	691.116
Clientes e adiantamentos a fornecedores	207.070	-	-	-	207.070
Outros investimentos	-	11.958	-	1.627	13.585
Outras dívidas de terceiros não correntes	19.518	-	-	-	19.518
Outras dívidas de terceiros correntes	39.955	-	-	-	39.955
Outros ativos não correntes	281	-	-	5.785	6.067
Outros ativos correntes	3.045	-	-	3.822	6.868
Total de ativos financeiros	910.416	11.958	-	61.805	984.179
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	4.020.399	-	4.020.399
Empréstimos correntes	-	-	104.870	-	104.870
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	246.644	-	246.644
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	21.927	-	21.927
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	145.786	-	145.786
Outros passivos não correntes	-	-	5.180	1.874	7.055
Outros passivos correntes	-	-	133.404	529	133.933
Total de passivos financeiros	-	-	4.678.211	2.403	4.680.614

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2014, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Fundo de investimento	1.547	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa e equivalentes de caixa	79.295	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	128.630	-
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	2.564	-	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	6.463	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 37, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção de dívida e das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. contraída nas áreas de negócio do Brasil, Argentina e Paraguai, cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respetivo contabilístico é o seguinte:

	2014	2013
Justo valor	1.535.421	988.507
Valor contabilístico	1.610.066	1.004.696

Na **Empresa**, as disposições da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes itens:

2014	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	404	-	-	404
Cientes e adiantamentos a fornecedores	238	-	-	238
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	98.000	-	-	98.000
Outras dívidas de terceiros correntes	5.838	-	-	5.838
Outros ativos correntes	31	-	-	31
Total de ativos financeiros	104.511	87	-	104.598
Passivos:				
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	426	426
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	4.423	4.423
Total de passivos financeiros	-	-	4.848	4.848

2013	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	341	-	-	341
Cientes e adiantamentos a fornecedores	4	-	-	4
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	114.500	-	-	114.500
Outras dívidas de terceiros correntes	3.515	-	-	3.515
Outros ativos correntes	42	-	-	42
Total de ativos financeiros	118.401	87	-	118.488
Passivos:				
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	516	516
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	17.498	17.498
Total de passivos financeiros	-	-	18.014	18.014

46. Notas às demonstrações de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, caixa e equivalentes de caixa para efeitos da apresentação dos fluxos de caixa, tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2014	2013	2014	2013
Numerário	299	607	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	297.155	282.552	104	91
Depósitos a prazo	134.733	77.501	300	250
Títulos negociáveis	212.385	279.886	-	-
	644.573	640.546	404	341
Descobertos bancários (Nota 37)	-	(221)	-	-
	644.573	640.326	404	341

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os valores sacados de contas correntes com instituições financeiras.

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa na demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem, adicionalmente, os montantes de 79.295 milhares de euros e 50.570 milhares de euros, respetivamente, correspondente a fundos exclusivos que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Dos fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento ocorridos no **Grupo** no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 destacam-se os seguintes:

Em 2014:

Recebimentos / pagamentos de empréstimos obtidos

- Foram efetuadas as seguintes operações de refinanciamento de dívida:
 - Contratação de novos financiamentos: (i) um empréstimo sindicado de 900 milhões de dólares; (ii) um financiamento concedido pela InterCement Austria Holding GmbH de 345 milhões de euros; (iii) a emissão de 750 milhões de USD de “Senior Notes”; (iv) um financiamento bancário de 200 milhões de USD;
 - Com estes financiamentos obtidos foi possível efectuar o pagamento antecipado de financiamentos bancários nos valores globais de 1.710 milhões de USD e 510 milhões de euros.
- Foi parcialmente pré-amortizado na Cimpor BV, em 30 milhões de USD, o financiamento do Bradesco no montante total inicialmente contratado de 200 milhões de USD.
- Foi contratado na Cimpor Inversiones um novo empréstimo financeiro no montante de 24 milhões de euros com uma maturidade de 4 anos.

Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento - outros

- Os pagamentos respeitantes a Outros incluem o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Em 2013:

Recebimentos / pagamentos de empréstimos obtidos

- Foram amortizados antecipadamente na Cimpor Inversiones um conjunto de empréstimos contratados junto da banca local no montante de 200 milhões de euros que tinham uma vida média substancialmente mais baixa que a vida média dos passivos consolidados do Grupo. Para fazer face a, parte deste refinanciamento, contratou-se um novo empréstimo financeiro no montante de 200 milhões de dólares com uma maturidade substancialmente maior.
- Na unidade de negócio de Argentina procedeu-se a uma reestruturação de dívida, com um aumento da proporção de empréstimos em moeda local (aproximadamente 590.000 milhares de pesos) por contrapartida da redução do peso em US dólares (cerca de 100.000 milhares de dólares).
- Nas unidades de negócio do Paraguai e África do Sul verificou-se a contratação de empréstimos no montante de 79 milhões de euros e 46 milhões de euros, respetivamente.

Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento - outros

- Os pagamentos respeitantes a Outros incluem o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Na **Empresa**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, destacam-se os seguintes:

Recebimentos de dividendos

	2014	2013
C.C.B. - Cimpor Cimentos do Brasil, Ltda.	-	4
Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	900	1.389
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	1	500
	<u>901</u>	<u>1.893</u>

Financiamentos concedidos

	2014	2013
	Valores recebidos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	16.500	61.500
Kandmad, SGPS, Lda.	500	1.205
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	-	1.000
	<u>17.000</u>	<u>63.705</u>

Financiamentos obtidos

	2013
	Valores pagos no exercício
Kandmad, SGPS, Lda.	1.300
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	28.500
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	500
Mossines - Cimentos de Sines, S.A.	1.200
Betão Liz, S.A.	10.000
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	3.400
	<u>44.900</u>

Outras informações

Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efetuados por conta do grupo fiscal.

47. Partes relacionadas

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Empresas associadas		Grupo Camargo Corrêa e seus controladores	
	2014	2013	2014	2013
Ativos:				
Clientes	363	-	124	684
Outros dívidas de terceiros	4	861	1.769	3.921
	368	861	1.893	4.606
Passivos:				
Fornecedores	7	645	100	23
Outros empréstimos obtidos (Notas 37 e 41)	-	-	768.743	381.900
Outras dívidas a terceiros (Nota 41)	-	-	6.377	51.371
Outros passivos correntes	-	-	22.896	8.065
	7	645	798.116	441.359
Transações:				
Fornecimentos e serviços externos	5.044	3.767	-	-
Vendas e prestação de serviços	-	-	1.649	7.471
Vendas de ativos tangíveis (Notas 8 e 18)	-	-	-	16.000
Outros custos operacionais	-	-	-	9.580
Outros proveitos operacionais	19	19	-	-
Custos e proveitos financeiros, líquidos	-	-	(29.001)	(8.113)
	5.063	3.786	(27.352)	24.938

De salientar o facto de entidades controladores da Empresa, concederem fianças e penhores de ações sobre dívida financeira conforme evidenciado na nota 37.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e aos membros da Alta Direção do Grupo e da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

No Grupo:

	2014		2013	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	284	1.142	592	1.015
Administradores não executivos	1.053	-	1.172	-
	1.336	1.142	1.764	1.015
Alta Direção				
	2.473	1.481	2.537	1.491
	3.809	2.622	4.301	2.506
Benefícios de curto prazo				
	3.715	2.622	4.251	2.506
Benefícios pós-emprego				
	94	-	50	-
	3.809	2.622	4.301	2.506

Na Empresa:

	2014		2013	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	284	1.142	592	1.015
Administradores não executivos	1.053	-	1.172	-
	<u>1.336</u>	<u>1.142</u>	<u>1.764</u>	<u>1.015</u>
Benefícios de curto prazo	1.145	1.142	1.573	1.015
Benefícios pós-emprego	191	-	191	-
	<u>1.336</u>	<u>1.142</u>	<u>1.764</u>	<u>1.015</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre a **Empresa** e as partes relacionadas, foram como segue:

Saldos

	2014		
	Clientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Acionistas do grupo, contas a pagar
Subsidiárias:			
Betão Liz, S.A.	-	-	9
Cement Services Company, S.A.E.	-	32	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	-	-	1.403
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	231	57	350
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	102.629	1.957
Imopar, SARL	-	10	-
Kandmad, SGPS, Lda.	7	1.000	-
	<u>238</u>	<u>103.728</u>	<u>3.719</u>

	2013		
	Clientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Acionistas do grupo, contas a pagar
Subsidiárias:			
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	7	-
Betão Liz, S.A.	-	8	22
Cement Services Company, S.A.E.	-	17	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	-	-	43
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	-	84	329
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	7
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	117.427	15.862
Imopar, SARL	-	10	-
Kandmad, SGPS, Lda.	4	-	-
	<u>4</u>	<u>117.553</u>	<u>16.263</u>

As Outras dívidas de terceiros da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem financiamentos concedidos nos montantes de 98.000 euros e 114.500 euros, respetivamente, os quais vencem juros a taxas normais de mercado.

Transações:

	2014			
	Fornecimentos e serviços externos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Juros obtidos (Nota 12)
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.759	750	84	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	3.000	10	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-	4.629
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	-	-	1	-
Kandmad, SGPS, Lda.	-	12	-	-
	1.759	3.762	95	4.629

	2013				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros suportados (Nota 12)	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Juros obtidos (Nota 12)
Agregor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	-	-	95	-
Betão Liz, S.A.	10	20	-	94	-
Cement Services Company, S.A.E.	-	-	-	2	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.913	1	750	665	1
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	139	4.488	1	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	17	-	-	6.363
Kandmad, SGPS, Lda.	-	7	12	-	-
Mossines - Cimentos de Sines, S.A.	-	17	-	-	-
	1.923	201	5.250	856	6.365

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 alienou-se um edifício de escritórios à PARMV Properties - Participações e Empreendimentos, S.A. (empresa relacionada com o Grupo Camargo Corrêa) pelo montante de 16.000 milhares de euros, o qual se encontra arrendado ao Grupo.

48. Honorários e serviços dos auditores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os honorários por serviços prestados pela Deloitte na Empresa e no Grupo foram os seguintes:

	Valor		%	
	2014	2013	2014	2013
Empresa:				
Serviços de revisão legal de contas	33	33	2%	2%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	26	-	1%	0%
	59	33	3%	2%
Subsidiárias:				
Serviços de revisão legal de contas	1.126	1.117	56%	52%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	623	743	31%	35%
Serviços de consultoria fiscal	199	197	10%	9%
Outros serviços	19	43	1%	2%
	1.967	2.101	97%	98%
	2.026	2.133	100%	100%

49. Eventos subsequentes

Nada a referir.

50. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2015, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 25 de março de 2015.

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Claudio Borin Guedes Palaia

Nélson Tambelini Júnior

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

Albrecht Curt Reuter Domenech

André Pires Oliveira Dias

José Édison Barros Franco

Luiz Roberto Ortiz Nascimento

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



uma empresa  InterCement

III. OUTROS DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA



uma empresa  **InterCement**

Relatório de Governo Societário 2014
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização E Governo Da Sociedade

A. Estrutura Acionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Cimpor é de 672 milhões de euros, encontrando-se totalmente realizado, sendo representado por 672 milhões de ações ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de um euro cada. A totalidade das ações estão admitidas à negociação no Euronext, o mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon.

A maioria do capital social (94,19%) é detido pela Participações Morro Vermelho, S.A., conforme descrito no ponto 7, infra, encontrando-se o restante capital disperso por outros acionistas.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Todas as ações Cimpor são livremente transmissíveis, não havendo restrições à sua titularidade previstas nos estatutos.

3. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2014, a Cimpor detinha em carteira 5.906.098 ações próprias (ou seja 0,9% do capital social e dos direitos de voto). Ao longo de 2014 não foram adquiridas ou alienadas ações próprias.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo

Não existe qualquer acordo significativo de que a Sociedade seja parte e que, de uma forma automática, em consequência de uma eventual mudança de controlo da Sociedade entre forçosamente em vigor, seja alterado ou cesse os seus efeitos.

Conforme é prática de mercado, alguns instrumentos de dívida, celebrados por subsidiárias da Cimpor, incluem cláusulas de *change of control*, prevendo a possibilidade do respetivo vencimento antecipado, por decisão das entidades financiadoras.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas

Não existem medidas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição (OPA) nem medidas defensivas, estatutárias ou de outra natureza, que tenham por efeito a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

6. Acordos Parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Tanto quanto é do conhecimento da Cimpor, à data de 31 de dezembro de 2014, assim como à data de publicação deste relatório, não existiam acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Conforme Comunicações de Participações Qualificadas recebidas pela Sociedade e de acordo com as regras de imputação de direitos de voto estabelecidas no Código de Valores Mobiliários, os titulares das referidas participações à data de 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Participações Morro Vermelho	632.933.437	94,19%	94,19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	161.527.515	24,04%	94,19%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	471.405.922	70,15%	94,19%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	471.405.922	70,15%	94,19%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida	471.405.922	70,15%	70,15%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida)	161.527.515	24,04%	24,04%

(1) Conforme Comunicações de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

8. Ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Ao longo de 2014 não existiram alterações dos números de ações ou de obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, pelo que apenas Daniel Proença de Carvalho (Presidente do Conselho de Administração) detém uma ação da Cimpor.

9. Poderes especiais do órgão de administração

Os poderes do Conselho de Administração são os conferidos pelo Código das Sociedades Comerciais, enquanto órgão de administração, com exclusivos e plenos poderes de representação da Sociedade, competindo-lhe gerir as atividades desta, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinem.

Em acréscimo, nos termos dos Estatutos¹ aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de julho de 2012, o Conselho de Administração tem poderes para:

- (i) aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, com direito de preferência para os acionistas, até o mesmo perfazer o montante de mil milhões de euros;
- (ii) emitir *warrants* autónomos sobre valores mobiliários próprios (podendo aqueles

¹ artigos 4.º e 5.º

conferir o direito à subscrição ou aquisição de ações da Sociedade até ao referido limite de mil milhões de euros).

Não se encontrando mencionado nos estatutos da empresa o prazo até ao qual a referida competência do Conselho de Administração pode ser exercida, assim como o modo de concretização dos referidos poderes, estes são regulados pela legislação em vigor.

Em 1995 e 1999, foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas nos montantes de 70 milhões de euros e 253 milhões de euros, respetivamente, tendo os mesmos sido à luz da redação dos estatutos de então, deliberados em Assembleia Geral. Nunca foram emitidos warrants.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

A Cimpor ou qualquer das empresas por si controladas não mantêm relações significativas de natureza comercial com titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes se encontrem relacionados nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à exceção de algumas transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. Assembleia Geral

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação dos membros da mesa da assembleia geral

A Assembleia Geral Anual de 23 de maio de 2013 reconduziu, até ao termo do mandato em curso (2012-2014) dos órgãos sociais, os seguintes membros da mesa da Assembleia Geral:

Composição da Mesa da Assembleia Geral		Data da 1ª designação
Presidente	Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	11.05.2007
Vice-Presidente	Rodrigo de Melo Neiva dos Santos	13.05.2009

b) Exercício do direito de voto

12. Restrições em matéria de direito de voto

Para participar na Assembleia Geral não é exigido o bloqueio de ações. Qualquer acionista com pelo menos uma ação pode participar e votar na Assembleia Geral, sendo que a cada ação corresponde um voto, desde que para tal declare a intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até às zero horas do 5.º dia de negociação anterior à realização da Assembleia Geral (data esta que será indicada em qualquer caso na convocatória) podendo, para o efeito, utilizar correio eletrónico.

Os acionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa os necessários instrumentos de representação, nos termos e condições fixados na respetiva convocatória.

Os acionistas que detenham, a título profissional, ações da Sociedade em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações, desde que, em acréscimo ao exigido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, no mesmo prazo, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais: (a) A identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta; (b) As instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem de trabalhos, dadas por cada cliente². A Cimpor não estabelece quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Assim de acordo com os Estatutos da Cimpor, e tal como referido acima, para participar e votar nas Assembleias Gerais da sociedade os acionistas apenas necessitam de deter uma ação, acolhendo assim a recomendação I.1. do código de governo das sociedades da CMVM na sua versão de 2013, (adiante “Código de Governo”), no que se refere ao incentivo à participação e votação dos acionistas nas Assembleias Gerais da empresa. Relativamente à modalidade de voto por correspondência, esta forma de votação está também prevista nos Estatutos desta sociedade. Em face do número de acionistas, e seus representantes, presentes nas recentes Assembleias Gerais, não faz sentido em termos práticos e económicos a implementação de um sistema de voto eletrónico pelo que se considera-se cumprida a recomendação I.1. do Código de Governo.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos

De acordo com os Estatutos³ da Cimpor, a cada ação corresponde um voto, não existindo limitações estatutárias à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Deliberações acionistas sujeitas a maioria qualificada

Conforme consta dos Estatutos⁴ da Cimpor a Assembleia Geral delibera pela maioria dos votos emitidos, sem prejuízo da exigência de maioria qualificada nos casos previstos na lei.

As regras aplicáveis às deliberações da Assembleia Geral são as previstas na lei geral portuguesa (Código das Sociedades Comerciais), não estabelecendo *quora* constitutivos nem deliberativos agravados, nem qualquer sistema de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

II. Administração e Supervisão

a) Composição

15. Modelo de governo adotado

A Cimpor segue o modelo de Governo Societário habitualmente designado por “monista anglo-saxónico”, previsto no Código das Sociedades Comerciais⁵, pelo que os Órgãos Sociais são a

² n.º 5 do artigo 23.º-C

³ número 2 do artigo 7º

⁴ artigo 11º

Assembleia Geral, o Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e o Revisor Oficial de Contas.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral mediante listas de elementos selecionados pelo acionista ou acionistas proponentes (incidindo o voto apenas sobre estas). As listas são elaboradas pelos acionistas sem intervenção da Sociedade.

Os estatutos⁶ preveem a possibilidade de um dos membros do Conselho de Administração ser eleito entre pessoas propostas em listas (contendo, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o cargo) que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas (desde que estes não representem menos de 10% e mais de 20% do capital social e não podendo o mesmo acionista subscrever mais de uma lista). Existindo uma proposta nesse sentido, a eleição do referido Administrador é efetuada isoladamente e antes da eleição dos demais. Sendo apresentadas listas por mais do que um grupo, a votação incide sobre o conjunto das mesmas.

Os estatutos não preveem regras específicas para a substituição dos membros do Conselho de Administração, prevendo-se apenas (i) que, no decurso de um mandato, o seu número possa ser alterado (dentro dos limites estatutários)⁷ e (ii) regras quanto à substituição por falta definitiva⁸.

De acordo com os estatutos⁹, em caso de três faltas seguidas ou de cinco faltas interpoladas, no decurso de um mandato, a reuniões ordinárias do Conselho de Administração, por parte de qualquer dos seus membros, sem justificação aceite pelo próprio Conselho, verificar-se-á uma falta definitiva do Administrador em causa, a qual deverá ser declarada por aquele órgão. Nem os estatutos nem o Regulamento do Conselho de Administração definem regras específicas de substituição em caso de falta definitiva pelo que se aplica apenas o disposto no Código das Sociedades Comerciais¹⁰ para este efeito.

Ocorrendo uma eleição suplementar ou substituição, o termo do mandato do(s) membro(s) assim eleito(s) coincidirá com o dos demais Administradores.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo Administrador vogal em quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço.

Dado o papel atribuído no Regulamento do Conselho de Administração à Comissão de Nomeações e Avaliação, em caso de cooptação o Presidente da Comissão Executiva, embora a integre, está impedido de participar e votar nas deliberações relacionadas com o processo de seleção de Administradores não executivos e, bem assim, de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho e a determinação da remuneração e respetivos

⁵ n.º 1 do artigo 278.º

⁶ n.º 4 do artigo 12.º

⁷ n.º 4 do artigo 6.º

⁸ n.º 3 do artigo 13.º

⁹ n.º 3 do artigo 13.º

¹⁰ artigo 393º

critérios dos Administradores executivos da Sociedade, de forma a assegurar a não interferência pelos Administradores executivos nestes processos.

17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos dos estatutos¹¹, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze Administradores, sendo um deles Presidente e os restantes vogais. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral elege o Conselho de Administração designando também o seu Presidente (ao qual, nos termos dos estatutos¹², é atribuído voto de qualidade). O atual mandato (2012 - 2014) dos membros do Conselho de Administração, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de julho de 2012, terminou a 31 de dezembro de 2014. No entanto os membros dos Órgãos Sociais mantêm as suas funções até nova deliberação da Assembleia Geral.

No decorrer de 2014 o Conselho de Administração foi composto por onze elementos efetivos, conforme quadro abaixo:

Composição do Conselho de Administração		Data da 1ª designação
Presidente	Daniel Proença de Carvalho	16-07-2012
Vogais	Claudio Borin Guedes Palaia	26-08-2013
	Nelson Tambelini Junior	26-08-2013
	Ricardo Fonseca de Mendonça Lima	16-07-2012
	Albrecht Curt Reuter Domenech	29-04-2010
	André Pires Oliveira Dias	20-12-2012
	José Edison Barros Franco	29-04-2010
	Luiz Roberto Ortiz Nascimento	20-12-2012
	António Soares Pinto Barbosa	16-07-2012
	José Manuel Neves Adelino	29-04-2010
	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	16-07-2012

A 26 de novembro de 2014 José Manuel Neves Adelino renunciou ao cargo conforme oportunamente divulgado ao mercado. Pelo que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais¹³ apenas deixou de exercer as suas funções a 31 de dezembro de 2014.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos e identificação dos membros que podem ser considerados independentes

O Conselho de Administração inclui um número de membros não executivos que garante a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos. Assim, a 31 de dezembro de 2014, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Cimpor (oito num total de onze) eram Administradores não executivos.

A Comissão Executiva é composta por Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, Cláudio Borin Guedes Palaia e Nelson Tambelini Junior.

De entre os membros não executivos do Conselho de Administração, são considerados independentes, em cumprimento da recomendação II.1.7 do Código de Governo, José Manuel Neves Adelino¹⁴, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e António Soares Pinto Barbosa.

¹¹ n.º 1 do artigo 12.º e n.º 2 do artigo 6.º.

¹² n.º 3 do artigo 12.º

¹³ n.º 2 do artigo 404.º

¹⁴ José Manuel Neves Adelino renunciou ao cargo em 26 de novembro de 2014, permanecendo em funções até 31 de dezembro de 2014

Atendendo às características da Cimpor, ao modelo de governação adotado, à estrutura acionista e ao reduzido *free float*, a proporção de 3 administradores independentes num total de 11, revela-se adequada.

A aferição da independência dos membros da Comissão de Auditoria segue os critérios estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais¹⁵, segundo os quais são membros independentes da Comissão de Auditoria os administradores José Manuel Neves Adelino¹⁶ e António Soares Pinto Barbosa.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

A presente atividade e os *curricula* dos membros do Conselho de Administração são apresentados no Anexo I deste Relatório.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas

Relações familiares dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto:

- O administrador André Pires Oliveira Dias, é filho de Regina de Camargo Pires Oliveira Dias, a quem são imputáveis as participações descritas no número 7, acima.
- Luiz Roberto Ortiz Nascimento e Claudio Borin Guedes Palaia, mantém relações familiares com Renata de Camargo Nascimento.

Luiz Roberto Ortiz Nascimento, Albrecht Curt Reuter, José Édison Barros Franco, André Pires Oliveira Dias, mantém relações profissionais com empresas listadas no item 7, conforme indicadas nos CV apresentados no Anexo I.

Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações comerciais significativas com acionistas titulares de participação qualificada superior a 2%.

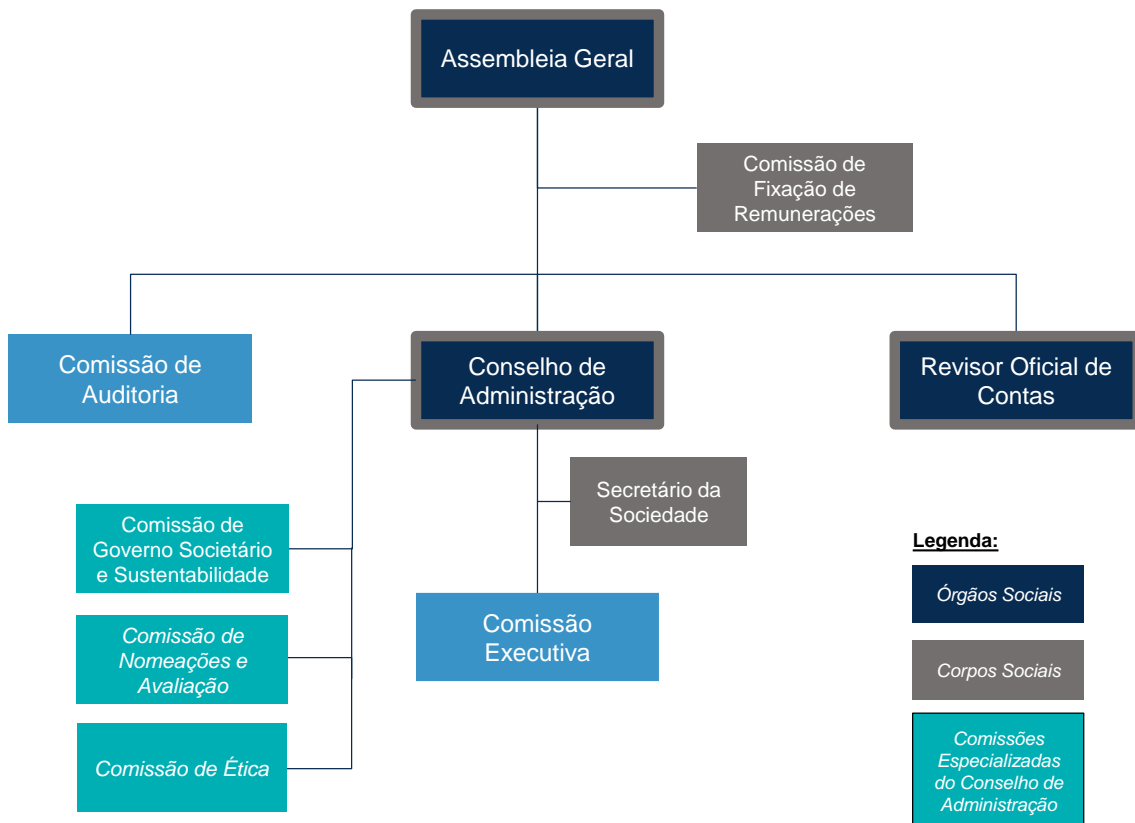
21. Repartição de competências

21.1. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões

As repartições de competências entre os diversos órgãos e comissões da Cimpor são representadas pelo organograma abaixo:

¹⁵ número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais

¹⁶ José Manuel Neves Adelino renunciou ao cargo em 26 de novembro de 2014, permanecendo em funções até 31 de dezembro de 2014



21.2. Delegação do Conselho de Administração na sua Comissão Executiva

O Conselho de Administração delegou os poderes relativos à gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, composta por três dos seus membros, reservando no entanto para si as principais decisões.

Assim, nos termos conjugados da lei¹⁷, do Regulamento do Conselho de Administração e da delegação de poderes do Conselho de Administração, estão reservados para o Plenário do Conselho de Administração as seguintes matérias:

- Proceder à cooptação de Administradores para o preenchimento das vagas que venham a ocorrer;
- Apresentar pedidos de convocação das Assembleias Gerais;
- Aprovar os relatórios e contas anuais, o relatório de sustentabilidade assim como os relatórios de gestão trimestrais e semestrais;
- Aprovar o orçamento e os planos de atividades e financeiros anuais assim como os planos de negócios trienais, incluindo o plano de investimento;
- Deliberar sobre a prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- Deliberar sobre a mudança de sede e aumentos de capital nos termos previstos nos estatutos;

¹⁷ Código das Sociedades Comerciais

- Deliberar sobre projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade a submeter à Assembleia Geral;
- Designar o Secretário da Sociedade e o respetivo suplente;
- Aprovar as estratégias e práticas gerais da Sociedade;
- Aprovar a estrutura empresarial da Cimpor;
- Aprovar regulamentos, bem como normas de aplicação generalizada, de natureza ética e alterações ao Regulamento do Conselho de Administração;
- Aprovar a Política Financeira da Cimpor, bem como outros instrumentos de carácter estratégico;
- Tomar decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais, em que se incluem as seguintes:
 - As aquisições de participações ou ativos físicos: (i) fora do contexto da atividade principal da Cimpor; (ii) em países onde o mesmo não tenha ainda presença; ou (iii) de valor superior a dez milhões de euros por operação de aquisição;
 - As alienações de participações ou ativos físicos de valor superior a cinco milhões de euros por operação de alienação;
 - A realização de investimentos de desenvolvimento previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere quinze milhões de euros;
 - A realização de investimentos de desenvolvimento não previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere cinco milhões de euros por investimento e vinte e cinco milhões de euros no total acumulado anual;
 - A concessão de crédito a clientes por um valor superior a cinco milhões de euros por cliente; e
 - A realização de operações financeiras não conformes com a Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração.
- Deliberar emitir ações preferenciais sem voto e *warrants* autónomos sobre valores mobiliários próprios e obrigações subordinadas ou obrigações ou outros títulos de dívida nos termos permitidos por lei;
- Designar o Administrador vogal que assumirá as funções de Presidente nas ausências e impedimentos deste.

Sempre que seja necessário à defesa do interesse social deliberar sobre qualquer uma das matérias em que por ventura não tenha competência delegada, mas não haja possibilidade de convocar o Conselho de Administração em tempo útil, a Comissão Executiva pode deliberar sobre a matéria em questão desde que tenha, através do Presidente do Conselho de Administração, previamente submetido o assunto a todos os membros do Conselho e recolhido o parecer favorável da maioria destes.

A Comissão Executiva submete ao plenário do Conselho de Administração quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar pela Cimpor ou qualquer sociedade

com esta em relação de domínio ou de grupo com acionistas detentores de 2% ou mais do capital da Cimpor (ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Código dos Valores Mobiliários¹⁸), salvo quando, tendo em conta a sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados assuntos correntes ou compreendidos no comércio da Sociedade, e desde que nenhuma vantagem especial seja concedida ao titular de participação qualificada ou à entidade relacionada.

21.3. Deveres de Informação da Comissão Executiva

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva encontram-se adotados os seguintes procedimentos:

- As atas da Comissão Executiva e as convocatórias das respetivas reuniões são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz um sumário dos aspetos considerados relevantes da atividade desenvolvida desde a última reunião;
- A Comissão Executiva faculta aos membros do Conselho de Administração os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados.
- Os administradores executivos, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam em tempo útil e de forma adequada ao pedido as informações requeridas.

21.4. Competências do Presidente do Conselho de Administração

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- Coordenar a atividade do Conselho de Administração;
- Convocar o Conselho de Administração, fixar a ordem do dia das reuniões e dirigir os debates e decidir sobre todas as questões que respeitem ao seu funcionamento. O Presidente convocará também o Conselho, sempre que tal seja solicitado por dois ou mais Administradores vogais e incluirá na ordem do dia os pontos que por estes venham a ser solicitados;
- Promover a comunicação entre a Sociedade e todos os seus *stakeholders*;
- Acompanhar e consultar a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas;
- Contribuir para o efetivo desempenho das suas funções e competências por parte dos Administradores não executivos e das Comissões Internas do Conselho de Administração; e
- Exercer o seu Voto de Qualidade.

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas, o que só poderá acontecer em situações excecionais e mediante deliberação expressa do Conselho de Administração.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo Administrador vogal a quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser

¹⁸ artigo 20.º

designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço.

21.5. Competências do Presidente da Comissão Executiva

Compete ao Presidente da Comissão Executiva:

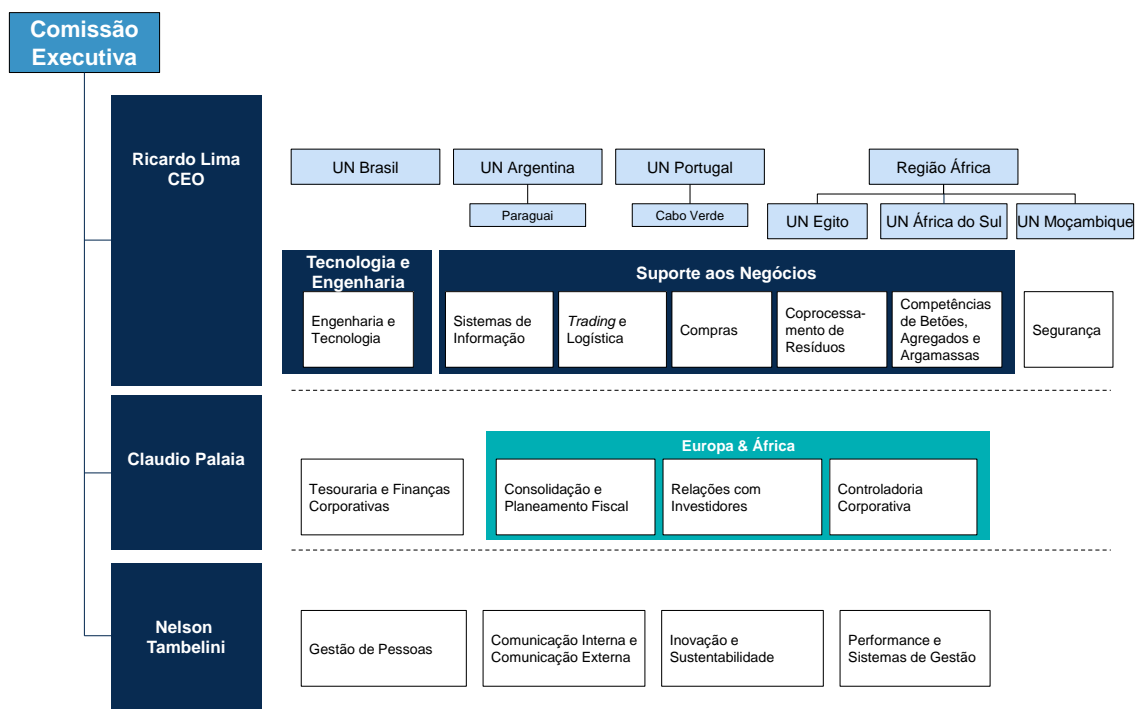
- Representar a Comissão Executiva;
- Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva;
- Coordenar a atividade da Comissão Executiva, distribuindo entre os seus membros a preparação ou acompanhamento dos assuntos que devam ser objeto de apreciação ou decisão pela Comissão Executiva;
- Propor ao Conselho de Administração o elenco de matérias de administração de que deve encarregar-se especialmente cada um dos membros da Comissão Executiva;
- Zelar pela correta execução das deliberações da Comissão Executiva.

Para além das competências acima descritas, o Presidente da Comissão Executiva deve:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da Sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.

21.6. Repartição de Pelouros na Comissão Executiva

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas matérias conforme mapa funcional abaixo.



A Comissão Executiva da Cimpor, uma empresa InterCement, conta com apoios de todos os profissionais das suas participadas e da InterCement Participações, numa ótica de gestão articulada e coordenada entre diversas áreas visando a máxima eficiência na captação de sinergias, particularmente nas áreas de suporte aos negócios, nas quais se incluem para além das acima apresentadas as áreas Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria e Inteligência Estratégica.

Unidades de Negócios

A Cimpor encontra-se estruturada por Unidades de Negócio, correspondentes aos países onde opera, conforme acima apresentado.

Dentro de cada Unidade de Negócios, as diversas atividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a atividade principal a produção e comercialização de cimento.

A *holding* da Cimpor é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico e pela gestão global do conjunto das diferentes Unidades de Negócio e Unidades de Suporte, bem como pela área de Relações com Investidores.

Cada uma das Unidades de Negócio *supra* referidas é coordenada por um Diretor Geral, presente nos órgãos de administração das principais empresas localizadas nos respetivos países, reportando diretamente ao CEO.

O modelo de organização de cada Unidade de Negócio é adaptado às características e condições de exercício da respetiva atividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável. O modelo organizacional em cada país segue uma matriz estandardizada com pequenas adaptações em função das necessidades nacionais e consiste no desenvolvimento dos negócios, sob a dependência do Diretor Geral do país, através de responsabilidades Industrial, Comercial, de Betão e Agregados e Financeira e de Serviços Partilhados.

Cada uma das Unidades de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*. As decisões mais importantes – por exemplo, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico da Cimpor – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou atuações que, quando tratadas a nível da Cimpor, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

A estruturação e composição dos órgãos de administração e de fiscalização das subsidiárias da Cimpor obedecem, às disposições legais e regulamentares relevantes na respetiva jurisdição.

Funções de Suporte aos Negócios

As unidades com funções de Suporte aos Negócios identificadas no mapa funcional acima, suportam a atividade dos negócios da Cimpor, fornecendo-lhes tecnologia e assistência técnica especializadas e permitindo-lhes beneficiar de economias de escala e partilha de melhores práticas de forma transversal na Cimpor. As delegações na Comissão Executiva são em parte operacionalizadas com recurso a plataformas de gestão intermédia com competências específicas como sejam Engenharia e Tecnologia, Suporte aos Negócios e Finanças Europa e África. O CFO Europa e África, Armando Sérgio Antunes da Silva, coordena os trabalhos das

áreas de Consolidação e Planeamento Fiscal, Controladoria Corporativa e Relações com Investidores.

21.7. Comissões Especializadas do Conselho de Administração

21.7.1. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Esta Comissão tem como funções assistir o Conselho de Administração em matéria de governo societário e de normas de conduta e, bem assim, de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social da Cimpor, competindo-lhe¹⁹:

- A avaliação do modelo, princípios e práticas de governo societário da Sociedade e das participadas relevantes da Cimpor (tal como venham a ser definidas pelo Conselho de Administração e adiante designadas “Participadas Relevantes”), com vista ao seu permanente aperfeiçoamento e à apresentação de propostas ao Conselho nesse âmbito, designadamente no que respeita ao funcionamento e competências do Conselho e das suas comissões internas e à sua articulação com os demais órgãos sociais e estruturas de gestão, bem como à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação;
- A definição das linhas orientadoras das políticas que permitam o desenvolvimento sustentado da Sociedade e da Cimpor e a promoção da responsabilidade social e proteção ambiental;
- A definição, colaboração na implementação e fiscalização do cumprimento de normas de conduta adequadas à observância de rigorosos princípios éticos e deontológicos no desempenho das funções atribuídas aos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Cimpor;
- O aperfeiçoamento e atualização do Regulamento de Comunicações de Irregularidades e do Código de Ética adotado pela Cimpor, apresentando, quando justificável, ao Conselho de Administração propostas nesse sentido;
- A orientação da elaboração do relatório anual sobre o governo da Sociedade nas áreas da sua competência e a apresentação ao Conselho de propostas quanto às declarações a incluir naquele relatório acerca da eficácia do modelo de governo adotado, das normas de conduta e dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos;
- A apresentação de propostas ao Conselho para efeitos da adoção das diligências necessárias ao cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de governo societário, normas de conduta, sustentabilidade e responsabilidade social.

21.7.2. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação tem por funções, entre outras, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração²⁰, assistir este Conselho nas seguintes matérias:

- a) Preenchimento das vagas ocorridas no Conselho de Administração, nos termos legal e estatutariamente previstos;

¹⁹ Nos termos do artigo 18º do Regulamento do Conselho de Administração

²⁰ Artigo 19.º.

- b) Acompanhamento dos processos de seleção e nomeação dos quadros superiores da Sociedade e Participadas Relevantes e dos membros dos órgãos sociais das Participadas Relevantes, informando o Conselho de Administração sobre tais processos;
- c) Processo de avaliação anual do desempenho global do Conselho e das respetivas Comissões Internas e, bem assim, dos membros da Comissão Executiva da Sociedade, neste último caso, ouvido o respetivo Presidente;
- d) Elaboração de pareceres a submeter à Comissão de Fixação de Remunerações no que respeita à fixação das remunerações dos membros da Comissão Executiva.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas a) e b) acima, compete-lhe, designadamente:

- Manter informação atualizada sobre as qualificações, conhecimentos, experiência profissional e independência necessários para o desempenho das funções de Administrador da Sociedade;
- Assistir o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na aprovação e implementação de plano de sucessão dos membros dos órgãos de administração e dos quadros superiores da Sociedade e das Participadas Relevantes;
- Sempre que se venha a revelar necessário, elaborar parecer fundamentado para efeitos da cooptação ou designação dos membros do Conselho de Administração, identificando as entidades e/ou pessoas que, em seu entender, apresentem o perfil mais adequado ao desempenho de determinado cargo.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas c) e d) acima, compete-lhe:

- Propor ao Conselho de Administração os critérios a utilizar no processo de avaliação, numa base anual e por mandato;
- Propor à Comissão de Fixação de Remunerações os critérios a utilizar para efeitos da fixação da remuneração variável, numa base anual e por mandato, designadamente os objetivos de desempenho individual, neste último caso ouvido o Presidente da Comissão Executiva;
- Propor ou dar parecer anualmente ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, sobre a política de remunerações e princípios remuneratórios dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes da Sociedade e sobre a declaração anual a apresentar à Assembleia Geral a este propósito.

No desempenho das funções e competências acima referidas, a Comissão de Nomeações e Avaliação deverá, ainda, apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, as propostas que julgue necessárias para efeitos do cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de nomeações e remunerações.

21.8. Órgãos de Fiscalização

21.8.1. Comissão de Auditoria

As competências da Comissão de Auditoria são as referidas nos números 37 e 38, abaixo.

21.8.2. Revisor Oficial de Contas

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais²¹, compete ao Revisor Oficial de Contas verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte, bem como, sempre que o julgue conveniente e da forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Cabe ainda ao Revisor Oficial de Contas, enquanto auditor externo e no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências à Comissão de Auditoria.

21.9. Comissão de Ética

Em março de 2013, a Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade, aprovou sob proposta da Comissão Executiva, a criação da Comissão de Ética com duplo reporte à Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade e à Comissão de Auditoria. Encarregue de apreciar todos os assuntos relacionados com esta matéria e de implementar a adoção do Novo Código de Conduta da Cimpor, compunham esta comissão a 31 de dezembro de 2014 os seguintes membros:

José Manuel Neves Adelino (Presidente)

José Édison Barros Franco

Gueber Lopes (Comissão de Fixação de Remunerações)

Nelson Tambelini Junior (Administrador com Responsabilidade por pelouro de Recursos Humanos)

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

As competências desta comissão são apresentadas no n.º 49. adiante.

b) Funcionamento

22. Existência e local de consulta dos regulamentos

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado em www.cimpor.pt, e na sede da Sociedade.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade

No decorrer de 2014 o Conselho de Administração reuniu por 8 vezes, sendo que nenhum dos seus membros esteve injustificadamente ausente: Luiz Roberto Ortiz Nascimento esteve presente em 63% das reuniões, Albrecht Curt Reuter Domenech e Pedro Rebelo de Sousa estiveram presentes em 75% das reuniões realizadas e Ricardo Lima esteve presente em 88% das reuniões realizadas em 2014. Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração não são de assinalar quaisquer ausências, o que representa uma assiduidade de 100%.

²¹ Alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 420.º e do artigo 446.º.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração da Cimpor reuniu por 12 vezes em 2014. Não tendo havido faltas injustificadas, registou-se o seguinte grau de assiduidade: Ricardo Lima (Presidente) 83%; Cláudio Palaia e Nelson Tambelini estiveram presentes em todas as reuniões realizadas.

24. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva compete à Comissão de Nomeações e Avaliação e ao Presidente da Comissão Executiva, assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras cotadas na Euronext Lisbon e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

Apesar de o Presidente da Comissão Executiva integrar a Comissão de Nomeações e Avaliação, está impedido de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho, determinação da remuneração e critérios de remuneração dos Administradores executivos da Sociedade e, claro está, de si próprio, assegurando-se assim a sua independência.

25. Critérios para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos dividem-se em três categorias:

- Critérios individuais e critérios coletivos: Neste âmbito, pretende-se que haja uma maior valorização dos critérios coletivos em detrimento dos individuais, tendo em consideração o número de Administradores executivos da Cimpor e os pelouros distribuídos;
- Critérios de rendibilidade da empresa e criação de valor para os acionistas: Nesta sede, consideram-se indicadores de crescimento e de comparabilidade setorial (criação de valor e a performance relativa da rendibilidade do ativo, tendo por comparação o *Peer Group* Setorial - empresas com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor);
- Critérios qualitativos de gestão: Estes critérios incidem e suportam uma avaliação qualitativa, individual e coletiva, dos Administradores executivos.

A conjugação destes três vetores assegura o alinhamento com os interesses dos acionistas, um incentivo adequado à performance da gestão, a prossecução do real crescimento da empresa, a criação de riqueza para os acionistas, bem como a sustentabilidade a longo prazo da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício

Os *curricula* dos membros do Conselho de Administração são apresentados no Anexo I deste Relatório.

c) Comissões no seio do Órgão de Administração

27. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local de consulta dos respetivos regulamentos

Existem quatro comissões no seio do Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comissão de Auditoria, Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade e Comissão de Nomeações e Avaliação.

Para além das disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, o funcionamento das comissões acima mencionadas é pautado pelas disposições previstas nos Estatutos, no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Auditoria, disponíveis para consulta em www.cimpor.pt.

27.1. Comissão Executiva

A composição da Comissão Executiva encontra-se descrita no nº 28. Mais detalhes sobre a Comissão Executiva podem ser encontrados no nº 21., acima.

27.2. Comissão de Auditoria

A composição da Comissão de Auditoria encontra-se descrita no nº 31. Mais detalhes sobre a Comissão de Auditoria podem ser encontrados nos nºs 21 e 30., abaixo.

27.3. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

A Comissão é composta por entre três a sete Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração.

Por deliberação do Conselho de Administração de 16 de agosto de 2012, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por três Administradores todos eles não executivos. A saber:

- Daniel Proença de Carvalho (Presidente)
- José Manuel Neves Adelino (Independente)
- Albrecht Curt Reuter

Mais detalhes sobre a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade podem ser encontrados no nº 21.7.1., acima.

27.4. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação é composta por dois a seis Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração. O Presidente da Comissão Executiva integra esta comissão por inerência de funções.

Segundo o Regulamento do Conselho de Administração²², apesar de integrar, por inerência de funções, a Comissão de Nomeações e Avaliação, o Presidente da Comissão Executiva está impedido de participar e de votar nas deliberações relacionadas com o processo de seleção de Administradores não executivos e, bem assim, de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho e a determinação da remuneração e respetivos critérios dos Administradores executivos da Sociedade.

²² nº5 do artigo 19º

Por deliberação do Conselho de Administração de 16 de agosto de 2012, a Comissão de Nomeações e Avaliação é composta por quatro Administradores, de entre os quais um Administrador não executivo independente:

- Albrecht Curt Reuter (Presidente)
- José Édison Barros Franco
- Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Independente)
- Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (Presidente da Comissão Executiva, por inerência de funções)

Mais detalhes sobre a Comissão de Nomeações e Avaliação podem ser encontrados no nº 21.7.2., acima.

28. Composição da Comissão Executiva

A 31 de dezembro de 2014 a Comissão Executiva integrava os seguintes Administradores:

- Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (Presidente)
- Claudio Borin Guedes Palaia
- Nelson Tambelini Junior

29. Competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

As competências de cada uma das comissões criadas no seio do Conselho de Administração encontram-se explanadas no nº 21 acima.

Em 2014 as atividades desenvolvidas pelas referidas comissões foram ao encontro das competências que lhes estão atribuídas e que se encontram apresentadas no nº 27.

Durante o exercício de 2014, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade reuniu por uma vez, a Comissão de Nomeações e Avaliação também reuniu por uma vez e a Comissão Executiva reuniu por 12 vezes, tendo todas elas lavrado atas das referidas reuniões.

III. Fiscalização

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

De acordo com os estatutos²³, a fiscalização da Sociedade compete a uma Comissão de Auditoria, composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral, um dos quais será o seu Presidente.

Ainda de acordo com os estatutos, o exame das contas da sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas, eleito em Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria.

31. Composição da Comissão de Auditoria

²³ artigo 18.º

Conforme nº 30. (acima) a Comissão de Auditoria é composta por três membros efetivos eleitos em Assembleia Geral, um dos quais será o seu Presidente. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em conjunto com os demais membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente. Se a Assembleia Geral não designar o Presidente da Comissão de Auditoria, tal competência caberá à própria Comissão.

O atual mandato da Comissão de Auditoria coincide com o dos restantes membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de julho de 2012, com termo em 31 de dezembro de 2014, conforme quadro abaixo:

Composição da Comissão de Auditoria		Data da 1. ^a designação
Presidente	José Manuel Neves Adelino ⁽¹⁾	16-07-2012
Vogais	António Soares Pinto Barbosa ⁽¹⁾	16-07-2012
	José Édison Barros Franco	16-07-2012

⁽¹⁾ Membro independente.

A 26 de novembro de 2014 José Manuel Neves Adelino renunciou ao cargo conforme oportunamente divulgado ao mercado. Pelo que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais²⁴ apenas deixou de exercer as suas funções a 31 de dezembro de 2014.

32. Identificação dos membros Independentes da Comissão de Auditoria

De acordo com a respetiva autoavaliação, as regras de incompatibilidade e os critérios de independência previstas no Código das Sociedades Comerciais²⁵ são cumpridas por dois dos três membros da Comissão de Auditoria, conforme mencionado no nº 18. acima.

33. Qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria

Conforme mencionado no nº19. acima, a presente atividade e os *curricula* dos membros do Conselho de Administração, que integram presentemente a Comissão de Auditoria são apresentados no Anexo I deste Relatório.

b) Funcionamento

34. Local de consulta dos regulamentos

Conforme mencionado no nº27. acima, o regulamento da Comissão de Auditoria pode ser consultado em www.cimpor.pt.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade dos membros

No decorrer do ano de 2014 a Comissão de Auditoria reuniu por 6 vezes. Todos os seus membros estiveram sempre presentes em todas as reuniões,.

36. Disponibilidade de cada um dos membros da Comissão de Auditoria com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício

²⁴ nº2 do artigo 404.º

²⁵ n.º1 do artigo 414.º-A e n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais..

Em 2014 os membros da Comissão de Auditoria apresentaram toda a disponibilidade requerida para o exercício das suas competências. A informação relativa aos cargos desempenhados em simultâneo noutras instituições, encontra-se disponível no Anexo I deste relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

Os serviços diversos dos de auditoria são contratados ao abrigo de autorização específica concedida pela Comissão de Auditoria, tendo por fundamento a vantagem comparativa da sua prestação de serviços, nomeadamente, pela mais-valia inerente ao conhecimento das empresas da Cimpor, estruturas e operações que decorre da sua condição de auditor.

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços suscetível de pôr em causa tal independência, designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
- A conceção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- Serviços de avaliação de elementos ativos ou passivos suscetíveis de virem a ser registados nas demonstrações financeiras da Cimpor;
- Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
- Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas da Cimpor na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
- Serviços de recrutamento e seleção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respetiva “rede”, tanto em Portugal como nos diferentes países em que a Cimpor opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas da Cimpor. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços *supra* referidos, importa realçar que:

- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo Administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respetiva adjudicação.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras

Sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei e pelos Estatutos, conforme o Regulamento da Comissão de Auditoria²⁶ compete a esta comissão, acompanhar e fiscalizar a administração da Sociedade, garantindo a observância da lei e dos Estatutos, designadamente:

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Acompanhar e fiscalizar a aplicação correta dos princípios e normas contabilísticas em vigor, em articulação com a atividade de auditoria interna, do ROC e do Auditor Externo, procedendo à recolha da informação necessária e promovendo a troca de informação relevante.
- Fiscalizar a eficácia dos procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e de auditoria, bem como os sistemas de controlo interno, *compliance* e de gestão de riscos, se existentes, reunindo com a Comissão Executiva e com os operacionais responsáveis pelas áreas para discutir os planos anuais de trabalho e a sua execução;
- Analisar os relatórios de controlo e auditoria interna e as respostas da Comissão Executiva;
- Analisar e verificar a exatidão da informação financeira da Sociedade, fiscalizando o seu processo de preparação e de divulgação;
- Propor à assembleia geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente da Sociedade;
- Acompanhar e avaliar a atividade do Revisor Oficial de Contas, verificando a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Receber e tratar as comunicações de irregularidades de natureza financeira e contabilística apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, registando as diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas;
- Propor ao Conselho de Administração medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas de controlo interno da informação financeira, da auditoria interna, da função de *compliance* e da gestão dos riscos, bem como os procedimentos respeitantes ao recebimento e tratamento de reclamações relativas a irregularidades de natureza financeira e contabilística;
- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e apreciar e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Dar parecer prévio sobre os negócios de relevância significativa, nos termos a definir pela Comissão de Auditoria, sob proposta do Conselho de Administração, a celebrar entre, por um lado, titulares de participação qualificada, ou entidades com eles relacionadas e, por outro, a Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo;

²⁶ n.º2 do artigo 2.º

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

No âmbito do Regulamento²⁷ acima, representa ainda a Sociedade, para todos os efeitos, junto do seu Auditor Externo, competindo-lhe designadamente:

- Propor a sua contratação, renovação do respetivo contrato e remuneração, promovendo e assumindo a realização do respetivo processo de seleção;
- Zelar para que dentro da Sociedade e das sociedades em relação de domínio ou grupo, o Auditor Externo disponha de condições adequadas à respetiva prestação de serviços;
- Zelar pela independência pessoal e profissional do Auditor Externo, designadamente em matéria de processo de aprovação prévia de outros serviços a prestar à Cimpor, fora do âmbito da auditoria;
- Acompanhar e avaliar anualmente o desempenho do Auditor Externo da Sociedade, designadamente através da discussão prévia das minutas e dos relatórios de auditoria das contas e do parecer sobre o sistema de controlo interno, bem como da informação regular sobre desenvolvimento e conclusões provisórias ou definitivas dos trabalhos de auditoria, cabendo-lhe avaliar anualmente e propor a respetiva destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito.
- Analisar e aprovar a proposta de planeamento anual da auditoria de contas da sociedade a efetuar pelo Auditor Externo;
- Definir procedimentos internos de controlo de qualidade do auditor externo.

Compete também a esta Comissão o referido no número 37, acima.

A Comissão de Auditoria pode ainda, no âmbito das suas funções:

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- e contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do revisor oficial de contas

O Revisor Oficial de Contas da Cimpor é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada, desde maio de 2013, por Carlos Alberto Ferreira da Cruz.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., assume as funções de Revisor Oficial de Contas da Cimpor desde 2001, portanto há 13 anos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

²⁷ n.º3 do artigo 2.º

O Revisor Oficial de Contas da Cimpor exerce também as funções de auditor externo nesta Sociedade. Para informação adicional sobre os serviços prestado consulte-se o nº 46, abaixo.

V. Auditor Externo

42. Identificação do auditor externo

O Auditor Externo da Cimpor é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., registada na CMVM com o nº 43 e representada pelo sócio Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC nº 1146.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., exerce funções consecutivamente junto da Cimpor e das suas participadas há 13 anos, sendo que em 2007, decorridos 6 anos desde o início daquela prestação de serviços, foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução direta dos referidos serviços. Em 2013, a Assembleia Geral aprovou a proposta, devidamente fundamentada, da Comissão de Auditoria, de recondução da Deloitte & Associados, SROC, S.A., tendo-se procedido a nova alteração do sócio responsável, função atualmente desempenhada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. presta serviços de auditoria externa à Cimpor ao abrigo de contratos de prestação de serviços, desde 2001.

A proposta de deliberação em Assembleia Geral no sentido de manter o auditor externo por um período superior a três mandatos é instruída com parecer específico do órgão de fiscalização, ponderando expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

45. Avaliação do auditor externo

A Comissão de Auditoria, de acordo com o seu regulamento²⁸ é responsável por, anualmente, avaliar o Auditor Externo.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio centraram-se nos serviços de Consultoria Fiscal. Os outros trabalhos realizados neste âmbito foram dispersos pelas diferentes geografias onde a Cimpor opera e não assumem em conjunto um valor ou significância material.

A aprovação da contratação destes serviços, respeitou os procedimentos e critérios apresentados no nº 37 acima. Adicionalmente a autorização oportunamente concedida por esta Comissão para a contratação dos Serviços Diversos dos Serviços de Auditoria prestados pela

²⁸ Alínea c) do n.º3 do artigo 2.º

Deloitte, acima identificados e justificados pela vantagem competitiva deste prestador de serviços, essencialmente, pela mais-valia inerente ao conhecimento das empresas da Cimpor, estruturas e operações que decorre da sua condição de auditor.

47. Remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

Em 2014, o custo global dos serviços prestados à Cimpor e suas participadas pelo seu auditor externo (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), incluindo todas as pessoas singulares ou coletivas pertencentes à respetiva “rede” (tal como previsto na Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio), foi de 2.026 mil euros, com a seguinte distribuição percentual:

Pela Sociedade*	€ mil.	%
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	33	56%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	26	44%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	0	0%
Por entidades que integrem o grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	1.126	57%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	623	32%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	199	10%
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	19	1%
Total Consolidado		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	1.159	57%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	649	32%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	199	10%
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	19	1%

**Incluindo contas individuais e consolidadas*

C. Organização Interna

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Os estatutos podem ser alterados nos termos estabelecidos na legislação aplicável²⁹:

- Para que a Assembleia Geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração dos estatutos, devem estar presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social. Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.³⁰
- As deliberações respeitantes à alteração dos estatutos têm de ser aprovadas por um mínimo de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação, a menos que, neste último caso, estejam presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, podendo então tais deliberações ser tomadas pela maioria dos votos expressos.³¹

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades

Compete à Comissão de Auditoria – sem prejuízo das competências da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade – proceder à receção e tratamento das comunicações de irregularidades, bem como à vigilância e supervisão de todo o sistema, em particular dos respetivos níveis de adequação e eficácia.

A política de comunicação de irregularidades da Cimpor, materializada na *Linha Ética, Manual de Funcionamento da Linha Ética e Código de Conduta Empresarial*, encontra-se divulgada a todos os colaboradores da Cimpor, identificando genericamente os diferentes tipos de irregularidades e reunindo um conjunto de regras e procedimentos internos destinados ao seu tratamento.

Estas irregularidades são aferidas à luz das disposições legais, regulamentares e estatutárias, das recomendações aplicáveis em cada momento e dos princípios e regras constantes do *Código de Conduta Empresarial* adotado pela Cimpor.

O *Código de Conduta Empresarial* estabelece os padrões e princípios que devem nortear os comportamentos no relacionamento com os diferentes públicos: ética, legalidade, respeito ao ser humano, repúdio a qualquer forma de discriminação, estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional e responsabilidade social, ambiental e cultural, entre outras.

A gestão da implementação do *Código de Conduta Empresarial* cabe à Comissão de Ética que, com duplo reporte à Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade e à Comissão de Auditoria, tem sob a sua responsabilidade apreciar todos os assuntos relacionados com esta matéria.

²⁹ As regras aqui descritas aplicam-se igualmente aos casos de fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar.

³⁰ número 2 e 3 do artigo 383º do Código das Sociedades Comerciais.

³¹ número 3 do artigo 386º do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão de Ética é assessorada pela área de Auditoria e Gestão de Riscos, que assegura a implementação e monitorização da Política de Comunicação de Irregularidades e Código de Conduta, em todas as Unidades de Negócio da Cimpor e junto dos diversos *stakeholders*. Para tal, esta área conta com a “Linha Ética”, que consiste num canal divulgado a todos os colaboradores, fornecedores, clientes e *stakeholders*, de acesso público no site e redes internas da Cimpor para colocação de dúvidas, sugestões, comentários e denúncias de desvios de comportamentos apresentados no Código de Conduta. A área de Auditoria e Gestão de Riscos delegou a consultoras externas especializadas a receção dos comunicados e feedback das ações adotadas sendo o sigilo totalmente garantido. Os canais de contato para este efeito serão o telefone, o endereço eletrónico e o endereço postal.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Responsáveis pela auditoria interna

A criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna é da responsabilidade do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva, na medida das suas competências delegadas. Cabe por seu turno à Comissão de Auditoria, a fiscalização da eficácia dos referidos sistemas, a avaliação do seu funcionamento, bem como propor o seu ajustamento às necessidades da Sociedade.

Conforme decorre do Regulamento da Comissão de Auditoria³², a Comissão de Auditoria é responsável pela Auditoria Interna. Para além das competências que lhe estão cometidas e que se encontram descritas no nº 38. acima, cabe-lhe ainda pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), devendo ser destinatária dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional

Entre os sistemas de controlo interno da Cimpor destacam-se:

- Controlo estratégico;
- Controlo de gestão, realçando-se subsistemas de controlo de segurança e saúde, técnico e financeiro;
- Controlo operacional.

A redundância sistémica é monitorizada principalmente pelas Auditorias, Interna e Externa, e pelo sistema de comunicação de irregularidades (Linha Ética).

A operacionalização destes sistemas é responsabilidade primacial da estrutura hierárquica, desdobrando-se em níveis sucessivos de responsabilidade pelo Conselho de Administração, que delega esta matéria na Comissão Executiva que, por sua vez, recorre às estruturas operacionais e de suporte.

A Gestão dos Riscos é uma responsabilidade nuclear de toda a estrutura de gestão da Cimpor, visando a identificação atempada dos principais riscos e respectivos fatores de riscos que se deparam à sociedade e o estudo, aprovação e implementação das medidas convenientes.

³² art. 2º, nº2

A gestão dos riscos financeiros suscetíveis de cobertura específica é de responsabilidade das holdings Cimpor SGPS e Cimpor Inversiones.

Os diferentes responsáveis operacionais são responsáveis pela conceção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos periodicamente avaliada – através do apoio corporativo de Auditoria e Gestão de Riscos – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e auditorias aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

Ao nível do apoio corporativo, diversas áreas têm especiais responsabilidades na gestão do risco, a saber:

Saúde e Segurança, Cimpor Serviços – no âmbito específico da atividade cimenteira - e Centro de Competências de Betões, Agregados e Argamassas - com particulares responsabilidades na identificação, análise e mensuração e gestão dos riscos de saúde e segurança, técnicos e operacionais e do parque industrial da Cimpor.

Tesouraria – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira, incluindo os riscos de taxa, de liquidez, cambiais e de contraparte.

Seguros – responsável pelos programas globais de seguro da Cimpor e pela coordenação das práticas da Cimpor nas restantes coberturas.

Planeamento e Controlo de Gestão e Relações com Investidores – responsáveis, em conjunto com a área de Gestão de Riscos e Auditoria, pelo controlo, preparação e divulgação de informação financeira, nos moldes apresentados no nº 55. adiante.

Gestão de Riscos e Auditoria - interagindo com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria da Cimpor, está incumbida de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas da Cimpor, como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São responsabilidades principais desta área:

- Definir e implementar a metodologia para identificação, priorização e mitigação de riscos e respectivos fatores de riscos;
- Auxiliar os Administradores das Unidades de Negócio no processo integrado de identificação, avaliação e mitigação de riscos das Unidades de Negócios;
- Gerir a atividade de Auditoria Interna (e.g. auditoria de processos, auditoria contínua, avaliação de desvios de conduta);
- Avaliar o cumprimento das normas e políticas de gestão de riscos, identificando pontos de não conformidade e ações de melhoria;
- Gerir a atividade de Auditoria Externa;
- Gerir o processo de monitorização do uso do Código de Conduta denominado Linha Ética;
- Definir os orçamentos anuais de cada um dos processos.
- Assessorar a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria.

52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

As diferentes áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão identificadas no ponto 51 deste relatório.

53. Principais tipos de riscos e fatores de risco

Fatores de risco empresariais

Dependência da indústria de construção

O consumo de cimento é cíclico e tem uma alta correlação com os níveis de construção. O nosso negócio nos países em que operamos está muito dependente dos níveis de construção, especialmente nos da atividade de construção residencial e comercial, e também dos dispêndios em infraestruturas públicas e privadas. A redução da atividade na indústria da construção tem geralmente correlação com um declínio nas condições económicas. Uma contração da atividade económica nos países em que operamos ou um declínio dos setores imobiliário ou de construção nesses países poderá ter um efeito material adverso na procura dos nossos produtos e poderia ter um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais e na nossa situação financeira. Além disso, não podemos assegurar que o crescimento no produto interno bruto, ou PIB, dos países em que operamos se venha a traduzir num aumento da procura pelos nossos produtos.

Estamos igualmente sujeitos ao risco de gerar excesso de capacidade, por exemplo, como resultado da nossa avaliação incorreta da evolução dos mercados. Qualquer falha da nossa parte em usar adequadamente a nossa capacidade de produção poderia conduzir a dotações por imparidade do *goodwill* e afetar de forma adversa os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Condições económicas nos mercados em que operamos

Dependemos, em larga medida, do crescimento das economias dos países onde comercializamos os nossos produtos. As economias desses países encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento. Como consequência, tal como muitas outras empresas com operações internacionais significativas, estamos expostos a riscos advindos de alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, taxas de juro, inflação, despesas governamentais, instabilidade social e outros desenvolvimentos políticos, económicos ou sociais que possam ter efeitos materiais adversos no nosso negócio, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Expansão das nossas operações

As nossas estratégias de negócio a médio prazo incluem a continuação da expansão da nossa capacidade de produção de cimento e rede de distribuição e a aquisição de bens adicionais, o que requer investimentos, incluindo despesas de capital. Quaisquer investimentos neste sentido teriam provavelmente de ser financiados contraindo dívida suplementar e/ou através do financiamento de capitais próprios. Contudo, o financiamento adequado poderá não estar disponível ou, caso esteja, poderá não estar em condições satisfatórias, nomeadamente como resultado de condições macroeconómicas adversas. Poderemos não conseguir obter capital adicional suficiente no futuro para financiar as nossas necessidades de capital e a nossa estratégia de negócio a custos aceitáveis. Se não formos bem-sucedidos em aceder a capital adicional em termos que nos sejam aceitáveis, poderemos não conseguir implementar completamente a nossa estratégia de negócio, o que poderá limitar o crescimento futuro e o

desenvolvimento do nosso negócio. Se necessitarmos de capital adicional na sequência de perdas operacionais, essas perdas poderão dificultar-nos a tarefa de angariar o capital adicional necessário para financiar os nossos projetos de expansão.

A nossa implementação das nossas estratégias de crescimento está dependente de determinados fatores que não podemos controlar, como sejam alterações nas condições dos mercados em que operamos, ações assumidas pelos nossos concorrentes e leis e regulamentos vigentes em jurisdições nas quais operamos. A nossa incapacidade de implementar com sucesso qualquer parte da nossa estratégia poderá afetar-nos adversamente em termos materiais.

Fusões e aquisições

Não somos capazes de prever se, ou quando, poderemos efetuar aquisições ou alianças adicionais, ou a probabilidade de uma aquisição ou transação material ser concluída em termos que nos sejam favoráveis. A nossa capacidade de continuar a crescer com êxito através de aquisições e alianças estratégicas depende de diversos fatores, incluindo a disponibilidade geral de alvos adequados, bem como a nossa capacidade para identificar esses alvos, negociar termos favoráveis, obter financiamento e fechar transações.

Fatores de risco financeiros

Dívida consolidada

Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 4.185 milhões de euros de dívida total consolidada (com exceção de juros acumulados). O nosso nível de endividamento, incluindo os nossos planos de desalavancagem, poderia ter consequências importantes para o nosso negócio, tais como:

- limitar a nossa capacidade para obter qualquer tipo de financiamento necessário no futuro para capital de giro, despesas de capital, necessidades relacionadas com o serviço da dívida ou outros propósitos;
- exigir que uma quantia substancial do nosso fluxo de caixa resultante das operações se destine ao pagamento de juros e do principal da nossa dívida, e que essas quantias não estejam disponíveis para servir outros propósitos, tais como despesas de capital;
- limitar a nossa flexibilidade em planear ou reagir a alterações no nosso setor de atividade e na indústria, colocando-nos em desvantagem competitiva face a concorrentes que possam ter rácios de alavancagem mais baixos, o que poderá afetar adversamente as nossas margens operacionais;
- tornar-nos mais vulneráveis na eventualidade de um abrandamento do nosso setor de atividade.

Contrato de Emissão de Dívida Consolidada

O quadro contratual que enquadra a emissão de *senior notes* e os termos de alguns de nossos contratos de empréstimo impõem certas restrições, as quais podem limitar nossa flexibilidade operacional ou nossa habilidade de captação de oportunidades de negócio.

Essas restrições poderão limitar nossa habilidade, entre outras ações, para:

- incorrer em dívidas;
- efetuar determinados investimentos;

- vender ativos;
- celebrar acordos que restrinjam dividendos ou outras distribuições de subsidiárias restritas;
- criar ou assumir penhoras;
- proceder a determinadas fusões ou consolidações.

Estas restrições poderiam limitar a nossa flexibilidade operacional e a nossa capacidade para tirar partido de oportunidades de crescimento atrativas para os nossos setores de atividade, especialmente se não tivermos capacidade para financiar estas oportunidades contraindo dívidas adicionais ou para fazer investimentos que nos permitam tirar partido das mesmas. A nossa capacidade em cumprir algumas destas restrições poderá ser afetada pelas condições económicas e pela volatilidade das taxas de câmbio estrangeiras, bem como pelas condições gerais nos mercados financeiros e de capitais em que operamos.

A violação de qualquer uma dessas disposições, caso não fosse atempadamente solucionada, poderia resultar numa situação de incumprimento à luz do contrato que rege a emissão das *senior notes*, bem como de algumas das nossas outras obrigações de dívidas já existentes, nomeadamente em consequência das disposições de cross-default estabelecidas nos instrumentos que regem estas obrigações de dívida. Caso venha a ser necessário acelerar o endividamento sob a forma de *senior notes* ou outras obrigações de dívida já existentes como resultado de uma tal eventualidade de incumprimento, não podemos garantir que nos seria possível pagar a totalidade dessa dívida ou de outras dívidas em que possamos ter incorrido.

Além disso, a par da nossa participação em novos financiamentos ou de alterações a contratos de financiamento já existentes, a nossa flexibilidade financeira e operacional poderá vir a sofrer novas reduções em resultado de acordos ainda mais restritivos, exigências respeitantes ao fornecimento de garantias e outros acordos.

Rating

Encontrando-se os ratings da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e da Cimpor Inversiones, S.A. condicionados pelo rating do seu acionista controlador, segundo critério da Standard & Poor's (que prevê o condicionamento do rating das subsidiárias com a sua casa mãe), a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. solicitou à Standard & Poor's (S&P) a remoção das notações de rating que lhe estavam atribuídas a si mesma e à sua subsidiária Cimpor Inversiones, S.A. O facto de nenhuma das companhias acima ter presentemente qualquer emissão de dívida que requeira notificação de rating, esteve na base desta solicitação. Note-se contudo, para referência, que à data desta solicitação a notação de rating de ambas as companhias era de "BB" com Outlook positivo.

Sob a esfera da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é contudo mantida a notação de rating para a InterCement Brasil, S.A. (presentemente com a atribuição de "BB", com Outlook positivo) que, tal como a InterCement Participações, S.A., se apresenta como garantidora da emissão de Senior Unsecured Notes Due 2024 pela Cimpor Financial Operations BV, à qual se encontra atribuída a notação rating "BB" pela S&P.

Os ratings de crédito são passíveis de ser alterados a qualquer momento e, em virtude do acima descrito, o rating de crédito das subsidiárias da Cimpor pode sofrer um *downgrade* ou *upgrade* em qualquer momento, impactando assim as condições com que a Cimpor compete no mercado de financiamento, o que pode afetar positiva ou negativamente os seus negócios, situação financeira e resultados financeiros.

Litígio

Estamos, e poderemos vir a estar, envolvidos em inúmeros litígios fiscais, civis e litígios emergentes de relações profissionais, entre outros, relacionados com ações pecuniárias. Em 31 de dezembro de 2014, estivemos envolvidos em vários processos judiciais e administrativos relacionados com questões civis, ambientais, laborais e tributárias qualificados como de perda possível ou provável num montante controverso de aproximadamente 732 milhões de euros, e estabelecemos provisões de 69 milhões de euros para os processos com um provável risco de perda. Se uma ou mais dessas ações judiciais tiverem um desfecho desfavorável, poderemos ser obrigados ao pagamento de montantes consideráveis, o que nos afetaria adversamente de forma material. Ainda não estabelecemos provisões para algumas destas reivindicações, ou estabelecemos apenas uma provisão para uma parte do valor controverso, com base na avaliação do nosso advogado envolvido nestas disputas. Para além do mais, não efetuamos, geralmente, quaisquer provisões com respeito a ações judiciais para as quais o risco de perda era considerado possível ou remoto. Um resultado desfavorável nos nossos casos de litígio pendentes ou futuros poderá reduzir a nossa liquidez e afetar negativamente o nosso desempenho e a nossa situação em termos financeiros.

Exposição aos mercados emergentes

A nossa presença e os nossos planos de expansão em mercados emergentes expõem-nos a riscos económicos e políticos que não existem em mercados mais maduros.

Os mercados emergentes apresentam riscos políticos e económicos, bem como riscos geralmente associados ao facto de os sistemas legais serem mais incertos do que os sistemas em economias mais maduras. A 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 80% da nossa capacidade total de produção de cimento instalada localizava-se nos denominados mercados emergentes. Os mercados emergentes estão ainda mais expostos à volatilidade do PIB, inflação, taxas de câmbio e taxas de juro do que os mercados desenvolvidos, o que pode afetar negativamente o nível de atividade de construção e os nossos resultados operacionais nos mercados emergentes em que operamos ou operaremos.

Outros possíveis riscos apresentados por determinados mercados emergentes incluem:

- perturbações nas nossas operações devido a distúrbios civis, atos de terrorismo e outros conflitos atuais e possíveis;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- restrições no pagamento de dividendos e na repatriação de capital;
- nacionalização ou expropriação de bens privados;
- imposição de controlo dos preços;
- alterações de quadros regulamentares, incluindo leis, regras e regulamentos relativos ao ambiente, à saúde e segurança, ao planeamento local, ao zonamento e ao trabalho;
- variação dos regimes fiscais, incluindo no que diz respeito à imposição de efetuar retenções da fonte em remessas ou outros pagamentos liquidados por subsidiárias e parcerias público-privadas;
- diminuição de salários e dos níveis de atividade económica;
- flutuações nas taxas de câmbio e restrições na repatriação de capital;

- dificuldades em atrair e manter colaboradores e pessoal de gestão qualificados;
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e económicos presentes nesses mercados ou que os possam estar a afetar.

Qualquer um desses riscos inerentes aos mercados emergentes poderia ter um efeito material adverso no nosso setor de atividade, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Fatores de risco relacionados com quotas de mercado

Concorrência

Os mercados do cimento, agregados, betão pronto, argamassa e outros materiais de construção nos quais a Empresa opera são altamente competitivos. A Empresa opera em determinados mercados consolidados com um nível de concorrência substancial por parte de concorrentes nacionais e internacionais. Além disso, poderemos enfrentar concorrência ao nível das importações em alguns mercados. A nossa posição competitiva é influenciada pelo preço, pela logística e pelos custos de produção. Se não tivermos a capacidade de permanecer competitivos, ou se os nossos concorrentes nos suplantarem, tal poderá ter um impacto material adverso nos mercados em que operamos.

Fatores de risco dos custos de produção

Fornecimento de matérias-primas, energia térmica e elétrica

No nosso setor de atividade, trabalhamos com matérias-primas, incluindo clínquer, gesso, escória, cinza volante e outros materiais necessários para a produção de clínquer e cimento. Por norma, as condições de fornecimento das matérias-primas apresentam vários riscos, incluindo a possibilidade de os custos da matéria-prima serem mais elevados e de termos um controlo reduzido sobre os prazos de entrega, o que nos pode afetar adversamente em termos materiais, em parte ou como um todo. Poderemos não conseguir obter um suprimento adequado de matérias-primas de forma atempada e rentável, o que nos pode afetar adversamente em termos materiais.

Utilizamos quantidades substanciais de coque de petróleo nos nossos processos de produção de cimento e estamos dependentes de um número limitado de fornecedores que definem o preço do coque em ou com referência aos dólares americanos, o que pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais. Além disso, qualquer escassez ou interrupção no fornecimento de coque de petróleo poderia também perturbar as nossas operações.

Consumimos quantidades substanciais de energia elétrica nos nossos processos de produção de cimento e, atualmente, estamos dependentes de outros fornecedores para uma parte significativa das nossas necessidades de energia totais. Os nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente em termos materiais por custos de eletricidade mais elevados, pela indisponibilidade ou falhas de eletricidade ou ainda por uma interrupção no fornecimento de energia.

Aumento dos preços da energia e dos combustíveis

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia e combustível, cujo preço desceu significativamente em todo o mundo nos últimos anos. O preço dos combustíveis costuma refletir uma certa volatilidade, em particular durante períodos de turbulência política no Irão, no Iraque e noutros países do Médio Oriente e de África. Não podemos garantir que as

nossas operações não venham a ser afetadas adversamente em termos materiais caso os preços da energia e dos combustíveis aumentem.

Além disso, se os nossos esforços para aumentar a nossa utilização de combustíveis alternativos falharem, seremos obrigados a utilizar maiores quantidades de combustíveis tradicionais, o que aumentará os nossos custos de energia e combustível e poderá ter um efeito material adverso no nosso negócio, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Aprovações, licenças e autorizações governamentais

Poderemos não conseguir adquirir ou renovar ou sofrer atrasos materiais no requerimento de aprovações, licenças e autorizações governamentais necessários ao exercício da nossa atividade.

Necessitamos de várias aprovações, licenças, autorizações e certificados para o exercício da nossa atividade. Não podemos garantir que não seremos confrontados com dificuldades na obtenção de aprovações, licenças, autorizações ou certificados novos, ou na renovação de outros já existentes, que são necessários para o exercício da nossa atividade, ou que continuaremos a satisfazer as condições para as quais essas aprovações, licenças, autorizações e esses certificados são concedidos. Do mesmo modo, poderá haver atrasos por parte dos organismos reguladores e administrativos na renovação dos nossos requerimentos e na concessão das aprovações. Se não formos bem-sucedidos na obtenção e/ou na manutenção das aprovações, licenças, autorizações e dos certificados necessários ao exercício do nosso negócio, poderemos ter de incorrer em custos substanciais ou suspender temporariamente a operação em uma ou mais das nossas instalações de produção, o que poderia ter um efeito material adverso no nosso negócio, na nossa situação financeira, nos nossos resultados operacionais e perspectivas.

Adicionalmente, necessitamos de autorizações, concessões e licenças de entidades governamentais e de outros organismos reguladores (incluindo órgãos ambientais e do setor mineiro) para realizar as nossas atividades mineiras e atividades ao nível do processamento, transporte, armazenamento e instalações de produção. Estas autorizações, concessões e licenças estão sujeitas ao nosso cumprimento e apresentam condições impostas e regulamentos promulgados pelas autoridades governamentais relevantes. As nossas concessões e licenças de exploração mineira obrigam-nos a efetuar determinados pagamentos aos governos aplicáveis, incluindo *royalties* e direitos aplicáveis, impostos e taxas relacionadas com a exploração, o transporte, a produção, a exploração e a utilização de recursos minerais. Os mesmos podem mudar ou aumentar substancialmente em resultado de decisões judiciais desfavoráveis, em caso de litígio com as entidades governamentais aplicáveis, ou simplesmente porque esses direitos (que são diferentes em cada fase do desenvolvimento dos direitos mineiros) têm tendência para acumular montantes mais elevados na fase de concessão mineira do que na fase de licença de exploração (p. ex., as *royalties* são cobradas apenas na fase de concessão mineira). Se as *royalties*, as taxas e os impostos relativos à atividade mineira que nos são aplicados aumentarem substancialmente, tal poderá ter um impacto adverso no nosso negócio e nos nossos resultados operacionais. Portanto, temos de avaliar continuamente o potencial mineral de cada concessão mineira para determinar se os custos de manutenção das licenças de exploração e das concessões mineiras se justificam pelos resultados das operações ou das operações planeadas. Não há qualquer garantia de que possamos obter ou manter as concessões mineiras necessárias em termos que nos sejam favoráveis, ou de todo, tendo em vista os nossos planos de atividade mineira ou alvos de exploração atuais e futuros. Além disso, se não conseguirmos demonstrar a existência de depósitos minerais viáveis em termos técnicos e económicos numa área abrangida pelas nossas licenças de exploração, poderemos ser obrigados a devolvê-los, o que poderia conduzir

a uma perda substancial de parte do depósito mineral originalmente identificado nos nossos estudos de prospeção, exploração ou viabilidade.

Obtivemos, ou estamos prestes a obter, todas as autorizações, concessões e licenças materiais necessárias para levarmos a cabo as nossas operações mineiras e outras relacionadas com o setor mineiro. Contudo, poderemos ter de renovar essas autorizações, concessões e licenças ou vir a necessitar de mais autorizações, concessões e licenças. Embora tenhamos a expectativa de obter as autorizações, concessões e licenças necessárias ou as respetivas renovações quando e da forma que pretendemos, não há qualquer garantia de que essas autorizações, concessões, licenças ou renovações serão concedidas com certeza nem de que não sejam impostas condições adicionais com relação a tais renovações.

Se violarmos qualquer uma das leis e dos regulamentos referidos ou as condições das nossas aprovações, licenças, permissões e certificados, concessões, autorizações e licenças, poderemos ser sujeitos ao pagamento de multas e a sanções penais substanciais, a revogações de autorizações ou licenças de operação e ao possível encerramento de algumas instalações.

Novas cimenteiras (*Greenfield e Brownfield*)

Os atrasos na construção de novas cimenteiras e a expansão das nossas instalações já existentes podem afetar-nos adversamente em termos materiais.

A construção ou expansão de uma cimenteira apresenta vários riscos, incluindo desafios ao nível da engenharia e construção, desafios governamentais, ambientais e regulamentares, assim como outros desafios significativos que possam atrasar ou impedir a operação bem-sucedida de um projeto ou aumentar consideravelmente os respetivos custos. Por exemplo, o atraso no arranque de um projeto novo numa nova localização ou num local com poucas ou nenhuma infraestruturas disponíveis para suportar o projeto pode ser o resultado de desafios de engenharia relacionados com a exploração de calcário em topografias difíceis. Além disso, poderemos não conseguir identificar locais atrativos para a construção de novas instalações. A nossa capacidade para concluir com êxito qualquer projeto de construção ou expansão dentro do prazo estabelecido poderá, igualmente, ficar sujeita a riscos de financiamento ou de outra natureza. Por esse motivo, poderemos incorrer em custos adicionais se formos incapazes de concluir um projeto de construção ou expansão em tempo útil ou dentro do orçamento previsto, ou se as nossas instalações novas ou ampliadas não funcionarem com a capacidade para a qual foram concebidas ou se os seus custos de construção, expansão ou funcionamento forem superiores ao esperado. Não podemos garantir que estes custos adicionais, quaisquer que sejam, não nos afetarão adversamente em termos materiais.

Fatores de risco ambientais

A conformidade com a regulamentação em matéria ambiental, de saúde e de segurança poderia resultar em custos adicionais consideráveis, e a inconformidade com a legislação ambiental poderá resultar em punições por danos ambientais, assim como em sanções penais e administrativas que nos poderão afetar adversamente.

As nossas operações implicam frequentemente a utilização, o manuseamento, a eliminação e a descarga de materiais perigosos para o meio ambiente, bem como a utilização de recursos naturais. A maior parte das nossas operações está sujeita a uma extensa regulamentação em matéria ambiental, de saúde e segurança. Por esta razão, é feita sistematicamente uma cuidadosa e regular monitorização, assim como a atualização dos principais temas nas unidades corporativas e operacionais, a fim de se tomar as medidas corretivas necessárias.

A promulgação de leis e regulamentos mais rigorosos, ou uma interpretação ou aplicação diferente ou mais rigorosa das leis ou dos regulamentos já existentes poderão apresentar novos riscos ou custos ou resultar na necessidade de investimentos adicionais em equipamento de controlo da poluição, o que poderia resultar numa diminuição material da nossa rentabilidade. Os esforços envidados no combate às alterações climáticas através de leis e regulamentos federais, estaduais e regionais, nos países onde operamos, bem como através de acordos internacionais, visando a redução das emissões dos gases com efeito de estufa, ou GEE, podem criar riscos e incertezas no nosso setor de atividade. Tal deve-se ao facto de o processo de fabrico de cimento requerer a combustão de grandes quantidades de combustível e gerar dióxido de carbono como um subproduto do processo de calcinação. Estes riscos podem incluir custos para adquirir licenças ou créditos para cumprir os limites de emissão de GEE, custos necessários para fornecer equipamento que reduza as emissões para cumprir estes limites ou uma diminuição dos lucros resultante de custos de produção mais elevados que, por sua vez, resultam direta ou indiretamente da imposição de controlos legislativos ou regulamentares. Poderemos ser igualmente obrigados a modificar ou reequipar determinadas instalações a um custo substancial para estarmos em conformidade com os regulamentos de emissões e eliminação de resíduos. Assim sendo, a Cimpor monitoriza continuamente o impacto da evolução e do potencial de negócio em termos de um acordo jurídico internacional vinculativo sobre a mitigação das alterações climáticas que possam ocorrer durante a UNFCCC / CoP21, em Paris, até final de 2015. Alguns países já anunciaram o seu compromisso de reduzir as emissões de CO₂ e energia, como parte do processo da UNFCCC. Por esta razão, estamos acompanhando de perto os desenvolvimentos das nossas UN, particularmente: i) os compromissos já assumidos pelo governo federal brasileiro e vários estados; ii) o «Pacote Clima e Energia», com objetivos para 2020, lançado em 2014, veio introduzir algumas alterações no Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS) e afetar, mesmo antes de 2020, as operações em Portugal; e iii) a introdução potencial de um imposto sobre o carbono na África do Sul. Em linha com a nossa Agenda Climática, vários projetos de curto, médio e longo prazo já estão em vigor, não só para reduzir o impacto de tais regulamentos sobre emissões de CO₂ e custos de energia elétrica, como também para consolidar a Cimpor como referência internacional em termos de emissões de carbono. Coprocessamento, o uso de matérias-primas alternativas / extensores de cimento, programas de eficiência energética e projetos de P & D, são algumas das potenciais alavancas.

A inobservância de leis e regulamentos ambientais, bem como de regulamentos em matéria de saúde e segurança, poderá tornar-nos responsáveis pela reparação de danos que tenham sido ou possam vir a ser causados e que possam prejudicar a nossa reputação ou obrigar-nos, a nós e aos nossos gestores, ao pagamento de sanções penais, civis, laborais, administrativas ou relacionadas com a segurança social. Estas sanções podem incluir coimas, restrições dos direitos, serviço comunitário e restituição. A imposição de uma destas sanções ou a obrigação de compensação pela violação da legislação ambiental poderá afetar-nos adversamente em termos materiais. Diversos planos de ação internos são lançados continuamente para melhorar globalmente o nosso desempenho operacional e ambiental.

Ao nível da União Europeia (UE), através da Diretiva de Responsabilidade Ambiental, de abril de 2004, que tem entre os seus principais objetivos a aplicação do princípio do “poluidor-pagador” exige que a Cimpor avalie os riscos, caucione ou financie as necessárias medidas adicionais de prevenção ou reparação de forma a prevenir o pagamento de penalidades por culpa ou negligência decorrentes da sua atividade, o que tem vindo e continuará a ser feito.

Também ao nível da União Europeia (UE), através da Diretiva, de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) definiu as obrigações

das atividades industriais para proteção do meio-ambiente e da saúde. Nesse sentido, estabeleceu um procedimento de autorização de laboração e fixou requisitos para a mesma, o que poderá exigir alguns investimentos, embora as nossas unidades operacionais em Portugal disponham de tecnologias avançadas e respeitem as indicações do BREF (*Best Available Techniques Reference Document*) para o controlo de emissões industriais.

Somos parte de certos processos judiciais e administrativos ambientais. Quaisquer perdas que possam surgir a partir desses processos podem afetar materialmente e adversamente os resultados das nossas operações ou condição financeira.

Dependência dos sistemas de tecnologia e de informação

Estamos dependentes das tecnologias de informação, e os nossos sistemas e infraestruturas, bem como os disponibilizados pelos nossos fornecedores de serviços correm determinados riscos, incluindo riscos de cibersegurança.

Confiamos numa variedade de tecnologias de informação e sistemas operativos automáticos para gerir ou apoiar as nossas operações. O funcionamento correto destes sistemas é crucial para a operação e gestão eficientes do nosso negócio. Para além disso, estes sistemas podem requerer modificações ou atualizações como resultado de alterações tecnológicas ou do crescimento do nosso negócio. Estas alterações podem ser dispendiosas, perturbar as nossas operações e acarretar exigências substanciais no tempo de gestão. Os nossos sistemas, bem como os sistemas disponibilizados pelos nossos fornecedores de serviços, podem ser vulneráveis a danos ou perturbações causadas por circunstâncias que não conseguimos controlar, como intrusões físicas ou eletrónicas, catástrofes, falhas de energia, desastres naturais, falhas nos sistemas informáticos ou na rede, vírus ou malware, acesso não autorizado e ataques cibernéticos. Apesar de tomarmos medidas para que os nossos sistemas e informações eletrónicas estejam seguros, estas medidas de segurança podem não ser adequadas. Qualquer perturbação significativa nos nossos sistemas pode ter um efeito material adverso no nosso negócio, situação financeira e nos resultados das operações.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O Processo de Gestão Integrada e Controlo de Riscos da Cimpor foi desenvolvido com base no conceito do COSO – *Committee Of Sponsoring of Organization* – compreendendo cinco fases essenciais:

- Elaboração e aprovação da Política Corporativa – definindo o objetivo, âmbito, responsabilidade do processo de Gestão de Riscos - e do Manual de Gestão de Riscos - detalhando os procedimentos aplicáveis (passo a passo) para uma adequada Gestão de Risco em todas as Unidades de Negócio.
- Identificação de Processos Críticos – Por meio das análises das atividades individuais de cada Unidade de Negócio, são identificados os respetivos *processos de negócio e de operações*, avaliando-os e classificando-os de acordo com o nível de criticidade: *alta criticidade, média criticidade e baixa criticidade*. Esta avaliação é realizada principalmente considerando o grau de complexidade das atividades, volume de transações, qualidade de controlo e impacto ou relevância nos negócios. Como resultado todas as Unidades de Negócio são dotadas dos respetivos *mapas de processos críticos*, os quais são anualmente revistos.
- Elaboração do Dicionário de Riscos – Com base nas análises de negócios, processos e *benchmarking* externo da indústria cimenteira é elaborado um *dicionário dos riscos*

envolvidos, com o intuito de promover uma razoável padronização da gestão dos processos de Gestão de Riscos e Auditoria.

- Identificação de Riscos Críticos – Identificação, organização e classificação como *riscos de negócio* e *riscos de processos* dos Riscos Críticos inerentes a cada Unidade de Negócio.
- Identificação dos Fatores associados a tais riscos críticos e,
- Elaboração e monitoramento dos Planos de Ações elaborados para mitigação dos riscos críticos identificados.

São classificados como *riscos de negócio* aqueles que se materializados afetam de forma relevante o EBTIDA, a capacidade de pagamento das obrigações financeiras, a continuidade das operações e a Imagem e Reputação das Unidades de Negócio. A evolução destes *riscos* é acompanhada periodicamente pela Comissão Executiva.

Os *riscos de processo* são aqueles que se materializados afetam a performance dos negócios e são geridos principalmente pelos Diretores Gerais e respetivo staff das Unidades de Negócio.

Após identificados os riscos e respectivos fatores os mesmos são avaliados e priorizados de acordo com dois parâmetros – Impacto nos Negócios e Vulnerabilidade de Ocorrência.

Desta fase resultam os Mapas dos Riscos Críticos para todas as Unidades de negócio, os quais são também revistos e atualizados numa base anual.

Definição do Plano de Mitigação – Após as fases anteriores os responsáveis de cada Unidade de Negócio elaboram em conjunto com a área de Gestão de Riscos e Auditoria os planos de ações específicos para mitigar os riscos críticos identificados, concentrando-se nos considerados mais críticos (alto impacto e alta vulnerabilidade de ocorrência). Estes planos são monitorizados conforme a seguir descrito.

Definição dos Limites de Tolerância – Para os *riscos críticos* associados aos *processos críticos* são definidos os Indicadores de Tolerância que demonstram o nível de tolerância da Administração a riscos.

Monitorização Contínua – Realizada principalmente pelos processos de Auditoria Interna e Externa que avaliam o nível de cumprimento dos planos de ações definidos para mitigação dos riscos.

Nesta fase, são também adotados processos de *compliance* (conformidade) para verificação dos cumprimentos de leis e regulamentos de forma a mitigar os riscos de natureza Regulatória.

55. Principais elementos relativos ao processo de divulgação de informação financeira

O sistema de controlo interno relativo à preparação e divulgação de informação financeira, é assegurado conjuntamente pela Direção de Planeamento e Controlo de Gestão - com os contributos das diversas Unidades de Negócio da Cimpor -, e pelas áreas de Gestão de Riscos e Auditoria e Direção de Relações com Investidores, cabendo a definição de objetivos, supervisão, avaliação de efetividade e de melhoria contínua das atividades desenvolvidas ao Presidente da Comissão Executiva e Administrador executivo com o pelouro financeiro.

No que toca à vertente de divulgação de informação financeira, esta ocorre sempre que a avaliação do impacto ou da natureza da mesma leve à sua tipificação, consoante o caso, pela Comissão Executiva ou Administrador executivo com o pelouro financeiro, como um dos tipos

legais sujeitos a divulgação cabendo à área de Relações com Investidores a sua pronta publicação.

IV. Apoio ao Investidor

56. Direção de Relações com Investidores

As funções de “Apoio ao Investidor” previstas na regulamentação aplicável são competência da área de Relações com Investidores, competindo-lhe manter contacto com a comunidade financeira, mantendo esta informada sobre a evolução da atividade da Cimpor e apoiar em tempo útil os acionistas da Cimpor, tanto atuais como potenciais, na sua relação com a Sociedade, em pleno cumprimento do princípio do tratamento igualitário dos acionistas.

O contacto da Cimpor com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento coletivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais, é mantido através de reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, e-mail ou correio tradicional.

Vias de acesso à Direção de Relações com Investidores:

Contactos Pessoais:

Filipa Mendes (Representante para as Relações com o Mercado)

Francisco Sequeira

Morada:

Direção de Relações com Investidores

Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

PORTUGAL

Telefone

21 311 81 00

Fax

21 311 88 39

E-Mail

investorrelations@cimpor.com

Internet

www.cimpor.pt

Para além da informação suscetível de influenciar a cotação do título, disponibilizada também através do *site* da CMVM (www.cmvm.pt) e da Euronext (www.euronext.com) e da informação obrigatória prevista no Regulamento da CMVM n.º 4/2013³³, o *site* da Cimpor (www.cimpor.pt) disponibiliza em Português e Inglês, diversos conteúdos de interesse.

57. Representante para as relações com o mercado

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, é, desde 1 de outubro de 2004, Filipa Mendes.

³³ artigo 3.º

58. Informação relacionada com pedidos de informação

Os pedidos de informação entrados em 2014 foram respondidos em média em menos de dois dias, não se encontrando pendentes quaisquer pedidos referentes a anos anteriores. Assim a Cimpor assegura que os pedidos de informação, esclarecimentos e outros por parte de acionistas ou outras partes interessadas foram respondidos em tempo útil pela Direção de Relações com Investidores em 2014.

V. Sítio de Internet

59. Endereços

O endereço do sítio de Internet da Cimpor é www.cimpor.pt.

60. Local para consulta de informação

As informações sobre a empresa, a qualidade de sociedade aberta, a sede e outras informações legalmente exigidas³⁴, encontram-se disponíveis em www.cimpor.pt.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos

Os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e das comissões da Cimpor encontram-se disponíveis em www.cimpor.pt.

62. Local onde se disponibiliza informação relacionada com os titulares dos órgãos sociais, Representante para as Relações com o Mercado e Gabinete de Apoio ao Investidor

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, da Direção de Relações com Investidores, respetivas funções e meios de acesso está disponível em www.cimpor.pt.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário de eventos societários

Os documentos de prestação de contas, acessíveis pelo menos durante cinco anos, assim como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, que inclui, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais estão disponíveis em www.cimpor.pt.

64. Local de divulgação da convocatória da assembleia geral e da informação relacionada

As convocatórias para as reuniões das assembleias gerais e todas as informações preparatórias e subsequentes, relacionadas, são disponibilizadas em www.cimpor.pt, bem como em www.cmvm.pt.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Cimpor (www.cimpor.pt) pelo menos para os três anos antecedentes.

³⁴ artigo 171.º do CSC

D. Remunerações

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

A determinação da remuneração dos órgãos sociais e dos membros da comissão executiva está sujeita à intervenção da Assembleia Geral na Política de Remuneração e Avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade e assume quatro vertentes:

- Eleição de uma Comissão de Fixação de Remunerações.
- Delegação na Comissão de Fixação de Remunerações da competência em matéria de política de remunerações, conforme previsto nos estatutos³⁵.
- Deliberação anual sobre a declaração relativa à política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho.
- Apreciação geral da administração da Sociedade em cada Assembleia Geral Anual, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais³⁶, o que pressupõe igualmente a avaliação dos membros do Conselho de Administração.

A atual Comissão de Fixação de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral, no dia 16 de julho de 2012, para o mandato 2012-2014, com exceção de Aparecida Shizue Yamashita, eleita para o cargo na Assembleia Geral realizada em 27 de março de 2014.

No que respeita à política remuneratória dos demais dirigentes, na aceção do Código dos Valores Mobiliários³⁷, a mesma é definida pelo Conselho de Administração através da Comissão Executiva.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações e independência de cada um dos membros

67.1. Composição da Comissão de Fixação de Remunerações

A Comissão de Fixação de Remunerações, prevista nos estatutos³⁸, com o mandato 2012-2014, a 31 de dezembro de 2014 era composta pelos seguintes membros:

- Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente);
- Aparecida Shizue Yamashita
- Gueber Lopes;

³⁵ n.º 2 do artigo 17.º

³⁶ artigo 376.º

³⁷ artigo 248.º-B

³⁸ artigo 17.º

Aparecida Shizue Yamashita foi eleita para o cargo na Assembleia Geral realizada em 27 de março de 2014, na sequência da renúncia apresentada por Nélson Tambelini Júnior a 26 de agosto de 2013.

Durante o ano de 2014, esta Comissão reuniu por 3 vezes, tendo lavrado atas das suas reuniões.

A remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações, é constituída exclusivamente por uma parcela fixa, cujo valor é estabelecido nos termos estatutários por uma comissão integrada por representantes dos três maiores acionistas, como a seguir se detalha.

Remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações em 2014	Cargo	Valor em euros
Manuel Soares Pinto Barbosa	Presidente	16.800
Aparecida Shizue Yamashita (1)	Vogal	11.917
Gueber Lopes	Vogal	15.600

(1) iniciou funções 27 de Março de 2014

67.2. Independência dos membros da Comissão de Fixação de Remunerações

Os membros da Comissão de Fixação de Remunerações são independentes face aos membros executivos do Conselho de Administração, no entanto Manuel Pinto Barbosa, Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações, é irmão de António Pinto Barbosa, Administrador não executivo da Cimpor. Ainda assim, atenta a referida relação de parentesco, o Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações absteve-se na tomada de deliberações relativas à remuneração do Administrador António Pinto Barbosa. Adicionalmente, Gueber Lopes encontra-se vinculado por contrato de trabalho celebrado com a InterCement Brasil, S.A..

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações

Manuel Pinto Barbosa acumula experiências enquanto administrador de diversas sociedades e membro do Conselho de Remunerações – destacando-se que entre 1995 e 1998 foi administrador não executivo da Portucel Industrial, de 1996 a 1999 membro do comité de assessores do Barclays Bank, de 2002 a 2006 administrador não executivo da PTII e de 2004 a 2006 Presidente do Conselho de Administração da TAP, sendo atualmente presidente do Conselho de Administração da Nova Forum (desde 2005), Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da TAP (desde 2007) e membro do Conselho de Remunerações e Previdência do BCP.

Gueber Lopes, com vasta experiência em auditoria, nomeadamente em matérias relacionadas com remunerações e recursos humanos em geral, é de destacar cargos como Diretor Corporativo de Gestão de Riscos e Auditoria, Diretor de Auditoria, Gerente de Riscos e Normas, Gerente de Controladoria, Auditor e Consultor.

Aparecida Shizue Yamashita, membro da Comissão de Fixação de Remunerações desde 27 de março de 2014, acumula 27 anos de experiência na área de Remuneração e Benefícios em empresas do segmento Financeiro e Industrial, detendo experiência em várias áreas relacionadas com Recursos Humanos, de destacar Planos de Benefícios, Remuneração

Variável e Programas de Incentivo, contando na sua experiência não só implantação e desenvolvimento de programas e gestão de executivos, como de outros níveis não executivos.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Estabelecendo os estatutos que a política de remuneração, os montantes e modalidades das remunerações fixas e/ou variáveis e os montantes a serem pagos a titulares de órgãos sociais a título de compensação ou de indemnização pela cessação dos respetivos vínculos jurídicos, serão fixados, ouvida a Comissão de Nomeações e Avaliação, pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Fixação de Remunerações por aquela nomeada por períodos de três anos, a Assembleia Geral conferiu à Comissão de Fixação de Remunerações as atribuições legalmente previstas quanto a esta matéria.

Na Assembleia Geral Anual de 2014, reunida no dia 27 de março, a Comissão de Fixação de Remunerações viu aprovada a Declaração Relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização relativa ao exercício de 2014, (“Declaração 2014”), que se anexa a este relatório, deixando aos órgãos sociais eleitos a definição da política de remunerações referente ao exercício de 2014.

Os domínios de intervenção da Comissão de Fixação de Remunerações e da Comissão de Nomeações e Avaliação encontram-se definidos, nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração:

- Competências da Comissão de Fixação de Remunerações:
 - São as que lhe são cometidas pelas normas legais aplicáveis e pelos estatutos da Cimpor³⁹.
 - Neste âmbito, compete à Comissão de Fixação de Remunerações decidir, designadamente, quanto a: (a) remunerações fixas dos órgãos de gestão e fiscalização; (b) remunerações variáveis a atribuir aos membros da Comissão Executiva (anual e plurianual) ; e, (c) contribuições para planos de reforma.
 - No que se refere à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decide com respeito pelo limite estabelecido no número um do artigo 17º dos Estatutos, tendo em atenção as indicações que lhe sejam transmitidas pelos acionistas, designadamente, quanto aos seguintes parâmetros globais: limite máximo percentual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização nos custos de pessoal da empresa; variação anual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização; proporção da remuneração variável na remuneração total; e repartição da remuneração variável pelas componentes anual e plurianual.
 - Nestes termos, quanto à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decidirá, tendo em atenção a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, efetuada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e pelo CEO [Presidente da Comissão Executiva], assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras cotadas na Euronext

³⁹ artigo 17º

Lisbon e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

- Intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação:
 - No que respeita às remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização, a intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação circunscreve-se à avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, a qual será tida em conta na determinação da componente variável da Remuneração Total Anual. Dos critérios de avaliação de desempenho considerados pela Comissão de Nomeações e Avaliação, bem como dos respetivos resultados, será dado conhecimento à Comissão de Fixação de Remunerações a tempo de permitir a devida ponderação e subsequente decisão.
- Relacionamento da Comissão de Fixação de Remunerações com os acionistas maioritários e com a Comissão de Nomeações e Avaliação:
 - Para efeitos do bom desempenho das suas funções a Comissão de Fixação de Remunerações deverá ser habilitada, em tempo útil, com as orientações pertinentes;
 - Para efeitos da tomada de decisões, a Comissão de Fixação de Remunerações e a Comissão de Nomeações e Avaliação reunirão, de preferência no mês seguinte ao da realização da Assembleia-Geral que vote a remuneração variável global a atribuir à Comissão Executiva, para informação sobre a avaliação de desempenho dos Administradores executivos, com base nas métricas e critérios aprovados.

69.1 Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade compreende uma parcela fixa, à qual se adicionam no caso dos Administradores executivos uma remuneração variável.

Conforme previsto nos estatutos⁴⁰, a componente variável não poderá, globalmente, exceder 5% dos lucros da Sociedade. No decorrer de 2014, a Comissão de Fixação de Remunerações definiu que a remuneração variável deve atingir um limite máximo de 50% da remuneração fixa, sendo que a remuneração fixa máxima é aquela definida pela própria Comissão.

No que diz respeito aos membros dos órgãos sociais com mandato a correr entre 2012 e 2014, a remuneração fixa foi revista considerando nomeadamente, a presente estrutura acionista da Cimpor (existência de um acionista detentor da maioria do capital social) e o novo modelo e perfil do Governo Societário.

Os montantes totais de remunerações auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram os seguintes:

⁴⁰ n.º 1 do artigo 17.º dos estatutos.

(Valores em Euros)	Remunerações Fixas atribuídas e pagas em 2014	Remunerações Condicionadas - Atribuídas em 2011 e diferidas para 2014		Total das Remunerações pagas em 2014
		Variáveis (1)	Exercício de Opções (2)	
Administradores com funções Executivas até 16 de julho de 2012	0	970.000	171.800	1.141.800
Outros Administradores com funções Executivas	281.200	0	0	281.200
Administradores Não Executivos	909.581	0	0	909.581
Total	1.190.781	970.000	171.800	2.332.581

(1) Parte do prémio de desempenho referente a 2011, diferida para 2014 e paga em numerário.

(2) Uma vez extinto o Plano de Opções em vigor em 2011, o referido montante foi pago em numerário.

Assim, o cômputo das remunerações totais pagas aos Administradores em 2014 ascenderam a 0,42% dos custos consolidados com pessoal da Cimpor.

Remuneração dos Administradores não executivos:

A remuneração dos Administradores não executivos é exclusivamente fixa e paga em numerário, procurando assegurar um compromisso equilibrado entre:

- Valores competitivos que atraiam e retenham pessoas adequadamente qualificadas para as funções e que compensem adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das mesmas;
- Remunerações que mitiguem a criação de uma relação de dependência para com a Sociedade assegurando, particularmente no que concerne aos Administradores independentes, um adequado posicionamento em relação à Sociedade.

Remuneração dos Administradores executivos:

No que se refere à remuneração dos Administradores executivos, a Comissão de Fixação de Remunerações manteve em 2014 a política de pagamento de remunerações tanto fixas como variáveis, proporcionando o alinhamento dos interesses dos membros da Comissão Executiva com os interesses da Sociedade,.

Em 2014, conforme remuneração atribuída em 2011, foi pago o montante total de 1.141.800 euros, diferido para 2014 aos membros da Comissão Executiva em funções à data, conforme número 77.

Relativamente aos membros da Comissão Executiva em funções em 2013, e sem prejuízo da política de remuneração variável da sociedade, não lhes foi atribuído pela sociedade em 2014 qualquer montante a título de remuneração variável. Tendo como base o fato de em 26 de agosto de 2013 terem Armando Sérgio Antunes da Silva, Daniel Antonio Biondo Bastos e André Gama Schaeffer renunciado ao cargo de Administrador desta sociedade, todos eles com pelouro executivo, e nessa mesma data tendo o Conselho de Administração designado por cooptação, para ocupar os lugares deixados vagos, Claudio Borin Guedes Palaiá e Néilson Tambelini Júnior, os referidos membros, incluindo Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, acordaram não receber qualquer montante a título de remuneração variável no âmbito da Cimpor.

Os critérios de atribuição da remuneração variável são apresentados no número 71, abaixo.

A Assembleia Geral Anual de 2014 não aprovou nenhum plano de ações, pelo que dada a extinção dos planos levados a cabo em 2012, em 2014 não se encontravam em vigor quaisquer planos de ações ou opções sobre ações da Cimpor.

69.2. Comissão de Auditoria

No que concerne aos órgãos de fiscalização, a sua remuneração integra, apenas uma remuneração fixa e procura assegurar uma equilibrada compensação do trabalho desenvolvido, tendo ainda em conta os valores praticados no mercado para funções similares.

A remuneração da Comissão de Auditoria, determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações, incluindo apenas uma componente fixa, totalizou no ano de 2014 71.750 euros, distribuídos conforme consta do nº 81.

A Declaração Relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização relativa a 2015, a submeter à Assembleia Geral de Acionistas pela Comissão de Fixação de Remunerações, é apresentada em anexo a este relatório (Anexo III).

70. Estrutura da remuneração

A remuneração dos Administradores executivos está estruturada de modo a assegurar, por um lado, uma remuneração fixa que seja competitiva e que compense adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das suas funções e, por outro lado, uma remuneração variável que potencie a criação de valor de modo sustentado para o acionista.

O conjunto de indicadores e métricas empregues na determinação da componente variável, sendo consistentemente utilizados ao longo dos anos, mitigam atuações menos apropriadas a nível de assunção de riscos, incentivando, bem ao contrário, a prossecução de uma política ativa de gestão de riscos e de valorização da performance de longo prazo.

Por outro lado, a existência de uma proporcionalidade adequada entre as componentes fixa e variável, assim como a fixação de um limite máximo da remuneração variável contribuem igualmente para desincentivar a prossecução de estratégias empresariais portadoras de perfis de risco desadequados.

Por último, tal como decorre dos critérios e métricas adiante descritos, as recomendações do Código de Governo relativas à Remuneração (ponto III) são parcialmente cumpridas pela Sociedade, na medida do aplicável, atentos os seguintes elementos:

- A componente variável da remuneração é baseada na avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e decidida pela Comissão de Fixação de Remunerações, no âmbito das respetivas competências e de acordo com critérios objetivos e transparentes, considerando, inter alia, o real crescimento da Cimpor, o alinhamento com a estratégia da empresa e a geração de riqueza efetiva para os acionistas, assim como garantindo a sustentabilidade da Sociedade e o *compliance* com as regras aplicáveis à sua atividade.
- O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da remuneração fixa anual.
- Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de não residentes permanentes em Portugal (com remuneração paga fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

71. Componente variável

A estrutura remunerativa dos Administradores executivos tem, para além de uma componente fixa, uma componente variável que é anualmente definida através de um conjunto de critérios pré-determinados adiante melhor descritos, os quais abrangem um conjunto de indicadores de performance da Sociedade e de desempenho da sua administração executiva, a nível de parâmetros económico-financeiros, de criação de valor e desempenho qualitativo dos membros executivos.

Esta componente é calculada com base numa percentagem da remuneração fixa anual e na avaliação do desempenho anual assente em critérios pré-determinados, só sendo devida se for atingida uma taxa mínima de 80% de concretização dos objetivos definidos, os quais visam simultaneamente criar um estímulo à performance que seja tendencialmente competitivo e agressivo, sem deixar de atender a uma ponderação equilibrada entre as componentes fixa e variável.

A sua determinação assenta em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível de modo a permitir a comparação com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor. De entre os referidos critérios subjacentes à avaliação são tidos em conta o desempenho da Sociedade assim como uma avaliação individual dos Administradores executivos.

A Comissão de Fixação de Remunerações no decorrer de 2014 definiu, tendo presente os devidos critérios de razoabilidade, que a remuneração variável deve atingir um limite máximo de 50% da remuneração fixa, sendo que a remuneração fixa máxima é aquela definida pela própria comissão.

72. Diferimento do pagamento da componente variável

Em 2014 não foi atribuída pela Cimpor qualquer remuneração variável, de acordo com o exposto no nº 69.1, acima. Assim em 2014 não foi diferido qualquer montante atribuído sob a forma de remuneração variável a administradores executivos da Cimpor. Foi no entanto paga em 2014 a remuneração variável atribuída em 2011 aos membros da Comissão Executiva em funções à data, a qual havia sido diferida por três anos.

73. Atribuição de ações como forma de remuneração

A Cimpor não atribui remunerações em ações aos seus Administradores executivos.

Os Administradores da Sociedade não celebraram quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhe foi atribuída.

74. Atribuição de opções como forma de remuneração

Em 2014, não foram implementados planos de atribuição de opções de compra de ações, sendo que, perante a extinção em 2012 dos planos então em vigor, em 2014 nenhum membro dos Órgãos Sociais da Cimpor deteve quaisquer opções sobre ações Cimpor.

75. Sistema de prémios anuais e outros benefícios não pecuniários

Não existem quaisquer sistemas de prémios anuais além dos já acima referidos, não existindo também quaisquer outros benefícios não pecuniários.

76. Características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada

As remunerações dos administradores tanto executivos, como não executivos, não assumem os contornos nem de um “Benefício de Reforma” nem de um “Complemento de Reforma”.

IV. Divulgação das remunerações

77. Montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade

Em obediência ao disposto na Lei n.º 28/2009⁴¹, o montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração através da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. é divulgado, de forma individual, conforme abaixo se detalha.

Administradores em funções a 31 de dezembro de 2014 (valores em Euros)	Remunerações Fixas atribuídas e pagas em 2014
Daniel Proença de Carvalho (2)	283.000
Claudio Borin Guedes Palaia (1)	84.000
Nelson Tambelini Junior (1) (11)	84.000
Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (1)	113.200
Albrecht Curt Reuter Domenech (2)	78.750
Andre Pires Oliveira Dias (2)	79.594
José Édison Barros Franco (2) (4)	98.000
Luiz Roberto Ortiz Nascimento (2)	79.594
António Soares Pinto Barbosa (2) (4)	99.050
José Manuel Trindade Neves Adelino (2) (3)	112.000
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (2)	79.594
Total	1.190.781

- (1) Administrador executivo
- (2) Administrador não executivo
- (3) Inclui montante auferido enquanto Presidente da Comissão de Auditoria
- (4) Inclui montante auferido enquanto membro da Comissão de Auditoria
- (5) Apresentou renúncia ao cargo de Administrador a 26 de novembro de 2014

⁴¹ artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

Administradores que exerceram funções executivas até 16 de julho de 2012 (valores em Euros)	Remunerações Condicionadas - Atribuídas em 2011 e diferidas para 2014		
	Variáveis (1)	Exercício de Opções (2)	Total
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	285.000	0	285.000
António Carlos Custodio de Moraes Varela	237.500	32.800	270.300
Luís Filipe Sequeira Martins	210.000	107.800	317.800
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	237.500	31.200	268.700
Total	970.000	171.800	1.141.800

(1) Parte do prémio de desempenho referente a 2011, diferida para 2014 e paga em numerário.

(2) Uma vez extinto o Plano de Opções em vigor em 2011, o referido montante foi pago em numerário.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros da Comissão de Auditoria é divulgado, de forma individual no nº 81.

No seu conjunto, o montante auferido pelos órgãos de administração e fiscalização representa 0,42% do conjunto dos custos consolidados com pessoal da Cimpor.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os membros não independentes do Conselho de Administração podem auferir remunerações pagas através de outras sociedades do grupo, no âmbito do seu desempenho nas mesmas.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A participação nos lucros da Sociedade, conforme previsto nos estatutos⁴², é vertida na atribuição de prémios. Em 2014, o montante de prémios pagos aos Administradores executivos ascendeu a 1.141.800 euros, conforme discriminado individualmente no nº 77. supra, obedecendo os motivos de atribuição em vigor à data.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos

Em 2014 não foram pagas, ou devidas, quaisquer indemnizações a Administradores executivos.

81. Montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

A remuneração auferida pelos membros da Comissão de Auditoria, enquanto integrantes do referido órgão de fiscalização da sociedade, em 2014 foi distribuída da seguinte forma:

⁴² nº1 do artigo 17º

Remuneração da Comissão de Auditoria - 2014	Cargo	Suplemento ⁽¹⁾ (valor em euros)
José Manuel Neves Adelino ⁽²⁾	Presidente	33.250
António Soares Pinto Barbosa	Vogal	19.250
José Édison Barros Franco	Vogal	19.250

(1) Suplemento pago a cada Administrador por cargo de presidente ou vogal da Comissão de Auditoria

(2) Apresentou renúncia ao cargo de Administrador a 26 de novembro de 2014

82. Remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral reveste a forma de senha de presença, a qual, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, ascende a 4.500 euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação por destituição sem justa causa de administrador

Nos termos da política remuneratória dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Comissão de Fixação de Remunerações, em caso de destituição de qualquer administrador ou de cessação por acordo da relação de administração não será paga qualquer compensação quando a destituição ou cessação for devida a desadequado desempenho do mesmo.

84. Existência e descrição de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem quaisquer acordos entre os titulares do órgão de administração ou dirigentes da Cimpor (na aceção do Código dos Valores Mobiliários) e a Sociedade ou terceiros, que prevejam o pagamento de indemnizações – em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da sua relação contratual com a Sociedade – na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade ou que tenham como intuito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela mesma.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações

85. a 88.

As questões do nº 85 a 88 não se aplicam uma vez que Assembleia Geral em 2013 não aprovou nenhum novo plano de ações ou de atribuição de opções de compra de ações, assim como não se encontram em vigor quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações aprovados em anos anteriores.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas

Conforme previsto no Regulamento do Conselho de Administração⁴³, a Comissão Executiva leva ao plenário do Conselho de Administração quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar pela Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo com acionistas detentores de 2% ou mais do capital da Cimpor (“Titular de Participação Qualificada”), ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Código dos Valores Mobiliários (“Entidade Relacionada”), salvo quando, tendo em conta a sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados assuntos correntes ou compreendidos no comércio da Sociedade, e desde que nenhuma vantagem especial seja concedida ao titular de participação qualificada ou à entidade relacionada.

O Conselho de Administração submete à apreciação da Comissão de Auditoria, previamente à sua realização, as transações com especial significado económico para qualquer das partes envolvidas ou em condições que possam ser entendidas como afastando-se das condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

A Comissão de Auditoria procede à análise dos elementos facultados, se necessário solicitando elementos ou estudos adicionais e incluindo apoio do auditor externo, e verifica o cumprimento das regras aplicáveis nos domínios do conflito de interesses, do tratamento equitativo, da não discriminação, da relação igualitária com fornecedores e prestador de serviços e de preservação dos interesses da Sociedade.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em 2014 a Comissão de Auditoria deu o seu parecer favorável à contratação de um *intercompany loan* no valor de 345 milhões de euros das subsidiárias da Cimpor - Cimpor Inversiones, S.A. e a Cimpor Financial Operations BV, com sua acionista maioritária, a InterCement Austria Holding GmbH. Conforme oportunamente comunicado este empréstimo foi contraído em condições de mercado.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

Os procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção da Comissão de Auditoria para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação encontram-se descritos no nº 89., acima.

⁴³ artigo 20.º.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas ou, alternativamente, reprodução dessa informação

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 47 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais de 2014.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a Cimpor adota o código de governo das sociedades da CMVM na sua versão de julho de 2013, (“Código de Governo”), que se encontra disponível para consulta no site da CMVM www.cmvm.pt e na sede da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Cimpor”).

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Recomendações adotadas e não adotadas

A Cimpor adota as boas práticas de Governo Societário, existindo um reduzido número de recomendações do Código de Governo que, justificadamente, não cumpre na íntegra.

	Recomendação	Adoção	Referência
I.	Votação e Controlo da Sociedade		
I.1.	Incentivo à participação e votação dos Acionistas nas Assembleias Gerais	Adotada	12. e 13.
I.2.	Não adoção de mecanismos que dificultem a tomada de deliberações dos acionistas	Adotada	14.
I.3.	Não existência de mecanismos que provoquem o desfasamento entre direitos dos acionistas	Adotada	12.
I.4.	Limitação do número de votos	Adotada	13.
I.5.	Inexistência de medidas defensivas	Adotada	5.
II.	Supervisão, Administração e Fiscalização		
II.1.	Supervisão e Administração		
1.	Delegação da administração corrente da Sociedade	Adotada	21.2.
2.	Prosecução dos objetivos da Sociedade e limites à delegação de competências	Adotada	21.2.
3.	Funções do Conselho Geral e de Supervisão	Não Aplicável	
4.	Existência de comissões de avaliação de desempenho de administradores e comissões existentes e de reflexão sobre o sistema de governo adotado	Adotada	21.7.1. e 21.7.2.
5.	Objetivos e sistemas de controlo de riscos	Adotada	54.
6.	Número de Administradores não executivos	Adotada	18.
7.	Número de Administradores não executivos independentes	Adotada	18.
8.	Prestação de informação aos outros membros dos órgãos sociais	Adotada	21.3.
9.	Envio de convocatórias e atas aos Presidentes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras	Adotada	21.3.
10.	Coordenação dos trabalhos dos Administradores não executivos	Não Aplicável	
II.2.	Fiscalização		
1.	Independência do Presidente do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras, e competências para o exercício das respetivas funções	Adotada	31. a 33.
2.	Representação do órgão de fiscalização perante o auditor externo	Adotada	38.
3.	Avaliação e proposta e destituição do auditor externo	Adotada	38.
4.	Avaliação do funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos	Adotada	38.
5.	Reporte dos serviços de auditoria interna à Comissão de Auditoria	Adotada	38.e 50.

	Recomendação	Adoção	Referência
II.3.	Fixação de Remunerações		
1.	Independência e competências dos membros da Comissão de Remunerações	Adotada	67.2. e 68.
2.	Independência dos consultores da Comissão de Remunerações	Não Aplicável	
3.	Declaração sobre a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização	Adotada	69.
4.	Submissão à Assembleia Geral dos planos de ações e de opções	Não Aplicável	85. a 88.
5.	Submissão à Assembleia Geral dos sistemas de benefícios de reforma	Não Aplicável	76.
III.	Remunerações		
III.1.	Política de remunerações dos administradores executivos	Adotada	69.1.; 70.; 71. e 72.
III.2.	Política de remunerações dos administradores não executivos e dos membros do órgão de fiscalização	Adotada	69.1.
III.3.	Razoabilidade e limites máximos das componentes da remuneração	Adotada	71.
III.4.	Diferimento de parte da remuneração variável	Não Aplicável	72
III.5.	Não celebração de contratos com intuito de mitigar a variabilidade da remuneração fixada pela sociedade	Adotada	84.
III.6.	Manutenção de ações da sociedade atribuídas a administradores executivos	Não Aplicável	85. a 89.
III.7.	Diferimento do início do exercício de opções atribuídas pela sociedade	Não Aplicável	85. a 89.
III.8.	Condicionantes à atribuição de indemnização ou compensação de administradores	Adotada	83. e 84.
IV.	Auditoria		
IV.1.	Competências do auditor externo	Adotada	38.
IV.2.	Contratação de serviços diversos dos de auditoria ao auditor Externo	Adotada	37. e 46.
IV.3.	Rotação do auditor externo	Adotada	44.
V.	Conflitos de Interesse e Transações com Partes Relacionadas		
V.1.	Negócios da Sociedade com titulares de participação qualificada e Entidades relacionadas	Adotada	10.; 90. e 91.
V.2.	Definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada	Não Adotada	
VI.	Informação		
VI.1.	Divulgação de informações no <i>site</i> da Sociedade	Adotada	56. e 59. a 65.
VI.2.	Gabinete de Apoio ao Investidor e existência de registos dos pedidos	Adotada	56. a 58.

Explicitação das divergências

Conforme acima referido, à luz dos critérios constantes do Código de Governo, a Cimpor não adotou uma das respetivas recomendações, o que justifica da seguinte forma.

2.1. Definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada

Recomendação V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

É entendimento do Conselho de Administração, e também da Comissão de Auditoria que qualquer quantificação para os negócios a celebrar entre, por um lado, qualquer titular de participação qualificada ou entidade relacionada e, por outro, a Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo, não basta para qualificar a necessidade da sua apreciação pela Comissão de Auditoria. O Conselho de Administração considera que lhe compete solicitar o parecer prévio da Comissão de Auditoria quando o assunto em questão pode pôr a menor dúvida quanto à garantia da realização dos negócios acima em condições normais de mercado.

2.2. Diferimento de parte da remuneração variável

Recomendação III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Conforme descrito no n.º 72, em 2014 a Cimpor não atribuiu remunerações variáveis aos administradores executivos em funções à data, pelo que a presente recomendação não lhe é aplicável.

ANEXO I

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho (Presidente do Conselho de Administração – desde 16 de julho de 2012).

Data de nascimento	15 de setembro de 1941
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

1965: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Conselho de Administração da ZON MULTIMÉDIA, SGPS, S.A. (2007 – 2013);

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (2007 – 2011);

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Edifer – Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (2003 – 2011);
- Edifer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (2003 – 2011);
- Euroatlântica - Investimentos e Comércio, S.A., (1998 – 2011);
- PANATLÂNTICA - HOLDING, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (1995 – 2011);
- Estoril Sol, SGPS, S.A.;
- G.A. – Estudos e Investimentos, SA, (1996 – 2011);
- BESI – Banco Espírito Santo de Investimento.

Membro do Conselho de Administração da SINDCOM - Sociedade de Investimento na Indústria e Comércio, SGPS, S.A., (2005 – 2010);

Membro da Comissão de Remunerações do Banco Espírito Santo, S.A..

- Sociedade Agrícola Belo de Mértola, S.A.;
- Sociedade Agrícola dos Namorados, S.A.;
- Coaltejo – Criador de Ovinos Algarve e Alentejo, S.A.;
- Sogesfin – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- 3 Z – Administração de Imóveis, S.A.;
- Sétimos - Participações, SGPS, S.A.;
- Confiança Participações, SGPS, S.A.;
- Sociedade Agrícola da Serra Branca, S.A.;
- Gotan, SGPS, S.A.;
- Companhia Agrícola da Apariça, S.A.;
- Companhia Agrícola das Polvorosas, S.A.;
- Companhia Agrícola de Corona, S.A.;
- Herdade do Monte da Pedra, S.A.;
- TRABELIBEX - Investimentos Imobiliários, S.A.;
- ÉCAMPO - Cinegética e Turismo, S.A.;
- FREIXAGRO - Empresa Agrícola do Freixo, S.A.;
- INTEROCEÂNICO – Capital, SGPS, S.A..

Presidente da Assembleia Geral do Instituto Português de Corporate Governance, (desde 21 de junho de 2010);

Número de ações Cimpdor, de que era titular em 31 de dezembro de 2014:

1.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2014:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Galp Energia, SGPS, S.A.;
- Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A.;
- Portugalia – Administração de Patrimónios, S.A.;
- Almonda – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Renova – Fábrica de Papel do Almonda, S.A.;
- Cabo Raso – Empreendimentos Turísticos, S.A.;
- SOGEB – Sociedade de Gestão de Bens, S.A.;

RELATÓRIO E CONTAS '14

Claudio Borin Guedes Palaia (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva – desde agosto de 2013)

Data de nascimento	8 de janeiro de 1975
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	26 de agosto de 2013
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

1997: Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas.

2002: MBA Administração – Wharton School – University of Pennsylvania.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Diretor de Finanças Corporativo da Camargo Corrêa Cimentos (2007 – 2012);

Diretor de Concreto da Camargo Corrêa Cimentos (2007- 2012).

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Conselheiro da InterCement Portugal, SGPS, S.A..

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente de Finanças da InterCement;

Membro do Conselho de Administração:

- São Paulo Alpargatas;
- CPFL Energia.

Diretor:

- Camargo Corrêa Cimentos Participações, Ltda.;
- Caue Finance Limited;
- Finanças da InterCement Participações, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor

Nelson Tambelini Junior (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva – desde agosto de 2013)

Data de nascimento	5 de dezembro de 1962
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	26 de agosto de 2013
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

1985: Licenciado em Direito – Faculdades Metropolitanas Unidas.

2007: MBA Gestão Empresarial – Fundação Getúlio Vargas

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Diretor de Recursos Humanos Corporativo da Camargo Corrêa Cimentos (2009 – 2012);

Chief People Officer (CPO) da TAVEX, com base em Madrid, respondendo pelas áreas de Sistema de Gestão da Qualidade, Comunicação, Recursos Humanos e Inovação (2006 – 2009).

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional da InterCement Participações, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva – desde julho de 2012)

Data de nascimento	5 de maio de 1966
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica – Universidade de São Paulo;

Mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de São Paulo;

Pós-graduação em Administração Industrial pela Universidade de São Paulo, Fundação Vanzolini;

MBA em Gestão Empresarial Pela Fundação Dom Cabral;

Advanced Management Program em Harvard.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Vice-Presidente de Operações InterCement (Brasil) (2010-2012).

Diretor Geral:

- InterCement Brasil, S.A. (Brasil) (2008);
- Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, (Portugal), (2012-2014).

Presidente do Conselho de Administração:

- Loma Negra CIASA (Argentina) (2008-2010);
- NPC – Cimpor (PTY) Limited (África do Sul), (2013-2013);
- Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited (África do Sul), (2012-2013);
- Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas S.A. (2012-2014);
- Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (2012-2014).

Membro do Conselho de Administração:

- Recycomb, S.A. (Argentina), (2008-2014);
- Betel, S.A. (Argentina), (2008-2014);
- Compañía Argentina Cemento Portland, S.A. (Argentina), (2009-2014);
- Cofesur, S.A. (Argentina), (2009-2014);
- Ferrosur Roca S.A. (Argentina) (2008-2013); e
- La Preferida de Olavarría S.A. (Argentina) (2009-2014).

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Presidente do Conselho de Administração:

- Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal);
- Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal);
- Cimentos de Moçambique, S.A. (Moçambique);
- Holdtotal, S.A..

Membro do Conselho de Administração da Loma Negra C.I.A.S.A. (Argentina);

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2014:

Conselheiro:

- Instituto Camargo Corrêa
- Câmara Portuguesa de comércio de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor

RELATÓRIO E CONTAS '14

Albrecht Curt Reuter Domenech (Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento	25 de junho de 1947
Nacionalidade	Norte-americana
Data da 1ª designação	29 de abril de 2010
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

Mestre em Engenharia Civil pela Universidade de Porto Rico e Mestre em Gestão de Empresas pela Wharton School, Universidade da Pensilvânia.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Membro do Conselho de Administração da Duratex, S.A. (2008-2009).
As seguidamente referidas.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração da InterCement Brasil, S.A.;
Membro do Conselho de Administração da Loma Negra CIASA.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- CV Serviços de Meio Ambiente S.A.;
- Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A.;
- Camargo Corrêa, S.A.;
- InterCement Participações S.A.;
- Camargo Corrêa Energia S.A.;
- VBC Energia S.A.;
- ESC Energia S.A.

Membro do Conselho de Administração da Tavex (Indústria Têxtil).

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

José Édison Barros Franco (Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento	4 de março de 1950
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	29 de abril de 2010
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

1974: Licenciado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

1978: Pós-graduação em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas.

1998: Advanced Management Program pela Harvard University (EUA).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Conselho de Administração:

- Ferrosur Roca (2005 – 2011 - Argentina);
- São Paulo Alparbatas S.A. (2008 – 2011 - Brasil e Argentina);
- InterCement Portugal, SGPS, S.A. (2010 – 2014 Portugal).

Vogal do Conselho de Administração:

- São Paulo Alparbatas S.A. (2004 – 2008);
- CPFL Energia S.A. (2005 - 2008);
- CCR Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. (2005 - 2008).

Membro dos Comitês de Finanças da Alparbatas, Santista e CCSA; de Recursos Humanos da Alparbatas, CCSA e Cimpor; de Auditoria da Alparbatas e da CCSA; de Corporate Governance da CCR e da Cimpor e do Comitê Executivo do Grupo Camargo Corrêa.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Presidente do Conselho de Administração:

- InterCement Brasil S.A.;
- Loma Negra CIASA.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo a 31 de dezembro de 2014:

Presidente do Conselho de Administração da InterCement Participações S.A.;

Diretor da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.R.L.;

Membro do Conselho do Instituto Camargo Corrêa.

Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Fundação Loma Negra.

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

André Pires Oliveira Dias (Vogal do Conselho de Administração – desde dezembro de 2012)

Data de nascimento	23 de agosto de 1981
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	21 de dezembro de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

2002-2005: Bacharelato em Business Administration / International Business, pela American Intercontinental University, Londres, Reino Unido.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário – Direção de Desenvolvimento de Negócios da unidade de negócio Real Estate (2006 - 2008);

Gerente da Direção de Desenvolvimento de Negócios (2008 - 2009);
Coordenador da Direção de Desenvolvimento de Negócios (2007 - 2008);

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração da InterCement Brasil S.A..

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- InterCement Participações, S.A.;
- CV Serviços de Meio Ambiente, S.A.;
- Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário, S.A.;
- HM Engenharia, S.A.;
- InterCement Brasil, S.A.;
- Construções e Comércio Camargo Corrêa, S.A.;
- Camargo Corrêa Construções e Participações, S.A..

Conselheiro Suplente do Conselho de Administração:

- CCR, S.A.;
- Alparbatas, S.A.;
- CPFL Energia, S.A..

Gerente da Direção de Estratégia e Planeamento da Camargo Corrêa S.A. – Holding Co..

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

Luiz Roberto Ortiz Nascimento (Vogal do Conselho de Administração – desde dezembro de 2012)

Data de nascimento	19 de dezembro de 1950
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	21 de dezembro de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

1973: Licenciado em Economia pela Universidade Mackenzie.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Membro do Conselho de Administração da Duratex, S.A. (2008-2009).

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.;
- Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.;
- Camargo Corrêa Projetos de Engenharia S.A.;
- Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.;
- HM Engenharia, S.A.;
- Alparbatas, S.A.;
- CCR, S.A..

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração da InterCement Brasil, S.A.;

Membro do Conselho de Administração da Loma Negra CIASA.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- CV Serviços de Meio Ambiente S.A.;
- Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A.;
- Camargo Corrêa, S.A.;
- Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.;
- InterCement Participações S.A.;
- Camargo Corrêa Energia S.A.;
- VBC Energia, S.A.;
- ESC Energia, S.A..

Presidente do Conselho de Administração da CCR, S.A.;

Fundador e membro no Brasil do WWF – World Wildlife Foundation (desde 1998);

Sócio Fundador do Instituto Camargo Corrêa (criado em dezembro de 2000).

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

António Soares Pinto Barbosa (Vogal do Conselho de Administração – desde julho de 2012)

Data de nascimento	20 de maio de 1944
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

- 1966:** Licenciado em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa.
- 1978:** Doutoramento em Economia pela Virginia Polytechnic Institute and State University (Center For Study of Public Choice).
- 1984:** Agregação pela Faculdade de Economia da Universidade de Nova de Lisboa.
- 1986:** Professor Associado pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- 1986:** Professor Catedrático pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Grupo de Trabalho visando a elaboração dos estatutos do Conselho Finanças Públicas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Vogal do Conselho de Administração da Impresa, SGPS, S.A.;
 Vogal da Comissão de Auditoria da Impresa, SGPS, S.A.;
 Membro do Conselho Consultivo do Banif;
 Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Champalimaud.

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

José Neves Adelino (Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento	19 de março de 1954
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	29 de abril de 2010
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

- 1976:** Licenciado em Finanças pelo ISE – Universidade Técnica de Lisboa.
- 1981:** Doutoramento em Finanças pela Kent State University.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Professor Catedrático de Finanças, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;
 Professor Visitante, Bentley College, USA;
 Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian;
 Vogal do Conselho Fiscal do BPI – Banco Português de Investimento;
 Membro da Comissão de Investimentos da Portuguese Venture Capital Initiative – Fundo Europeu de Investimentos;
 Membro do Consultative Working Group da CSER – Corporate Finance Standing Committee;
 Consultor independente em diversas empresas privadas e entidades públicas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian;
 Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Sonae, SGPS, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

Pedro Rebelo de Sousa (Vogal do Conselho de Administração – desde julho de 2012)

Data de nascimento	29 de abril de 1955
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2014

Formação académica:

Mestrado em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, Brasil;
 Especialização (Pós-Graduação) em Direito Comercial e Empresarial, Pela Universidade Pontifícia Católica, no Brasil;
 Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Sócio da Simmons & Simmons (2001 – 2009);
 Membro do Board e do PAC da Simmons & Simmons, em Londres, (2004 – 2009);
 Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação, e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (2011 – 2013);
 Diretor do Círculo Eça de Queiroz.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2014:

Senior Partner da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados RL, que sucedeu a SSRS, desde 2009.
 Membro da Comissão de Vencimentos da Novabase, SGPS, S.A..
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Atitude/SSE – Associação pelo Desenvolvimento do Investimento Social;
- AICD – Associação para Inserção por Centros Digitais de Informação;
- Associação Turma do Bem;
- CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil;
- Grémio Literário;
- Bolsa de Valores Sociais;
- Refrigor, SGPS, S.A.;
- Tecnovia, SGPS, S.A..

Membro do Conselho da Câmara de Comércio Portugal-Holanda.
 Membro do Conselho de Curadores da CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil.

Membro do Conselho Consultivo:

- SUN AID – Associação para o Desenvolvimento pela Energia Solar;
- Universidade Europeia (Laureat)

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

Presidente da Direção:

- Instituto Português de Corporate Governance;
- Círculo Eça de Queiroz.

Membro do Conselho Superior Consultivo da Marsh.

Presidente da Comissão de Banking Internacional da Union Internationale des Avocats.

Em 31 de dezembro de 2014, não detinha ações Cimpor.

ANEXO II

Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações

2014

Nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização a submeter à Assembleia Geral da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor).

Esta declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as Recomendações do Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (na sua versão de 2013) e as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, dos Regulamento da CMVM n.º 1/2010 e n.º 4/2013 (em vigor desde 1 de janeiro de 2014, revogando o Regulamento CMVM n.º 1/2010) e dos estatutos da Cimpor.

1. O Ano de 2013

A composição da Comissão de Fixação de Remunerações (eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Cimpor reunida no dia 16 de julho de 2012) foi alterada em 2013, em virtude da renúncia apresentada por Nélson Tambelini Junior, na sequência da sua nomeação como administrador executivo da Cimpor em 26 de agosto de 2013. Atento o facto de a competência para a eleição dos membros da Comissão de Fixação de Remunerações pertencer à Assembleia Geral de Acionistas, o lugar de membro desta Comissão anteriormente ocupado por Nélson Tambelini Junior foi deixado vago até à realização da reunião da Assembleia Geral seguinte.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Não obstante tal alteração, os trabalhos da Comissão de Fixação de Remunerações ao longo do exercício de 2013 decorreram de forma contínua, sendo de assinalar a efetiva implementação da matriz de remuneração variável e o correspondente modelo de avaliação do Grupo InterCement ao nível da Cimpor e suas participadas, em linha com os objetivos definidos nesta matéria para o ano transato. Conforme estabelecido nas orientações para 2013 previstas na anterior “Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações”, a concretização desta medida - abrangendo os administradores executivos e quadros diretores da Cimpor e respetivas unidades de negócio correspondentes aos países onde a empresa operava de forma individual anteriormente à sua integração no Grupo InterCement -, visa promover a consistência (horizontal e vertical) das métricas de avaliação do Grupo resultante da combinação das duas empresas, assegurando a continuidade do cumprimento das normas e recomendações relativas à política de remunerações adotadas pela Cimpor, designadamente no que respeita à convergência com os objetivos de crescimento e sustentabilidade a longo prazo da empresa, criação de riqueza para o acionista e incentivo adequado à *performance* da gestão.

De resto, a política de remunerações da Cimpor, detalhada no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor, obedeceu às linhas gerais da política de remunerações vigente em anos anteriores, com os ajustamentos considerados oportunos em face da nova estrutura acionista e de governo societário da Cimpor após a aquisição de controlo pelo Grupo Camargo Corrêa/InterCement em 2012.

PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Não foram devidos, por serem inexigíveis, pagamentos referentes à cessação de funções de administradores registadas no exercício de 2013.

2. Orientação para o ano de 2014

O mandato da Comissão de Fixação de Remunerações em curso e a política de remunerações da Cimpor detalhada no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor assimilam, na medida do aplicável, as recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM (na redação de 2013) e as disposições do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a partir da sua entrada em vigor, no dia 1 de janeiro de 2014.

Salvo se ocorrer uma alteração significativa de circunstâncias no decorrer do exercício que justifique uma revisão extraordinária, o montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar aos membros dos órgãos sociais da Cimpor no ano de 2014 será o seguinte:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa Anual⁽¹⁾ (Euros)
Administradores em funções a 31 de dezembro de 2013	
Daniel Proença de Carvalho (Presidente)	280.000
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	78.750
Albrecht Curt Reuter Domenech	78.750
José Edison Barros Franco ⁽⁵⁾	98.000
Claudio Borin Guedes Palaia ⁽³⁾	84.000
Andre Pires Oliveira Dias	78.750
Ricardo Fonseca de Mendonça Lima ⁽²⁾	112.000
Nelson Tambelini Junior ⁽³⁾	84.000
José Manuel Trindade Neves Adelino ⁽⁴⁾	112.000
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	78.750
António Soares Pinto Barbosa ⁽⁵⁾	98.000
Total⁽¹⁾	1.183.000

⁽¹⁾ Valores brutos em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, sujeitos a aplicação dos impostos e contribuições devidos nos termos da lei; ⁽²⁾ Presidente da Comissão Executiva; ⁽³⁾ Vogal da Comissão Executiva; ⁽⁴⁾ Presidente da Comissão de Auditoria; ⁽⁵⁾ Vogal da Comissão de Auditoria.

Os valores da remuneração fixa acima indicados estão sujeitos a uma variação máxima de até 5% para cobrir eventuais perdas cambiais resultantes do pagamento numa divisa diferente do euro.

Mantidas as condições vigentes de condicionamento ao atingimento dos objetivos de resultados e de *performance* assentes em critérios pré-determinados, poderá ser atribuída aos membros da Comissão Executiva da Cimpor uma remuneração variável, a qual só será devida caso os objetivos sejam atingidos em, pelo menos, 80%. O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da remuneração fixa anual. Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de expatriados (com remuneração paga pela InterCement no Brasil, fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

O montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar à Deloitte & Associados SROC, S.A., pelo exercício do cargo de revisor oficial de contas da Cimpor, no ano de 2014, não se encontra ainda fixado. Todavia, não é expectável uma variação substancial relativamente aos valores base pagos pela revisão legal das contas individuais e consolidadas da Cimpor em 2013, que, conforme indicado no Relatório e Contas da empresa, ascenderam a 33.000 euros e 1.117.000 euros, respetivamente.

Tendo em conta o carácter recente da integração empresarial e de negócios entre a Cimpor e a InterCement e, bem assim, da implementação da matriz de remuneração variável e correspondente modelo de avaliação do Grupo InterCement ao nível da Cimpor e suas participadas, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda, para 2014, a manutenção da política de remunerações em vigor.

27 de fevereiro de 2014

Manuel Soares Pinto Barbosa

(Presidente)

Gueber Lopes

(Vogal)

ANEXO III**Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações****2015**

Nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização a submeter à Assembleia Geral da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor).

Esta declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as Recomendações do Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (na sua versão de 2013) e as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, dos Regulamentos da CMVM n.º 1/2010 e n.º 4/2013 (em vigor desde 1 de janeiro de 2014, revogando o Regulamento CMVM n.º 1/2010) e dos estatutos da Cimpor.

1. O Ano de 2014**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES**

O ano de 2014 traduziu-se num exercício de continuidade e de consolidação das alterações introduzidas em 2013 ao nível da política de remunerações e do modelo de avaliação ao nível da Cimpor e suas participadas, visando o seu alinhamento com a prática seguida no Grupo InterCement, sem prejudicar a manutenção das linhas gerais da política de remunerações da Cimpor vigente em anos anteriores. A Comissão de Fixação de Remunerações desenvolveu os seus trabalhos com normalidade, tendo reunido três vezes ao longo do exercício transacto.

Em 2014, não foi atribuída remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, os quais, tendo em conta as alterações da composição da referida Comissão registadas em 2013, acordaram não receber qualquer montante a título de remuneração variável no âmbito da Cimpor. Foram, no entanto, pagas em 2014 as remunerações variáveis atribuídas em 2011 aos administradores executivos em funções à data cujo pagamento havia sido diferido por três anos, de acordo com a política de remunerações desta sociedade.

PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Não foram devidos, por serem inexigíveis, pagamentos referentes à cessação de funções de administradores registados no exercício de 2014.

2. Orientação para o ano de 2015

O mandato da Comissão de Fixação de Remunerações em curso e a política de remunerações da Cimpor detalhada no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor têm assimilado, na medida do aplicável, as recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM (na redação de 2013) e as disposições do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a partir da sua entrada em vigor, no dia 1 de janeiro de 2014.

Salvo se ocorrer uma alteração significativa de circunstâncias no decorrer do exercício que justifique uma revisão extraordinária, o montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar aos membros dos órgãos sociais da Cimpor no ano de 2015 será o seguinte:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa Anual⁽¹⁾ (Euros)
Presidente do Conselho de Administração	280.000
Presidente da Comissão Executiva	112.000
Vogais da Comissão Executiva (2)	84.000
Presidente da Comissão de Auditoria	112.000
Vogais da Comissão de Auditoria (2)	98.000
Restantes vogais do Conselho de Administração (4)	78.750
Total⁽¹⁾	1.183.000

⁽¹⁾ Valores brutos estimados em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, sujeitos a aplicação dos impostos e contribuições devidos nos termos da lei, considerando 12 membros efectivos do Conselho de Administração.

Os valores da remuneração fixa acima indicados estão sujeitos a uma variação máxima de até 5% para cobrir eventuais perdas cambiais resultantes do pagamento numa divisa diferente do euro.

Mantidas as condições vigentes de condicionamento ao atingimento dos objetivos de resultados e de *performance* assentes em critérios pré-determinados, poderá ser atribuída aos membros da Comissão Executiva da Cimpor uma remuneração variável, a qual só será devida caso os objetivos sejam atingidos em, pelo menos, 80%. O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da remuneração fixa anual. Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de residentes não permanentes em Portugal (com remuneração paga pela InterCement no Brasil, fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

O montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar à Deloitte & Associados SROC, S.A., pelo exercício do cargo de revisor oficial de contas da Cimpor, no ano de 2015, não se encontra ainda fixado. Todavia, não é expectável uma variação substancial relativamente aos valores base pagos pela revisão legal das contas individuais e consolidadas da Cimpor em 2014, que, conforme indicado no Relatório e Contas da empresa, ascenderam a 432.869 euros.

Sem prejuízo do sobredito, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda, para 2015, a manutenção da política de remunerações em vigor.

20 de fevereiro de 2015

Manuel Soares Pinto Barbosa
(Presidente)

Gueber Lopes
(Vogal)

Aparecida Shizue Yamashita
(Vogal)

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS⁽¹⁾

Acionistas	N.º de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Participações Morro Vermelho	632.933.437	94,19%	94,19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRFN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através das sociedades RRRFN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	161.527.515	24,04%	24,04%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	471.405.922	70,15%	70,15%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	471.405.922	70,15%	70,15%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida	471.405.922	70,15%	70,15%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida)	161.527.515	24,04%	24,04%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do art.º 16.º, n.º3, b) do CVM)

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o prescrito no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento nº 5/2008 da CMVM, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício de 2014, das ações e obrigações Cimpor pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos:

Ações
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2013	N.º Títulos 31-12-2014	Movimentos em 2014				Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unit.	€	
Daniel Proença de Carvalho	1	1					

Sociedades estreitamente relacionadas com Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2013	N.º Títulos 31-12-2014	Movimentos em 2014			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. ⁽¹⁾	189,660,153		-	28,132,638	3.03	31-03-2014
		161,527,515				

⁽¹⁾ Pela pessoa consigo relacionada, José Édison Barros Franco, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpor.

Informação Prestada e Fontes de Informação

Na sua qualidade de emitente de valores mobiliários admitidos à negociação, durante o exercício de 2014, a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor) tornou públicas as seguintes informações no site da Cimpor. Por imposição legal ou regulamentar estes anúncios foram ainda publicados nos portais da CMVM e Euronext e quando especificamente requerido no site do portal da Justiça.

23 de janeiro	Cimpor informa o andamento do Processo Administrativo do CADE (Brasil) para a investigação de supostas condutas alusivas à prática de infrações à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto no Brasil por diversas empresas do setor. Em sessão de julgamento quatro, num total de cinco, Conselheiros do CADE, adiantaram o seu voto favorável à condenação do conjunto de empresas no Brasil atualmente sob a esfera da Cimpor, tendo uma decisão final ficado suspensa até data a definir.
8 de fevereiro	Anúncio de um conjunto de operações de financiamento que permitiram o alargamento em um ano do prazo médio de endividamento, para 5,8 anos, e na transferência de exigências de liquidez para 2017.
27 de fevereiro	Anúncio dos Resultados Consolidados do exercício de 2013.
27 de março	Assembleia Geral Anual de 2014 delibera aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013; o dividendo bruto de 0,0029 euros por ação; a ratificação da cooptação de Claudio Borin Guedes Palaia e Nélon Tambelini Júnior como administradores para o mandato em curso; assim como todos os demais pontos propostos a aprovação.
9 de abril	Anúncio sobre a data do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2013.
21 de maio	Apresentação de Resultados do 1º Trimestre de 2014.
29 de maio	Cimpor informa sobre o julgamento do CADE (Brasil) do Processo Administrativo para a investigação de supostas condutas alusivas à prática de infrações à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto no Brasil por diversas empresas do setor. Decorre da conclusão deste julgamento, a condenação do conjunto de empresas no Brasil hoje sob a esfera da Cimpor ao pagamento da multa de 540 milhões de reais (177 milhões de euros), e a obrigação de alienação de 20% dos seus ativos de produção de betão no Brasil.
10 de julho	Cimpor informa que a sua subsidiária Cimpor Financial Operations, B.V., garantida pela InterCement Participações S.A. (holding que controla a Cimpor) e pela InterCement Brasil S.A. (subsidiária da Cimpor), fechou nessa data os termos e condições de uma emissão de Senior Notes (“Notas”) no valor total de USD 750 milhões com maturidade de 10 anos. As Notas foram lançadas com cupão de 5.750% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Singapore Exchange.
28 de agosto	Apresentação de Resultados do 1º Semestre de 2014.
26 de novembro	Apresentação de Resultados do 3º Trimestre de 2014.
5 de dezembro	Cimpor informa a renúncia ao cargo de administrador de José Manuel Neves Adelino, na data de 26 de novembro de 2014.

12 de dezembro Cimpor informa ter solicitado à Standard & Poors a remoção das notações de *rating* que lhe estavam atribuídas a si mesma e à sua subsidiária Cimpor Inversiones, S.A.. A notação de rating de ambas as companhias era de “BB” com outlook positivo.



uma empresa  **InterCement**

IV DOCUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

**RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA CIMPOR – CIMENTOS DE
PORTUGAL, SGPS, S.A.
DO EXERCÍCIO DE 2014**

Nos termos da alínea g) do nº1 artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. apresenta o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e o parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade à Assembleia Geral.

Fiscalização da Sociedade

No decorrer do ano de 2014 a Comissão de Auditoria acompanhou o sistema de gestão de risco e de controlo interno adotado pela companhia. Pelo que esta comissão monitorizou regularmente a atividade desenvolvida pela auditoria interna da sociedade através do acesso a informações prestadas por estes serviços, no âmbito dos trabalhos realizados de acordo com a programação aprovada pela Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria entende que os sistemas em prática são adequados e progridem na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos a que a Sociedade se encontra exposta.

Paralelamente é relevante referir que no âmbito do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas sociedades integradas na esfera da Cimpor, no decorrer do exercício de 2014, não foi detetado qualquer facto digno de relevo. A Comissão de Auditoria zelou pela observância da lei e do respetivo contrato de sociedade, pela exatidão dos documentos de prestação de contas, tendo verificado a regularidade dos registos contabilísticos, a adequação das políticas contabilísticas adotadas, e fiscalizado o processo de preparação e divulgação da informação financeira, incluindo a informação periódica que foi prestada ao mercado.

A Comissão de Auditoria, no decorrer de 2014, pronunciou-se favoravelmente à operação de empréstimos entre as empresas associadas Cimpor Inversiones e Cimpor Financial BV e InterCement Áustria Holding GmbH uma vez que foram realizadas de acordo com as condições usuais de mercado. Adicionalmente, acompanhou regularmente a informação sobre o sistema vigente de receção e tratamento de irregularidades. A Comissão de Auditoria não se defrontou com qualquer constrangimento ao exercício da sua atividade, tendo reunido seis vezes e participado, com a presença de todos os seus membros, em todas as reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria manteve os contactos necessários com o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo para o acompanhamento dos trabalhos de auditoria efetuados e o conhecimento das respetivas conclusões, assegurando-se da salvaguarda da sua independência e avaliando o seu desempenho.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º n.º 1, c) do Código dos Valores Mobiliários aplicável por força do disposto no artigo 8.º n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008

(Deveres de Informação), os membros da Comissão de Auditoria declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2014, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Parecer

A Comissão de Auditoria examinou as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração aos Senhores Acionistas, o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração individual e consolidada dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

No âmbito das suas competências analisou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria concorda com as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria analisou ainda o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto no Regulamento 4/2013 (Governo das Sociedades Cotadas) conforme emanado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e inclui, entre outros, os elementos constantes do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Relatório de Gestão em 31 de dezembro de 2014, bem como a proposta de aplicação dos resultados expressa no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que nada obsta à sua aprovação pelos Acionistas.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as demonstrações consolidada e individual da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidenciam um activo total de 6.552.868 milhares de Euros e

1.241.034 milhares de Euros, respectivamente e capital próprio consolidado e individual de 978.391 milhares de Euros e 1.206.763 milhares de Euros, respectivamente, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos accionistas de 27.207 milhares de Euros e um resultado individual líquido de 869 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas e individuais dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas

adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

Contactos

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

SEDE

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

Tel.: +351 21 311 81 00

Fax: +351 21 356 13 81

Direção de Comunicação

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

Tel.: +351 21 311 82 65

Fax: +351 21 311 88 26

dcom@cimpor.com

Direção de Relações com Investidores

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

Tel.: +351 21 311 88 89

Fax: +351 21 311 88 67

InvestorRelations@cimpor.com

www.cimpor.pt/investidores

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Capital Social: EUR 672 000 000
Matriculada na CRC de Lisboa sob o n.º 500 722 900

SEDE

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Tel.: +351 21 311 81 00
Fax: +351 21 356 13 81
dcom@cimpor.com
www.cimpor.pt